

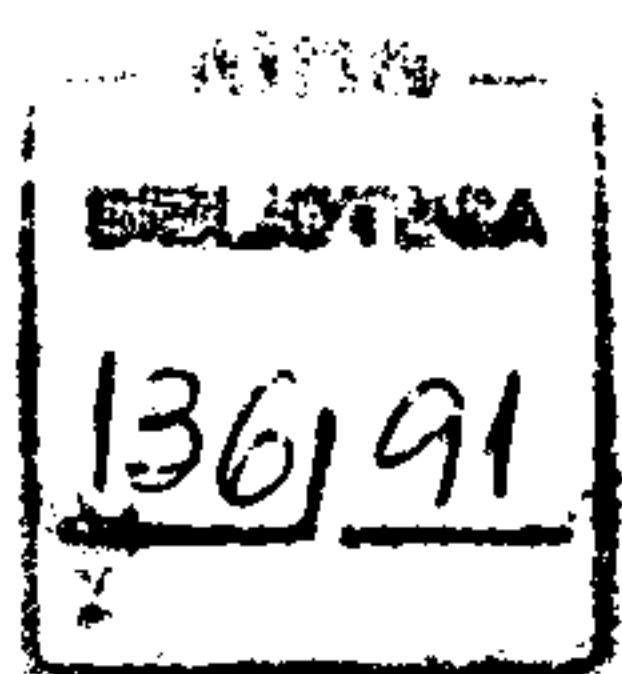
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. XVI



1966



BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA
RESERVA

S U M Á R I O

	Pág.
JOSUÉ MONTELLO — Bocage no Brasil	5
AUGUSTO MAURÍCIO — Largo do Paço	29
HERCULANO GOMES MATHIAS — O Tiradentes e a Cidade do Rio de Janeiro	53
UMBERTO PEREGRINO — A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis	105
GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES — A morte do Barão do Rio Branco	123
ANTÔNIO PIMENTEL WINZ — A Prospectiva de Bobadela	135
MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE CARVALHO — O Prefeito Pe- reira Passos	207
THEREZINHA DE MORAES SARMENTO — Caricaturas no Museu da República	233
MARIA ELIZA CARRAZZONI — Batina negra: alma branca?	247
MARIA LAURA RIBEIRO — Mobiliário da sala D. João VI no Mu- seu Histórico Nacional	267

Fotos: João de Oliveira Rocha

BOCAGE NO BRASIL

JOSUÉ MONTELLO

Diretor do Museu Histórico Nacional

Quando Bocage chegou ao Rio de Janeiro, de passagem para a Índia, trazido pela nau-de-viagem “Nossa Senhora da Vida, Santo Antônio e Madalena”, que saíra de Lisboa a 14 de abril de 1786, ainda não tinha completado vinte e um anos de idade.

Por êsse tempo, já correspondia o poeta, na figura física e nas inclinações, a êste seu auto-retrato:

Magro, de olhos azuis, carão moreno,
Bem servido de pés, meão na altura,
Triste de facha, o mesmo de figura,
Nariz alto no meio, e não pequeno.

Incapaz de assistir num só terreno,
Mais propenso ao furor do que à ternura;
Bebendo em níveas mãos por taça escura
De zelos infernais letal veneno:

Devoto incensador de mil deidades
(Digo, de moças mil) num só momento,
E sòmente no altar amando os frades:

Eis Bocage, em quem luz algum talento;
Saíram dêle mesmo estas verdades
Num dia em que se achou mais pachorrento.

Da longa viagem, que mais uma vez irmanaria o destino de Bocage ao destino de Camões, não se conhece com exatidão o motivo. Ânasia de aventura, própria de quem tinha nas veias sangue de Gillet Le Doux du Bocage, seu avô materno, normando de origem, herói das lutas para a expulsão de Duguay-Trouin do Rio de Janeiro, em 1711?

Ou simples desinteligência com a família, levando-o a querer ficar distante do pai e dos irmãos, conforme confessou num soneto?

Nos versos com que se despediu da pátria, aos primeiros rebates da saudade, êle próprio negaria esta segunda justificativa, para explicar apenas pela primeira seu voluntário exílio:

Antiga pátria minha e lar paterno,
Penates a quem rendo culto interno,

Lacrimosos parentes,

Que inda na ausência me estareis presentes,
Adeus! um vivo amor de nome e fama
A nova região me atrai e chama.

Diz Teófilo Braga, no longo estudo em que apreciou a vida e a época literária de Bocage, que êste saiu de Portugal no momento propício, dada a mediocridade geral do meio em que teria de expandir o seu talento: “Em Lisboa vivia-se sob a dura espionagem do Intendente Pina Manique, que empregava neste mister bufarinheiros com tenda ou loja de bebidas; a Inconfidência ocupava-se em descobrir o que se pensava e fazia. Era impossível ter qualquer espontaneidade.”

A circunstância de ter existido em Lisboa êsse dispositivo oficial de repressão, na ordem das idéias políticas, dá razão ao Professor Hernani Cidade, quando observa que, debaixo de uma estrutura social, que se retardara sensivelmente no tempo, se “insinuava nos indivíduos a inquietação que anseia por outras formas de vida material ou espiritual, aflora o espírito crítico corrosivo das mais firmes certezas e das instituições mais consagradas pelos séculos.”

Não sendo um clássico, na linha dos valores estéticos, nem ainda um romântico, na linha da insubordinação aos valores consagrados, Bocage é um representante autêntico das perplexidades de sua época. Daí ter oscilado entre o aplauso de dois públicos: o das elites, que lhe advinha do rigor e da consciência de seu ofício de poeta, a serviço de uma sensibilidade lírica excepcional, e o da plebe, que derivava da espontaneidade de seu estro, a serviço de um pendor satírico que não teve rival na península, no Século XVIII.



LUIS DE VASCONCELOS E SOUSA
Vice-Rei do Brasil — 1779-1790

Certas soluções expressões de Bocage em sua obra lírica constituem antecipações que só o desembaraço formal do simbolismo viria consagrar. Disto é exemplo o verso em que, para dar a côr dos olhos de sua amada, foge aos recursos usuais da poesia portugêsa setecentista, para defini-los de modo nôvo e original, no primor dêste sonêto:

Olhos suaves, que em suaves dias
Vi nos meus tantas vêzes empregados;
Vista, que sôbre esta alma despedias
Deleitosos farpões nos céus forjados:

Santuários de amor, luzes sombrias,
Olhos, olhos da côr de meus cuidados,
Que podeis inflamar as pedras frias,
Animar os cadáveres mirrados;

Troquei-vos pelos ventos, pelos mares,
Cuja verde arrogância as nuvens toca,
Cuja horrisona voz perturba os ares;

Troquei-vos pelo mal, que me sufoca;
Troquei-vos pelos ais, pelos pesares:
Oh câmbio triste! Oh deplorável troca!

Em Portugal, o poeta não deixara apenas a namorada que lhe inspirou êsse sonêto: deixaria outros amores menores, nos três anos passados em Lisboa, e que lhe proporcionaram os primeiros convívios boêmios; mas a verdade é que nenhum dêles suplantaria o da inspiradora dos seus mais sentidos poemas, aquela Gertrúria a quem enviaria da Índia

Seus gemidos terníssimos, e ardentes
Sôbre as cinzentas asas da Agonia.

Tão profunda foi essa paixão de Bocage que o poeta, nos dias passados no Rio de Janeiro, teria sabido resistir, graças às saudades da amada, à sedução das jovens brasileiras, conforme êle próprio confessou, na Epístola que de longe lhe escreveu:

Mil graças, que a vanglória trocariam
Em vergonhosa inveja à tua vista,
Usurpar-te meus cultos presumiam:
Eis olham como fácil a conquista;
Mas a fé me acompanha, a fé me alenta,

E a constância me dá com que resista.
Êste combate à glória me acrescenta:
Conhece-se o valor do navegante
Em tenebrosa, horríssima tormenta.
Contemplando na idéia o teu semblante
Pude evitar o escôlho, onde naufraga
O coração mais livre e mais constante.

O Rio de Janeiro, quando aqui chegou Bocage, ofereceria como sedução as mil Graças a que o poeta diz ter resistido: A vida na cidade, capital do Vice Reinado, com a boa acolhida que o povo e o govêrno lhe dispensaram, sobretudo êste último, levaria Elmano a pretender morar no Brasil, conforme confessou nestes versos ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa:

Eu, finalmente, com respeito interno,
Meus frouxos olhos nos teus olhos pondo,
Teu amável govêrno;
Tua justiça, teus costumes sondo;
E digo então: — Senhor, só tu podias
Tornar brilhantes os meus turvos dias.

.....

Viver debaixo do teu jugo brando,
Sentir as leis do teu poder suave,
Teus méritos alçando
Ao palácio de Jove, em metro grave;
Oh que risonha, que benigna estrêla,
Se o pensar é prazer, que fôra tê-la?

O “ameno país”, que assim fascinava Bocage, ainda estava longe de ser uma grande cidade, não obstante as iniciativas tomadas por seus governadores para ajustar a capital do Vice Reinado à beleza de sua moldura natural.

Fazia apenas vinte e três anos que o Rio de Janeiro fôra elevado a essa condição de capital, suplantando assim a velha Bahia, cabeça da colônia desde os primórdios da colonização. Razões de ordem defensiva, apoiadas pelas invasões de 1710 e 1711, e ainda pela guerra com a Espanha em 1761, justificariam plenamente a transferência da sede do govêrno, se não militassem também motivos de ordem administrativa, decorrentes do florescimento do sul do país, com a descoberta das minas de São Paulo e Minas Gerais,

o que de pronto intensificou a população da capitania do Rio de Janeiro, a partir do último quartel do Século XVII.

O Século XVIII prepara aos poucos a cidade para que ali se instale a sede do Reino no século seguinte.

Antes que o Conde da Cunha, em 1763, recebesse o governo da cidade, como primeiro Vice-Rei do Brasil, o Rio de Janeiro tivera em Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela, o seu grande administrador no Século XVIII.

Sucessor de Luís Vahia Monteiro, o famoso Onça — governador extremamente rigoroso com os dinheiros públicos, a ponto de afirmar que no Rio de Janeiro todo mundo roubava, menos êle, o que era o prenúncio de que acabaria doido — Gomes Freire de Andrada retomou-lhe o ritmo administrativo em favor da cidade.

A êle devemos, entre outros melhoramentos urbanos que sobrevivem até hoje, o amplo Largo do Carmo, que certamente teria lembrado a Bocage o Terreiro do Paço, com a sua disposição em retângulo aberta para o mar. Num dos ângulos dêsse Largo, construiu Gomes Freire o Palácio dos Vice Reis, que seria, sucessivamente, no Século XIX, o Paço Real e o Paço Imperial.

O Aqueduto da Carioca, entre os morros de Santa Teresa e Santo Antônio, com os arcos monumentais que o tempo respeitou, é obra também de Gomes Freire. E igualmente a Casa do Trem, onde hoje se acha o Museu Histórico.

Foi êle quem instalou no Rio a primeira oficina tipográfica, logo mandada desfazer pela Metrópole. No seu Palácio do Largo do Carmo, reuniu os homens de letras da cidade numa Academia dos Seletos, em 1752, depois de os ter reunido em sua residência da Rua Direita, em 1736, na chamada Academia dos Felizes.

O Conde da Cunha, que lhe sucedeu, parece que se pautou menos pelo Conde de Bobadela, no gosto da administração, do que pelo Governador Luís Vahia Monteiro, com a sua probidade ostensiva e o seu rigor nas contas do erário real.

Se não acabou doido, como o pobre Onça, andou bem perto disto. Tanto assim que, para sair do Brasil, de volta a Lisboa, teve de pedir dinheiro emprestado a um amigo,

depois de se ter incompatibilizado com o clero, a nobreza e o povo, por sua inflexibilidade como Vice-Rei.

A carta em que, a 7 de julho de 1767, dirigindo-se a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relacionou os dez motivos pelos quais pedia a El Rei que lhe desse sucessor no Brasil, permite-nos ter uma boa idéia de Dom Antônio Álvaro da Cunha, como homem e como administrador.

Vêde o intróito dêsse documento: “Ilmo. e Exmo. Senhor — Na última ocasião em que tive a honra de me pôr aos reais pés de El Rei Nosso Senhor, lhe pedi (com aquela perturbação que naturalmente costumo ter na real presença) que fôsse servido mandar-me um sucessor, logo que lhe contasse que, por causa de minha curta capacidade, obrava alguns desacertos, e porque a Praça de Lisboa e a desta terra descobriram em mim muitos que não sabia que o eram, pois os de que êles me podem criminar serão sòmente os de se terem executado fielmente as reais ordens, que Sua Majestade foi servido dar-me na sua Carta Régia de 16 de dezembro de 1763, para serem presos e seqüestrados os extraviadores de seus reais direitos, não me podia persuadir que, observando eu religiosamente o que na mesma carta se me ordenava, excedia a minha obrigação; porém, para me capacitar de que não sirvo, nesta parte, a meu amo, tão bem como devia, basta-me o ver que o mesmo Senhor me manda promover o zêlo com que o sirvo, com prudência e dissimulação, e como, não obstante esta determinação, não alcanço como a posso praticar, peço a El Rei Nosso Senhor que, se alguns dos meus serviços têm merecimento, por remuneração dêles me faça a mercê de me mandar sucessor, pois também por outros motivos que nesta referirei se vê que com bastante causa peço esta graça, que também é precisa para o bem comum e a quietação desta Capital.”

O fôlego dêsse período inicial da carta do Conde da Cunha serve de ilustração ao fôlego combativo do velho Vice-Rei.

Depois de argumentar com os achaques da idade, que lhe tiravam a memória, lembra o Conde “ser necessário que o Governador seja benquisto com todos, especialmente com os militares.” E acrescenta: “e com êstes, por infelicidade minha, o não posso conseguir, não obstante o estarem todos fardados e pagos, até do que lhes ficaram devendo os meus antecessores, além do que têm sido muito

acrescentados nos postos, atendidos por mim em todos os seus particulares, estimados como nunca nesta terra se viu.”

Com o clero, não é menor o azedume do Conde, que acusa o Bispo de não querer largar a prata que à Sua Majestade pertencia. Queixa-se também da vida livre dos frades. Queixa-se das ladroeiras dos homens de negócios. Queixa-se ainda dos Ministros da Relação, que protegem devedores da real fazenda. Queixa-se mais dos oficiais da Alfândega, bem como dos servidores da Casa da Moeda. E por fim reclama com urgência a nomeação de novo Governador, “para que venha consolar os que ainda lamentam a perda que tiveram na falta do Conde de Bobadela.”

Antes que chegasse ao Rio de Janeiro Luís de Vasconcelos e Sousa, futuro amigo de Bocage, dois outros Vice Reis ocuparam o Palácio do Largo do Carmo: o Conde de Azambuja e o Marquês de Lavradio. O primeiro não chegou a completar dois anos no cargo, logo pedindo licença para regressar a Lisboa, enquanto o segundo permaneceu no posto por uma década, e das mais profícuas, com a realização de grandes obras que ainda hoje lhe abonam o largo tino administrativo.

Foi Lavradio quem mandou lajear e calçar as ruas centrais da cidade. Reaparelhou os fortes que defendiam o Rio. Construiu mais dois: o do Leme, em Copacabana, e o do Pico, a cavaleiro do de Santa Cruz. Aterrou pântanos e lagoas. Fêz construir pontes e colocar chafarizes. Tratou de embelezar a cidade, proibindo nas casas o uso de crivos de palhas nas rótulas. No Largo do Carmo, defronte do Palácio dos Vice Reis, inaugurou um teatro. E criou no seu Palácio a Academia Científica, com o objetivo de desenvolver as ciências naturais. Criou ainda uma Aula do Comércio. Favoreceu as letras e as artes. Tentou acabar com o número espantoso de demandas judiciais, as mesmas demandas que encontraremos mais adiante, já no tempo do Rei, e que dariam a Manuel Antônio de Almeida algumas cenas joviais das *Memórias de um Sargento de Milícias*. E não apelou apenas para a boa vontade dos homens e as boas graças de El Rei: todos os sábados, na velha igreja do Hospício, acompanhava a ladainha em louvor da Virgem da Conceição.

Não obstante a proteção do Céu, a consideração de Sua Majestade e os muitos trabalhos que realizou no seu Vice Reinado, acabou acusado de desídia, na guerra com os espanhóis no Sul, daí resultando sua substituição por Luís de

Vasconcelos e Sousa Veiga e Faro, futuro Conde de Figueiró, de quem, diria Bocage, numa ode repassada de reconhecimento e admiração:

Vasconcelos, aquêlé
Que de um sorriso, ó Musa, honrou teu canto
Lá na tépida margem
Do límpido Janeiro, que a cerúles
Gotejante cabeça
Tantas vêzes alçou das vítreas grutas
Para urdir-lhe altos hinos
Entre o côro das mádidas Nereidas...

Tendo tomado posse do vice reinado em abril de 1779, já andava no sétimo ano de seu govêrno quando Bocage chegou ao Rio de Janeiro.

Recordou MAX FLEUISS, na sua *História da Cidade do Rio de Janeiro*, que, nas instruções escritas trazidas de Lisboa por Luís Vasconcelos, figurava a recomendação de que devia cuidar, com o maior zêlo, de tudo quanto dissesse respeito à capital do Brasil, “cuja conservação — ressaltava o documento — é demonstrativamente certo que, sem o Brasil, Portugal é uma insignificante potência, e que o Brasil sem fôrças é um preciosíssimo tesouro, abandonado a quem o quiser ocupar.”

Se cuidou de defender a cidade, para conjurar o perigo de algum ataque por mar, cuidou ainda mais de aformoseá-la, renovando o calçamento do Largo do Carmo, que alargou para 75 braças de comprimento por 45 de largura, com um cais igual ao de Lisboa, com assento e peitoris de granito, três escadas e uma rampa de desembarque.

Por aí desceu Bocage, no seu primeiro contacto com o “plácido Janeiro”. E viu o poeta, logo ao chegar, o chafariz do Largo, obra de Mestre Valentim, o mesmo artista que, ao tempo de Luís de Vasconcelos, fêz o Passeio Público, e também a fonte das Marrecas, ao fim da rua que tinha na época êste nome poético, dado pelo Vice-Rei: Rua das Belas Noites.

O retrato de Luís de Vasconcelos, que antigamente figurava no côro da igreja de Nossa Senhora da Ajuda e hoje integra o acêrvo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, obra de Leandro Joaquim, nos deixa sentir a inteligência e a bonomia do Vice Rei debaixo da cabeleira



Mestre Valentim da Fonseca e Silva

empoada, largo de espáduas, gordo, ventre cheio, olhos rasgados, a larga bôca de lábios finos, um comêço de papada guarneecendo o queixo redondo.

A Casa dos Pássaros, que deu origem ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi iniciativa sua. E também uma Aula de Retórica, com que elevou o plano do ensino. Em seu Palácio, a exemplo do Marquês de Lavradio, com a Academia Científica, e do Conde de Bobadela, com a Academia dos Felizes, fundou Luis de Vasconcelos a Sociedade Literária, que ali se instalou a 6 de junho de 1786, precisamente no período em que Bocage andou pelo Brasil.

A população da cidade por êsse tempo andaria por trinta mil homens, predominando negros, mulatos e índios.

Da licenciosidade de costumes, no que se relaciona ao clero, que tinha obrigação de dar o bom exemplo, a musa jovial do povo fêz o resumo irreverente nos versos desta sextilha:

Na tôrre de São Francisco
Toca o sino o dia inteiro.
Quem manda tocar o sino?
Quem manda é o frade matreiro
Que, enquanto o sino barulha,
Anda em casa do sineiro.

Com uma década de distância, não se teriam dissipado por inteiro as razões severas que o Conde da Cunha invocara para pedir sucessor a El Rei. Por isso o povo ainda falava no tempo do Onça, para aludir à probidade do governo de Luis Vahia Monteiro como um modelo de rigor na vida pública.

Conta o Dr. Moreira de Azevedo, no seu *Mosaico Brasileiro*, que, ao tempo do Conde de Bobadela, o Capitão-mor José da Mota Pereira quis conhecer certa dama extremamente formosa de quem muito ouvira falar.

Uma amiga fêz-lhe a vontade, marcando o encontro do Capitão-mor com a dama, em sua própria casa. E quando esta, de ar tímido, olhos baixos, tirou o véu que lhe cobria o rosto, José da Mota Pereira retrocedeu um passo, alarmado com a feiura da face enrugada que lhe sorria.

— É esta a dama bonita, de que tanto me falavam?
— perguntou.

E a dama, melindrada:

— Pois, olhe:

No tempo do Luís Vahia,
Era a melhor que cá havia.

Vinte e seis anos depois, Bocage podia festejar, com a sua lira de poeta jovem, as mil graças que lhe sorriam no Rio de Janeiro, tentando em vão desviá-lo das saudades da Gertrúria que deixara em Portugal...

Não obstante tudo quanto a pena biliosa de Santos Marrocos disse do Rio de Janeiro, nas cartas que daqui mandou para Lisboa, em 1808, a verdade é que, já no Século XVIII, quando Bocage a visitou, a cidade entrava a compôr-se, com os muitos melhoramentos deixados por seus governadores e Vice-Reis.

De noite, iluminada por setenta e três candeeiros de azeite de peixe, que pendiam das esquinas, na parede dos oratórios e na fachada das igrejas, a capital do Brasil não teria muitos atractivos a oferecer aos forasteiros. Porém a partir de 1783, quando Luís de Vasconcelos, aterrada a Lagoa do Boqueirão, abriu ao povo o Passeio Público, ali se tornou o ponto de encontro da cidade. É o que nos conta Joaquim Manuel de Macedo, ao recordar que “quinze noites pelo menos em cada mês havia no Passeio Público festa do povo, cantigas de môços, e de mancebos, conversações animadas de velhas e velhos, versos lidos ou improvisados por poetas ou por simples cultivadores do Parnaso, amores puros nascidos ao som de suaves cantos, confiança e contentamento de todos, ruído, aplausos, risadas, movimento, e nunca uma desordem, e jamais um desaguizado, e ainda menos um arrependimento e remorsos.”

À luz do dia, com o esplendor da claridade tropical, o Rio de Janeiro podia mostrar a Bocage as suas igrejas e os seus conventos, os seus sobrados e os seus casarões de janelas em guilhotina.

Em vez da velha senhora do tempo do Luís Vahia, que assustou o Capitão-mor José da Mota Pereira, podia ver a Suzana de olhos rasgados, que teria feito bater o coração do Vice-Reis, cantando uma balada que começava assim:

Em São Bento deu uma hora,
No Colégio deram duas:
Vêde que horas são estas
Que eu por ti ando nas ruas!

Nas noites de luar, môças e rapazes iam sentar-se às mesas de pedra do Passeio Público, conforme testemunho recolhido também por Joaquim Manuel de Macedo, e ali, debaixo das latadas de jasmineiros, ouviam modinhas e lunduns ao som da viola e da guitarra.

As modinhas brasileiras, que Bocage há de ter ouvido no Rio de Janeiro de 1786, quer nas casas onde foi agasalhado, quer nas festas do Passeio Público, já haviam conquistado Lisboa com seus versos de redondilha menor, a ponto de serem consideradas pelos estrangeiros que passaram por Portugal no Século XVIII como o gênero poético tipicamente nacional.

A propósito, escreveu Teófilo Braga: “O aparecimento da modinha brasileira, no Século XVIII, apresentado aos críticos da arte musical como um aspecto de nacionalidade, é explicável pelo fenômeno de sobrevivência arcaica da tradição nas colônias distantes. Conservou-se na sociedade brasileira a tradição musical do Século XVI, que era a canção monódica, ou a *Canzone* italiana seiscentista; e não sendo invadida pela polifonia madrigalesca, procurou renovar-se nos temas da Cantiga popular, durante todo o Século XVII. Daí a sua característica nacional, dando-se também a circunstância admirável de muitas modinhas brasileiras apresentarem na sua estrutura poética a mesma contextura estrófica da Canção dos Trovadores portugueses do Século XVI.”

Por sua vez, GUILHERME TEODORO PEREIRA DE MELO, em *A Música no Brasil*, acrescenta às considerações de Teófilo Braga o reparo de que “a forma poética da modinha brasileira liga-se também à *Serranilha*, gênero lírico da poesia português, que, sob a toada de Solau, romance musical de caráter triste e mavioso, cantavam as camponesas e as serranas de Trás-os-Montes, e que, penetrando nos cancioneiros aristocráticos, nos cantares de amigo do rei D. Diniz, e nos cantares de ledino, estêve muito em moda, no Século XIII.” E acrescenta ainda o mesmo historiador da música brasileira: “Foi Gil Vicente que, intercalando em seus autos e farsas o canto e o tipo estrófico das antigas serranilhas, desenvolveu de novo o gosto por êsses cantares em Lisboa, os quais, propagando-se por tôdas as aldeias de Portugal, transportaram-se com os primeiros colonos para o Brasil.”

Antes de vir para o Rio de Janeiro como sucessor do Marquês de Lavradio, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos já

se deixara fascinar pela modinha brasileira. Ele e José de Vasconcelos, — este, futuro Conde de Pombeiro e Marquês de Belas — ambos Desembargadores da Relação na cidade do Pôrto, tinham protegido o Padre Domingos Caldas Barbosa, mulato carioca que se fez famoso em Portugal no meado do século e que soube ser, com a sua viola bem temperada e a sua inspiração bem brasileira, o rival de Bocage na popularidade das ruas e dos salões lisboetas, a ponto de despertar ciúmes no poeta português, quando este voltou a Lisboa e ali o encontrou gostosamente festejado.

Antes de Domingos Caldas Barbosa, outro brasileiro, Antônio José, o Judeu, havia divulgado a modinha em Portugal, levando-a aos teatros do Bairro Alto. Mas foi o mulato que na verdade a popularizou, com a sua viola, a sua inspiração cabocla e a sua voz tropical.

Disto nos dá testemunho Lord Beckford, na carta em que descreveu, pelas alturas de 1787, uma cena no Palácio Real. Era noite, passava ele perto do Palácio, quando foi chamado por duas damas de honor da Rainha, as irmãs Lacerda, que o convidavam a subir. “Era incentivo bastante — escreve Beckford — para galgarmos vastos lanços de escada até o seu aposento, que estava cheio de sobrinhas e primos, fazendo roda a duas elegantes meninas, as quais, acompanhadas pelo seu mestre de canto — um frade gordo e baixo, de olhos esverdeados — garganteavam modinhas brasileiras. Quem nunca ouviu cantar *modinhas* ignora as mais deliciosas e feiticeiras melodias que jamais existiram desde o tempo dos sibaritas. São lângüidos e interrompidos compassos, como se o fôlego nos faltasse por excesso de enlêvo, e a alma anelasse despedir-se-nos do corpo para se unir aquilo que mais queremos. Pueril e descuidadamente ganham-nos, sorrateiras, a alma, antes que tenhamos tempo de a defender contra a sua enervante influência. Supomos estar a ingerir leite e estamos a ingerir veneno.”

Nessas palavras epistolares, repete Lord Beckford o que escreveu no seu *Diário*, com a data de 15 de outubro de 1787. No *Diário*, o registro tem por origem um fato diferente. Diz Lord Beckford que, em companhia de um amigo, ouviu, num teatro da Rua dos Condes, dois rapazolas cantarem uma modinha. E depois de descrever com as mesmas palavras da carta, os efeitos da música popular do Brasil em sua sensibilidade, acrescenta: “Por mim, confesso, sou escravo de modinhas, e quando me lembro

deixas, não posso com a idéia de abandonar Portugal. Se eu tivesse alguma esperança de resistir a dois meses de viagem por mar, nada me impediria de estabelecer-me no Brasil, berço de modinhas, e aí viver em barracas decoradas como as do *Chevalier* de Parny descritas na sua tão agradável pequena *Voyage*, e baloiçar-me nas rédes e estender-me em suaves esteiras na companhia de jovens coroados de jasmims e de môças que derramassem essências de rosas a cada gesto.”

O clérigo gordo, a que alude Lord Beckford e que acompanhava com a sua viola as duas jovens muito elegantes, era o mulato Caldas Barbosa, já então valido do Conde de Pombeiro, em cujo palácio residia. A seu respeito, escreveu o Dr. Antônio Ribeiro dos Santos, também poeta, a D. Frei Alexandre da Silva, igualmente dado às musas: “Eu não conheço um poeta mais prejudicial à educação particular e pública do que êste trovador de Venus e de Cupido: a tafularia do amor, a meiguice do Brasil, e em geral a moleza americana que faz o caráter de suas trovvas, respiram os ares volutuosos de Pafos e de Citera, e encantam com venenosos filtros a fantasia dos môços e o coração das damas.”

A condição de mestiço, [•]pretexto para os versos mais causticantes com que Bocage o haveria de ferir, certamente ajudou Caldas Barbosa a conquistar ao mesmo tempo a fidalguia e a plebe com a simplicidade maliciosa e chorada de sua *Viola de Loreno*.

Outros mulatos brasileiros, de que a tradição não guardou memória, entreteriam no Brasil de 1786 o gôsto da modinha, com os aplausos do Vice-Rei. Luís de Vasconcelos, em mais de um episódio de seu Vice-Reinado, confirmou o apreço aos mestiços, de que já dera provas em Portugal com a acolhida e a amizade dispensadas a Caldas Barbosa.

No Rio de Janeiro, além de distingüir Mestre Valentim, a quem sempre prestigiou, soube colocar-se ao lado dos mulatos, tôdas as vêzes que o preconceito de côr suscitava conflitos que lhe cumpria resolver. Disto é exemplo a sua atitude no litígio entre o Capitão Alexandre Dias de Rezende, que era mulato, e o seu superior, Major Melo, que comandava o regimento dos pardos, no Rio de Janeiro. Desobedecido por um soldado de sua companhia, o Capitão foi queixar-se ao Major, que lhe deu esta resposta descortês:

— Homem, vocês mulatos, lá se entendem.

Agastado com as palavras do superior, o Capitão deu parte dêste ao Vice-Rei, que não tardou mandar chamar o Major Melo, a quem deu voz de prisão. E o Major, com grande assombro:

— Prêso?! Pois deveras Vossa Excelência me manda prender por causa de um mulato?

E o Vice-Rei, confirmando a prisão:

— Homem, nós somos brancos, cá nos entendemos.

De outra feita, ao ver passar uma cadeirinha, que quatro escravos ofegantes conduziam, levando ladeira acima um senhor irascível e gordo, fêz parar o veículo, mandou sair o homem irritado, e o obrigou a fazer o resto da subida a pé, ocupando o lugar de um dos negros, que se refestelou no interior do carro, ainda por ordem do Vice-Rei.

Luís de Vasconcelos, identificando-se assim com negros e mulatos, que constituíam ao tempo a maioria da população carioca, cedia à índole de seu temperamento, a mesma índole que dêle fizera em Portugal amigo e protetor do Padre Caldas Barbosa, de quem ouviu e aplaudiu lunduns como êste, ao compasso da viola:

Eu tenho uma ~~■~~hanhazinha
A quem tiro o meu chapéu;
É tão bela, tão galante,
Parece coisa do Céu.

Ai Céu!
Ela é minha iaiá,
O seu moleque sou eu.

Não parece fora de sentido que, em plena voga da Modinha, Bocage se tenha hospedado, durante a sua estada no Rio de Janeiro, numa casa da Ruã das Violas, no centro da cidade. Nessa rua, como o seu nome indica, tinham as suas lojas os fabricantes de violas, guitarras e cavaquinhos, e é fácil compreender que, nas noites de lua, aí se reunissem os cantadores de modinhas, que o poeta há de ter ouvido, a princípio com natural enlêvo, depois com uma ponta de irritação, conforme acentuou um de seus biógrafos, ao afirmar que, “se Bocage houvesse ficado no Rio de Janeiro a sua vida não seria mais feliz, porque os ímpetos da sátira não se susteriam diante dos velhos usos conservados na colônia: as modinhas e os mulatos parece terem ali começado a irritar-lhe a bÍlis.”

A verdade, diz ainda o mesmo informante, é que, “durante o tempo que Bocage se demorou no Rio de Janeiro, não só pelo afeto particular que sempre distinguiu o colono português por tudo quanto era da mãe-pátria, como pelo brilhante talento da improvisação e da graça repentina que dava ao poeta um ascendente irresistível, foi recebido e adorado na melhor sociedade.”

E ao deixar a cidade, caminho da Índia, pôs em versos o seu reconhecimento à acolhida fidalga do Vice-Rei, a sua saudade da terra e da gente, o seu enlêvo pelo país nôvo que via aflorar junto das águas, emoldurado de florestas e montanhas, sob a luz tropical:

Oh ditoso Brasil, província bela...

Já se afirmou, tomando por base o temperamento do poeta e as suas idéias políticas, que, se Bocage houvesse permanecido no Brasil, não teria escapado ao movimento revolucionário que então se tramava à sombra das montanhas de Vila Rica. Dêsse movimento, denunciado e reprimido ao tempo de Luís de Vasconcelos, participaram três poetas: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Outro poeta seria ainda envolvido: Silva Alvarenga. E ainda um poeta seria mandado de Lisboa para o Rio, com a missão de julgar os confrades e os demais implicados: Antônio Diniz da Cruz e Silva.

Na fase em que, no Brasil, os poetas expiavam no cárcere o sonho da emancipação de seu país, Bocage desforrava-se da vida estúpida que levava em Goa escrevendo versos irritados como êstes:

Eu vim coroar em ti minhas desgraças,
Bem como Ovídio mísero entre os getas,
Terra sem lei, madраста de poetas,
Estuporada mãe de gentes baças.

Em 1791, seis anos depois de ter acolhido Bocage no Rio de Janeiro, Luís de Vasconcelos volta a encontrar-se com o poeta, já agora em Lisboa, e não mais como Vice-Rei do Brasil, mas como Presidente da Mesa do Desembargo do Paço — e outra vez o festeja, e é por êle festejado, enquanto Caldas Barbosa continua a entreter a cidade com o descante de suas modinhas acompanhadas à viola.

Tendo regressado a Lisboa um ano antes, já Bocage reatara nas rodas literárias e nos salões o seu prestígio de poeta, nos dois caminhos abertos pela versatilidade de seu gênio: o de poeta lírico, que só teria em Tomás Antônio Gonzaga o seu rival em língua portugêsa, e o de poeta satírico, que não poupava amigos e companheiros, em troca do aplauso das ruas.

A publicação de suas *Rimas*, em 1791, aumenta-lhe o renome. No entanto, a consolação da glória literária só em parte atenua, no íntimo do poeta, o desencanto de não ter encontrado à sua espera, de volta à Pátria, a Gertrúria que lhe inspirara os mais sentidos versos, e a quem pedira, “ao pé das gangéticas ribeiras”:

Mas tu, Gertrúria bela, ídolo amado,
Tu, meu único bem, cuja mudança
Me faria acabar desesperado,
Por piedade não percas da lembrança
O terno adeus, e as lágrimas, e os votos,
Com que êle vigorou minha esperança.

Teria pensado o poeta em voltar ao Brasil? O ambiente de Lisboa, no plano das idéias políticas, não podia ser propício a Bocage, inclinado a cantar a liberdade. Andando o tempo, Elmano acabaria nas malhas da polícia de Pina Manique, não sem antes tentar fugir para a Bahia.

É certo que, dos quatro poetas que se haviam envolvido na Conjuração Mineira, um apenas conseguira ser libertado: Silva Alvarenga. Outro se mataria na prisão: Cláudio Manuel da Costa. E dois foram degredados para a África: Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga.

Se o poeta não veio para o Brasil, porque na hora de seu embarque a polícia do Intendente lhe deitou a mão, por êsse caminho havia de vir aquela que, depois da Gertrúria bela, fêz pulsar com mais calor o coração de Bocage: Maria Vicência Bersane Leite, a Márcia que o consolava dos ataques dos muitos inimigos, e a quem confessava:

Tu és meu coração, tu és meu nume;
Não vive para mim do mundo o resto;
A morte, a vida, os céus, meu fado atesto,
Meu fado que em teus olhos se resume.

Dessa Maria Vicência, que o destino colocou diante dos olhos de Bocage em casa de um de seus amigos, Antônio

Bersane Leite e Paula, disse José Feliciano de Castilho que foi noiva do poeta e que morreu no Brasil, em São Gonçalo de Sapucaí, em Minas Gerais.

Em Minas, quando ela aqui chegou, ainda vivia a inspiradora de outro poeta, a Marília de Tomás Antônio Gonzaga: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas.

Há um curioso paralelismo na vida de Maria Vicência e Maria Dorotéia, duas musas da melhor poesia lírica da língua portuguesa no Século XVIII. Além de terem ambas o mesmo prenome, tiveram semelhança de comportamento para com os seus poetas: porque foram elas que se retrairam diante dêles, não obstante os versos eternos com que foram cantadas.

E aqui me permito, para concluir, uma breve digressão, que aviva ainda mais a concordância dos dois destinos.

Gonzaga, numa de suas Liras, referiu-se a

o tempo arrebatado,
que o mesmo bronze gasta!

E Bocage, por sua vez, descreveu também as injúrias do tempo, que o consolava da indiferença de uma de suas amadas com a advertência de que lhe afearia a beleza, tirando-a de seu pensamento:

Não tenhas, ó mortal, de mim receio;
O Tempo sou (me diz), eu despedaço
Os colossos, os mármores desfaço,
Prostro a vaidade, a formosura afeito...

Maria Dorotéia, que tantos sonhos felizes inspirou a Gonzaga, se converteu na velha enrugada de oitenta anos, sem confrontação possível com a Marília bela que, para ser fielmente pintada em versos, obrigava o seu poeta a pedir emprestadas as tintas do Céu.

De Maria Vicência, que parecia ter-se apagado em silêncio, recolhida a uma velha vivenda de São Gonçalo de Sapucaí, há também notícias de que o tempo não abriu uma exceção em seu favor, poupando-lhe a juventude e a beleza, pois sòmente a deixou aos cem anos, em junho de 1868.

E disto nos dá notícia o escritor Lúcio de Mendonça, que a conheceu em 1864, ainda menino, e só em 1905, ao reler a notícia biográfica de Bocage, por ocasião do centenário de morte do poeta, associou com surpresa e pasmo

a imagem da velhinha enrugada à musa de Elmano. Numa crônica publicada na revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1906, contou êle o espanto que o levou a relutar consigo mesmo para aceitar como inspiradora de Bocage a velha caôlha e sórdida, quase mentecapta, “mas ainda famosa pela desenvoltura bocagiana dos ditos e das anedotas”, que vegetava a um canto da vivenda de Santo Izidro: “Quem?! Aquela?! a musa do maior poeta lírico da língua portugûesa?! e só depois de recobrado da surpresa, entrei a coligir e a relacionar idéias e reminiscências... Sim! conheci-a mais que nonagenária: quem sabe lá que magnífica pessoa poderia ter sido, setenta anos antes, a múmia esquálida que eu vira perpassar umas raras vêzes de furtivo relance, como um trasgo assustado da luz do dia!”

Maria Vicência viera com o pai para o Brasil, na comitiva da família real, em 1808. Não permanecera no Rio, como tantos dos companheiros de viagem: fôra residir com um tio, na fazenda do Bairro Alto, em São Gonçalo, e ali, já velha, acabou por casar com outro velho, o Coronel José Francisco Pereira.

Para atenuar a imagem caricata imposta pelo rigor do tempo, recordemos aqui a imagem lírica da Márcia bela que o poeta guardou nos versos destas duas quadras:

Uns graciosos olhos matadores,
Que às vêzes por mortais ficam mais belos,
Uns doirados, finíssimos cabelos,
Das madeixas do sol desprezadores;

Uma face aonde as próprias côres
Da matutina luz tiram modelos,
Uns agrados tão doces, sem fazê-los,
Que por êles amor morre de amores...

Contrariado pela mãe de Maria Vicência, que não quis concordar com o casamento da filha, Bocage continuou a cantá-la, não mais como Márcia, sim como Armia, anagrama de Maria, e o fêz de tal modo que ainda agora lhe sentimos correr o pranto nas lágrimas dêste sonêto:

Sobranceiro ao poder, e às leis da sorte,
Amor ouviu meus ais, cumpriu meu gôsto;
Já, já sinto nos olhos, peito e rosto
A névoa, as ânsias, o suor da morte.

À terra mão piedosa me transporte,
E depois que em sepulcro mal composto
Der ao frio cadáver frio encosto,
Êstes versos por dó na pedra corte:

“Aqui se esconde Elmano; alegre estado
Algun tempo deveu à amiga estrêla,
Foi de Armia amador, de Armia amado.

Desuniu duro caso o triste e a bela;
Viver sem ela lhe ordenava o fado;
Quis antes o infeliz morrer por ela.”

Viveu sem ela, é verdade — mas talvez antes assim
que viver com ela, e vê-la feia e velha, cega de um ôlho, e
ainda por cima de língua sôlta e pornográfica, sem um
único foi daqueles

...doirados, finíssimos cabelos,
Das madeixas do sol desprezadores...

LARGO DO PAÇO

SUAS RELÍQUIAS, SUAS LEMBRANÇAS

AUGUSTO MAURÍCIO

(Do Instituto Histórico e Geográfico da
Cidade do Rio de Janeiro)

Entre os logradouros públicos do Rio de Janeiro, que mais recordam o passado porque integrados na vida da cidade desde a sua fundação, porque vêm acompanhando, dia a dia, o seu desenvolvimento, participando ativamente dos seus momentos de glória ou de amargura — se inclui, sem dúvida, o antigo Largo do Paço.

O Largo, primitivamente, apenas assinalava o fim da *rua que vai para a Misericórdia* e o comêço da *rua que vai para Manuel de Brito* — monte que passou a denominar-se de São Bento, desde que ali foi levantado o mosteiro dos padres beneditinos. A maior atração que ali havia naquela época distante, era a ermida dedicada à N. S. do Ó, que reuniu em seu interior os habitantes das imediações para as costumeiras preces diárias. Sobre a praia branca, à frente da ermida, espreguiçava-se, em ondas suaves e mansas, o mar da baía de Guanabara.

Relativamente à construção do pequeno templo nada se sabe de positivo; em tôrno do seu aparecimento há muitas lendas, bonitas e bem engendradas algumas, mas nada de concreto. A capela, em 1590, foi doada aos frades carmelitas que, ao seu lado levantaram o cenóbio para residência da comunidade religiosa. A ermida, não obstante ser bem cuidada, mas talvez porque sua construção fôsse executada com material de qualidade inferior, numa noite de festa ruiu pesadamente sobre a multidão que ali comparecera, causando a morte de muitos e ferindo grande número de fiéis.

A actual igreja que se vê na esquina da Rua 7 de Setembro, teve a sua pedra fundamental lançada em 1761, por Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro, e por alvará real de 13 de junho de 1808, assinado pelo Príncipe-Regente D. João, foi elevada à categoria de Catedral. Em sua construção encontram-se pedras retiradas da Ilha das Enxadas, com grande trabalho, dada a falta de instrumentos adequados para o mister.

O frontispício da igreja é relativamente recente e foi modificado por ordem do Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Conta com três portas, igual número de janelas no andar do côro, vitrais vários. Ao alto, sob a cruz do frontão e dentro de um nicho, está a imagem de São Sebastião, esculpida em mármore branco. Na coluna da torre, que se ergue à esquerda, e não tem nenhum estilo definido, encontram-se o relógio, os sinos, e bem alto, dentro de um círculo gradeado de ferro, dominando tudo, a imagem de N. S. da Conceição, em bronze dourado.

Na cripta da Catedral jaz, entre outros, o corpo do Cardeal Arcoverde, falecido em 1930. Em uma das paredes uma placa de bronze indica que ali está uma parte das cinzas de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil, que foi extraída em 14 de março de 1903 de sua sepultura na igreja da Graça, em Santarém, Portugal, e doada à Catedral do Rio.

O primeiro casamento de príncipes realizado no continente americano teve lugar na Catedral: — D. Pedro, herdeiro do trono de Portugal, e que viria a ser o nosso primeiro imperador, com D. Maria Leopoldina de Habsburgo, da Casa da Áustria.

Também ali foi sagrado rei, o regente D. João, em 1818, que passou a ser o Sereníssimo D. João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarves, D'aquem e D'além Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Em 1 de dezembro de 1822 realizou-se a coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, e em 18 de julho de 1840, houve a sagração de Dom Pedro II, que ascendia ao trono imperial com menos de 15 anos de idade.

Encontra-se na Catedral — oferecida pelos membros da família imperial brasileira, a Rosa de Ouro, condecoração com que foi agraciada pelo Papa Leão XIII a Princesa Isabel,

por motivo da abolição da escravatura no Brasil. Essa condecoração foi instituída pelo Papa Urbano II, no ano 1096, e só é conferida a altos chefes de Estado, em razão de algum feito de elevada expressão. Foi portador da honrosa láurea, para o Rio, o príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança, que aqui chegou da Europa em 7 de junho de 1946.

* * *

Foi na então Praça do Carmo que se levantou o segundo teatro no Rio de Janeiro ⁽¹⁾, e denominava-se Ópera de Manuel Luís, nome do seu proprietário, Manuel Luís Ferreira, cidadão português, que em sua terra fôra barbeiro, dançarino e tocador de fagote. Aqui no Brasil soube conquistar o aprêço de todos, inclusive de altas autoridades, tendo alcançado o posto de Tenente-Coronel do Regimento dos Pardos, tornando-se mesmo amigo pessoal do Vice-Rei, Marquês de Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Melo e Silva, 4.º Conde de Avintes e 2.º Marquês de Lavradio).

O acontecimento ocorreu em 1776 e teve larga repercussão, tendo comparecido à récita de inauguração da casa de espetáculos o próprio Vice-Rei.

O Rio de Janeiro, naquele recuado tempo, embora já capital do Brasil, era uma incipiente cidade, pontilhada de mangues infectos, cortada de ruas estreitas, quase tôdas sem calçamento; a Praça do Carmo era, por isso, o logradouro de maior movimento, da mais acentuada importância, por estar nêle a residência do Governador — principal figura da terra. Ainda assim, nenhum conforto oferecia. E à noite, terminada a função no Teatro Manuel Luís, os espectadores acendiam as lanternas que traziam, para com elas iluminarem o caminho de retôrno à casa, pois não havia sido ainda instalada luz nas ruas. Era, contudo, pitoresco verem-se os transeuntes munidos de focos luminosos, como grandes pirilampos, a andar pelas vielas escuras e malcheirosas, saltando pôços de água, desviando-se de latas de lixo...

O teatro suspendeu suas funções em 1810, requisitado que foi, como aconteceu a outros prédios, para servir de residência a funcionários do Paço.

(1) O primeiro teatro que houve na cidade foi a Casa da Ópera, do Padre Ventura, na Rua do Fôgo, atualmente Rua dos Andradas.

No local onde hoje se levanta o belo edifício que serviu à Câmara dos Deputados, até quando o Rio deixou de ser a capital do Brasil ⁽²⁾, havia, a partir de 1636, o prédio em que se instalou a Cadêia da cidade. Além de prisão para homens criminosos de delitos comuns, abrigava também, em celas especiais, mulheres delinqüentes. A cadêia ali funcionou durante muitos anos, registrando sempre movimento. Em uma de suas celas esteve recluso Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que por sua coragem tornou-se a maior figura da Inconfidência Mineira, dali saindo no dia 21 de abril de 1792, para ser executado na fôrça armada no Campo de São Domingos.

Junto à Cadêia Pública havia o pelourinho — transportado logo após a chegada da Família Real de Bragança, para o Largo do Rossio.

O pelourinho fôra levantado em 1647, por determinação do Ouvidor Geral, Damião de Aguiar. Em provisão datada de 7 de dezembro, ordenava que “os oficiais da Câmara, à custa dos bens do Conselho, fizessem um pelourinho na praça desta cidade, por ser cousa muito útil e necessária à utilidade da cidade”. Construído o pelourinho, o povo passou a denominar a praça de Terreiro da Polé — como era mencionada a coluna no linguajar da gente simples.

Um fato que jamais o povo esqueceu: foi ali que, em 10 de abril de 1661, depois de fracassado o levante contra o Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, esteve pendurada, para escarmento público, a cabeça de João Barbalho, chefe do mencionado movimento.

No mesmo prédio que serviu à Cadeia se abrigaram outras repartições do Estado, entre elas a Relação, o Senado da Câmara e, já nos fins do Século IX, a Tipografia Nacional, o Correio, a Caixa Econômica Federal, a Inspetoria de Higiene e a própria Câmara dos Deputados, que ocupava o sobrado.

O edifício atual, que se denomina Palácio Tiradentes, teve sua construção iniciada durante o Govêrno presidido por Epitácio Pessoa, que lançou a sua pedra fundamental em 19 de junho de 1922, e a sua inauguração em 6 de maio de 1926, em comemoração do centenário da instituição do Poder Legislativo no Brasil. Era Presidente da Câmara o Deputado Arnolfo Azevedo, e o ato teve grande brilho. O

(2) A capital do Brasil foi transferida para Brasília, em 21 de abril de 1960.



O primitivo chafariz do Largo do Paço, levantado por iniciativa de Gomes Freire de Andrade. À esquerda vislumbra-se o famoso Hotel Pharoux, à direita o Paço dos Governadores, e no fundo, também à direita, o morro do Castelo, tão cheio de tradições, e que foi destruído em 1920. O atual chafariz que existe no Largo, é de autoria do Mestre Valentim da Fonseca e Silva, e foi inaugurado em 1789

prédio é soberbo, de grande nobreza em suas linhas arquitetônicas, bela e larga escadaria, tendo no pátio que se abre à sua frente, a estátua de Tiradentes, fundida em bronze pelo escultor Francisco Andrade, em cumprimento ao encargo que lhe dera a Mesa da Câmara. O monumento está pousado exatamente no lugar em que se situava a cela da cadeia velha, onde o grande mineiro esteve encarcerado.

Ao alto, acima da fachada, há em cada lado, um grupo alegórico, lembrando a Independência do Brasil e a Proclamação da República. Nêles aparecem, entre outros vultos eminentes, o Imperador D. Pedro I e o Marechal Deodoro da Fonseca, ambos montados a cavalo ⁽³⁾.

* * *

No meado do Século XVIII no fecundo Governo de Gomes Freire de Andrada, poucas torneiras havia na cidade. A mais próxima do Palácio dos Governadores era localizada na praia então conhecida por Brás de Pina (agora Cais dos Mineiros). Uma simples construção de pedra e cal, sem ornamento ou decoração, e que se denominava Chafariz da Junta do Comércio.

A população da cidade crescia, e, a pouco e pouco, mais urgente se fazia sentir a necessidade de aumentar o número de fontes de água para atender ao povo. O chafariz da Junta do Comércio, além de abastecer os moradores de sua vizinhança, tinha de prover de água os navios e outras embarcações que aportavam ao Rio de Janeiro. Para minorar tal situação de angústia, resolveu Gomes Freire pedir à Côrte portugêsa um nôvo chafariz para o centro da cidade.

Requerida a licença a D. João V, instruído o pedido com a planta respectiva, foi tudo enviado a Lisboa, para o estudo e a aprovação real.

A decisão favorável não se fêz esperar muito: o próprio monarca deu-lhe pronto despacho a 2 de maio de 1747, fazendo no projeto ligeiras alterações, que redundavam tôdas, em benefício do empreendimento.

Assim é que prontificava-se a enviar a cantaria devidamente lavrada, e o mármore preciso, para que a obra fôsse suntuosa, e até o desenho foi transformado, para

⁽³⁾ Inexplicavelmente, melhor, incompreensivelmente os personagens vestem túnica romana...

maior realce. Além disso, recomendava D. João V que se enviassem ao Reino informes sôbre os canos que seriam necessários para a condução da água do Largo da Carioca até a Praça do Carmo, local em que seria levantado o nôvo chafariz, o que seria feito em homenagem a Gomes Freire de Andrada. E, na resposta, sugeria ainda o soberano uma revisão na fonte da Junta do Comércio, alterando-lhe a forma, se imprescindível, para melhor comodidade pública.

Recebido o material, bem como as recomendações, iniciou-se o trabalho para a construção da fonte, bem no centro da praça, no lugar onde se acha hoje a bela estátua do General Osório.

Consumiu largo tempo a obra. Só depois de 1769, já no reinado de D. José, foi dada como concluída e inaugurada.

Correram os dias. Muitos anos rolaram. Impôs-se a necessidade de ser removido o chafariz, pois a sua localização dificultava sèriamente as manobras militares no terreno.

A êsse tempo era Vice-rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que incumbiu o Mestre Valentim da Fonseca e Silva do trabalho de remoção do chafariz para a beira do mar. Ficaria ali melhor situado, atendendo da mesma forma útil à população das cercanias.

Começada a tarefa, verificou Mestre Valentim que era mau o material empregado, porque se deteriorava, e a sua obra não ficaria perfeita nem duradoura. Resolveu-se então demolir o chafariz, e levantar um nôvo, baseado em risco apresentado em 1780 pelo brigadeiro sueco Jacques Funk. Acrescentou Mestre Valentim ao desenho, apenas o emblema heráldico, em mármore branco, com inscrição latina, lembrando ter sido durante o reinado de D. Maria I e a governanças de D. Luís de Vasconcelos e Sousa que se operara a transformação do chafariz. A placa relativa à Rainha tem os seguintes dizeres:

MARIA PRIMA PORTUGALIAE REGINA PIA OPTIMA AUGUSTA E NAVIBUS IN TERRAM FACTO EXCENSU RECIPROCAN-
TIS AESTUS INFRACTO IMPETU INGENTI MOLE CONSTRUCTIS
PUBLICAE SEDILIBUS FORO FONTE IMMUTATIS ET IN ANGUS-
TIOREM ET COMMODIOREM FORMAM REDACTIS REGALIBUS
MAXIMIS IMPENSIS ALOYSIO VASCONCELLO SOISAE BRASI-
LIAE IV VICES REGIS GERENTI CUJUS AUSPICIUS HAEC SUNT
PERFECTA HOC MONIMENTUM POSS TOT TANTISQUE EJUS BE-
NEFICUS GRATUS POPULUS.

SEBASTIANOPOLIS IV — KAL. APRIL ANNO MDCCLXXXIX

A D. Luís de Vasconcelos refere-se o oval afixado num dos oitões da fonte, nos dizeres adiante:

IGNIFERO CURRU POPULOS DUM PHOEBUS ADURIT. VAS-
CONCELLUS AQUIS EJICIT URBE SITIM PHOEBE RETRO PRO-
PERA ET COELI STANTIONE RE LITA. PLAECCLARO POTIUS NI-
TERE ADESSE VIRO.

No ano de 1789 deu-se por concluído o trabalho, magnífico para o seu tempo, e citado por diversos escritores do Brasil e Portugal como expressão da mais pura arte e mais alta imaginação. Imprimindo-se à obra aspecto inteiramente nôvo, sob nôvo modelo, aproveitaram-se, contudo, a cantaria e os mármorees da primeira construção.

A Praça do Carmo foi também modificada na ocasião, pelo Mestre Valentim, por ordem de D. Luís de Vasconcelos, que lhe imprimiu feitio semelhante ao Terreiro do Paço, de Lisboa. Ficou o chafariz junto ao cais de pedra que também construiu, colocando ao longo de sua amurada várias torneiras de bronze para abastecimento de água às embarcações que ali acostavam.

Muita gente que cruza hoje o movimentado e alegre logradouro ignora, por certo, o que aquêlê monumento representa na história da cidade, e muito menos os relevantes serviços que prestou em época distante. É êle uma autêntica relíquia do Rio de outrora, quando a capital do Brasil não era mais do que uma principiante e mal traçada cidade colonial, de exíguas dimensões, com vielas tortuosas e iluminadas a azeite de peixe. As construções estendiam-se acanhadas e desalinhas pela orla marítima, descendo pela encosta do morro do Castelo, e o perímetro urbano não atingia larga profundidade, uma vez que não ia além da Rua da Vala (atualmente Rua Uruguaiana). Naquele tempo não havia rêde distribuidora de água, e as casas, tanto as residenciais como os estabelecimentos de comércio, eram abastecidas pelas torneiras públicas, existentes em número insuficiente e a água colhida nessas bicas, transportadas em grandes vasilhas que escravos conduziam à cabeça. Muita briga, muita discussão, muito espancamento, correrias, gritos e vaíias — entre escravos e policiais que tinham de manter a ordem, foi teatro o Largo do Paço!

Como vai longe êsse tempo! Hoje a nossa cidade é uma das mais belas do mundo. O progresso entrou, estabeleceu-se nela, modificando os costumes primitivos, dando-lhe nova

vida, ampliando-lhe a beleza, acompanhando, passo a passo, a civilização universal.

★ ★ ★

Até o ano de 1698 os Governadores do Rio de Janeiro não tinha tido residência apropriada, uma casa que se destinasse especialmente a servir de moradia à principal figura da terra. Viviam êles em prédio alugado, e de acôrdo com suas posses. Já em 1678 a Câmara fizera sentir ao rei de Portugal a necessidade de uma residência própria para os Governadores; todavia nada fôra conseguido de imediato, além de muitas promessas.

Afinal, vinte anos depois, ordenou a Côrte a compra de prédio para a sede do Govêrno da Capitania. A 10 de novembro de 1698 foi adquirida uma grande casa na Rua Direita (atual Rua 1.º de Março), no local em que está hoje a Agência Central dos Correios. Realizadas as modificações que se impunham, desde então os governadores passaram a ter pouso fixo, de acôrdo com a importância do cargo. No ano 1710, invadido o Rio de Janeiro pelos franceses comandados por Jean François Duclerc, a casa foi incendiada, mas logo a seguir reconstruída pelo então Governador, Francisco de Castro Morais.

Tomando as rédeas do Govêrno em 1733, passou a residir na casa Gomes Freire de Andrada. Entretanto achava êle que tal residência não estava compatível com a dignidade do cargo de Governador e Capital General das Capitâneas do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Impunha-se como necessidade premente, a construção de nôvo prédio com acomodações adequadas, não sòmente à instalação do representante do Rei, mas também para alojar visitantes ilustres que acaso aportassem ao Rio de Janeiro. Enfim, um palácio confortável, que seria o mais suntuoso da cidade.

Dez anos após o início do trabalho, concluia-se, finalmente, a edificação do palácio, que obedeceu à planta do brigadeiro e famoso engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Estava situado na Praça do Carmo, com frente voltada para o mar, do qual era separado por pequeno pátio calçado de pedra, e dando fundo para o Convento do Carmo. A sala principal da sede do Govêrno foi decorada pelo pintor José de Oliveira, o mesmo que pintou a Sala de Armas da Fortaleza da Conceição, o teto da Capela Imperial, o teto da igreja da Penitência, emprestando ainda

o seu talento a outros trabalhos preciosos, que lhe deram nome entre os artistas do tempo. Na fachada do prédio, sobre a porta principal, via-se a seguinte inscrição:

REYNANDO ELREY D. JOÃO V N. S. ESENDÓ Gor. ECAPm.
DESTAS CAPas. EDA DAS Mas. Ges. GOMES FRe. DE ANDRa.
DO SEO CONso. SARGo. MAYOR DE Ba. DOSSEUS EXERtos.
ANO MDCCXLIII.

Passou Gomes Freire a residir no palácio que fizera construir, permanecendo ali até o fim do seu Governo (1763), sejam dezenove anos.

Com o tempo o prédio foi aumentando para cima, guardando, embora as mesmas linhas arquitetônicas. Assim foi que, no vice-reinado do Conde de Resende (1790-1801) um segundo piso foi levantado no palácio, e em 1817, ao tempo em que se achava no Rio de Janeiro a Corte de Dom João, foi construído o terceiro andar.

Nesse prédio residiram, depois de Gomes Freire de Andrada (agraciado em 1758 com o título de Conde de Bobadela), os sete vice-reis do Brasil que tiveram assento no Rio de Janeiro, e a partir de 1808 ali se instalou a família real. Depois do retorno a Portugal de D. João VI e sua boa gente, e da proclamação da independência de nossa terra, o palácio passou a ser Paço Imperial, também Paço da Cidade, em virtude de haver outro Paço em São Cristóvão.

No tempo em que serviu ao vice-reinado, o prédio abrigou também o Tribunal da Relação, a Fábrica de Moeda, bem como o seu Provedor.

Entre os fatos de maior relevância ocorridos no Paço da Cidade, destacamos, como do mais alto brilho, a assinatura pela Princesa Isabel, Regente do Império, da lei que aboliu a escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888. Em memória desse fato o Centro Carioca, em 13 de maio de 1938, após na fachada uma placa de bronze com dizeres alusivos à passagem de meio século do humaníssimo acontecimento.

Vale assinalar que, pela mesma porta em que entrara a princesa-regente para assinar a lei de libertação dos escravos (a Lei Áurea), saiu ela, acompanhada pelos demais membros da família, pouco mais de um ano depois, banidos pela República.

Foi de uma das janelas do prédio que, em 9 de janeiro de 1822, procurado pela comissão chefiada por José Cle-

mente Pereira, que trazia uma representação popular com cerca de 8.000 assinaturas, solicitando ao regente que não deixasse o Brasil — D. Pedro proferiu, comovido e entusiasmado: *Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico!*

Outro fato curioso: No dia 10 de novembro de 1822, na Catedral teve lugar a bênção da nova bandeira do Brasil, cujos desenhos e cores foram escolhidos pelo próprio Dom Pedro. Após o Te-Deum e as demais cerimônias religiosas, o Imperador recebeu das mãos do Bispo Capelão-Mor, Dom José Caetano da Silva Coutinho, os novos emblemas da nação livre. Passou-os o monarca ao Ministro da Guerra, Tenente-Coronel João Vieira de Carvalho (mais tarde Conde e Marquês de Lajes), que os foi entregando, um a um, aos Comandantes das Forças estendidas em grande formação festiva, no Largo do Paço. Por curiosa coincidência, o primeiro soldado a receber a bandeira nacional, o auri-verde pendão, foi o Tenente Luís Alves de Lima, futuro Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, e que viria a ser o Patrono do Exército Brasileiro.

Após o discurso proferido por D. Pedro, na escada do templo, as bandeiras foram desenroladas com solenidade, ao mesmo tempo em que eram apresentadas armas e se ouviam salvas da artilharia de terra e dos navios surtos no porto.

* * *

Com a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real de Bragança, em 8 de março de 1808, o então Vice-Rei, Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos de Val-de-Vez), bem como as repartições públicas que funcionavam no palácio, houveram de desocupar o prédio para cedê-lo ao sereníssimo soberano luso, sua família, fidalgos, fidalgotes, e demais agregados. E tão numeroso era o séquito que se impôs a necessidade de ocupar também o prédio da Cadêia (os prêsos foram transferidos para o presídio do Aljube) e o Convento do Carmo ⁽⁴⁾. Neste último ficaria residindo D. Maria I, a Rainha, atacada das faculdades mentais, seus auxiliares diretos, servidores e serviçais.

(4) No antigo convento do Carmo encontram-se hoje a Academia de Comércio e outras repartições.

Para comodidade das pessoas reais, foram construídas duas pontes, ou melhor, dois passadiços envidraçados e cobertos, atravessando, pelo alto, as ruas São José e da Misericórdia, ligando o Palácio Real com a Cadêia e o Cenóbio — que já tinham, então, deixado de ser prisão e convento. Os carmelitas estabeleceram-se, provisoriamente, no hospício de N. S. da Oliveira, na Rua dos Barbonos ⁽⁵⁾ até que, quase três anos depois, mudaram-se para o Largo da Lapa, onde ainda se encontram.

Em uma parte do Palácio instalaram-se D. João, os filhos Pedro e Miguel, o sobrinho Pedro Carlos, infante de Espanha, que mais tarde se casaria com a infanta Maria Teresa. Na ala oposta aos aposentos de D. João, ficaram D.^a Carlota Joaquina e as infantas suas filhas — Maria Teresa, Isabel Maria, Maria Francisca de Assis, Maria Isabel, Maria d'Assunção e Ana de Jesus Maria. Todos os fâmulos, moços de quarto, aias, camareiros, estribeiro-mor, gentis-homens, veadores, confessores, etc., residiam com seus amos. Para o convento dos Carmelitas foram a rainha louca e sua irmã, D.^a Maria Ana, e toda a famulagem.

Nêsse palácio adaptado para residência da Rainha de Portugal, Brasil e Algarves, viveu D.^a Maria I até 1816, quando deixou o mundo, contando 81 anos de idade. Dali saiu o funeral para o Convento de N. S. da Ajuda ⁽⁶⁾, onde ficou depositado o corpo. Quando a família real tornou a Lisboa, em 1821, o féretro a acompanhou, embarcando no cais do Largo do Paço.

* * *

Do lado esquerdo da praça, de quem olha para o mar, era estabelecido o Senado da Câmara, criado por provisão de 11 de março do ano 1757. Funcionava no sobrado de casa pertencente a Francisco Teles Barreto de Meneses, Juiz de Órfãos. Certa madrugada, violento incêndio irrompeu no prédio, reduzindo-o completamente a escombros, malgrado a intervenção das autoridades e do povo que procuravam abafar o fogo. Esse sinistro fez desaparecer, lamentavelmente, todo o ~~ar~~quivo relativo à cidade, perdendo-

(5) A Rua dos Barbonos é a atual Rua Evaristo da Veiga. O hospício ficava onde está hoje o Quartel da Polícia Militar.

(6) O convento da Ajuda era na própria Rua da Ajuda, e situava-se precisamente onde se levanta hoje o prédio em que funciona o Cinema Odeon, na Cinelândia.

se, assim, preciosos documentos. O fato ocorreu em 20 de julho de 1790, durante o vice-reinado do Conde de Resende.

Reconstruído o prédio, segundo planta do brigadeiro José Fernandes Alpoim, foi conservada a passagem que liga a praça à atual Travessa do Comércio, que fôra antes Beco do Peixe e Travessa Nova do Peixe. Travessa do Comércio ficou sendo desde 1863 — segundo diz o meu prezado amigo Brasil Gerson em sua preciosa obra *História das Ruas do Rio de Janeiro*.

Contam as crônicas antigas que ali, sob a proteção das ruínas do incêndio havido no Arco do Teles — que assim se denominou por fazer parte da casa dos Teles de Meneses, reuniam-se perigosos facínoras, mendigos e decaídas. Entre os primeiros citaremos o *Bentevi*, a *Juriti*, o *Ólho de Gato*, e ainda a *Onça* — a mais temível de todos. Seu verdadeiro nome é ignorado. Sabe-se que na vida airada tinha o apelido de Bárbara dos Prazeres. Adquirira em suas andanças uma doença infecciosa — uns afirmam que era lepra, outros, morféia. Disseram-lhe que somente sangue seria o remédio indicado para curar-se. Passou ela, então, a procurar cães, gatos, cabritos e outros bichos, que matava, para lavar-se com o seu sangue. Até crianças, que roubava, eram sacrificadas pela louca para tentar a cura de suas feridas. Daí o apôdo de *Onça*.

Mas não eram apenas vadios, bêbedos e assaltantes que infelicitavam o velho Largo do Paço. Havia também outra classe de desocupados, mas inofensivos: os vagabundos e os mentecaptos que ali faziam ponto, ora sentados nos bancos públicos ou na beira das calçadas, ora encostados ao cais ou perambulando pelas esquinas, a espera de que alguém os favorecesse com qualquer esmola. Alguns tipos tornaram-se mesmo familiares, chegando a se integrarem na fisionomia da praça. Entre êles nomeados, por exemplo, aquêle que se chamava João Alberto Matias e se dizia Barão de Schindler, e que o povo apelidou de *Filósofo do Cais* — tipo alto, trajando fraque verde, descalço, fumador de cachimbo, e tendo à cabeça alto boné de soldado, com plumas. Era, por vêzes, agitado, nervoso, falador, mas quase sempre taciturno, olhando langüidamente o mar. Diziam que realmente pertencia a uma nobre família alemã, e que lutara na Europa durante a guerra de Napoleão. Um dia enlouqueceu completamente, e foi recolhido ao manicômio onde findou seus dias. MELO

MORAIS FILHO, em seu livro *História e Costumes*, descreve com excelentes detalhes êsses tipos curiosos que viveram no velho logradouro carioca.

Impõe-se citar aqui dois nomes da maior popularidade, da maior expressão na música popular brasileira, e que residiam na Travessa do Comércio n.º 13, já neste século. São as irmãs Carmen e Aurora Miranda. Carmen nasceu no Pôrto, Portugal, em 1909, e para aqui veio quando contava cinco anos de idade; Aurora é daqui do nosso Rio, nascida alguns anos depois. Duas autênticas estrêlas da canção nacional, e que constituíram inspiração a muitos compositores da nossa música.

Carmen Miranda viajou para a América do Norte, sempre com sucesso artístico, e ali casou-se em 1947. No ano 1954 veio em visita ao Rio, e no ano seguinte, no dia 5 de agosto, em Hollywood, faleceu repentinamente, acometida de ataque cardíaco. Seu corpo foi trasladado para o Rio, e repousa no cemitério São João Batista.

* * *

O cais que separa do mar a atual Praça Quinze de Novembro (nome dado ao local em homenagem à Proclamação da República em 1889) é o terceiro ali construído. O primeiro foi no tempo do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1779: “cento e vinte braças de comprimento, todo êle em pedra lavrada com peitoris, com assentes da mesma, com três escadas para o mar e uma rampa”.

Com o bater das vagas do mar, o cais se foi arruinando. E já quando aqui esteve a Côrte, foi pela primeira vez remodelado. Mas o atual, êste que tão bem conhecemos, data de 1902, levantado durante a administração do Prefeito Xavier da Silveira, que o construiu mais para dentro do mar, dando maior amplitude à Praça.

O nome de Pharoux recorda o francês Luís Adolfo Pharoux, que aqui chegou em 1816, depois da derrota de Napoleão na guerra que envolveu a Europa. Fôra êle um dos combatentes nas hostes bonapartistas. A êle se deve a abertura de um grande hotel, do maior respeito e conforto, que se tornou famoso. A casa tinha o seu nome: Hotel Pharoux, e era situada na esquina da Rua Fresca (atualmente Rua Clap) com a praça. Nesse mesmo prédio,

em 1901, era estabelecida a Casa de Saúde do Dr. Cata Prêta.

Constituiu a criação do hotel um legítimo melhoramento para a cidade, e o seu proprietário gozou sempre da maior simpatia, pelo seu trato amável, maneiras elegantes, impondo-se ao respeito e consideração de tódá a gente. Adoecendo um dia, vendeu o estabelecimento, embarcou para a França, e ali morreu no ano 1868.

Não sòmente o Hotel Pharoux havia no largo, mas ainda o Hotel de la Rade, no princípio do século passado, o Hotel de França e o Hotel do Fanha. Todos êsses três tiveram seu lugar marcado na vida do velho logradouro.

O Hotel de França ocupava a esquina da Rua Direita (atual Rua 1.º de Março), olhando para a Praça, destacando-se por uma longa varanda no primeiro andar, que corria em quase tódá a sua extensão. Era ali que se hospedavam viajantes ilustres, chegados por mar. Não havendo cais para atracação, os passageiros serviam-se de pequenas embarcações, que os deixavam em terra, junto a amurada. Pelo serviço de transporte dos passageiros e respectiva bagagem, era cobrada a quantia de 2\$000 (dois mil réis).

Teve larga duração êsse estabelecimento. Últimamente, com o caminhar do tempo e a introdução de novas modalidades de conforto, o hotel foi entrando em decadência. Superado — como se diz hoje em dia. Na terceira década dêste século foi demolido o prédio e, no seu local, levantado o belo edifício que ali está.

No correr da casa em que funcionou o Hotel de França era estabelecida a sede do Aero-Clube, presidido pelo então deputado Maurício de Lacerda. Fazia parte da diretoria do Clube, como técnico, o aviador paulista Edu Chaves, o primeiro que realizou vôo entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, feito que, na época, foi considerado verdadeiro acontecimento aviatório.

Quanto ao Hotel do Fanha, êste não era de luxo, servindo a classe mais modesta, e que o procurava, de preferência, para encontros furtivos.

* * *

A seguir o Hotel de França e o Arco do Teles, encontrava-se o Mercado da Candelária (Mercado da Praia do Peixe, como o povo o chamava), mandado ali construir

pela Câmara Municipal, no ano 1834, sob o risco do arquiteto Grandjean de Montigny — componente do grupo de artistas franceses que aqui chegaram em 1816, contratados pelo Governo Real para desenvolver e estimular as artes no país.

O nôvo mercado, levantado à beira-mar sob a fiscalização do vereador Manuel Teixeira da Costa e Silva, vinha oferecer ao Largo do Paço aspecto mais nobre, tomando o lugar das pouco asseadas bancas de madeira onde era depositado o pescado para a venda avulsa.

Era imponente o prédio, quadrilátero, amplo, arejado, apresentando cada fachada 16 janelas, tendo bem no centro de cada grupo um largo portão de entrada com grade de ferro. Eram quatro portas por onde entrava a freguesia. Havia ali, de tudo — desde as verduras frescas, ervas medicinais, ovos e bebidas, a objetos de armarinho, galináceos, pássaros de tôda espécie da fauna brasileira, animais quadrúpedes, etc., que traziam o ambiente em ruidosa e alegre algazarra. Enfim: os mais variados artigos que hoje se encontram nos grandes estabelecimentos do gênero.

Despertava logo a atenção de quem ali entrava, um belo chafariz de pedra, colocado ao centro do pátio, no qual se viam quatro golfinhos de bronze, de cujas bôcas se derramava a água que enchia a bacia, também de pedra, colocada abaixo. Uma verdadeira preciosidade que bem revelava a genialidade do seu autor. Esse mercado, bem como o chafariz, foram derrubados na gestão de Serzedelo Correia na Prefeitura da cidade, no ano 1911.

Por falar em chafariz, lembremo-nos do velho repuxo que também havia no Largo do Paço, localizado adiante da bela obra de Mestre Valentim. Todo de ferro, feito em Paris, na Fundição Val d'Osné. Tem aspecto soberbo, de grande beleza ornamental, apresentando o seu conjunto, entre outros atrativos, quatro estátuas pedestres simbolizando a América, a Europa, a Ásia e a África. Das duas bacias superpostas, situadas ao alto, a água se atira no tanque formando límpida e fresca cascata.

Descrevendo o chafariz, em sua excelente obra *Terra Carioca*, diz o saudoso Magalhães Correia:

— *O Prefeito Passos colocou nos socos de pedra da escadaria, golfinhos de bronze, o que de forma alguma ia com o conjunto; mas no comêço*

de 1924, foram retirados inteligentemente pelo Dr. A. Batista Ramos Bitencourt, engenheiro-chefe do 6.º Distrito da Repartição de Águas e Esgôtos, e instalados no Açude do Mórro do Inglês (Águas Férreas) onde se acham. Na administração Prado Júnior foram colocados quatro grupos de mármore nos socos onde estiveram os golfinhos; êstes grupos de mármore, reunidos três a três, não são nada mais, nada menos, que cópias dos executados por Van Clève, Lespengola, Poutier e Grosso sob a fiscalização de Girardon, no “Parterre d’eau bassin de midi”, do Jardim de Versalhes. Mas, santo Deus! estas horríveis cópias desmoralizam os artistas franceses, por serem de fancaria!

Os golfinhos de que falamos acima, são aquêles que compunham o conjunto do chafariz do Mercado da Candelária.

A fonte, que esteve na exposição realizada em Viena (Áustria) em 1878, foi adquirida nessa data pelo Governo Imperial para embelezar ainda mais a Praça D. Pedro II.

Fazia parte, pois, do patrimônio da União. Em 1928, porém, a Prefeitura do Rio solicitou ao Ministério da Viação a cessão para o âmbito municipal, da fonte da Praça Quinze, e também do chafariz então existente na Praça Onze de Junho. Deferido o pedido, lavrado o respectivo termo, dêle constava a seguinte cláusula: “De não serem removidos, nem modificados em sua arquitetura por serem considerados relíquias da cidade”.

O chafariz da Praça Quinze encontra-se, desde o ano 1964, na Praça da Bandeira (onde está muito melhor), e o da Praça Onze adorna a Praça Afonso Vizeu (Alto da Boa Vista), na Tijuca.

* * *

No princípio da Rua São José, com a frente voltada para a Praça, foi construído em 1880 um dos mais elegantes prédios que já houve naquele local. Foram autores de sua planta os arquitetos Baldarini e Bosisio, para nêle se instalar o Departamento dos Correios e Telégrafos, o que, afinal, não se verificou, pois o imóvel foi designado pelo Governo para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Essa repartição federal desdobrou-se, mais tarde, em outra pasta destinada aos negócios da Viação.

Assim, o Ministério da Agricultura transportou-se para a Avenida Pasteur, deixando na Praça Quinze o Ministério recém-criado, que passou a denominar-se da Viação e Obras Públicas.

Era um bonito prédio, com dois sobrados, pintado de cinzento, tendo à frente duas altas palmeiras reais. No pátio via-se a estátua do Conselheiro Manuel Buarque de Macedo, que fôra Ministro da pasta da Agricultura, no tempo do Império.

Demolido o prédio, depois de 1930, foi no mesmo local levantado outro, de cimento armado, destituído de qualquer estilo, como sói acontecer com as modernas construções. Depois de terminada a obra, e já havendo mudado para ali o Ministério da Viação, verificou-se que a casa resultara pequena. Um outro piso foi, então acrescentado à nova sede da Repartição Federal.

* * *

O prédio da Cia. Cantareira de Viação Fluminense, ali junto ao mar, existe desde que assumiu a administração da empresa o Visconde de Moraes, e foi levantado no período de 1906/1907. Antes, em outra casa no mesmo local, funcionava a Cia. de Navegação de Niterói, e depois a Cia. de Barcas Ferry.

O serviço de ligação entre Rio de Janeiro, Niterói e as ilhas da baía de Guanabara era até o ano 1835, realizado em botes, saveiros e faluas, e não timbrava pela regularidade. Em 1835 surgiu a Cia. de Navegação de Niterói, oferecendo condições mais apropriadas de transporte, pondo à disposição do público três embarcações — Niteróiense, Especuladora e Praia Grande. O trajeto tornava-se mais ameno, mais rápido, pois seria efetuado em trinta minutos, — ao passo que em bote, ou outra embarcação, seriam imprescindíveis cerca de duas horas — e ainda assim, quando não houvesse grandes vagalhões e a corrente marítima estivesse a favor...

Em 1862, no dia 29 de junho, a Companhia de Barcas Ferry substituiu a anterior, tendo a inauguração dos serviços se revestido da maior imponência, pois estava presente o Imperador D. Pedro II, e toda a família imperial.

Custava a passagem, do Rio à capital fluminense, apenas 120 réis por pessoa calçada, pagando os descalços somente 80 réis.

Com a fusão verificada em 1889, entre a Cia. de Barcas Ferry e a Empresa de Obras Públicas do Brasil, sediada em Niterói, resultou a fundação da Cia. Cantareira e Viação Fluminense, que se encarregou do serviço que fazia a sua antecessora.

Atualmente a locomoção de passageiros para Niterói e ilhas é realizada por um departamento federal, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas e que se intitula Serviços de Transportes da Baía de Guanabara (7). O ponto de embarque é no mesmo cais onde havia, anteriormente, uma escada de pedra que descia para o mar.

★ ★ ★

Entre 1894 e 1938 contava a Praça Quinze de Novembro com duas estátuas, lembrando carinhosa e respeitosa-mente, vultos eminentes da nossa terra.

A primeira representa o General Osório (Manuel Luís Osório) que recebeu de D. Pedro II os títulos de Barão, Conde e Marquês de Erval. Valente e brioso soldado do Exército Brasileiro, pôde demonstrar o seu valor admirável durante a guerra em que se envolveram o Brasil e o Paraguai nos idos de 1864/1870. Sua atuação nos combates de Tuiuti, Estero Belaco e Passo da Pátria foi tão positiva, revelou tal eficiência, que garantiu ao Exército Nacional magníficas vitórias nos encontros com o inimigo.

A estátua, levantada em 12 de novembro de 1894, é um atestado da admiração e reconhecimento ao excelente soldado patricio. Foi fundida com o bronze dos canhões tomados no campo da luta, e a sua construção se deve ao produto de uma subscrição pública. O artista que a realizou foi Rodolfo Bernardeli, que levou o material a Paris, para sua feitura nas Oficinas Thibaut.

Para o pé do monumento foi trasladado em 21 de julho de 1892, o corpo embalsamado do herói, e ali depositado antes da construção da base em que repousaria o monumento. Vemos ali Osório, montado a cavalo, espada desembainhada, atitude de comando, conduzindo os soldados, seus companheiros, para o triunfo. Dois baixos relêvos, colocados nas faces laterais do pedestal, lembram passagens das batalhas de Tuiuti e Passo da Pátria.

(7) Antes do serviço ter passado para a esfera federal, já não era mais executado pela Cia. Cantareira, mas pertencia a outras Companhias — a Frota Carioca e a Frota Barreto.

A outra estátua é a de Manuel Buarque de Macedo, que honrava o antigo prédio do Ministério da Agricultura, resultou também de subscrição popular, tendo sido localizada anteriormente na Estação de São Diogo, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Quando o monumento foi transferido para a Praça Quinze, realizou-se uma festa, tal como se se tratasse de sua inauguração. Isso aconteceu em 5 de maio de 1938, contando com o comparecimento de altas autoridades do país — ministro de Estado, prefeito, almirantes, generais, representantes de vários sindicatos, além de membros da família do ilustre vulto nacional. Falou no momento, o Sr. José Buarque de Macedo, entregando o monumento ao povo da cidade.

O Conselheiro do Império, Dr. Manuel Buarque de Macedo, foi uma das figuras mais destacadas do seu tempo; bacharel em matemática, doutor em ciências jurídicas, tendo exercido importantes comissões na administração pública. Deputado por Pernambuco, professor do Colégio Pedro II, Engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Engenheiro da Estrada de Ferro Recife-São Francisco, Ministro da Agricultura, Indústrias e Obras Públicas, além de outros cargos de grande brilho. Faleceu Buarque de Macedo em São João del Rei, inesperadamente, em 29 de agosto de 1881, quando para ali viajara na qualidade de Ministro, em companhia do Imperador D. Pedro II, para a cerimônia da inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

A estátua de bronze, contando dois metros de altura, representa a figura de pé, trajando casaca, tendo em cada uma das mãos uma fôlha de papel. Ao lado da figura encontra-se um globo terrestre e uma pasta em que se vê gravada a palavra: *Agricultura*.

Com a demolição do primitivo prédio do Ministério, a estátua foi removida para a frente da nova estação das barcas, e assentada em nôvo pedestal.

Estava, porém, resolvido, nos desígnios misteriosos do destino, que o monumento não permaneceria ali por muito tempo. Em 1965 foi retirado. Foi, logo após, colocado no princípio da Avenida Marechal Câmara, com a frente voltada para o mar.

* * *

Desde junho de 1965 conta a Praça Quinze de Novembro com mais uma estátua, que veio de Portugal como

homenagem à cidade do Rio de Janeiro, pelo registro do quarto centenário de sua fundação. É obra em bronze, projetada pelo arquiteto Carlos Ramos e executada por Barata Feio, ambos de nome festejado em sua terra. A estátua chegou ao Rio a bordo do vapor *Paraguai Star*, no dia 30 de maio, tendo sido imediatamente descarregada na Praça Mauá, a fim de poder ser montada a tempo de ser inaugurada a 10 de junho, data nacional portuguesa.

Mostra o monumento o Senhor Rei D. João VI montado num corcel, tendo à mão direita o globo terrestre (símbolo de poder), enquanto a mão esquerda segura a guia do cavalo.

Para maior solenidade do oferecimento da estátua à cidade do Rio de Janeiro, veio de Lisboa, especialmente, em missão oficial, o Sr. Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que durante a cerimônia proferiu brilhante discurso, do qual fixamos as seguintes palavras:

“Nestas pedras brancas de granito; neste bronze antigo em que se encontram fundidos velhos canhões do Exército Português; nesta obra de arte, em suma, presta-se homenagem e perpetua-se a memória de um Príncipe e Rei que muito amou o Rio de Janeiro, que lhe devotou muito do seu labor, que lhe dedicou muito do seu esforço. E neste 10 de junho de 1965, que é Dia de Camões e Dia de Portugal; na presença de muitos dos meus concidadãos que habitam e trabalham nesta nação fraterna; perante as autoridades e povo, eu tenho o gratíssimo prazer e a alta honra de, em nome do Governo Português, oferecer e fazer entrega solene à Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro desta estátua de Dom João VI, que foi Príncipe e Rei”.

Ao ato festivo compareceram altas autoridades federais e estaduais, tropas brasileiras e portuguesas, estas vindas pelo navio *Sagres*, alunos de vários colégios cariocas, e também centros portugueses sediados no Rio, como Casa da Beira, Casa dos Poveiros, Casa do Minho, Orfeão Português, Tricanas dos Poveiros, Grupo Folclórico da Casa dos Espinhos, Vila da Feira, Centro Português de Ultramar, além de outros ainda, que se apresentaram em grupos, exibindo os trajes correspondentes a cada região lusa.

O viaduto que atravessa, em tòda a sua extensão, a Praça Quinze de Novembro, deve-se ao Govêrno Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961). O propósito do Presidente da República foi facilitar o tráfego de veículos entre o centro e a zona sul da cidade, objetivo que foi amplamente alcançado.

A ponte, construída em nível elevado e com todos os requisitos exigidos para o serviço a que se destina, representa um belo feito da engenharia moderna. Tem início na Praça Marechal Âncora, nas proximidades do Museu Histórico Nacional e do Aeropôrto Santos Dumont, e termina nas imediações da Praça Pio X.

Em homenagem ao Presidente, promotor de tão grandiosa obra, foi dado ao viaduto o nome de Juscelino Kubitschek.

* * *

Tudo isto foi e é, ainda e sempre, a Várzea de Nossa Senhora do Ó, o Terreiro da Polé, o Lugar do Ferreiro da Polé, a Praça do Carmo, o Largo do Paço, a Praça Dom Pedro II e a Praça Quinze de Novembro — embora já não existam ali a ermida nem o pelourinho; esteja o antigo convento dos frades carmelitas ocupado pela Academia do Comércio e outras repartições; a velha cadeia pública seja a Câmara dos Deputados, o Palácio dos Governadores abrigue o Departamento dos Correios e Telégrafos. Não sejam mais vistas ali as cadeirinhas de arruar ou as liteiras, em que eram transportadas por escravos as *donas* e as *sinhazinhas*; os tilburis, os bondes tirados a burros e os velhos quiosques que vendiam café, pão com manteiga, sanduíches, frutas e outras guloseimas, hajam desaparecido também.

A medida que os anos correm, os velhos monumentos do Rio não se desfiguram em nossa memória, e nos lembram sempre, com redobrada ternura, os dias que se distanciam cada hora mais, e que são testemunhas vivas do esplendor ou da simplicidade do momento em que surgiram e começaram a viver.

Uma glória do passado, uma evocação saudosa e comovida, uma página tirada de um livro velho, amarelecida pelo tempo, e guardada com respeito no coração da gente carioca...

O TIRADENTES E A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

HERCULANO GOMES MATHIAS

Documentarista — Chefe da Divisão de
Documentação e Divulgação

O nome do Tiradentes está ligado, por diversos fatos, à história da cidade do Rio de Janeiro.

Desprezando o que não se pode provar documentadamente, sabemos hoje que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, em 1778, onze anos antes dos acontecimentos da Conspiração de Minas, fêz parte do contingente de cavalaria (Regimento dos Dragões) que, sob o comando do futuro conjurado, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, desceu da Capitania de Minas Gerais para reforçar as defesas da capital da colônia sobre a qual pairava a ameaça de uma invasão castelhana. A tropa, segundo documento que localizamos na coleção da Casa dos Contos, do Arquivo Nacional, esteve destacada em vários locais, inclusive em Copacabana, regressando parte dela aos seus quartéis em fins de 1778.

Dêsse ano em diante manifesta-se o interesse crescente do Tiradentes pela cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, pelos seus problemas materiais. São conhecidos os requerimentos por êle dirigidos às autoridades do Reino no sentido de obter concessão para obras relativas ao abastecimento de água, à construção de moinhos e de trapiches. Infelizmente, envolvido pelas complicações burocrático-administrativas da época, não conseguiu ver concretizados os melhoramentos que propunha oferecer à cidade. Aproveitava o tempo livre, durante suas visitas ao Rio para exercer entre a gente humilde os seus dotes de dentista e até de médico, conforme ficou documentado, através dos depoimentos de diversas testemunhas, nos “Autos de Devassa”.

O supremo acontecimento na vida do Alferes Xavier viria a ser a sua participação ativa na chamada Inconfidência Mineira que teve o Rio de Janeiro como palco de vários de seus principais episódios. Aqui se iniciaram as conversas sobre as possibilidades de sucesso de um levante contra o governo português; as primeiras prisões, inclusive a do Tiradentes, foram efetuadas em nossa cidade; a Devassa no Rio precedeu à de Minas em mais de um mês; os réus estiveram presos em várias fortalezas e prisões da cidade e, mais tarde, no Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no Largo da Carioca; o julgamento pela Alçada e a execução do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que foi seguida por solene comemoração na Igreja do Carmo, encerraram a série de acontecimentos desenrolados na capital do Estado do Brasil.

* * *

Dentro do sistema administrativo pôsto em prática pelos portugueses no período do vice-reinado, a Capitania de Minas Gerais era uma das poucas que mantinham uma dependência marcante em relação à autoridade do Vice-Rei. Como bem observaram os nossos principais historiadores e, também, alguns viajantes estrangeiros, a maior parte dos governadores das capitanias estava sujeita diretamente ao governo de Lisboa. A autoridade do Vice-Rei, exceto em matéria de defesa contra inimigos externos, limitava-se às Capitanias do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas, de São Paulo e à zona do Sul, em consequência das complicações intermináveis motivadas pela posse da Colônia do Sacramento.

As capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro estavam interligadas em função de seus interesses materiais. A produção mineira tinha na capital do Vice-Reinado o seu principal pôrto de escoamento. O Caminho Novo era a via preferencial relegando ao segundo plano as longas estradas que levavam à Bahia e a São Paulo.

O comércio do Rio de Janeiro abastecia a população de Minas Gerais. Quando, na segunda metade do século XVIII, começaram a esgotar-se as lavras e a “idade de ouro” aproximou-se do fim, os prejuízos decorrentes dessa crise foram comuns aos habitantes das duas capitanias. Os negociantes da capital não conseguiam cobrar as dívidas dos mineiros que procuravam justificar a impontualidade

no pagamento de suas obrigações com a alegação da decadência de suas outrora famosas jazidas minerais. Culpava-se de tudo a forma pela qual era administrada a colônia. Com os pesados encargos impostos aos habitantes não se podiam manter as contribuições exigidas e, ao mesmo tempo, auferir lucros na exploração do ouro e dos diamantes.

O clima para o levante existia tanto nas Minas como na cidade do Rio de Janeiro. Como proceder para obter a libertação? A independência da chamada América Inglesa, obtida através de dura luta, veio trazer um pouco de luz aos colonos mais esclarecidos. Se os Estados Unidos tinham triunfado, depois de severa campanha militar, contra uma das nações mais fortes do mundo, a Inglaterra, senhora de uma grande esquadra, por que não se poderia tentar aqui no Brasil a mesma coisa contra um reino decadente, fraco e opressor como era, na época, segundo o conceito geral dos que aqui viviam, a nação portuguesa? Faltava, apenas, conseguir a ajuda de outros povos e para isso as esperanças de todos voltavam-se para os americanos do norte, senhores de um grande país e de imensos recursos materiais.

O comércio do Rio de Janeiro parece ter tomado a iniciativa, por intermédio de alguns de seus expoentes, de enviar à Europa, aproveitando a excelente desculpa de estudos, três ou quatro rapazes que deixariam seus nomes ligados às primeiras linhas do episódio da Conjuração de Minas.

As autoridades não aprovavam a idéia de estudarem os brasileiros fora dos domínios de Portugal. Uma testemunha da Devassa de 1794 contra os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi bastante franca ao externar o que pensavam os reinóis a esse respeito: “e em outra ocasião me disse que os estudantes que iam estudar fora do Reino na sua opinião se não deveriam aqui consentir”. (*Devassa de 1794 — in “Anais da Biblioteca Nacional” — Vol. 61 — fls. 259 — depoimento de Diogo Francisco Delgado*).

Os estudantes cariocas José Joaquim da Maia e José Mariano Leal, filhos de comerciantes do Rio, enviados para cursar a Faculdade de Montpellier, na França, deixaram seus nomes ligados aos acontecimentos da Inconfidência, principalmente o primeiro, que foi o idealizador da famosa entrevista com o embaixador Jefferson na cidade de Nimes.

Os documentos referentes a êsse fato são bastante conhecidos e estão citados nos “Autos de Devassa da Inconfidência”, publicados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

De modo geral, nos depoimentos dos réus e testemunhas, quando se falava na adesão da Capitania do Rio de Janeiro, fato que era considerado uma das condições básicas para o sucesso do movimento emancipador, as pessoas citadas como interessadas eram sempre “os comerciantes”.

José Álvares Maciel, segundo o depoimento do inconfidente Domingos Vidal de Barbosa, declarara que “havia na Cidade do Rio de Janeiro cinco ou sete negociantes que queriam a revolução principasse por lá; e que de Minas se lhe tinha mandado dizer que essa glória a queriam cá para si; tendo assentado, que tanto que se fizesse a revolução em Minas, se lhes escreveria uma carta dizendo que se queriam ser pagos de tudo quanto estas lhe deviam executassem lá o mesmo; e que então lhes mandariam socorro”. (*Autos de Devassa* — Vol. I, pág. 171 — depoimento de Domingos Vidal de Barbosa).

Como se vê, a tal ponto tinham chegado os acontecimentos que os mineiros resolveram dar um apêto chegando a afirmar que se os negociantes do Rio quisessem receber o que se lhes devia teriam de entrar no movimento.

Viajantes que aqui estiveram nessa época dão testemunho impressionante do descontentamento existente sobretudo no seio do comércio desta cidade. John Barrow, por exemplo, passou pelo Rio no ano da execução do Tiradentes e relata as queixas de um dos principais homens de negócio aqui estabelecido e com quem lhe foi possível falar a sós: “Ele queixou-se amargamente da opressão que os habitantes da América do Sul sofriam da mãe-pátria; que os monopólios, as proibições e os impostos tinham estagnado o comércio, impedindo a agricultura e destruído o espírito de iniciativa e acreditava que a insatisfação tinha se tornado tão geral pelo vulto dos encargos e pelas restrições a que eram obrigados a submeter-se, que êle não seria surpreendido se fôsem levados ao extremo, como seus irmãos da parte norte do mesmo continente, a sacudir o jugo de Portugal e conseguir a própria Independência”. (JOHN BARROW — *Voyage to Cochinchina* — edição de 1806 — págs. 101/102).

BARROW tirou suas conclusões: “Há pouca dúvida que um homem de habilidade, de espírito e reputação podia

neste momento agir facilmente sôbre êles e proclamar sua independência”. Idem, pág. 127.

Macartney registra idênticas queixas de outro comerciante do Rio. Vê-se que as idéias dos inconfidentes andavam bem espalhadas. O fracasso do levante veio complicar ainda mais as condições de vida na colônia, não só pela vigilância severa a que foram submetidos os habitantes do Rio como, principalmente, pelo excessivo número de prisões efetuadas em Minas pelos soldados do Visconde de Barbacena. O pânico tomou conta de todos. Apesar dos esforços do governo português a capital fervilhava de boatos. Não se falava em outra coisa no Rio depois das prisões do Tiradentes e de Joaquim Silvério, a 10 de maio de 1789.

O conselheiro Coutinho, que era um magistrado de larga experiência, logo ao chegar a esta cidade a fim de presidir os trabalhos da Alçada que iria julgar os inconfidentes, alarmou-se com a situação de pânico que encontrara e foi bastante franco e leal ao declarar textualmente o seguinte: “Ouço que alguma coisa tem sofrido o comércio desta cidade com a Capitania de Minas, temendo os comerciantes fazer remessas de fazenda, a sujeitos que talvez pela resulta da diligência possam vir a ser seqüestrados”. E concluía: “creio que seria útil livrar os povos de temores e desconfianças, por oferecendo a todos por editais perdão geral em nome de S. M.”. (*in Anuário do Museu da Inconfidência* — 1953 — pág. 206).

O exame dos documentos da Devassa, no que toca a atuação do povo do Rio de Janeiro, apesar de “filtrados” pelas autoridades, não deixa margem de dúvida quanto ao descontentamento aqui reinante. Falava-se abertamente que a cidade se libertara dos franceses de Duguay-Trouin à própria custa, suportando o pêso do resgate exigido e, no caso de Duclerc, com a valentia de seus homens, principalmente dos estudantes que tinham encurralado os invasores no trapiche da Rua Direita.

São freqüentes as alusões à chegada de uma Armada Francesa que deveria vir conquistar o Rio. Fazia-se, então, a seguinte pergunta: Que partido se deveria tomar em tal caso? O dos portugueses ou a confraternização com o invasor? Chegou-se ao ponto de mencionar que havia cinquenta casas reservadas para hospedá-los como amigos.

Alvarenga Peixoto, depondo, atribui ao alferes Joaquim José da Silva Xavier a declaração de “que vinha para o

Rio de Janeiro meter uma águas, e fazer uns moinhos, e de caminho ver em que altura estavam êsses socorros de França que esperavam para se fazer a República do Rio de Janeiro primeiro, que depois a de Minas, com o exemplo da do Rio, era muito fácil”. (*Autos de Devassa* — Vol. VI — fl. 147).

O desembargador Coelho Tôrres em ofício ao Vice-Rei resumira o seu pensamento nas seguintes frases: “Há na devassa tocada uma espécie de que se procurava socorro de potência estrangeira, e que alguns Comissários desta praça favoreciam com assistência de dinheiro para êste intento, mas não tenho podido descobrir certeza disto, antes parece que seriam idéias de facilitar os povos como usava o alferes Joaquim José da Silva Xavier, dizendo tinha desta Capitania muita gente pronta; ao mesmo tempo, que vindo a ela com desígnio de reduzir gente, e dizendo que estava com ânimo de ir cortar a cabeça a Vossa Excelência mesmo em Palácio; disse depois ao Denunciante Joaquim Silvério dos Reis que estava arrependido de cá vir, que não tinha feito nada; que todos aqui eram uns fracos, que tinham muito mêdo de Vossa Excelência”. (*Autos de Devassa* — Vol. VI — fl. 376).

É ponto pacífico, no estudo da Inconfidência, que as primeiras idéias do levante surgiram no Rio de Janeiro em meados de 1788. Em vários depoimentos constantes dos Autos de Devassa se pode comprovar pelas declarações dos conjurados. O Visconde de Barbacena, governador da Capitania de Minas e sobrinho do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Souza, não tinha outra opinião: “Eu porém não duvido que as primeiras lembranças vieram do Rio de Janeiro pela ocasião em que tiveram de achar-se naquela cidade o dito padre (Rolim) e o Alferes (Tiradentes), ambos refugiados e descontentes, onde se encontraram com Joaquim Silvério, quando acompanhou daqui o meu antecessor e que estava igualmente descontente do Govêrno pela noticia que então lhe deram da extinção dos novos Regimentos Auxiliares, nos quais era Coronel, devendo ficar gravemente ofendida com ela a sua vaidade e dependência”.

José Álvares Maciel confirma a versão do Visconde de Barbacena: “a primeira vez que ouviu a má proposição de que a Capitania de Minas Gerais havia de ser independente e livre foi ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, nesta Cidade do Rio de

Janeiro, na ocasião em que êle respondente chegou de Portugal, e se passava para as Minas, que foi pouco mais ou menos no mês de agôsto ou setembro de 1788”.

Essa, de fato, parece ser a data mais aceitável para o início da germinação do movimento que teria no Tiradentes a sua figura exponencial.

O próprio alferes foi bastante claro em um de seus depoimentos: “a primeira pessoa a quem falou, propondo-lhe o intento de sublevação e motim foi nesta cidade (Rio) a José Álvares Maciel, filho do capitão-mor de Vila Rica, o qual aprovou o projeto da premeditada sublevação e motim, e nesta cidade do Rio de Janeiro aonde nesta ocasião se encontrou com o dito José Álvares Maciel não falou a pessoa alguma mais...” (*Autos de Devassa* — Vol. IV — fls. 46 — depoimento de Joaquim José da Silva Xavier).

O cônego Luís Vieira da Silva, homem de vasta cultura e entendimento, apreciara devidamente a situação do movimento projetado declarando que “se não podia fazer a tal Sublevação e Conjuração e subsistir sem a união da Capitania do Rio de Janeiro”. (*Autos de Devassa* — Volume IV — fl. 300).

“Na cidade do Rio de Janeiro estava tudo pronto para seguir esta Sedição e motim que pretendia fazer-se nesta Capitania”. — Esta fôra uma das informações colhidas pelo inconfidente Luís Vaz de Toledo e citada em um de seus depoimentos. (*Autos de Devassa* — Volume III — página 412).

Desde as primeiras notícias da conspiração o Visconde de Barbacena desconfiava da participação de elementos do Rio no movimento. Em 25 de março de 1789, antes de receber a denúncia por escrito de Joaquim Silvério, já comunicava êle ao Vice-Rei, seu tio: “Que estava tramada uma forte e ampla conjuração e sublevação entre os poderosos e magnatas do País, entrando também os dessa Capital (Rio)...”

O alferes Tiradentes era figura popular na capital do Vice-Reinado. A sua habilidade profissional de “tirar e pôr dentes” espalhara-se até em casas de pessoas notáveis da época. A par disso, também ficaram famosas algumas curas que efetuara em gente do povo, fatos êsses narrados, como já acentuamos, por testemunhas do processo. Além disso, interessara-se por obras de utilidade pública. Durante sua permanência nesta cidade requerera licenças

para aproveitamento de águas, construção de moinhos e de trapiches. Levara o douto José Álvares Maciel a verificar *in-loco* as possibilidades de realização de alguns de seus planos. Ao envolver-se no movimento conspirador procurou, como era natural, o apoio da população da cidade onde era tão conhecido. A Salvador Gurgel do Amaral pedira cartas de apresentação para estender o círculo de suas relações.

Os habitantes do Rio de Janeiro estavam a par do movimento que se projetava. “O levante fazia então naquela cidade (Rio) o objeto da maior parte das conversações” — depoimento do furriel Manoel José Dias (*Autos de Devassa* — Vol. I — fl. 285). O soldado Joaquim José de Freitas, da escolta que conduziu ao Rio o desembargador Tomás Antônio Gonzaga declarara o mesmo — “Chegando porém ao Rio de Janeiro aí achou vulgarizada a mesma novidade, em que publicamente se falava”. — *Autos de Devassa* — Vol. I — fl. 275.

Um dos propósitos do Visconde de Barbacena ao enviar o delator Joaquim Silvério dos Reis ao Rio, logo após a partida do Tiradentes, foi para “averiguação dos conjurados naquela Cidade (Rio) e nesta Capitania”. (*Autos de Devassa* — Vol. I — fl. 298).

As autoridades portuguesas procuravam, a todo risco, evitar o contato dos estrangeiros com os colonos. Os viajantes descrevem, com estranheza, o fato de serem constantemente seguidos por soldados, quando desciam de seus navios. “It is remarked, that the government in this colony acts towards strangers with the most jealous caution”. (*A missionary voyage* — JAMES WILSON — fl. 30). O autor dêste comentário esteve no Rio de Janeiro em 1796.

“Tout étranger qui débarquoit dans le port devoit être accompagné d’un soldat”. (*Voyage à la Nouvelle Galles du Sud* — JOHN WHITE — 1787/1789 — fls. 43).

Idênticas observações fizeram John Barrow e Macartney que por aqui passaram nos últimos anos do século XVIII.

O primeiro notou, a par dessa vigilância, a falta completa de hotéis para hospedar forasteiros. “Dizem que a cidade possui pelo menos sessenta mil almas incluindo escravos; contudo não há nem estalagem nem hotel nem qualquer outra espécie de alojamento ou acomodações para a recepção de estrangeiros. Uma casa de alojamento é,

entretanto, absolutamente dispensável, pois êste Govêrno fraco e portanto desconfiado é bem pouco hospitaleiro para permitir que qualquer estrangeiro fique em terra depois do pôr do sol; e tão desconfiado para não permitir que ande nas ruas a qualquer hora do dia sem um soldado aos seus calcanhares”. (JOHN BARROW — *obra citada* — fls. 85).

Apesar de tôda essa fiscalização as idéias “perigosas” se infiltraram. Primeiro a notícia da independência dos Estados Unidos, então mais conhecidos sob a denominação de “América Inglêsa”. Fazia parte dos papéis apreendidos ao Tiradentes um exemplar, em francês, da coleção das leis americanas. A filiação ideológica do movimento da Inconfidência é vinculada diretamente à rebelião norte-americana. Nos “Autos de Devassa” — através de várias peças processuais — sucedem-se as referências àquele movimento.

Dois anos depois da execução do Tiradentes a situação modificara-se. Na Devassa da Sociedade Literária contra a qual agiu, em 1794, o Vice-Rei Conde de Rezende, predominavam as idéias francesas. Como o próprio título do processo indicava, a preocupação do Govêrno era apurar a infiltração das idéias altamente subversivas da Grande Revolução: “Devassa a que mandou proceder o Ilustríssimo e Exmo. Vice-Rei do Estado do Brasil para se descobrirem por ela as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas da Religião e a falar nos negócios públicos da Europa com loavor e aprovação ao sistema atual da França e para conhecer-se se entre as mesmas pessoas havia alguns que além dos ditos escandalosos discursos se adiantassem a formar ou insinuar algum plano de Sedição”. (*Anais da Biblioteca Nacional* — Volume 61).

Quando se fizeram as primeiras prisões de inconfidentes de Minas (em maio de 1789) nem sequer tinha sido tomada a Bastilha (14 de julho dêsse ano). Tôda a atenção dos conspiradores estava voltada unicamente para a emancipação americana, movimento que apresentava mais afinidades ideológicas com o estado de ânimo aqui reinante.

No dia 10 de maio de 1789 eram presos no Rio o alferes Joaquim José da Silva Xavier e o Tenente-Coronel de Auxiliares, Joaquim Silvério dos Reis.

Ambos foram enviados para uma fortaleza na Ilha das Cobras. O segundo esteve detido até janeiro do ano se-

guinte quando foi sôlto pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos, depois de todo êsse tempo, “para que não fugissem de delatar os que soubessem das coisas...”

O episódio da prisão do Tiradentes é bem conhecido. Tendo vindo de Minas licenciado com o pretexto de saber o resultado dos requerimentos que enviara para o Reino sôbre os serviços públicos a que já nos referimos, foi seguido pelo seu delator, incumbido especialmente pelo Visconde de Barbacena de vigiá-lo tendo em vista a sua qualidade de “particular amigo”. Logo que chegou ao Rio notou o alferes duas coisas: primeiro, o mêdo dos habitantes de atenderem ao apêlo dos conjurados mineiros, e, em segundo lugar, as manobras das autoridades visando seguir-lhe todos os passos para conhecerem quais os seus possíveis cúmplices na “hedionda” conspiração. Com a chegada de Joaquim Silvério dos Reis, a quem considerava de fato como amigo, procurou saber do que se tratava. Foi cientificado de que a conjura estava descoberta e que os homens do Vice-Rei tinham ordens para prendê-lo. A melhor coisa a fazer, disse-lhe o “amigo”, era fugir para Minas. O alferes atendeu ao conselho e procurou os meios de realizar essa fuga. Escondeu-se na casa de Domingos Cruz, na Rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias) e aí ficou esperando a hora propícia para deixar a cidade do Rio. Apertado pelo Vice-Rei para que localizasse de qualquer forma o Tiradentes, Silvério conseguiu identificar o padre que viera obter informações sôbre o andamento dos acontecimentos. Sob ameaças pôde Luís de Vasconcelos tirar do Padre Inácio Nogueira o enderêço do local onde se achava oculto o futuro mártir da Inconfidência. A prisão foi efetuada com espalhafato sendo apreendido na ocasião um bacamar-te carregado e algumas cartas de apresentação que visavam facilitar a fuga do desgraçado alferes. Só depois dos primeiros interrogatórios veio a saber que Joaquim Silvério não passava de um miserável delator e espião. Como já tivemos ocasião de esclarecer em *Inconfidência e Inconfidentes*, Silvério e o alferes Xavier eram conhecidos de longa data tendo o segundo auxiliado o antigo contratador nas cobranças de atrasados dos direitos de entradas, por ordem expressa do Capitão-General D. Luís da Cunha Menezes, o famoso “Fanfarrão Minésio” das “Cartas Chilenas”.

As fortalezas do Rio passaram a receber os inconfidentes à proporção que eram enviados de Minas. Alguns dêles, como Alvarenga Peixoto e o Tenente-Coronel Francisco de

Paula Freire de Andrada tinham nascido nesta cidade. Igualmente carioca era o advogado da Santa Casa de Misericórdia José de Oliveira Fagundes, que viria a receber pela defesa dos réus a importância de 200\$000 (duzentos mil réis).

Com a chegada dos membros da Alçada, em fins de 1790, iniciou-se a fase decisiva do julgamento. O conselheiro Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, que a presidia, era homem velho e doente. As constantes andanças para as fortalezas cansavam-no facilmente. Morando “na Carioca”, como se vê do “Almanaque do Rio de Janeiro”, de 1792, tratou de arranjar um local mais adequado à inquirição e acareação dos principais réus. Escolheu, então, o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no Largo da Carioca, para onde foram transferidos os que eram considerados de maior culpa. O Tiradentes, como não podia deixar de ser, para lá foi removido em 21 de outubro de 1791 só saindo daquele casarão no dia 17 de abril do ano seguinte, diretamente para o prédio da Cadeia Velha onde iria assistir, na sala do Oratório, à leitura da exaustiva sentença que o condenava à morte.

Como já acentuamos, a grande preocupação dos juizes era saber se o Rio de Janeiro também estava “contaminado” pelos ideais dos conjurados de Minas. Nota-se na inquirição dos réus uma série de perguntas visando obter informações concretas sobre quais os possíveis “sócios” ou “séquito” com que contavam na capital do Brasil. Quando verificaram que não tinha havido conversações sobre o levante, no gênero das que se tinham efetuado na Capitania de Minas Gerais, respiraram aliviados.

O povo acompanhava ansiosamente aquêle prolongado julgamento. Muitos eram interessados ou tinham parentes envolvidos no processo.

Por ocasião da Devassa da Sociedade Literária, dois anos depois da execução do Tiradentes, várias testemunhas fizeram referências expressas ao julgamento dos Inconfidentes. José Bernardo da Silveira Frade, por exemplo, declarou “que os Réus da Conjuração de Minas foram tratados como Rebeldes porque não conseguiram o seu fim, mas que, se o conseguissem seriam uns heróis”. (*Devassa da Sociedade Literária* — Biblioteca Nacional — Vol. 61 — fl. 264 — depoimento de José Bernardo da Silveira Frade). Outro comentava — “e que também lhes dissera o dito Francisco José que o dito João da Silva Antunes lhe havia dito que a Justiça que se fizera aos conjurados de Minas na sua opi-

nião fôra injusta”. (Idem — Depoimento de Diogo Francisco Delgado — fl. 269 — B. N.).

Ainda um terceiro esclarecia “que o mesmo João da Silva dizia que a Conjuração de Minas fôra uma trama urdida para se lhes tomarem os bens (dos Vassallos), pois que as pessoas condenadas eram ricas, e que padeceram inocentes”. (Depoimento de Manuel Pereira Landim — *in Devassa da Sociedade Literária* — Biblioteca Nacional — Vol. 61 — pág. 273).

Uma outra testemunha observou que durante o julgamento dos réus da Inconfidência “o levante fazia então naquela Cidade o objeto da maior parte das conversações”.

Tudo isto foi escrito dois anos apenas depois da morte do Tiradentes.

* * *

Antevendo a execução dos conjurados a população, em sua grande parte, procurou deixar a cidade para não assistir ao degradante espetáculo. Quando se soube, contudo, que, de acôrdo com as ordens da Rainha, poderiam ser isentados da pena máxima os réus que a Alçada assim o determinasse, houve um sentimento geral de alívio transformado, segundo os autores oficiais, em grandes vivas à soberana.

Na “*Memória do Êxito* que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta Cidade, do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792”, o autor assim se expressou: “A nossa cidade, inda que não passara pelo desgosto de ver-se envolvida neste fato, nem por um só de seus habitantes, tinha de ser o teatro de tão terrível, como exemplar execução.”

Apesar dos comentários, continuava o autor: “De tudo isto resultava um como terror universal, um sentimento, um desprazer desconhecido, que cada um em si experimentava à proporção do seu temperamento, ou da viveza de sua imaginação”. (*Anuário do Muscu da Inconfidência* — 1953 — pág. 227).

A execução do Tiradentes foi minuciosamente descrita nos “Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão”. O autor, que se presume ser Frei Raymundo Penafort d’Anunciação, do convento de Santo Antônio, entre outras coisas, escreveu o seguinte: “O povo foi inúmero e se não fôsem as patrulhas avulsas, sem

dúvida êle mesmo ficaria esmagado debaixo do pêso de sua imensa massa. Como se abala o povo para ver o que devia precaver. As janelas das casas estão vindo abaixo com tanto mulherio; cada uma apostava com a outra o melhor asseio. Foi tal a compaixão do povo da infelicidade temporal do réu, que para lhe apressarem a eterna ofereceram voluntariamente esmolas para dizerem missas por sua alma; e só nessa passagem tirou o irmão da bolsa cinco doblas. Era impossível, que êste fato com as suas circunstâncias não tocasse vivamente os corações dos bons e fiéis vassallos e que vassallos cristãos não descobrissem nela uma particular providência, e que não adorassem! Assim o sentiu a câmara desta cidade, que determinou que se pusessem luminárias nas três noites seguintes, e se fizesse uma ação de graças; para o que escolheram a igreja dos Terceiros Carmelitas. Posso dizer que a cidade, sem discrepar de seus deveres políticos, não pôde esconder de todo a opressão que sentia. Muita gente se retirou ao campo, muitas famílias sentindo-se sem valor fizeram o mesmo; outras tomaram cautelas contra as notícias que corriam. Nestes dois dias diminuiu-se sensivelmente, a comunicação, as ruas não foram freqüentadas da gente mais séria, e, a consternação parece que se pintava em todos os objetos”. (*Idem*, pág. 228).

O quadro traçado pelo autor destas linhas traduz fielmente a reação do povo do Rio ao saber da próxima execução dos conjurados. A princípio tinha chegado ao seu conhecimento que os condenados à morte seriam onze. Quando, mais tarde, se soube que sòmente o Tiradentes havia sido sentenciado com a pena máxima houve uma espécie de alívio geral que tomou a forma de verdadeira e sincera expansão de alegria. O mesmo cronista registra fielmente êsse fato: “A cidade sentiu-se em um instante aliviada do desusado pêso que a oprimia. A plebe, que é sempre mais animosa, não deixou de ter alguns indivíduos, que fizeram ouvir pelas ruas alegres vivas, que retumbavam com grande gôsto nos corações de todos. Encheram-se as ruas, povoaram-se as janelas, davam-se a notícia já sem escolha de pessoa, e dava-se em altas vozes. Muitas famílias mais devotas abriram seus oratórios domésticos, e nessa hora, que era quãse uma da tarde cantaram terços em ação de graças. Outros se encontravam transportados, incertos dos destinos que levavam, outros desfigurados sacudidos de um tremor involuntário; muitos e muitos não sustinham as lágrimas e era de notar-se a alegria que entre tantos as-

pectos diferentes conhecia-se logo que só a alegria dominava em todos. Sem perda de tempo participaram destes mesmos efeitos as casas de campo, e as estradas tôdas da cidade. Os viajantes tomaram à sua conta fazerem-se por si mesmos mensageiros da boa nova. Viva a Nossa Rainha (eis aqui os termos com que se explicavam) appareceu um decreto, escaparam os presos”. (*op. citada* — pág. 229).

A julgar pela descrição do autor, a cidade do Rio de Janeiro viveu naquela data um de seus dias memoráveis. Esse testemunho, um tanto singelo e cortesão, não deixa de representar documento dos mais expressivos para a crônica dos grandes acontecimentos ocorridos em nossa capital.

A execução do Tiradentes realizou-se no sábado 21 de abril de 1792.

O local exato onde teria sido erguida a fôrca ainda constitui objeto de discussão. MIGUEL LEMOS, em opúsculo especial sôbre o assunto: *Determinação do lugar em que foi supliciado o Tiradentes*, publicado em abril de 1892, para comemorar o primeiro centenário do triste episódio, tendo utilizado para sua pesquisa o arquivo da Ordem Terceira do Carmo, chegou à conclusão de que o patíbulo fôra levantado no local onde se ergue hoje o prédio da Escola Tiradentes, à Rua Visconde do Rio Branco esquina da Avenida Gomes Freire. As autoridades da época aceitaram essa indicação, mandaram colocar uma placa comemorativa e, durante algum tempo, não se discutiu mais o assunto. Coube a Vieira Fazenda, em artigos reunidos na série das *Antiquilhas*, depois de estudar outros documentos, discordar da opinião de Miguel Lemos e apontar uma segunda localização — o trecho da atual Avenida Passos onde existia o prédio do Ministério da Fazenda, terreno hoje pertencente ao Instituto dos Comerciários. Em que pese a autoridade do ilustre historiôgrafo, surgiu uma terceira indicação — a confluência da Avenida Passos com a Presidente Vargas (atuais), no local ocupado outrora pela ermida de São Domingos e no qual, em plantas antigas, se assinala expressamente a denominação “Campo de São Domingos”, que foi a empregada pelo escrivão da sentença. Entre outros, adotou esta nova indicação Augusto de Lima Jr. que, em sua “Pequena História da Inconfidência Mineira” fêz publicar uma ilustração com o roteiro seguido pelo cortejo histórico, desde a saída da Cadeia Velha, no atual Palácio Tiradentes, e prosseguindo pelas ruas (atuais) da Assem-

bléia, Carioca, Praça Tiradentes e Avenida Passos, até atingir as proximidades da antiga ermida de São Domingos no ponto a que fizemos acima referência.

É preciso mencionar, ainda, a hipótese do local do antigo pelourinho na Praça Tiradentes (atual) onde precisamente se encontra a estátua equestre do Imperador D. Pedro I. No ano da execução o pelourinho da cidade ainda permanecia no Largo do Paço (Praça Quinze de Novembro) de onde foi removido para o Rocio no tempo do Príncipe Regente.

A localização da estátua — inaugurada em 1862 — provocara críticas veementes quando de sua ereção. Chegaram a apelidá-la “mentira de bronze”. Em seu lugar, alegava-se, devia ter sido levantada a imagem de Tiradentes, pois, segundo era voz corrente na ocasião, aí fôra erguida a fôrça onde sucumbira o valoroso alferes.

RODOLFO GARCIA — ilustre historiador e responsável pela publicação integral dos *Autos de Devassa* — cautelosamente, preferiu não se pronunciar a favor de nenhuma dessas indicações, colocando o local da execução como assunto ainda sujeito a debates, embora manifestasse discordância expressa em relação à tese de Miguel Lemos.

O problema, de fato, consiste em saber se a denominação “Campo de São Domingos”, no ano de 1792, era restrita àquele pequeno local determinado em certas plantas ou se o “Campo” possuía área mais extensa como sustentam os defensores da primeira tese. O desembargador Álvares da Rocha, que foi o redator do termo de execução, não era homem nôvo no Rio de Janeiro. Devia conhecer muito bem os nomes dos logradouros públicos que, na época, não eram muito numerosos. O fato de mencionar expressamente “Campo de São Domingos” importa numa indicação precisa de local já bem conhecido. À cartografia hitórica caberá, com certeza, a palavra definitiva sôbre a questão. Uma velha planta da cidade, recentemente localizada na Biblioteca Nacional por D.^a Lígia Cunha, parece dar razão aos argumentos de Vieira Fazenda.

Como fecho dos acontecimentos relativos à presença do Tiradentes no Rio de Janeiro e ligadas oficialmente ao episódio trágico do dia 21 de abril de 1792, realizaram-se as “luminárias”, por três dias consecutivos e, no dia 26 dêsse mês, na Igreja dos Terceiros do Carmo, as cerimônias religiosas de Graças a Deus por ter feito malograr o “sinistro” intento dos conjurados de Minas.

Todo o ritual foi celebrado por indicação direta do Vice-Rei, com as instruções, por escrito, do tema a ser desenvolvido pelo orador sacro. Fizeram questão as autoridades que se declarasse expressamente que a cidade do Rio de Janeiro tinha permanecido fiel e livre do pernicioso intento dos conspiradores mineiros. O segundo item das instruções ordenava: “Dar graças ao mesmo Senhor, de que esta Cidade ficasse isenta e ilesa do contágio de tão infame Conspiração.”

Das cerimônias religiosas, assistidas pelas autoridades e por grande massa de povo ficou-nos a descrição publicada no 6.º volume dos *Autos de Devassa*, a fls. 407/408:

“Ardiam mais de duzentas velas, além das que assistiam ao Santissimo Sacramento no seu Trono, que tôdas trocavam a noite em dia. A armação foi a mais rica, e mais bem composta, que tem havido; concorrendo muito para a sua beleza a arquitetura da dita Igreja. Sôbre o Arco Cruzeiro se via em pintura o seguinte emblema — Estava a Rainha Nossa Senhora assentada no seu Trono; ao seu lado direito se viam as Armas do Reino de Portugal, com Estandartes, caixas de guerra, peças, balas, e outros instrumentos bélicos, tudo isto guardava Hércules que estava com a maça sôbre o ombro mostrando, não só a fôrça, mas também a segurança da Monarquia. Ao lado esquerdo de Sua Majestade estava Astréia com tôdas as insígnias da Justiça, olhando para a soberana, como manifestando-lhe a sua prontidão na execução das suas Leis. Sua Majestade com a mão esquerda tocava o próprio peito; e com o cetro que tinha na mão direita apontava para a figura d’América, que aos pés do Trono, posta de joelhos, muito reverente-

mente lhe oferecia uma Bandeja de Corações, que significavam o Amor, e Fidelidade dos Americanos. Mais ao longe, e como em campo muito distante se viam os sublevados, representados na figura de um índio, pôsto de joelhos, despojado de seus vestidos e armas, com as mãos erguidas e em um braço uma cobra enrolada, protestando a eterna Vassalagem, e suplicando a Piedade da Soberana: a qual dava a conhecer, que atendia mais aos influxos de sua Clemência do que aos impulsos da Justiça; porque com muita alegria se via, que a fama levava a tôdas as partes do Mundo a Glória de seu imortal Nome.” (*Autos de Devassa* — Vol. VI — fl. 408).

O autor dos *Últimos momentos*, confirmando esta versão oficial das cerimônias, comentara: “A armação foi & mais rica e a mais bem ordenada que tem havido; para o que concorreu muito a elegante arquitetura da dita igreja”. (*Anuário do Museu da Inconfidência* — fls. 227).

Morto o Tiradentes seu corpo foi retalhado e seguiu para ser expôsto nos lugares indicados pelas autoridades. Seus companheiros ficaram aguardando nas prisões o embarque rumo ao degrêdo. Coube-nos localizar na coleção da Casa dos Contos, do Arquivo Nacional, uma carta inédita escrita no Rio de Janeiro, pelo inconfidente Domingos de Abreu Vieira, no dia 24 de junho de 1792, véspera de sua partida para Angola onde viria a falecer. Trata-se de documento rigorosamente desconhecido do qual estampamos a parte final, com a assinatura do antigo contratador dos dízimos da Capitania de Minas Gerais. Agradecemos ao Dr. Pedro Moniz de Aragão, Diretor do Arquivo Nacional, a gentileza de conceder-nos licença para esta publicação.

* * *

Morreram com o Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, as idéias de Liberdade?

Dois anos depois de sua execução, cientes desta vez dos recentes sucessos obtidos pelo povo francês na luta

contra a monarquia absoluta e da condenação do Rei Luis XVI, fermentavam novamente os germes da insatisfação diante das arbitrariedades e da opressão suportadas pelos habitantes do Brasil. Ao exemplo da América Inglesa juntava-se, em 1794, o da França, e com grande espanto apuravam as autoridades que havia quem tivesse declarado “que os fidalgos de Portugal todos eram uns ladrões e o Rei também e que isto não levaria volta enquanto não chegassem ao Brasil as novas leis da França, pois que estas eram santas e justas fazendo os bens comuns e não admitindo Fidalgos”. (*Autos de Devassa da Sociedade Literária* — in “Anais da Biblioteca Nacional” — Vol. 61 — pág. 272 — depoimento de Manuel Pereira Landim). A semente lançada pelo Tiradentes e seus companheiros de infortúnio começava a germinar.

PRESENÇA DE TIRADENTES

Documentos inéditos localizados pelo autor do presente trabalho na coleção da "Casa dos Contos" — de Vila Rica — do Arquivo Nacional. Publicação feita por especial deferência do seu Diretor, Dr. PEDRO MONIZ DE ARAGÃO.

6. ^a Comp. ^a	
Cap. ^m Balthazar João Mayrink	120000
Ten. ^c João Plá. de Castro	
Alf. João José da Silva Xavier	72000
João de Souza	
7. ^a Comp. ^a	
Cap. ^m João de São Paulo	120000
João de São Paulo	
	1233000

Seção de uma fôlha de pagamento da 6.^a Companhia do Regimento dos Dragões, da Capitania de Minas Gerais, com os autógrafos do Alferes Joaquim José da Silva Xavier e de seu comandante, Capitão Balthazar João Mayrink, pai de Maria Dorothea Joaquina de Seixas, a Marília de Dirceu

Liquidação de que dependes o Terceiro da Real Fazenda do Rio Grande do Sul de Rio Grande do Sul, na qual se faz de 1789, conforme os Documentos, que se seguem, e a saber:	
Folha Militar	
Pertencente ao Ano de 1785	
Terragem.	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	8900
Milha e Capim	
Cavallaria	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	3400
Pertencente ao Ano de 1785	
Milha e Capim	
Cavallaria	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	5400
Pertencente ao Ano de 1785	
Milha e Capim	
Cavallaria	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	120225
Farinha	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	14350
Pertencente ao Ano de 1786	
Terragem.	
Pelo que pagar ao Alferes João Carlos Xavier, por ser Alferes João Carlos Xavier, dependente que dependa que dependa da real de 17, e 23 de Fevereiro, conforme o Documento, de 1785.	1800

Liquidação da Fôlha Militar feita em agosto de 1789. com assentamentos referentes ao ano de 1785, nos quais mencionam-se pagamentos feitos ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, em diligências no Caminho Novo — itens "Cavalaria" e "Farinha"

Recebido de Sr. Antonio Pires de M.
 Lenda arcata de 200 libras de milho
 alq^{da} de milho e meio e mais a conta de mi-
 lho p^{ra} os cavalos de Sua Mage.
 Chumpeiro e de mais e de mais alq^{da} de fei-
 xa p^{ra} os cavalos de mais camaradas
 de 200 libras de milho de 2 de Janeiro de 1781
 Joaquim José da Silva Xavier
 Alferes Com.^{do} do Sertão

Recebido de Sr. Antonio Pires de M.
 de 200 libras de milho alq^{da} de milho p^{ra}
 os cavalos de Sua Mage.
 alq^{da} de farinha p^{ra} os cavalos de mais
 de 200 libras de milho de 1 de Fevereiro de 1781
 Joaquim José da Silva Xavier
 Alferes Com.^{do} do Sertão

Vales emitidos por Joaquim José da Silva Xavier, Alferes Co-
 mandante do Sertão, em favor de Antônio Pires de Miranda,
 pelo fornecimento de milho para os cavalos de Sua Magestade.
 2 de janeiro de 1781 e 1 de fevereiro de 1781

Fazenda da Vargem 31 de dezembro de 1781
 Vale este. cento e trinta e seis alq^{as} de milho
 e triz cortas de d^o Com^o mandante e sua
 for de S. Magarada q^o o Rent^o Colonel Ma
 noel do Vale amado pagara nas for onadas
 e deus q^o tem como a p^o lista capim
 mais vinte alq^{as} e triz cortas de fari
 nha Com^o mandante e sol^o q^o está
 de base do meu cumendo V^o
 32 alq^{as} de m^o a 640 — 306\$240
 20 alq^{as} de m^o a 960 — 192\$960
 São ————— 506\$200

João de Deus
 Al^o Com^o de S. Magarada

Vale passado por Joaquim José da Silva Xavier, alferes comandante
 do Caminho Novo, ao Coronel Manuel do Vale Amado, pelo forneci-
 mento de capim e farinha para a tropa sob o comando do Tiradentes.
 Fazenda da Vargem, 31 de dezembro de 1781

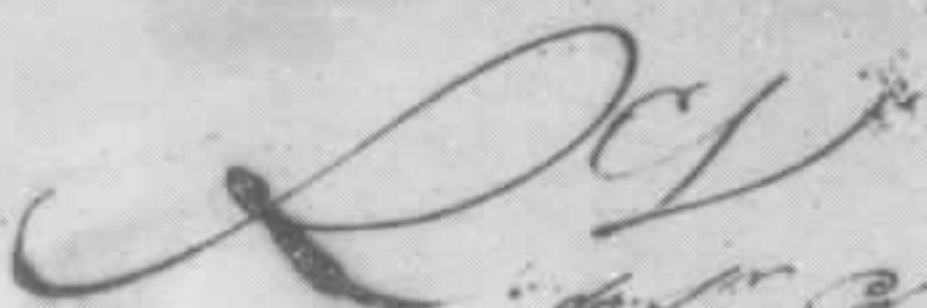
Pela m^a p^{re}sentada a Santa f^{az} de d^o por
 me^s tentes p^{re}sentados a O^ug^a f^{az} de d^o e a
 de f^{az} de d^o f^{az} de d^o f^{az} de d^o f^{az} de d^o f^{az} de d^o
 hum o^u p^{re}sentado em soldo p^{re}sentado a f^{az} de d^o
 Santa o^u de Camante. dos me^s e soldos o^u me^s
 o^u de d^o de todos os me^s p^{re}sentados q^{ue} me^s
 f^{az} de d^o e p^{re}sentado f^{az} de d^o e me^s e me^s
 p^{re}sentado e f^{az} de d^o a Manuel f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 Com o me^s e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o

Sinal de Francisco f^{az} de d^o e f^{az} de d^o

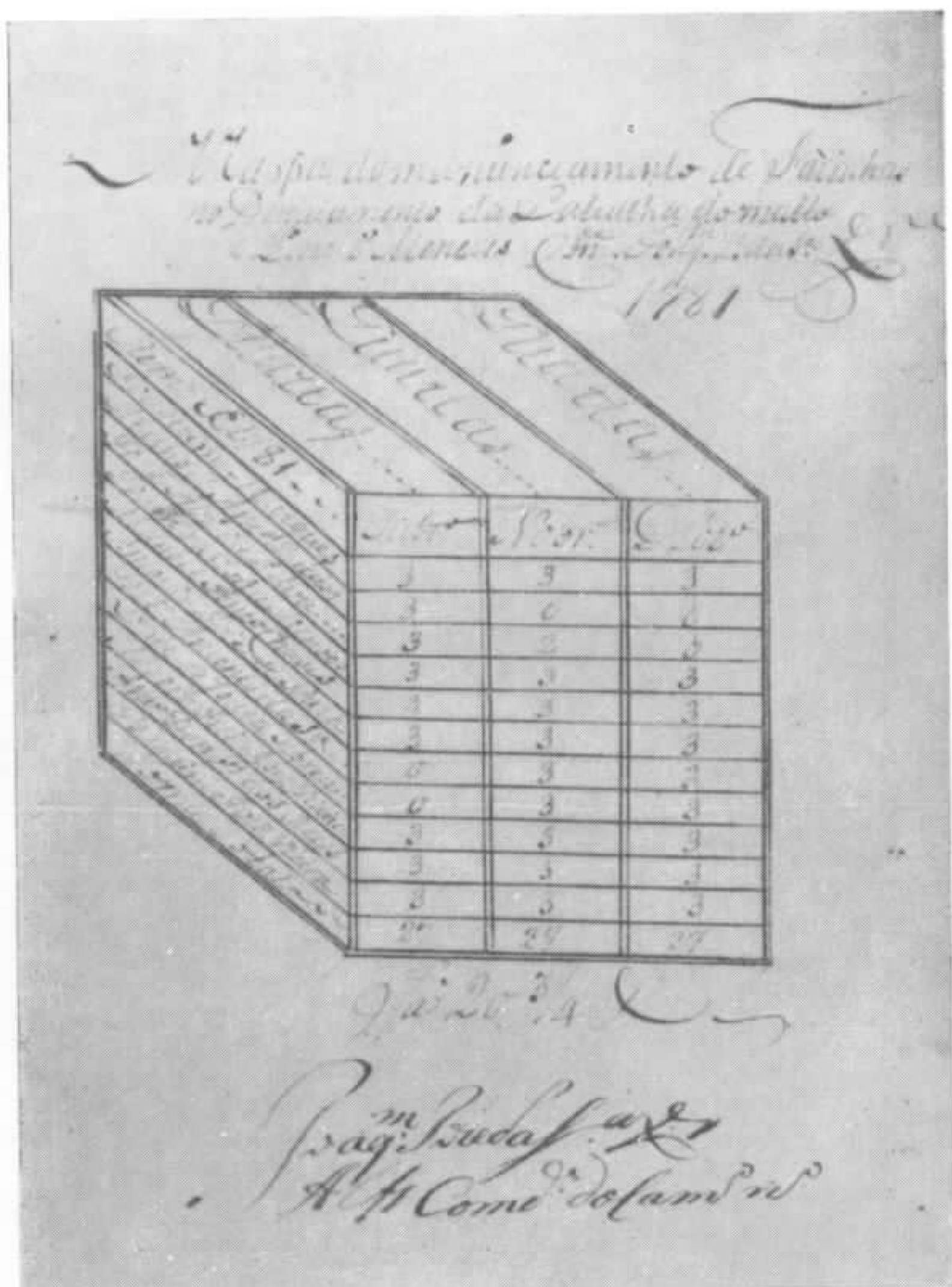
Como testemunha q^{ue} u^o f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 de f^{az} de d^o e f^{az} de d^o

Manuel f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o
 f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o e f^{az} de d^o

Procuração passada pelo soldado Francisco dos Santos dando
 poderes ao alferes Joaquim José da Silva Xavier para receber
 seus soldos. Porto de Meneses, 26 de fevereiro de 1785


 Recebo de Sr. Carlos José da Silva
 da Silva os Documentos a saber de Oitenta e
 duas folhas de p.^{ta} e vinta de q.^{ta} de
 470737
 De mais de 470737
 Em uno o Reubi para este por mim recebi
 te a signado. V.^{ta} de 11 de Fevereiro de 1786
 Joaquim José da Silva Xavier

Recibo de documentos, firmado por Joaquim José da Silva Xavier
 em 11 de fevereiro de 1786. Os documentos em questão lhe foram en-
 tregues por Carlos José da Silva, escrivão da Junta da Real Fazenda



Mapa de municiamto de farinha para o destacamento da patrulha do Malo e Pôrto de Meneses — 1781 — com a assinatura de Joaquim José da Silva Xavier, alferes comandante do Caminho Novo

Tesoureiro da Fazenda Real e Alcaide
da Capitania de Minas Gerais
Pede João da Silva dos Reis que em
nome seu poder entregar ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier
barraca e munições e suas pertencências, quatro libras de pólvora
de guerra, e quatro de Portugal para hui encaminhar para
a diligência da abertura do caminho do Novo descoberto da
Mantiqueira, e com encargo de levar a assinatura do
dito Alferes, e esta Portaria de João da Silva Xavier com conta os ditos
gastos nos que da Real Despesa V. Rica a 19 de julho
1781

Portaria ao Tesoureiro da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais mandando fornecer barraca e munições ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, encarregado da "diligência da abertura do Caminho do Novo descoberto da Mantiqueira". Vila Rica, 19 de julho de 1781

D. Domingos da Sylva Xavier Vigário
 dos Indios e Habitadores da Conquista do Cuieté, que a expe-
 riencia lhe tem mostrado que o meio mais e mais eficaz de atrahir os In-
 dios dos ditos Indios São as dadiyas com as quaes se tem feito de
 sos amada e respeitado trazendoos com essa industria das do-
 ras onde estavam embrenhadas para um lugar suficiente on-
 de os castos Aldeando, e porque para efeito de continuar na edu-
 cao de outros m. a nossa se. e aminorar e a educar a estes fã-
 la ao Sup. O dinheiro Suplico a V. Mag. Sedigne mandar
 que o Resoureiro da Real Fazenda de aonde se 200\$000 a conta
 dasua congrua annual que lhe de vencer, da qual tem ja parte
 vencida. Esta graça ou outro semelhante sejas doo-
 antes de se arder o primeiro 2.º para a dita congrua da 1.ª
 do com deo aillanoes l. Dias da Sylva Beato morador na Cidade
 de Maricunga por favor para no caso de que por morte do Sup.
 ou por outro algum incidente não se o dize e por a dita quantia
 Cuieté fãdo tambem agora e fãdo para o legado a si vir.

P. W. Mag. Sedigne Man-
 dar se lide a o fãdo. Doulo no curador o
 termo de fãdo. e que de mais de a si m. por fãdo
 o Resoureiro em a que ao Sup. a se fãdo quan-
 tia de 200\$000 pois de a si m. amento no
 da de a si m. grande de a si m. na o a 2.ª. Com
 tambem a V. Mag.

E. R. K.

Requerimento de Domingos da Silva Xavier, irmão mais velho
 do Tiradentes — "vigário dos indios e habitantes da Con-
 quista do Cuieté" pleiteando uma ajuda de 200\$000 "à conta
 de sua congrua anual"

Manoel Barbosa
 del.º e Catagora do S.º Alferes
 Command.º Joaquim José da Silva
 Agencia de Juiz de Paz, por
 ter sido o mesmo, por igual
 motivo de mesma S.ª V.ª do S.º
 1.º de 1870
 João Rodrigues de Macedo
 Recebi o valor de cinco mil
 e setenta e cinco réis, por
 ter sido pago a este do S.º
 1.º de 1870
 João Rodrigues de Macedo

Pagamento feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, au-
 torizado pelo contratador João Rodrigues de Macedo, dono
 do prédio onde veio a se instalar a Casa dos Contos

DOCUMENTOS INÉDITOS RELATIVOS AO TIRADENTES,
LOCALIZADOS NA COLEÇÃO DA CASA DOS CONTOS,
DO ARQUIVO NACIONAL

ALFERES JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER — O TIRADENTES

1. Portaria dirigida ao Tesoureiro da Fazenda Real e Almoxarife dos Armazéns, Capitão Pedro José da Silva, ordenando o fornecimento de uma barraca e armamento ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier “para hir moniciado para a deligencia da abertura do caminho do Novo descoberto da Mantiqueira”. Vila Rica, 19 de julho de 1781. Assinatura, no verso, de Carlos José da Silva, Escrivão e Deputado da Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais.

2. Procuração passada ao Capitão João Benavides e ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, pelo soldado João Xavier, para recebimento de soldos vencidos. Pôrto de Menezes, 24 de fevereiro de 1785.

3. Idem, aos mesmos, para o mesmo fim. Pelo soldado Felix da Silva. Pôrto de Menezes, 24 de fevereiro de 1785.

4. Idem, aos mesmos, para o mesmo fim. Pelo soldado João da Silva. Pôrto de Menezes, 24 de fevereiro de 1785.

5. Idem, aos mesmos, para o mesmo fim. Pelo soldado Francisco dos Santos. Pôrto de Menezes, 24 de fevereiro de 1785.

6. Recibo passado por Joaquim José da Silva Xavier, Alferes Comandante do Sertão. Refere-se a fornecimento de milho, farinha e azeite. 1 de fevereiro de 1781. O fornecedor foi o assentista Antônio Pires de Miranda.

7. Recibo passado por Joaquim José da Silva Xavier, Alferes Comandante do Sertão. Refere-se, igualmente, a fornecimento de milho, azeite e farinha. O fornecedor foi o assentista Antônio Pires de Miranda. 1 de janeiro de 1781.

8. Vale passado pelo Alferes Comandante do Caminho Novo, Joaquim José da Silva Xavier, referente a fornecimento de milho e farinha feito pelo Coronel Manuel do Vale Amado. “Fazenda da Varge — o hultimo de dezbro de 1781”. Este vale faz parte do processo de pagamento junto à Real Fazenda encaminhado por Manuel do Vale

Amado, com primeiro despacho em 20 de fevereiro de 1782 pela letra de Carlos José da Silva, escrivão da Junta.

9. Mapa de Municiamento de Farinhas no Destacamento da Patrulha do mato e Pôrto de Menezes. Comandante Joaquim José da Silva Xavier. Assinado: Joaquim José da Silva Xavier, Alferes Comandante do Caminho Novo. No processo consta outra assinatura do Tiradentes, no “mapa de municiamento dos cavalos de Sua Majestade.”

10. Visto de Joaquim José da Silva Xavier, Alferes Comandante do Sertão, na relação de despesas apresentada pelo soldado Domingos Corrêa Caldas (gastos com um cavalo). 30 de junho de 1780.

11. Recibo de soldos assinado pelo Tiradentes. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1786.

12. Fôlha de pagamento do último trimestre de 1775, do Regimento de Cavalaria da Capitania de Minas Gerais. Encerrada e assinada por Pedro Affonso Galvão de São Martinho, Sargento-Mor Comandante, em 1 de janeiro de 1776. No verso da primeira fôlha, em baixo, consta a seguinte anotação: “Alferes Joaquim José da Sa. sentou praça em o 1.º de Dezembro de 1775 — 24\$000”. Assinatura de Joaquim José da Silva Xavier.

Esta fôlha é importantíssima pois se trata da primeira vez em que o Tiradentes recebeu soldos. Na mesma data recebeu Balthazar João Mayrink seus soldos de Capitão da 6.ª Companhia, em cujo comando foi investido na mesma data em que o alferes Xavier “sentou praça”, ou seja, a 1 de dezembro de 1775. O documento representa o ingresso do Tiradentes no Regimento dos Dragões, sem passar pelos postos subalternos.

13. Fôlha de pagamento do Regimento de Cavalaria da Capitania de Minas Gerais referente ao pagamento do 1.º trimestre de 1776. Na 6.ª Companhia passaram recibo, o Capitão Balthazar João Mayrink e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier (72\$000). A fôlha foi encerrada em 1 de abril de 1776 com a assinatura de Pedro Affonso Galvão de São Martinho, Sargento-Mor, Comandante. Primeiro trimestre completo recebido pelo Tiradentes.

14. “Liquidação do que despendeu o Tesoureiro da Real Fazenda, o Sargento-Mor Theotônio Mauricio de Miranda Ribeiro no mês de Agosto de 1789, conforme os documentos que apresentou, a saber: Folha Militar” — segue-

se a discriminação das despesas pagas — “Pertencente ao Anno de 1785 — Milho e Capim — Cavalaria: Pelo que pagou ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por seu Procurador Antônio José Gomes, de 11/4 alqueires e 4 pratos a 600 rs. e de 36 feixes de Capim a 150 rs. que despendeu com diversos Cavalos do 1.º a 18 de Janeiro no Destacamento do Caminho Nôvo, conforme o Documento de Maior quantia n.º 50 — 12\$225; Farinha — Pelo que pagou ao dito, pelo dito Procurador de 1/2 alqueire a 900 rs. que despendeu do 1.º a 20 de Janeiro em municiar aos Soldados do Caminho do Mato e Pôrto de Menezes, conforme o dito Documento n.º 50 — 1\$350”.

“Pertencente ao Anno de 1787 — soldos — Cavalaria — Pelo que pagou ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier — que venceu no quarto trimestre, conforme o recibo n.º 6 — 72\$000”.

Pertencentes ao Ano de 1785 — Pedestres — Farinha — Pelo que pagou ao Alferes José Joaquim da Silva Xavier (sic), por seu procurador Antônio José Gomes de um alqueire a 900 rs. que despendeu com dois pedestres do 1.º a 20 de Janeiro no Caminho do Matto e Porto de Menezes, conforme o documento de maior quantia n.º 50 — \$900”.

Esta liquidação foi encerrada em Vila Rica, a 28 de setembro de 1789, com a firma de João de Sousa Benavides.

15. Fôlha de pagamento do Regimento dos Dragões da Capitania de Minas Gerais. 3.º trimestre de 1779. Na 6.ª Companhia, em seguida ao nome do Alferes Joaquim José da Silva Xavier consta a anotação de ter vindo do Rio de Janeiro pago até o fim de setembro dêsse ano. A mesma anotação consta no nome do Comandante, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. Essa tropa tinha descido para ajudar a guarnecer a praça do Rio de Janeiro.

16. Fôlhas extraordinárias feitas em Vila Rica, referentes às despesas com a tropa da Capitania de Minas Gerais destacada no Rio de Janeiro, no ano de 1778, para defesa da cidade contra ameaças externas. Registradas pelo escrivão Carlos José da Silva, da Junta da Real Fazenda, em 3 de setembro de 1778. Anexo: demonstração de conta corrente com o seguinte título: “A Junta da Fazenda Real da Capitania de Vila Rica em Conta Corrente com a desta Cidade do Rio de Janeiro pelo que pertence as Despesas

com a Tropa daquela Capitania que se acha Destacada pertencente ao Ano de 1778.” Mencionam-se as despesas com a manutenção da Tropa onde aparecem vários nomes, destacando-se o do comandante da referida Tropa, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, futuro Inconfidente, o Capitão Francisco Antônio de Oliveira Lopes, também futuro Inconfidente, e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mencionado como pertencente à “Cavalaria regulada — pelos soldos que venceo nos meses de Outubro a Dezembro do ano proximo passado”. Parte da Tropa esteve localizada “na Copa Cabana”.

17. Atestado lavrado pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier nos seguintes termos: “Atesto e certefico por emformação que tenho q. o soldado Jeronimo de Castro e Souza conduzio do Serro Frio o armamento de S. Mage. em sete bestas de alugel e as entregou neste armazem. Va. Ra. 8 de Janro. de 1776.” Assinado — “Joaqm. José da Sa. Xer. O Alferis comvezis de Quartel mestre”.

18. “Balanço da Receita e Despesa dos Rendimentos Reais que teve o Tesoureiro Geral da Capitania de Minas Gerais, o Coronel Afonso Dias Pereira, no Anno de 1792”. Anotação na última fôlha: “Pelo que se tirou do dinheiro q. tambem se achava em depozito do produto dos bens dos Inconfidentes para pagamento das Casas em que morou o Reo Joaqm. José da Sa. que forão demolidas, e outras despesas... 554\$150”.

19. Recibo passado em favor de João Rodrigues de Macedo pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier no valor de 74\$175. Macedo havia autorizado o pagamento, conforme se declara: “O Sr. Manoel Barboza de Oliveira entregará ao Sr. Alferes Comandante Joaquim José da Silva Xer. a quantia de Sessenta e hua Oitava, trez quartos e dois gr. de Oiro, por igual quantia que he dos Soldos do mesmo Sr. Vila Rica, 24 de 9bro de 1780.” Assinatura de João Rodrigues de Macedo. O recibo escrito pelo Tiradentes — é do teor seguinte: “Resebi o Conteudo asima por mão do Sr. Manoel Barboza de Olivra. e por ter Resebido passei este de ma. letra e sinal hoje 29 de 9bro de 1780. a) Joaqm. José da Sa. Xer.”.

20. Relação dos recibos pagos por Manoel Barbosa de Oliveira — no Registro de Sete Lagoas onde trabalhava a serviço do contratador João Rodrigues de Macedo —

15 de janeiro de 1781. Consta o pagamento feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, no valor de 14\$175.

21. Relação de remessa de créditos pagos por Manoel Barbosa de Oliveira. Sete Lagoas, 12 de Maio de 1781. Consta a seguinte anotação: “3 — Carta em que me ordenou o dito Sargento Mor desse ao Alfes. Comandante Joaquim Jose da Silva Xer. a quantia que da mesma consta com recibos nas costas da quantia — 138\$516”.

DE DOMINGOS DA SILVA XAVIER — IRMÃO DO TIRADENTES

1. Requerimento de Domingos da Silva Xavier — “vigário dos índios e habitantes da Conquista do Cuieté” — solicitando adiantamento de 200\$000 por conta da congrua a que tem direito. Despachado em 24 de abril de 1773. Recibo com assinatura do requerente, no verso do documento, em 26 de abril de 1773 (Vila Rica).

2. Portaria do Provedor da Real Fazenda ordenando ao Recebedor e Almoxarife da mesma, Feliciano José da Câmara para entregar ao Revdo. Domingos da Silva Xavier, vigário destinado para a Conquista dos índios do Cuieté todos os gêneros e paramentos destinados ao seu serviço. Vila Rica, 19 de julho de 1771.

A GUERRA DO PARAGUAI NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

UMBERTO PEREGRINO

Prof. do Curso de Museus do M.H.N.

Que era Machado de Assis, como escritor, ao tempo da Guerra do Paraguai, que se situa, em termos de datas, entre o aprezamento do navio brasileiro “Marquês de Olinda”, em 12 de novembro de 1864, e a morte de Solano Lopes, em 1.º de março de 1870, quando o General Câmara, depois Visconde de Pelotas, surpreende seu acampamento em Cerro-Corá, e persegue o Ditador até acuá-lo, à margem do rio Aquidabã?

Do ano em que começa a guerra são as “Crisálidas”, primeiro livro de versos de Machado de Assis, ao qual se seguem as “Falenas”, seis meses após. Antes, o que publicara em livro, além de poesia, fôra teatro: “Queda que as mulheres têm para os tolos” (1860) e “Desencantos” (1861); “Hoje avental, amanhã luva”, também teatro, aparecera na “Marmota”, de Paula Brito. No ano anterior à deflagração da guerra, é ainda no teatro que se projeta com um volume prefaciado por Quintino Bocaiuva, no qual se incluem: “O caminho da porta” e o “Protocolo”. A seguir vêm mais duas peças: “Quasi Ministro” e “Deuses de Casaca”. Enquanto transcorre a guerra, Machado de Assis, continua interessado em teatro, mas faz principalmente traduções, uma das quais é “O Barbeiro de Sevilha” (1866). Explica Mário Matos (“Machado de Assis, o homem e a obra”, Brasileira, Cia. Editôra Nacional, (1939) que “naquele tempo da primeira mocidade” de Machado de Assis, “havia o hábito das traduções de obras estrangeiras, sendo o teatro uma das diversões preferidas da sociedade”.

Ora, se naqueles anos de 1864, 1866, 1867, era o teatro o gênero literário que mais ocupava Machado de Assis, tanto na produção própria como no ofício de traduzir, isto

deve significar que, embora as dificuldades, as apreensões, o luto que vinham do Sul, na Côrte, ao menos para a sociedade dos barões, condes e viscondes não arrefecera o gôsto dos espetáculos alegres, êstes principalmente os de importação européia. Talvez isso se impusesse como necessidade de aliviar as tensões, porque, na verdade, a guerra se tornara claramente perigosa e cada dia estendia saudades e dores sôbre maior número de lares. Seja como fôr, Machado de Assis, nos dias de guerra, prolonga a literatura em que se inaugura como escritor, e que era uma literatura rigorosamente alienada, feita de poesia lírica e de teatro ligeiro. Aliás, o romancista só desponta em 1872, com “Ressurreição”, a que sucedem, com intervalos regulares de 2 anos, “A mão e a luva”, “Helena”, “Iaiá Garcia”. Tanto quanto oito anos se acumulam, portanto, sôbre o término da guerra do Paraguai até o aparecimento do romance que a toma como pano de fundo da sua trama, precisamente “Iaiá Garcia”, que é de 1878.

Em verdade, não foi a Guerra do Paraguai que tardou na ficção de Machado de Assis, foi a ficção que tardou ao escritor (Os “Contos Fluminenses”, sua primeira obra no gênero, são de 1869), tanto assim que quando lhe chega o gôsto do conto e do romance, neles não falta a presença da luta, ora em cenas do próprio teatro de operações, ora em episódios vividos na Côrte, mas condicionados pela guerra.

Às vêzes são simples imagens das ruas, como aquela de um desfile militar, colocada no conto “Pobre Finoca” (“Contos Fluminenses”, 2.º vol.): “OuvIU-se um toque de caixa; era um batalhão que subia a rua do Ouvidor”. Noutro conto, “Troca de Datas” (“Relíquias de Casa Velha”, 2.º vol.) refere outro desfile, êste o de uma tropa de regresso ao Rio, terminada a guerra. E descreve que “a gente que nas ruas e das janelas via passar os galhardos vencedores era muita, luzida e diversa”.

As campanhas para obter donativos aparecem em referências sumárias, encontrar no conto “Um Capitão de voluntários” (“Relíquias de Casa Velha”); “Maria acordou hoje com a mania de colhêr donativos para a guerra”. Havia as campanhas dêsse tipo, naquele tempo, aí está, e eram, como as de todos os tempos, de duvidosa inspiração patriótica... No caso de Maria, ajunta ainda Machado de Assis, pela bôca de um dos personagens, que ela “tem dessas fantasias” e “a idéia há de passar”.

Que se pensava, mesmo entre os brasileiros, da posição assumida pelo Império, no Prata? Machado de Assis focaliza as discrepâncias a êsse respeito usando um diálogo que se lê nesse mesmo conto “Um capitão de voluntários”.

— “A Guerra do Paraguai, não digo que não seja como tôdas as guerras, mas, palavra, não entusiasma. A princípio, sim, quando o Lopez tomou o “Marquês de Olinda”, fiquei indignado; logo depois perdi a impressão, e agora, francamente, acho que tínhamos feito muito melhor se nos aliássemos ao Lopez contra os argentinos.

— “Eu não. Prefiro os argentinos.

— “Também gosto dêles, mas, no interêsse da nossa gente, era melhor ficar com o Lopes.

— “Não; olhe, eu estive quasi a alistar-me como voluntário da pátria.

— “Eu, nem que me fizessem coronel não me alistaria”.

Sôbre as operações militares, são tão abundantes quanto informativas as referências do ficcionista, o que deve indicar, pois fala pela bôca dos personagens, o interêsse com que os fatos da guerra eram acompanhados na Côrte.

Em “Iaiá Garcia”, cuja ação, até o primeiro terço da obra, se desenvolve à margem da guerra, se oferecem successivos quadros dos campos de batalha. É na repartição que Luís Garcia, sabe “da chegada de tristes noticias do Paraguai. Os aliados tinham atacado Curupaiti e recuado com grandes perdas: o inimigo parecia mais forte do que nunca. Supunha-se até que as propostas de paz não tinham sido mais do que um engôdo para fortalecer a defesa.”

Adiante já são flagrantes da vida em campanha, através de Jorge, que se fizera “voluntário” por obra de astuciosa imposição materna. Ao partir, “perdendo de vista a cidade natal, sentiu Jorge que dobrara a primeira lauda do seu destino, e ia encetar outra, escrita com sangue. O espetáculo do mar abateu-o ainda mais: alargava-se a solidão até o infinito. Os poucos dias da viagem desfiou-os nessa atonia moral que sucede às catástrofes. Enfim, aportou a Montevidéu — seguindo dali ao Paraguai”.

Precisa e aguda a reação psicológica que se opera no jovem capitão, logo ao tomar contato com o ambiente da guerra, ainda cumprindo a segunda parte do seu itinerário, isto é, de Montevidéu a Tuiuti. “As gentes estranhas, as novas coisas, o movimento do teatro da guerra — escreve Machado de Assis — produziram nele saudável transformação. O espírito elástico e mobil sacudiu as sombras de

pesar que o enoiteciam, e, uma vez voltado o rosto para o lado do perigo, começou a enxergar, não a morte obscura ou ainda gloriosa, mas o triunfo e o laureado regresso”. E arremata, fixando êsse prodigioso resultado do clima da guerra: “Bebido o primeiro hausto da campanha, Jorge sentiu-se homem”.

As operações, tais quais repercutiram aqui, Machado de Assis as mencionou valendo-se da presença de Jorge como combatente. Aqui é o registro de que o “exército acampado em Tuiuti, não iniciava operações novas”, e, ao pé do fato, a exata explicação de que isso decorria da necessidade de “reunir os elementos necessários para prosseguir a campanha de modo seguro e decisivo”. Mais adiante também o registro da modificação dessa situação, isto é, da marcha de Tuiuti a Tuiu-Cuê, à qual, no dizer de Machado de Assis, “se seguiu uma série de ações e movimentos, em que houve muita página de Plutarcho”.

Nossas batalhas vitoriosas foram também vitórias do herói do romance, que “teve parte nas jornadas de Peribebui e Campo Grande, não já na qualidade de capitão, mas na de major, cuja patente lhe foi concedida depois de “Lomas Valentinas”, onde recebera ferimento.

A respeito do desenvolvimento geral da campanha tece considerações que reproduzem as esperanças e decepções da opinião pública na Côrte. De fato, como escreve Machado de Assis, “poucos poderiam supôr, nos fins de 1866, que a campanha se protrairia ainda cêrca de quatro anos. O cálculo do general Mitre, relativo aos três meses de Buenos Aires a Assunção, tinha já caído, à certo, no abismo das ilusões históricas. Proclamações são loterias: a fortuna as faz sublimes ou vãs. A do general argentino, que era já uma afirmação errada, exprimiu contudo, no seu tempo, a convicção dos três povos. Do primeiro embate com o inimigo, viu-se que a campanha seria rija e longa; a ilusão desfêz-se; ficou a realidade, que nem por isso encaramos com rosto aflito. Não obstante, era difícil presumir, em outubro de 1866, que a guerra chegasse até março de 1870. Supunha-se que um esforço ingente bastaria a reparar Curupaiti, a derrubar Humaitá, a vencer o ditador, não nos três meses do general Mitre, mas em muito menos tempo do que viria ser na realidade”.

Os reflexos da guerra na sociedade da Côrte, através das transformações psicológicas que se operam nos combatentes, sugeriu-os o autor de “Iaiá Garcia” nesta pas-

sagem em que fixa a renovada personalidade do herói devolvido ao seu antigo meio social, após anos de campanha:

“O espetáculo da guerra, que não raro engendra o orgulho, produziu em Jorge uma ação contrária, porque êle viu, ao lado da justa glória de seu país, o irremediável conflito das coisas humanas. Pela primeira vez meditou; admirou-se de achar em si uma fonte de idéias e sensações, que nunca lhe deram os receios de outro tempo. Contudo, não se pode dizer que viera filósofo. Era um homem, apenas, cuja consciência reta e cândida sobrevivera às preocupações da primeira quadra, cujo espírito, temperado pela vida intensa de uma longa campanha, começa de penetrar um pouco abaixo da superfície das coisas.

“Querendo adotar um plano de vida nova, renegou a princípio todos os hábitos anteriores, disposto a dar à sociedade tão somente a estrita polidez.”

Em “Iaiá Garcia”, por força da ambientação do romance, são apenas mais insistentes e demoradas as passagens alusivas à guerra do Paraguai, porque, em verdade, se espalham elas, informativas ou opinantes, por tantas outras histórias de Machado de Assis. No conto “Uma Noite”, colecionado em “Páginas Recolhidas”, o diálogo de dois personagens serve de pretexto à descrição da vida nos acampamentos, constantemente inquietados pelo tiroteio de rotina:

“Brasileiros e paraguaios — lê-se no conto — tiroteavam naquela ocasião, o que era comum, pontuando com balas de espingardas a conversação. Algumas delas coincidiam porventura com os pontos finais das frases, levando a morte a alguém; mas que essa pontuação fôsse sempre exata ou não, era indiferente aos dois rapazes. O tempo acostumara-os à troca de balas; era como se ouvissem rodar carros pelas ruas de uma cidade em paz.”

Nesse mesmo conto há menção nominal a Caxias, para assinalar que dava “nôvo impulso à guerra” quando marchou sobre Tuiu-Guê. E é esta, convém lembrar, a segunda referência ao deslocamento que marcou o fim da inação em Tuiuti.

Sabidamente a opinião pública brasileira ansiava por algo que significasse uma reativação da luta, capaz de fazer valer o poderio das nossas armas e, por aí, chegar-se à decisão. A insistência de Machado de Assis no registro

do desencadear da ação ofensiva de Caxias, correspondera, portanto, ao alvoraçado interêsse com que êsse fato foi recebido na capital do Império. E sôa como confirmação do sentido que emprestamos a êsse tratamento do fato alvissareiro, o tom quase queixoso com que se referia ao penoso período de expectativa, muito expressivo nesta cena, também recolhida no conto “Uma Noite”:

“Os dois oficiais estavam nas avançadas do acampamento de Tuiuti. Eram ambos voluntários, tinham recebido o batismo de fogo na batalha de 24 de maio. Corriam agora aqueles longos meses da inação, que só terminou em meados de 1867.”

Aspecto da guerra que também sensibilizava a opinião pública, quanto ao seu arrastado desenrolar, eram as associações que se faziam entre êsse fato e o interêsse dos fornecedores, a quem não conviria a abreviação das operações, o que obviamente importaria em dispensar os fornecimentos. Machado de Assis não chega a colocar o assunto em tais têrmos, mas fixa o fato essencial, isto é, o enriquecimento fácil e farto com negócios à margem da guerra. É o caso de Procópio Dias (“Iaiá Garcia”), homem de quem diz que “tinha dois credos”, e um deles, era o lucro, fiel ao qual, “mediante alguns anos de trabalho assíduo e finuras encobertas, viu engrossarem-lhe os cabedais. Em 1864, por um instinto verdadeiramente miraculoso, farejou a crise e o descalabro dos bancos, e retirou a tempo os fundos que tinha em um deles. Sobrevindo a guerra, atirou-se a tôda a sorte de meios que pudessem tresdobrar-lhe as rendas, coisa que efetivamente alcançou ao fim de 1869.”

Ponto curioso, a elucidar, quanto às criações machadianas envolvendo a Guerra do Paraguai, é que os seus heróis nunca se alistam como voluntários por motivos patrióticos. São sempre intrigas amorosas ou desgostos íntimos que os arremessam ao serviço da guerra. Às vêzes o personagem ostenta essa motivação particular, como é o caso do tenente Isidoro abrindo-se com um companheiro de campanha, o alferes Martinho (“Uma Noite”):

“Já lhe disse também que estudei na Escola Central. O que não sabe é que não foi o simples patriotismo que me trouxe ao Paraguai; também não foi ambição militar. Que sou patriota, e me baterei agora, ainda que a guerra dure dez anos, é verdade, é o que me aguenta e me aguen-

tará até o fim. Lá postos de coronel nem general não são comigo. Mas se não foi imediatamente nenhum desses motivos, foi outro; foi, foi outro, uma alucinação.”

E explica que tivera uma noiva, por sinal viúva. Uma noite, quando estavam juntos, Camila, como se chamava a noiva, enloqueceu súbitamente e, num acesso, cravou-lhe os dentes na mão. Recolhida a um hospício, somente quatro anos depois Isidoro voltou a vê-la, mas em condições imprevisitas: no teatro, onde trabalhava como atriz, sob o nome de Plácida. Procurou-a, falou-lhe, acompanhou-a à casa. A antiga noiva o viu apenas como pessoa conhecida, nem a cicatriz da dentada lhe dissipou as brumas da memória doentia. Agora era Isidoro quem se recusava a reconhecer a antiga noiva. Diante dela tinha a sensação de uma alucinação. E sob essa imagem mortificadora, a que queria fugir, se apresentou voluntário.

Outro caso, outro exemplo. É o de Eusébio, do conto “Troca de Datas” (“Relíquias de Casa Velha”). Eusébio abandonara a mulher e a fazenda onde vivia. “A razão dada — consigna o conto — foi a guerra do Paraguai; e com efeito, êle ofereceu os seus serviços ao govêrno; mas não há inconveniente que uma razão nasça com outra, ao lado, ou dentro de si mesma. A verdade é que na ocasião em que êle resolvia ir para a campanha, deliciava os habitantes do Pirai uma companhia de cavalinhos na qual uma certa dama, rija, de olhos negros e quentes, fazia maravilhas no trapézio e na corrida em pêlo. Chamava-se Rosita; e era oriental. Eusébio assinou com essa representante da república vizinha um tratado de perpétua aliança, que durou dois meses. Foi depois do rompimento que Eusébio, tendo provado o vinho dos fortes, determinou deixar a água simples de casa. Não queria fazer as coisas com escândalo, e adotou o pretexto marcial.”

E aquêlê personagem que se tornou capitão de voluntários (“Um capitão de voluntários” — “Relíquias de Casa Velha”), depois de declarar-se avesso à guerra do Paraguai, para cujo serviço não se alistaria nem no posto de Coronel? Êsse se decidiu de repente ao descobrir, por acaso, que a amada o traira com um amigo que os freqüentava. Embora a infidelidade, ao ser conhecida da vítima, já estivesse superada, porque a infiel, por si, rapidamente se desinteressara do outro, o homem traído se determinou, calado e resolutos, a seguir para o campo da luta. Os amigos só o souberam ao ver-lhe o nome nos jornais, inscrito numa

“lista de cidadãos que, na véspera, tinham ido ao quartel-general apresentar-se como voluntários da pátria”.

E, “antes de um ano — informa ainda o conto — soube-se que êle morrera em combate, no qual se houve com mais denodo que perícia”, tanto assim que primeiro perdera um braço”, e “provavelmente a vergonha de ficar aleijado o fêz atirar-se contra as armas inimigas, como quem queria acabar de vez”.

Aí está um traço constante dos voluntários circunstanciais de Machado de Assis: todos se portam valentemente quando em ação.

Típico caso de voluntariado de circunstância é o de Jorge, filho de Valéria, em “Iaiá Garcia”. Esta se dispõe a remeter o filho ao Paraguai para afastá-lo de um amor detestado por ela. Recorre, para ajudá-la, a um amigo da família, Luís Garcia, perante o qual procura disfarçar suas secretas razões, fornecendo outras:

“Eu creio que é chegado o momento de fazerem tôdas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor, que não serão perdidos. Pela minha parte trabalho com o meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário; podemos arranjar-lhe um pôsto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel. Êle, entretanto, resiste até hoje; não é falta de coragem nem de patriotismo; sei que tem sentimentos generosos.”

Mas Jorge percebia tudo e elucidou Luís Garcia:

“Mamãe quer mandar-me para a guerra, porque não pode impedir os movimentos do meu coração.”

E quando Luís Garcia, considerando de mau gôsto dar ao problema “um desenlace épico”, lhe sugeriu que cedesse “metade sòmente”, viajando à Europa ao invés do Paraguai, Jorge contestou, desdenhoso:

— “Seu conselho mostra a diferença de nossas idades, disse êle. Se eu fôsse para a Europa, que sacrifício faria à pessoa a quem amo? Pelo contrário, a sacrificada era ela. Eu ia divertir-me, passear, ver coisas novas, talvez achar novos amores. Indo à guerra, é diferente; sacrifico o repouso e arrisco a vida; é alguma coisa.”

É o comêço da explicação do que se segue, isto é, a adesão de Jorge à idéia de ir à guerra, assim justificada à sua amada, no momento de despedir-se:

— “Embarco amanhã para o sul. Não é o patriotismo que me leva, é o amor que lhe tenho, amor grande e sincero, que ninguém poderá arrancar-me do coração.”

Até aqui, o que me foi dado respigar na ficção machadiana, tendo em vista focalizar problemas humanos e fatos sociais do Rio de Janeiro sob as demoradas preocupações produzidas pela Guerra do Paraguai. São páginas compostas alguns anos após os acontecimentos. Refletirão, destarte, impressões e conhecimentos já cristalizados. Mas do momento em que transcorria a guerra, da guerra em pleno desenvolvimento, também há muito na obra de Machado de Assis. Aí, porém, já são elementos de outra natureza, são antes reações emocionais, dessas que se produzem sob o impacto dos acontecimentos. Vemô-lo, por exemplo, consagrando uma crônica (7 de fevereiro de 1865) ao papel da mulher no esforço de guerra. É algo quase patético, como devia requerer a ocasião.

“Não nascestes — diz Machado de Assis cronista — para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente, vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma, como mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados, outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher os cartuxos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flôres o caminho dos bravos. Voltará aquêlê filho antes da desafronta da pátria? Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Sentirão os ferimentos quando aqueles fios os hão de curar? A par da santa idéia da pátria agravada, vai na imaginação dos heróis a idéia da dedicação feminina, das flôres que os aguardam, das orações que os recomendam de longe.”

“Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não mandais um regimento, formais coragens; não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhais flôres, e estas, pôdeis estar certas, hão de lembrar, mesmo quando o forem sêcas, os feitos passados e as vitórias do país.”

Esse mesmo espírito há de explicar certo soneto divulgado pela primeira vez na revista de Henrique Fleiuss (“Semana Ilustrada”), com ilustração deste, uma alegoria representando D. Rosa Maria Paulina da Fonseca e os sete filhos que oferecera ao serviço da pátria, um deles o Capitão Manoel Deodoro, em quem viríamos a ter o Marechal

proclamador da República. Dava-se êsse soneto como de autoria da própria senhora alagoana, que o teria composto ao partir para a guerra o seu sétimo filho, alferes Afonso Aurélio. Isso até que Magalhães Júnior provasse, como provou (“Ao redor de Machado de Assis”, p. 87-88), com decisivos elementos de crítica literária, que o soneto era de Machado de Assis. D. Rosa da Fonseca apenas motivara o autor, tão sòmente sua espartana fibra lhe inspirara nova página de exaltação à mulher brasileira:

E aqui vai reproduzido o soneto famoso:

“Cala-te, amor de mãe! quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado
Amor da pátria, vívido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo:
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

Ês o sétimo, o último. Minh'alma
Vai tôda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! não te assuste o horror da márcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma:
Ou morte honrada ou gloriosa vida.”

Nem seria essa a única manifestação poética de Machado de Assis inspirada na guerra que lavrava no Sul. “O acordar do Império”, é outra poesia desse gênero, devido a Machado de Assis, agora autor ostensivo. Trata-se de um poema épico, aberto nesse tom:

“De pé — Quando o inimigo o solo invade
Ergue-se o povo inteiro; e a espada em punho
É como um raio vingador dos livres!”

Adiante, em diferentes passagens, dizia assim:

É preciso vencer! Mande a justiça,
Manda a honra lavar com sangue as culpas
De um punhado de escravos. Ai daquele
Que a face maculou da terra livre!

Cada palmo do chão vomita um homem!
E do Norte, e do Sul, como êsses rios
Que vão, sulcando a terra, encher os mares,
A falange comum os bravos correm!”

“E vão todos, não pérfidos soldados
Como êsses que a traição lançou nos campos;
Vão como homens. A flama que os alenta
É o ideal esplêndido da pátria.
Não os move um senhor; a veneranda
Imagem do dever é que os domina,
Esta bandeira é símbolo; não cobre,
Como a dêles, um túmulo de vivos.
Hão de vencer! Atônito, confuso,
O covarde inimigo há de abater-se;
E da opressa Assunção transpondo os muros
Terá por prêmio a sorte dos vencidos.”

“Resta isso? Ainda não. Se o império é fogo,
Também é luz: abrasa, mas aclara.
Onde levar a flama da justiça,
Deixa um raio de nova liberdade.
Não lhe basta escrever uma vitória,
Lá onde a tirania oprime um povo;
Outra, tão grande, lhe desperta os bríos;
Vença uma vez no campo, outra nas almas;
Quebre as duras algemas que roxeiam
Pulsos de escravos. Faça-os homens.”

“O povo um dia cobrirá de flôres,
A imagem do Brasil. A liberdade
Unirá como um elo êstes dois povos.
A mão, que a audácia castigou de ingratos,
Apertará sòmente a mão dos amigos.
E a túnica farpada do tirano,
Que inda os quebrados ânímos assusta,
Será, aos olhos da nação remida
A severa lição de extintos tempos”!

Desse poema sabe-se que devia ser um dos números do espetáculo especial programado pela Companhia de Furtado Coelho, para o dia 5 de maio de 1865, no Teatro Ginásio, em benefício da “Sociedade União e Perseverança”. Como o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina não pudessem comparecer, nesse dia, o espetáculo foi transferido para o dia 8 de maio quando de fato se

realizou. Quanto ao poema, tornou-se também conhecido através de publicação feita, logo a seguir, no “Diário do Rio de Janeiro”, quando teve o título modificado para “A cólera do Império”.

Tão pouco estancaria aí a musa patriótica de Machado de Assis. Já depois de terminada a guerra, um dia, diante do Brigadeiro Pinheiro Guimarães, médico e dramaturgo que se fizera soldado e voltava da guerra com o peito coberto de condecorações, por atos de bravura, Machado de Assis se restabeleceu no fervoroso verzejador de “A cólera do Império”. E, desta feita, foi mais além, porque êle próprio disse seus versos na cena aberta de um teatro, em que se representava a “História de uma moça rica”, em homenagem ao autor, que era Pinheiro Guimarães mesmo. São versos de circunstância, nada imortais, todavia muito expressivos da exaltação patriótica dessa reunião que devia ser igual a tantas outras daqueles dias vitoriosos. E os versos? Convém recordá-los, alguns, que não haverá nada mais sugestivo quanto ao colorido e à vibração do que foi o espetáculo:

“Ouviste o márcio estrépito
E a mão lançando à espada
Fôste, soldado indômito,
Vingar a pátria amada
Do universo delírio
Acêso o coração.”

Fôste, e na luta férvida
(Glória e terror das almas)
Das quais loureiros vívidos
Colheste eternas palmas
Diga-o ao mundo e à história
A bôca da nação!”

“Chamam-te as musas, chama-te
A imensa voz do povo
Que, em aplausos unânime,
Te guarda um prêmio nôvo.
Vem lutador do espírito,
Colhe os laureis da paz!”

* * *

Mas retrocedamos, por um instante ainda, ao tempo da guerra, para fixarmos imagens dos seus últimos arrancos,

como se refletiam na crônica de Machado de Assis. Estávamos em janeiro de 1869. Desde o dia 5 Caxias entrara em Assunção. De 24 é uma crônica em que Machado de Assis comenta notícia de que Lopez fizera seu testamento. O comentário é alegre, espelha o espírito desafogado diante da guerra já resolvida, a paz à vista. E que primor de mordacidade, aquela mesma com que fôra alvejado outro inimigo do Brasil, o Ministro inglês William Christie! Dizia assim a crônica:

“O Sr. Francisco Solano Lopez está definitivamente demitido do emprêgo que exercia no Paraguai, e se não fôsse o zêlo com que preparou as coisas, é provável que a esta hora viesse pedir um emprêgo em qualquer parte do Brasil.

Tendo o carrasco de São Paulo recusado há cêrca de 6 anos fazer uma execução (eloqüentíssimo protesto contra a pena de morte) bem podíamos dar-lhe êsse emprêgo com um bom ordenado a fim de que êle pudesse sustentar a numerosa família. Carrasco no Brasil é hoje uma das melhores sinecuras, e se ninguém pede êsse cargo é por motivos que fàcilmente se compreendem.”

Desse modo o que quer é indicar que o Ditador paraguaio está definitivamente perdido. Ao lado disso, em todo caso, registra a controvérsia em tôrno da sua personalidade quando observa que, de boa-fé, algumas pessoas “admiram o ex-feitor do Paraguai como um grande homem”, a tal ponto que, “como é difícil acreditar na grandeza de um homem que manda matar os sujeitos mais ricos para lhes empolgar a fortuna, duvidam da autenticidade dêsses fatos”.

E como para deixar entrever quanto apaixonada se fazia essa controvérsia, mesmo entre brasileiros, acrescenta:

“Tenho um amigo, entre outros, que admira o Lopez. Devo dizer que não o admira em absoluto, mas admira-o, e discutimos sempre a respeito dêle, como dois amigos, sem nos zangarmos, mas também sem que eu consiga dissuadi-lo das suas opiniões”.

Após a ocupação de Assunção, um dos primeiros cuidados das autoridades brasileiras foi promover eleições através das quais o povo paraguaio pudesse constituir o seu próprio govêrno, em bases democráticas. À luta eleitoral, que então se abriu, não faltaram veemências, até de

natureza física, e a crônica de Machado de Assis transmitiu isso sob comentário irônico:

“Ó prodígio! ó mistério da urna! ó liberdade de voto!

“Até aqui era o povo paraguaio um povo de carneiros que, à imitação dos de Panúrgio, seguiam cegamente o carneiro condutor.

“Os jesuitas, o ditador Francis, os dois Lopez tinham consumado essa obra.

“O povo paraguaio era um relógio perfeito; dava-se-lhe corda e andava sem discrepar um minuto.

“Mas por que se quebram cabeças no Paraguai?

“Quebram-se as cabeças porque há vários candidatos ao governo.

“Candidatos no Paraguai! Acreditá-lo-eis, — pósteros?”

Desse registro sarcástico, passa a crônica, nas linhas finais, ao plano do comentário político, numa advertência realista:

“Não estou habilitado para aconselhar ninguém e muito menos aos governos aliados contra o ditador Lopez. Entretanto, lembrarei a conveniência de impedir que os nossos aprendizes da liberdade não se tornem incômodos, como por longo tempo os condiscípulos do Rio da Prata. Se os paraguaios passam de pacíficos Sanchos-Panças a belicosos D. Quixotes, aí teremos tempo e dinheiro perdido em conter os nossos queridos alunos.”

* * *

E são assim os derradeiros registros de Machado de Assis em torno da Guerra do Paraguai, já decidida, perdurando, residual, apenas nas operações de limpeza, representadas pela fase de guerrilhas que se denominou Campanha das Cordilheiras. Todavia, algumas notas ainda repontam, aqui e ali, a qualquer pretexto.

Às vezes, consistem, tão somente, numa associação de mero sabor literário, como nesta passagem de uma crônica de 1884:

“Senhores, eu conheci um homem que durante a guerra de 1870, não era francês nem alemão, mas aritmético. A volúpia com que êle falava das centenas de milhares de soldados era única; parecia que êle os comandava todos de um e de outro lado, que compusera os dois exércitos, que eram seus, sangue do seu sangue, carne de sua carne.

A batalha de 24 de maio, na guerra do Paraguai, mostrou-me igual fenómeno; um sujeito, aliás bom patriota, tão fascinado ficou pelo número dos combatentes, que não atendia ao fulgor da batalha, e dizia que era a primeira da América do Sul, não pelos prodígios de valor, mas pela quantidade de homens.”

Outras vêzes é uma referência de simpatia, como aquella que fazia Tamandaré (crônica de 15 de dezembro de 1895), ao tornar-se êste octogenário, mencionando que descansa “das suas grandes fadigas militares”.

Também às figuras militares mais distantes e menos nossas se põe atento. De fato, atento esteve Machado de Assis quanto ao general Mitre, cujo confessado apreço às musas assinalou e louvou, a propósito da resposta do general argentino ao senador e poeta José Marmol, quando êste se lhe dirigiu enaltecendo o nível literário da contenda em que o militar se vinha empenhando com o jornalista S. C. Gomes.

Escrevera Marmol a Mitre:

“Se sacrificio dêste modo a parte histórica das duas guerras, perdôe-se ao poeta que dá com orgulho o abraço de congratulação a seus irmãos.”

E o general lhe respondeu:

“Como homem teórico gostaria muito de ser poeta, para poder voar além das fronteiras do mundo material, que é o mundo dos asnos, dos homens práticos e até científicos. Assim é que, como soldado das musas, defendi os direitos da poesia e seus direitos de cidade no domínio das idéias.”

A isso observa Machado de Assis (crônica de 21 de agosto de 1870):

“Dois homens de Estado, dois soldados políticos, em plena imprensa, confessando-se audazmente sectários das musas, isto é quando bastava, cá no nosso Brasil, para que ambos os homens de Estado fôsem riscados do número dos homens sérios pelos ditos asnos de que fala Mitre.

“Ainda estou por saber a razão do medo com que muitos homens políticos escondem os seus préstimos literários. Se dois homens nossos escrevessem o que escreveram, Mitre e Marmol, ficavam certamente em maus lençóis; mas se todos o escrevessem, não tinham os asnos outro remédio senão engolir a pílula de cara alegre.”

O rebate onde se denuncia, porém, mais expressivamente a vivência da Guerra do Paraguai na alma da gente carioca contem-se numa página machadiana, de 11 de novembro de 1894, inspirada pela visita de comissão uruguaia, incumbida de trazer-nos medalhas comemorativas da campanha.

“Campanha do Paraguai? Onde fica o Paraguai?” — interroga Machado de Assis, para dar idéia do adormecimento em que já haviam caído os fatos agora súbitamente propostos à memória do povo. E observa, fazendo então valer as suas vivências pessoais, de quem atravessou, testemunhando e sofrendo, aqueles numerosos tempos de aflição e glória:

“Os que já forem entrados na história e na geografia, poderão descrever essa guerra, quase tão bem como a de Jugurta. Faltar-lhes-á, porém, a sensação do tempo.

“Oh! a sensação do tempo! A vista dos soldados que entravam e saíam, de semana em semana, de mês em mês, a ânsia das notícias, a leitura dos feitos heróicos, trazidos de repente por um paquete ou um transporte de guerra... Não tínhamos ainda êste cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves. Naquele tempo as batalhas vinham por inteiro, com as bandeiras tomadas, os mortos e feridos, número de prisioneiros, nomes dos heróis do dia, as próprias partes oficiais. Uma vida intensa de cinco anos. Já lá vai um quarto de século.”

E dentro desse mesmo espírito, a propósito da inauguração da estátua de Osório, conclui: “Os que ainda mavam quando Osório ganhava a grande batalha, podem aplaudí-lo amanhã revivido no bronze, mas não terão o sentimento exato daqueles dias...”

Volta a Osório e à estátua em crônica seguinte (18 de novembro de 1894), dando Bernardelli como “glorificado pela grandeza e perfeição com que perpetuou a figura do herói”, e diz ainda: “Fique a estátua com os seus dois colaboradores, o escultor e o soldado: eu contento-me em contemplá-la e passar, e lembrar-me das gerações futuras que a hão de contemplar como eu.”

Também acontecia que sem motivação específica Machado de Assis se pusesse a recordar a Guerra do Paraguai. E quanto mais gratuito, mais comovido êsse rememorar. São páginas como a de uma crônica de março de 1894, quando 24 anos já se amontoavam sôbre a derradeira cena

da guerra, o fim de Lopez, em Cêrro Corá. Assim escrevia o cronista, dando-se conta, entre espantos, dos anos, tantos, que já se haviam escoado:

“Deus meu! Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai! Há rapazes que fazem a barba, que namoram, que se casam, que têm filhos, e, não obstante, nasceram depois da batalha de Aquidaban. Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa, de outros anos, ou êste tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de Lopes, andam muito mais depressa.”

* * *

Dá que pensar o fato de Machado de Assis, assim tão assíduo e fervoroso, assim no registro como na apreciação da Guerra do Paraguai, não se haver interessado pela Guerra da Cisplatina nem pela Campanha Contra Oribe e Rosas (1851-1852). Parece total a sua abstenção quanto a essas duas lutas externas em que nos empenhamos. Com respeito à primeira, que se situa entre 1825 e 1828, quando ainda não era nascido (1839), só poderia demonstrar interesse histórico. Além disso, foi uma campanha para a qual os brasileiros não se sentiam motivados, herança que fôra, nas suas raízes, da política de D. João VI no Prata, em boa parte condicionada pelas intrigas e ambições de Carlota Joaquina. Dessas condições negativas e da inépcia com que foi conduzida no plano militar, resultou desastrosa, embora politicamente acabasse vantajosa para o Império, uma vez que consagrou a independência do Uruguai, com o comprometimento também de Buenos Aires no assegurá-la. Por tudo isso, não seria a Campanha da Cisplatina matéria para ser manipulada com gôsto na ficção, porém mais propriamente para ser investigada e debatida pelos historiôgrafos. Machado de Assis a ignorou, mas ignorou igualmente a luta de 1851-1852, que terminaria em Monte-Caseros com a derrota e fuga de Rosas. Ora, esta campanha já teve outras características: era justa e o êxito das nossas armas, além de amplo foi fulminante. Entretanto, não passou de uma luta localizada, na qual só se empenharam praticamente combatentes da Província do Rio Grande, aquêles mesmos lançados às escaramuças ao longo da fronteira gaúcha, a cada uma das renovadas ameaças dos caudilhos agressivos. O êxito certamente repercutiu no Império, mas a campanha não, porque não o sangrou, não lhe ocupou senão energias parciais, não lhe ameaçou a exis-

tência, não lhe doeu no corpo todo, doeu apenas num membro, calejado já. Diferente a guerra do Paraguai, drama nacional, aflição em todos os lares, luto por toda a parte, esforços exaustivos, valores em confronto, destino em jogo.

Quando, portanto, Machado de Assis passa ao largo da campanha contra Oribe e Rosas, ao passo que não se farta de mencionar, discutir, sofrer e glorificar a Guerra do Paraguai, está apenas refletindo o sentimento do seu povo, que assim também se portou em relação às duas campanhas. E essa verdade parece definitivamente comprovada diante daquelas notas evocativas da guerra contra Lopez que ainda repontam na crônica de Machado de Assis, aqui e ali, a qualquer pretexto, quando a guerra já era apenas memória. Tenho-as como rebates do mesmo tipo dos rebates que os da minha geração ainda conheceram nas orgulhosas narrativas dos nossos avós ou na presença, nas ruas, de remanescentes veteranos, olhados com curiosa veneração. Ainda estou a ver, por exemplo, numa cidade do meu Estado (RN), o Ceará-Mirim dos meus verdes anos de adolescente, o major João Varela, impressionante figura física, de elevado porte desempenado, alvas barbas descendo sobre o peito largo, olhar altaneiro, passo lento e firme, pleno de dignidade heróica. Como gostava de vê-lo passar, principalmente quando se apresentava fardado para as homenagens dos dias de festa cívica! Nêle, assim tão majestoso e grave, se materializava para mim, de súbito, toda a guerra do Paraguai, sofrida e bela, como a compunha na minha fantasia, partindo dos serões familiares.

Também rebate da jornada histórica na alma brasileira seriam obscuras homenagens de patriotas obscuros, como aquela de meu pai que batizou o filho, nascido em 24 de maio, com o nome de Joaquim Tuiuti.

Pois bem, na obra de Machado de Assis, como na alma do seu povo, repercutem, anos afora e comovidamente, os fatos da Guerra do Paraguai, seus homens, seus sacrifícios, seus feitos. E não fôsem êles imortais em si mesmos, homens e feitos imortais ter-se-iam tornado, quando a palavra de Machado de Assis os celebrou, em prosa e verso.

A MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Conservador — Chefe da Seção de
Pesquisas do Museu da República

Evaristo da Veiga escreveu, ao ter conhecimento da morte de D. Pedro I, “O ex-Imperador do Brasil não era um príncipe de ordinária medida.” (*Aurora Fluminense* de 3-12-1834). A mesma coisa poderíamos afirmar de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Juca Paranhos foi, também, um destes seres de extraordinária medida que surgem, raramente, no decorrer das gerações.

Até hoje, o fascínio desta singular figura persegue a todos que se interessam pelos assuntos históricos. Quem poderia esquecer o diplomata, o historiador, o ministro de quatro presidentes da República, o “deus terminus”, enfim, de nossas fronteiras? Este homem, grande em tudo, defeitos e qualidades, foi, principalmente, imenso na inteligência e no patriotismo. “Ubique patriae memor” (em qualquer lugar lembrar a pátria). Esta legenda constituiu o verdadeiro programa de toda a sua vida. O tempo, por isso mesmo, não conseguiu reduzir-lhe as colossais dimensões históricas, como às vezes acontece.

Tais idéias nos ocorrem, contemplando o óleo de Carlo De Servi, “A morte do Barão do Rio Branco”, numa das salas do Museu da República.

É curiosa a história desta tela. Trata-se de uma pintura medindo 1,15 por 0,83. É a representação de um dos cantos do gabinete de trabalho de Rio Branco, no Itamarati. Nêle, o Barão fizera colocar uma cama de estudante. No quadro, jaz o grande ministro neste modesto leito, trazendo no rosto a mesma brancura dos lençóis. A imobilidade da morte parece, já, petrificar-lhe as feições. À direita, no primeiro plano, uma mesa ou cadeira com duas toalhas

dobradas e uma cadeira de balanço. Desta, um enfermeiro retira um travesseiro e faz menção de puxar uma coberta. Neste mesmo lado, em segundo plano, enfileiram-se os seguintes personagens: Monsenhor João Pio dos Santos, Doutor Rivadávia Corrêa, Dr. José Carlos Rodrigues, Dr. Enéas Martins, o tenente Gastão Paranhos, o coronel Ernesto Sena e uma figura não identificada. Sobre eles arrepanha-se parte da grande cortina escura, que separa este improvisado quarto de dormir do resto do aposento. À esquerda, em primeiro plano, uma mesa de trabalho com livros em desordem, uma cadeira, sobre a qual arremessaram uma toalha, atrás dela, um frasco e uma espécie de borracha. O resto da cortina, bem corrido, descobre, ao fundo, uma janela cuja luz ilumina o centro do quarto. Esta luz resalta a lividez do Barão e as fisionomias contristadas dos presentes. À cabeceira da cama, debruça-se, o Dr. Araújo Jorge; por trás dele, vidros diversos sobre uma pequena mesa. Do outro lado da cama estão: Amélia, filha de Rio Branco; Raul do Rio Branco, o filho, cujo nascimento fizera o Barão, no seu próprio dizer, mudar de rumo. Em seguida, os Drs. Moniz de Aragão e Pinheiro Guimarães, o médico assistente. Encimando o conjunto, a figura divina de Cristo entre a janela e um quadro ornamental, impossível de descrever.

Há anos atrás, esta tela fazia parte das coleções do Museu Histórico Nacional. A seu lado figurava uma fotografia, na qual, o próprio artista escrevera: “Na véspera da morte do Barão do Rio Branco. Ao eminente General Sr. Pinheiro Machado oferece o artista. De Servi.”

Um simples confronto entre a tela e a fotografia mostrava uma grande discrepância. O óleo tinha, ao centro, o padre revestido de estola e sobrepeliz, enquanto a fotografia, no mesmo local, apresentava a figura do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República. Não era visto, também, na fotografia o personagem colocado atrás da cabeceira da cama, o Dr. Araújo Jorge. Todas as demais figuras e os mínimos pormenores da tela estavam reproduzidos, fielmente, na fotografia. Esta fôra oferecida ao Museu por D. Amélia do Rio Branco de Gouvêa, ex-baroneza de Werther, filha do Barão, como reprodução do quadro “A morte do Barão do Rio Branco”.

Uma grande dúvida surgiu: seriam dois os óleos de De Servi sobre a morte do Barão? Onde estaria o outro? Na opinião do Dr. Menezes de Oliva, antigo chefe da Seção



Fotografia da tela "A Morte do Barão do Rio Branco" das coleções do Museu Histórico Nacional

(Foto de João de Oliveira Rocha)



óleo "A Morte do Barão do Rio Branco" (antes da restauração)

de História do Museu Histórico Nacional, a tela era uma só, encomenda do Itamarati, que ordenara a modificação dos figurantes. Os acontecimentos futuros provarão a veracidade de suas afirmações.

Os anos passaram, trazendo ao quadro de De Servi uma grande mudança. Viu-se êle transferido para o Palácio do Catete, em virtude da transformação dêste último em Museu da República. Com o tempo, as condições da tela se tornaram tão precárias, que uma restauração urgente se impunha.

A pintora e restauradora Carlota Santos, discípula de Edson Motta, amiga do Museu, prontificou-se a restaurar o quadro, sem ônus algum para os cofres públicos. Devidamente autorizada o fêz, com todos os requisitos da moderna técnica de restauração. Experimentou com cuidado o solvente, no momento da limpeza, procedendo sempre com a máxima cautela na remoção do verniz oxidado. Sua surprêsa foi imensa, entretanto, quando ao limpar o lado direito da tela, viu aparecer outra figura de padre, do mesmo padre do centro do quadro. Monsenhor Pio dos Santos surgiu, assim, na posição exata em que se encontra na fotografia, já mencionada por nós.

O estranho fato prova que a tela é, na verdade, uma só. O próprio artista, por exigência ou não, do Itamarati, acrescentara um personagem e substituíra o Marechal Hermes pela figura do clérigo. Uma aguada muito tênue, contudo, deve ter coberto o segundo padre, pois que desapareceu com a limpeza. É preciso notar, que a mesma limpeza não afetou a figura central, nem a do Dr. Araújo Jorge, também ausente na fotografia.

Qual o motivo dessas alterações? A procura da verdade histórica? A política da época? Não conseguimos apurar com segurança e gostaríamos de receber alguma colaboração nesse sentido.

A pintura foi realizada dois anos depois do episódio a que se refere, em 1914. Isto deve ter trazido grandes dificuldades para o artista, na questão do agrupamento das figuras. Quando o Barão foi ungido, de fato o Marechal Hermes não estava presente. A unção, também, não foi, precisamente, na véspera da morte do grande chanceler. Quanto à morte, apenas quatro pessoas a assistiram, segundo o Embaixador Moniz de Aragão, que de modo tão gentil, nos auxiliou na identificação dos personagens. Acre-

ditamos que a tela representa, mesmo, o exato momento da Extrema-Unção. A atitude do sacerdote parece indicar isso, de forma insofismável.

O Barão do Rio Branco agonizou duas noites e um dia, correndo notícias falsas de sua morte, por mais de uma vez.

Aquêle organismo privilegiado, que no dizer de Hilário de Gouvêa fôra feito para viver um século, baqueou em apenas cinco dias. O trabalho excessivo, a vida sedentária e desorganizada não permitiram ao Barão completar 67 anos.

Foi na manhã de 5 de fevereiro de 1912, que forte crise de insuficiência renal acometeu Rio Branco. Salvador, o fiel criado correu a chamar os dois jovens e dedicados secretários, também apelidados “os meninos do Sr. Barão”, Drs. Moniz de Aragão e Araújo Jorge. Êstes seguiram, logo, em busca do médico assistente, o Dr. Pinheiro Guimarães, indicado a Rio Branco por Gastão da Cunha, tempos atrás.

Pinheiro Guimarães correu prontamente, mas diante da gravidade da situação, chamou os Drs. Pais Leme, Marcos Cavalcanti e Hilário de Gouvêa. O primeiro não compareceu e o último, velho amigo do Barão, acreditou ser êste vítima de distúrbios passageiros, não concordando com o diagnóstico pessimista do Dr. Pinheiro Guimarães. Infelizmente, não teve razão. As perturbações circulatórias e renais se acentuaram. O médico assistente, à tarde, ao voltar, verificou que acertara. Outros médicos foram chamados; inclusive o famoso Dr. Miguel Couto lá esteve, no decorrer daqueles dolorosos cinco dias.

A trágica notícia da grave moléstia do grande chanceler espalhou-se com rapidez. Visitas e telegramas, do país e do estrangeiro, chegaram, incessantemente, ao Itamarati. Logo neste primeiro dia o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, visitou o ilustre enfermo.

Um grupo de amigos pernoitou no Itamarati. Eram les: José Carlos Rodrigues, Enéas Martins, Moniz de Aragão, Tomaz Bezzi, Tenente Gastão Paranhos, Alves da Fonseca, Jansen do Paço e o dedicado Dr. Pinheiro Guimarães. Êste grupo e ainda outros amigos fiéis, bem como a filha, o genro e o filho, pouco irão abandonar, agora, o Palácio, prestando ao grande homem uma constante e carinhosa assistência.



óleo “A Morte do Barão do Rio Branco” (depois da restauração)

O primeiro boletim médico distribuído à imprensa dizia o seguinte:

“Boletim de 11 da noite de 5-2-912.

O Sr. Barão do Rio Branco foi vítima, pela manhã de hoje, 5, de uma crise de insuficiência renal.

Apresentaram-se sintomas graves, habituais nesses casos.

Medicado convenientemente, foram ouvidos os professores Hilário de Gouvêa, Antônio Austregésilo e Leitão da Cunha, que se declararam de acordo com o diagnóstico e a medicação.

O estado de S. Exa. manteve-se sensivelmente o mesmo durante o dia e a noite.

Rio, 5 de fevereiro de 1912.

Assinado: *Dr. Pinheiro Guimarães.*”

O dia 6 decorreu sem grandes modificações no estado do doente.

No dia 7, visitou-o, novamente, o Marechal Hermes da Fonseca, acompanhado do Dr. Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça. O Dr. Hilário de Gouvêa e o Cardeal Arcoverde também lá estiveram. Dizem alguns autores que o Cardeal ungiu o Barão. Isto, entretanto, foi feito pelo Monsenhor Pio dos Santos, na madrugada do dia 9.

Incansáveis junto do doente estiveram sempre sua filha e seu genro, barões de Werther; seu sobrinho, Gastão Paranhos; os Drs. Moniz de Aragão e Araújo Jorge; o Dr. José Carlos Rodrigues; os Srs. Hélio Lobo, Alves da Fonseca, Lafaiete de Carvalho, Siqueira Fritz, etc. Nos raros momentos em que o Dr. Pinheiro Guimarães descansou, velaram o enfermo os Drs. Petrarca de Mesquita e Modesto Guimarães.

Na madrugada do dia 8 forte crise acometeu o Barão, mas o resto do dia foi relativamente calmo. Para aliviar o enfermo, sentaram-no muitas vezes na cadeira de balanço, que se vê na tela, e que, hoje, pode ser encontrada no Museu da Cidade (doação do Dr. Moniz de Aragão).

Do dia 8 para o dia 9, o Barão teve quatro crises gravíssimas, sendo a última às 2 ½ horas da manhã de 9. A

essa hora o grande chanceler apresentava completa paralisia do lado direito. Daí por diante, seus médicos assistentes julgaram inútil qualquer esforço para conservar-lhe a vida. Não mais lhe aplicaram as injeções de cafeína e éter, procuraram dar-lhe alívio com oxigênio.

A baronesa de Werther, Amélia do Rio Branco, que mais tarde seria senhora Nabuco de Gouvêa, pediu ao Dr. Enéas Martins, sub-secretário das Relações Exteriores, que mandasse um carro do Ministério em busca do Cardeal Arcoverde. Na impossibilidade de comparecer, Sua Eminência, enviou Monsenhor Pio dos Santos, seu secretário. Este chegou, trazendo os Santos Óleos para administrar a Extrema-Unção ao moribundo. Ele é o personagem duplamente representado na tela.

Após a vinda do sacerdote, o Dr. Enéas Martins comunicou ao Presidente da República, ter já o Barão entrado em agonia.

O Dr. Rivadávia Corrêa telefonou ao Itamarati, pedindo que o mandassem buscar, pois desejava assistir aos últimos momentos do amigo. Estaria presente à Extrema-Unção, como se verifica no quadro? Em todo caso, entre a sua chegada e a administração dos Santos Óleos decorreram apenas minutos.

O Dr. Pinheiro Guimarães, ainda jovem, julgou tratar-se de expediente de última hora, de arranjo com a Igreja, o fato da presença do padre. Acreditava que o Barão fôsse um agnóstico, um livre pensador. Não sabia de uma das recomendações do grande homem: “— Não tenho tempo para ser católico praticante, mas desejo morrer como bom cristão. É preciso que se lembrem disto no momento supremo.”

Na manhã do dia 9, bem cedo, o Dr. Moniz de Aragão telefonou para Petrópolis, pedindo urgentemente o uniforme do Barão e tôdas as suas condecorações. A cada momento era esperado o desenlace.

Os Drs. Pinheiro Guimarães e Petrarca de Mesquita não mais se afastaram do agonizante. Rio Branco ainda atravessou todo aquêlê dia e a noite seguinte. Às seis e meia da tarde, visitou-o, novamente, o Marechal Hermes da Fonseca.

A madrugada do dia 10 encontrou o Barão na cadeira de balanço, para onde o haviam transportado. Era um

pungente espetáculo a prolongada agonia do grande chanceler. Os filhos, Amélia e Raul, êste ainda enfraquecido por recente moléstia, não o deixaram um instante, bem como o genro, o sobrinho Gastão e os dois jovens secretários. O Coronel Ernesto Sena, velho amigo, do Jornal do Comércio, ia e vinha, do quarto do doente à ante-sala, onde os jornalistas de tôdas as fôlhas do país, aguardavam notícias.

Às 8 horas e 30 minutos da manhã foi o Barão recolado no leito. Para amenizar-lhe as convulsões finais, o Dr. Pinheiro Guimarães applicou-lhe tampões de algodão com clorofórmio. Às 9 horas e 3 minutos do dia 10 de fevereiro, finalmente, o Barão deixou de existir.

Uremia, no curso de arteriosclerose, foi o que disse a certidão de óbito.

Inútil seria narrar, aqui, a consternação do país. Conta Luiz Viana Filho, no seu admirável livro “A vida do Barão do Rio Branco”, que um popular chegou-se ao Itamarati, onde a aflicção geral deixara as portas abertas e perguntou a um dos jornalistas presentes: “—O Brasil já morreu?”

Juca Paranhos não fizera testamento, salvo os livros e móveis, quase nada possuia. Não esquecera, entretanto, algumas recomendações: não queria que lhe tirassem a máscara mortuária. Tinha horror às que via, enfileiradas numa galeria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não queria ser embalsamado, assim, os Drs. Rego Barros e Rodrigues Caó limitaram-se a applicar-lhe muitas injeções de formol. Pedira ainda, que a Marcha Fúnebre de Chopin fôsse executada durante o seu funeral. Isto também foi feito.

José Carlos Rodrigues, segundo Luiz Viana, não compareceu à cerimônia final, não se sentiu com coragem de acompanhar ao cemitério o amigo de tantos anos, mas quis ouvir a descrição completa da grande cena. Ao ouvir a referência a marcha fúnebre exclamou: “—A música que êle merecia era do Crepúsculo dos Deuses...” Tinha razão, combinava mais com o herói.

NOTA BIOGRÁFICA SOBRE CARLO DE SERVI

Êste pintor italiano veio para o Brasil em 1896, fixando-se ora no Rio de Janeiro, ora em São Paulo. Honesto trabalhador, embora sem grandes rasgos de gênio, integrou-se muito bem no ambiente

artístico brasileiro, exercendo o magistério e concorrendo às exposições anuais da Escola de Belas Artes. Nelas obteve a medalha de ouro de terceira classe, em 1899, e a grande medalha de prata, em 1912. Em 1913 foi eleito membro do júri anual, juntamente com Batista da Costa, Pedro Peres, Henrique Bernardelli e Modesto Brocos.

Além da “Morte do Barão do Rio Branco” pintou um retrato do mesmo Barão, um do Marechal Hermes da Fonseca, um do bispo de São Paulo, uma galeria dos presidentes de São Paulo para o salão de honra do Palácio da Presidência daquele Estado. Executou inúmeros trabalhos de decoração em estabelecimentos públicos, igrejas e edifícios particulares.

Na Exposição de Milão, em 1906, o júri incumbido de relacionar os maiores artistas italianos vivos, colocou o seu nome entre os dez primeiros.

BIBLIOGRAFIA

DE PARANHOS ANTUNES — História do Grande Chanceler Barão do Rio Branco.

D'ESPANET — Barão do Rio Branco.

MAX FLEUISS — Rio Branco.

LAUDELINO FREIRE — Um Século de Pintura.

ÁLVARO LINS — Rio Branco.

COELHO NETO — Livro de Prata.

RODRIGO OTÁVIO — Minhas Memórias dos Outros.

DUNSHEE DE ABRANTES — Rio Branco.

ALUÍSIO NAPOLEÃO — O Segundo Rio Branco.

PAULA CIDADE — Barão do Rio Branco.

ERNESTO SENA — Barão do Rio Branco — Revista do I.H.G.B. — LXXV — 1912.

RAUL DO RIO BRANCO — Reminiscências do Barão do Rio Branco.

JOÃO LIRA FILHO — O Barão.

REVISTAS:

Revista Americana — Número dedicado ao Barão do Rio Branco — Abril de 1913.

D. Quixote, Semana Ilustrada, Revista da Semana, Ilustração Brasileira.

JORNAIS:

Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, O País.

A PROSPECTIVA DE BOBADELA

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ

Conservador do M.H.N.

Este belo panorama, o mais perfeito e detalhado do Século XVIII, tem sido motivo de muita controvérsia por parte de diversos estudiosos; alguns procuram situá-lo na segunda metade de setecentos, outros consideram-no dos princípios e mesmo do primeiro quartel do Século XIX. A infelicidade está no fato do seu autor anônimo não ter escrito a data em que foi desenhada tão famosa peça iconográfica.

Constitui sem dúvida uma tarefa difícil e ingrata a análise dos elementos ali representados, existe assunto para um longo trabalho.

Pretendemos com esta singela monografia, tentar situar a Prospectiva na sua época mais ou menos correspondente, baseando o nosso estudo através dos dados comparativos levantados em outras plantas e panoramas relativos à cidade do Rio de Janeiro, principalmente durante o Século XVIII. Alguns elementos de outras centúrias também foram utilizados para complementar as pesquisas.

Fundamentamos as nossas considerações, apenas sobre alguns elementos que mais se destacam neste panorama, pois, embora sendo uma análise mais ou menos sucinta, apresenta motivos suficientes para situá-lo na segunda metade do Século XVIII.

Tomamos como pontos capitais para o nosso estudo além do original existente no Gabinete do Diretor do Serviço do Patrimônio do Exército (*) a cópia fiel deste original feita por Alberto Pires em papel Alcazol e pertencente

(*) Exemplar há pouco tempo inteiramente restaurado pelo Professor Edson Mota, Conservador da D.P.H.A.N. estando preservado por uma moldura com vidro.

cente ao Gabinete Fotocartográfico do Exército, gentilmente cedida por Alberto Lima e finalmente êste mesmo Panorama aquarelado pelo próprio Alberto Lima.

Dêste modo podemos estabelecer um perfeito confronto entre essas três peças, à medida que vamos analisando cada um dos elementos da Prospectiva.

1) *Ilha de Villegagnon* — Observamos na Prospectiva as duas penedias existentes, já muito abauladas e uma fortificação voltada para o interior da baía guanabarina no sopé de um pequeno platô. (Fig. 1)

As penhas são conhecidas e mencionadas desde a época de Nicolau Durand de Villegagnon. JEAN DE LERY nos fornece um aspecto dêstes acidentes topográficos na seguinte passagem: "...il y avait deux montagnes aux deux bouts: Villegagnon sur chacune d'elles fit faire une maisonnette. Comme aussi, sur un rocher de cinquante ou soixante pieds de haut, qui est au milieu da l'île, il avoit fait bâtir sa maison. *De coté et d'autre de ce rocher, nous avons aplani et fait quelques petites places* (*)..." (1)

Como podemos depreender pela leitura, desde aquelas épocas recuadas os invasores gauleses já tinham procurado planificar o terreno situado de cada lado do rochedo, com o objetivo de obter pequenas esplanadas para fins exclusivamente militares.

Se observarmos o Portulano de André Thevet, inserto na sua *Cosmographie Universelle* — Livro XXI — pág. 908 verso — 1575 (Biblioteca Nacional — Divisão de Obras Raras — Códice 88,5,6) veremos a ilha de Villegagnon (Fort des François) com as suas duas penhas e as esplanadas onde se acham montadas as peças de artilharia, duelando com os navios portugueses da armada de Mem de Sá que cercam aquela posição insular.

O mapa aquarelado do Cosmógrafo de Sua Majestade João Teixeira Albernás, executado no ano de 1640, nos fornece um aspecto da ilha de Villegagnon (ilha do Viragalhão) com os dois penhascos perfeitamente identificados. (Fig. 2)

(*) O grifo é nosso.

(1) LERY, Jean de — *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil* (Le Voyage au Brésil de Jean de Lery — 1927 — Edição de Charly Clerc).

Detalhes ampliados de mapas, plantas, planos, cartas, etc.
ILHA DE VILLEGAGNON

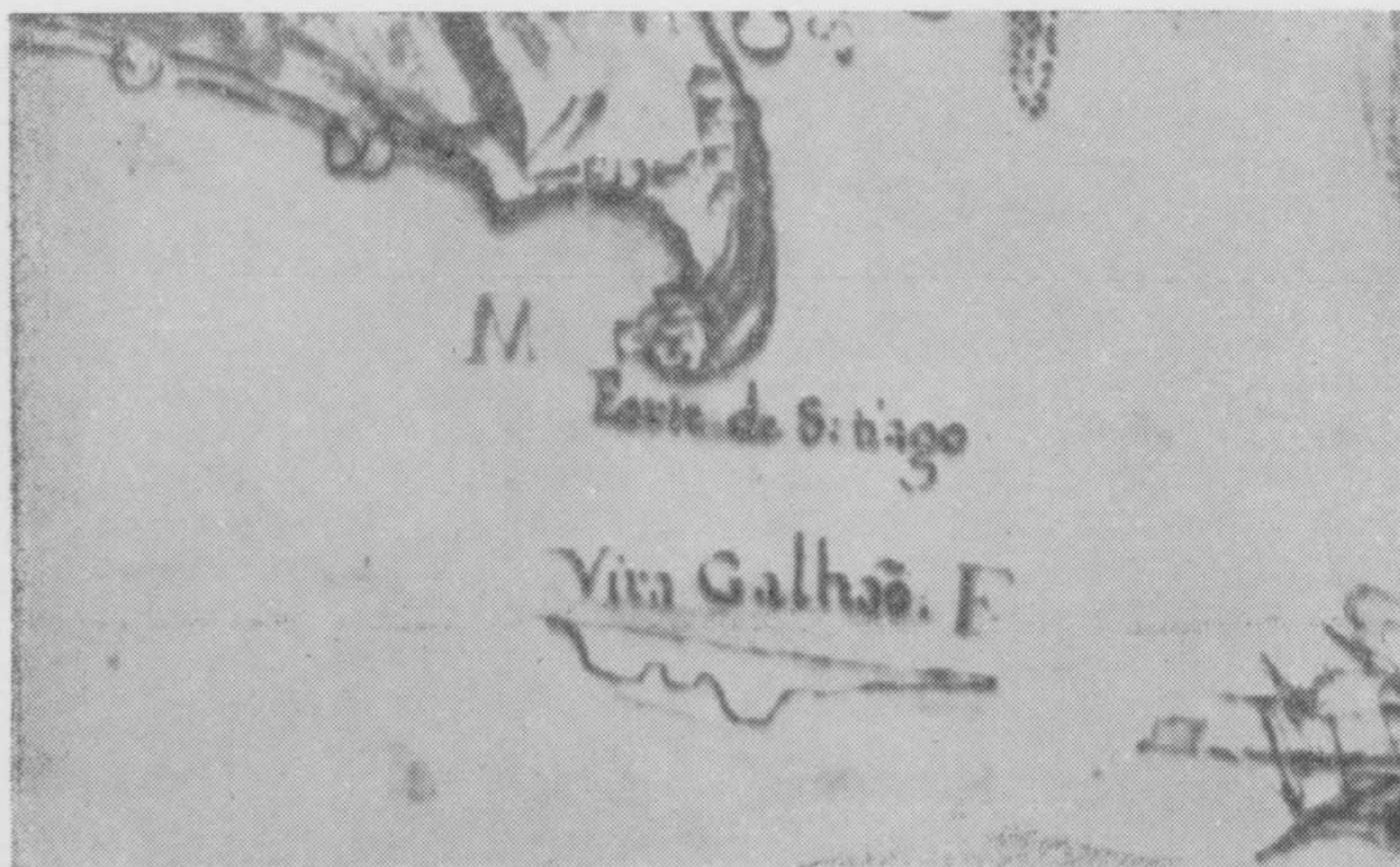


FIG. 1 — Secção do Mapa de João Teixeira Albernás — Ano de 1640

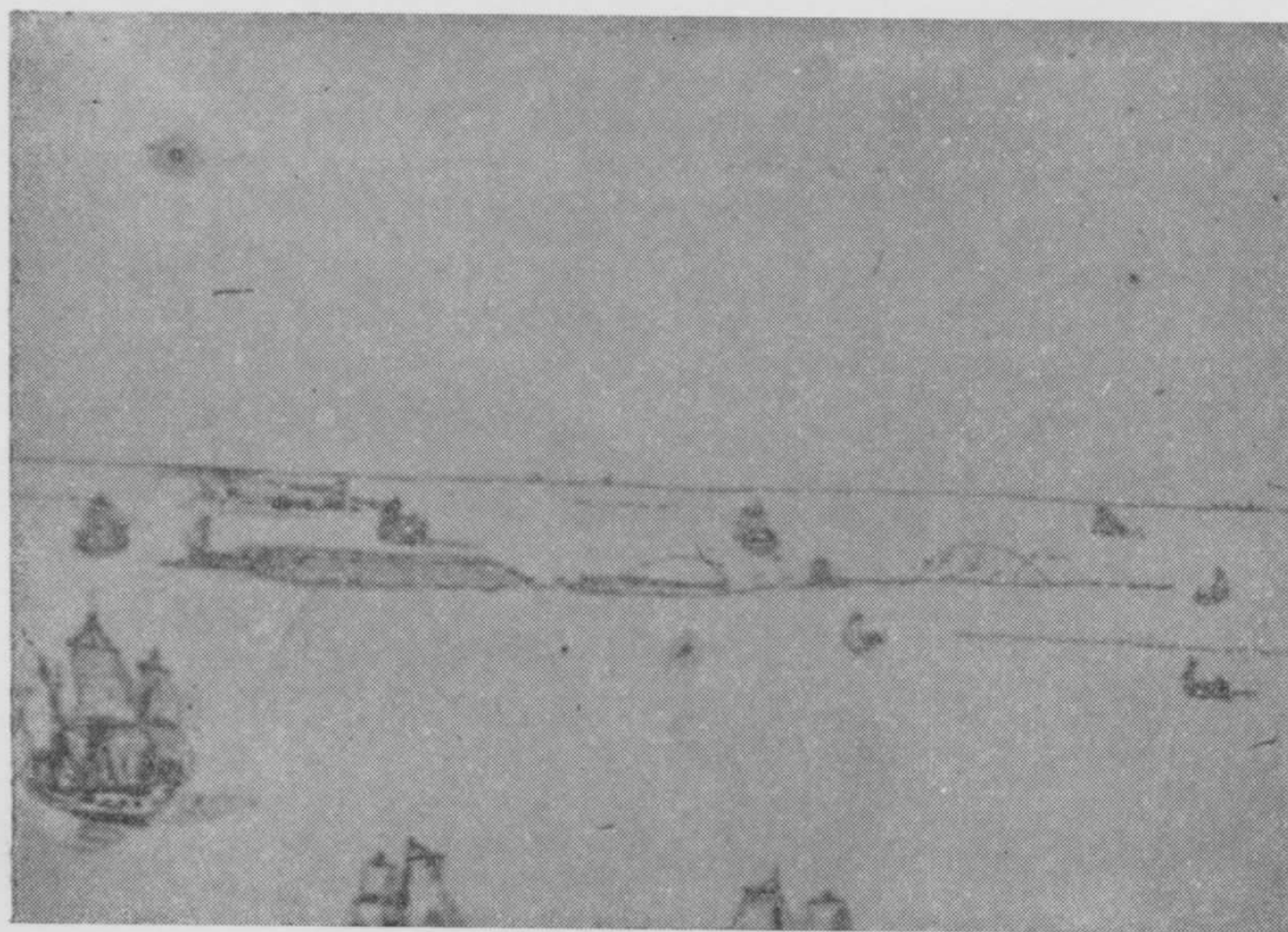


FIG. 2 — Secção da Prospectiva de 1763
Cópia do original por Alberto Pires

Os próprios portugueses da frota de Mem de Sá ficaram admirados com as penhas que teriam de acometer a fim de expulsarem os intrusos gauleses: "...e chegando ao rio de janeiro entrando pela bahia o dito governador mandou dar uma bateria com artilharia dos navios na fortaleza dos franceses, a qual fortaleza estava situada em uma ilhota pequena no meio do mar da bahia do Rio, *em um pico tão alto e de penedia muito áspera* (o grifo é nosso) que era espanto de ver, a qual punha muito temor em toda a gente portuguesa." (2)

O "Plan de la Baye Et de La Ville de Rio-Janeiro" que figura nas Memoires de Monsieur Du Guay Trouin (Edição de Amsterdam — Chez Pierre Mortier — 1746) nos oferece um aspecto da ilha de Villegagnon com a sua fortificação voltada apenas para a baía guanabarina. Naquela época (1711), era uma Bateria com 20 canhões, comandada pelo capitão Emanuel Ferreira Estrela (Rio Branco — *Esquisse de l'Histoire du Brésil* — Edição do Instituto Rio Branco, pág. 70). Esta Bateria tinha sido construída em 1695 durante o governo de Sebastião de Castro Caldas.

O aspecto militar da ilha permaneceu com poucas mudanças até a época da longa administração do Conde de Bobadela. A maioria dos técnicos e engenheiros militares de então, achavam impraticável a demolição do morro das Palmeiras que impossibilitava o cruzamento dos seus fogos com os das fortalezas de Santiago e do Castelo de São Sebastião.

O dinâmico governador, iniciou o arrazamento desse penhasco, conforme se depreende da Carta enviada a El Rei com a data de 31 de outubro de 1761 "...Que sendo esta demolida e continuando-se, como diz a bateria em roda ficará não só o desembarque na dita Ilha bem defendida mas se (armarão) os tiros digo se cruzarão os tiros com as mais Fortalezas. Que quando chegara da expedição aquella Cidade, vendo não haverem obras de Vossa Magestade em que se occupasse o crescido numero de galés que existem, pois a de Sé se acha presentemente parada, os applicava ao trabalho *de demolir o dito monte* (*pensa-*

(2) Depoimento de Luiz da Costa, no Instrumento dos Serviços prestados pelo Governador Mem de Sá no Brasil e apresentado a El rei D. Sebastião em 1570 *in Anais da Bibl. Nac.*, Volume XXVII — pág. 183.

mento que há muito o acompanhava) e ao presente se acha a maior parte desmontada..."

Gomes Freire não conseguiu chegar ao término da tarefa, pois faleceu a 1 de Janeiro de 1763.

A Carta Régia de 20 de junho de 1767, enviada pelo monarca ao Conde da Cunha, descrevia para o Vice-Rei as observações feitas pelo Marechal de Campo D. Miguel Angelo Blasco ⁽³⁾ sôbre o estado das fortificações da praça do Rio de Janeiro e as ponderações feitas no sentido de melhorá-las. A respeito de Villegagnon dizia o seguinte: "...outro o Reduto para impedir o ataque contra a Villa Ganhão com o desembarque que na parte daquella Fortaleza que olha para a Cidade onde são os quarteis como se refere nos parágrafos decimo, decimo primeiro, e decimo segundo, do mesmo papel..." ⁽⁴⁾

O papel a que se refere o monarca nesta missiva é da autoria do Marechal Blasco; tem o extenso título: "Papel que no anno de 1767 escreveo nesta Corte por Ordem do Conde de Oeyras, o Marechal de Campo do Corpo de Engenheiros, Dom Miguel Angelo Blasco, depois de haver estado na Cidade do Rio de Janeiro, e servido no Exercito do Sul do Brazil, commandado pelo Conde de Bobadella, nos annos, que durou a Guerra feita aos Jezuitas, e Indios das Missoens do Uruguai para so espugnar dellas. Reparos, e Anotaçoens, Sobre a Barra do Rio de Janeiro, suas Fortalezas e Defensas." ⁽⁵⁾

"§ 10. A fortaleza de Villegaignon é uma ilha também situada pela natureza no centro da barra, ou entre a Lage e a cidade, que não podia a arte escolher lugar mais próprio para a defesa de todos os portos que contém a enseada. A sua fortificação na ponta do norte era defeituosa por pequena, porque um alto penhasco que lhe era immediato não lhe deu maior lugar. Porém o Exm. Sr. Conde de Bobadella (contra a expectação quasi geral, que jul-

⁽³⁾ Este militar esteve no tempo de Bobadella, no Rio de Janeiro, tendo sido enviado por D. José I, com o fim de estudar a melhor maneira de aparelhar as defesas guanabarinhas. Serviu também no Exército do Sul do Brasil durante a denominada Guerra Guaranítica entre 1753 e 1756.

⁽⁴⁾ C.R. de 20-6-1767 in *Arquivo do Distrito Federal* — 4.º ano — Agôsto de 1897 — págs. 375 e seguintes.

⁽⁵⁾ Biblioteca Nacional — Seção de Manuscritos — Catálogo I — 28, 28, 22 (coleção Martins).

gava por temeraria a empreza) conseguiu com summa felicidade e pouca despesa o grande projeto de aplainar tão alto monte de pedras.

§ 11. Concluída esta prodigiosa obra, que sem lisonja pôde considerar-se como uma dos antigos romanos, e guarnecidas as novas baterias com grossa artilheria, não se pode esperar d'ella nas occasiões senão todo o bom effeito: e para segurar contra qualquer ataque, deve-se reparar em que a dita ilha da parte que olha a barra não tem desembarque, *mas da parte da cidade onde são os quarteis, o tem commodo, e encoberto de todas as fortificações antigas e novas*, etc. (os grifos são nossos).

§ 1'2. Para prevenir este inconveniente será preciso rodear os quarteis com uma linha de palissada com seu parapeito, e com frestas as paredes dos ditos quarteis, para lhe dar uma pronta e maior defesa com as espingardas etc.” (6)

Pelo expôsto, podemos assegurar que o Conde de Bobadela não terminou com o arrazamento do morro das Palmeiras; apenas prosseguiu na planificação com o consequente aumento da área útil da ilha, não tendo conseguido proteger a parte voltada para a cidade; apenas cobriu com artilharia pesada a posição fronteira à baía.

A Carta Régia de 20-6-1767 dirigida ao Conde da Cunha fala nessa deficiência, conforme vimos anteriormente.

Como sabemos, durante o vice-reinado do Conde da Cunha (19-10-1763 a 12-11-1767), muitos trabalhos foram feitos naquela fortificação insular. Isto se depreende de uma carta enviada pelo General João Henrique de Böhm e datada de 25 de fevereiro de 1768 ao Conde de Azambuja, segundo vice-rei do Brasil (17-11-1767 a 31-10-1769). Neste documento, aquêle militar comentando o trabalho — Reparos e Anotações — diz o seguinte sôbre Villegagnon:

“§§ 10-13 — A fortaleza de Villegaignon, de quem faz um grandíssimo elogio, V. Ex. pode julgar, pelo pouco que ella é ainda; não obstante o Sr. Conde da Cunha man-

(6) Reparos e Anotações — *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo XXXIII — Parte I — 1870, páginas 284 e 285 — Sôbre a autoria dêste documento, veja-se — *História da Casa do Trem*, págs. 110, 112 e 115.

dar trabalhar n'ella com tanto cuidado *annos*, o que seria quando os reparos e as *anotações* foram *escriptos*?" (7)

Na época do Marquês do Lavradio foi essa praça de guerra muito melhorada. Após as considerações apoiadas em documentos existentes, podemos precisar com certa proximidade a época das obras na ilha em questão. (Fig. 3)

Portanto o que a Prospectiva nos oferece de Villegagnon é um aspecto das obras mandadas fazer pelo Conde de Bobadela, já no fim do seu governo.

2) *Fortaleza de Santiago* — A Prospectiva nos oferece um aspecto bastante rudimentar desta fortificação, uma casa central para a guarnição e munições com um muro adiante da mesma. (Fig. 5)

Num ligeiro retrospecto a respeito desta obra defensiva, sabemos ser a mesma contemporânea dos primeiros albores da cidade de São Sebastião, pois segundo Gabriel Soares já existia "um modo de fortaleza em uma ponta, que defende o porto, mas não a barra, por lá não chegar bem a artilharia..." Foi melhorada durante o governo de Martim Corrêa de Sá entre os anos de 1628-1633, já então conhecido como forte de Santiago. Na época de Du Guay-Trouin possuía apenas um canhão (segundo Rio Branco); nas suas "Memoires" o famoso corsário dava-lhe a denominação de forte da Misericórdia, armado com 18 canhões.

O Brigadeiro João Massé a 1 de maio de 1714 num documento sobre a situação das defesas guanabarrinas, dizia o seguinte com relação a esta obra militar: "A fortaleza antiga de Santiago está em boa paragem, será necessário demolir por riba as cazas que tem e fazer boas plataformas para pôr artilheria, engrossando os parapeitos athe 10 palmos e levantando-os athe 9 com canhoes abertos." (8)

Esta pretensão não foi levada a termo. Apenas sabemos pelo Relatório do governador do Rio de Janeiro, Antônio de Brito de Menezes datado de 2 de março de 1718 (*in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 55 ou Revista do Arquivo Nacional, Tomo X) que

(7) *In Revista do Inst. Hist. e Geogf. Bras.* Tomo XXXIII — Parte I — 1870 — pág. 291.

(8) *in Anais da Biblioteca Nacional* — Volume XXXIX — 1917 — Documento n.º 3.323 — págs. 334 e 335.

FORTALEZA DE SANTIAGO

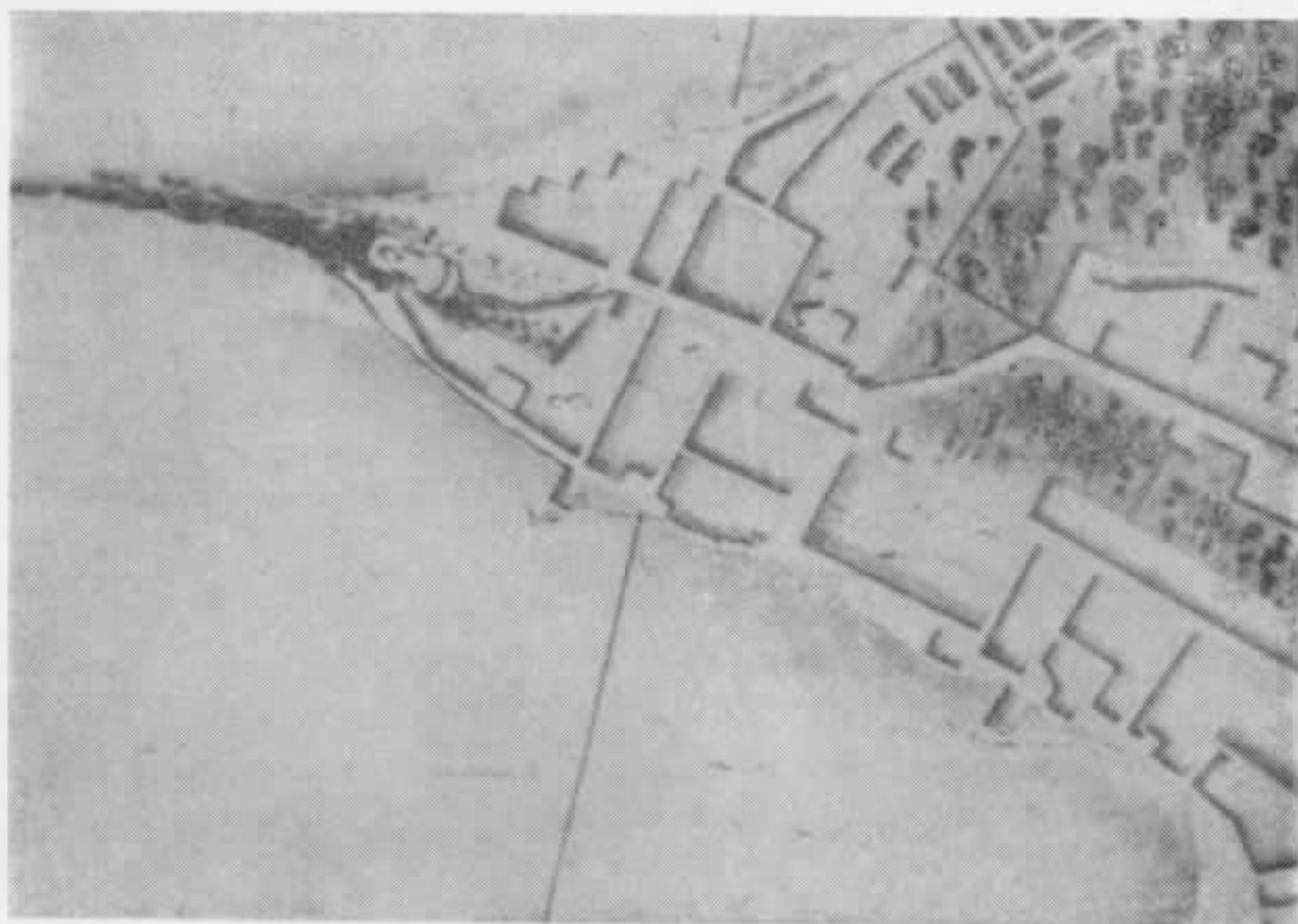


FIG. 4 — Trecho da Carta Topográfica de André Vaz Figueira —
Ano de 1750

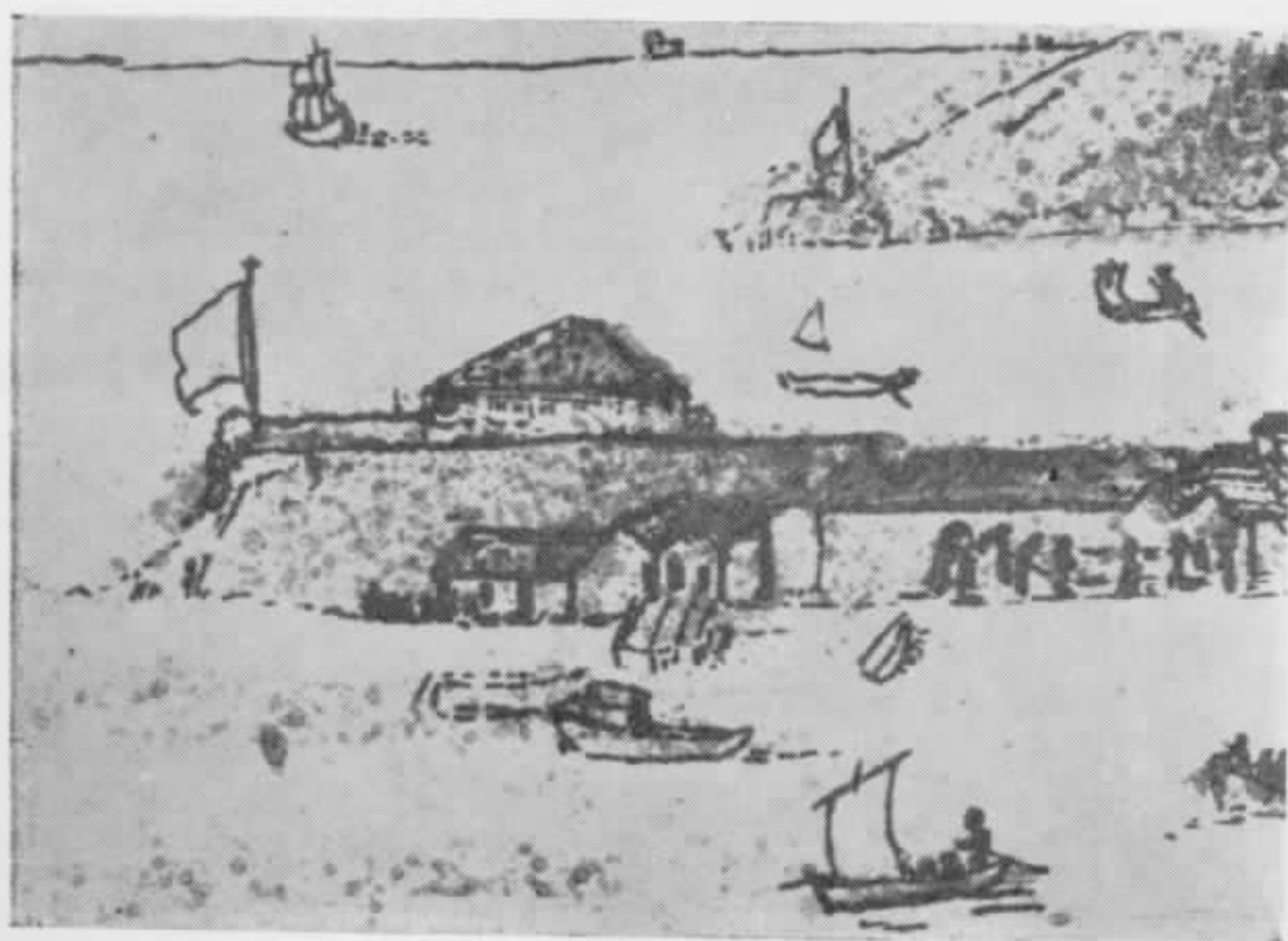


FIG. 5 — Prospectiva — Cópia do original por Alberto Pires — 1763
(Cópias: João Oliveira Rocha)

QUARTEL DO MOURA E CHAFARIZ



FIG. 16 — Aspecto na Prospectiva de 1763 — Cópia do original por Alberto Pires

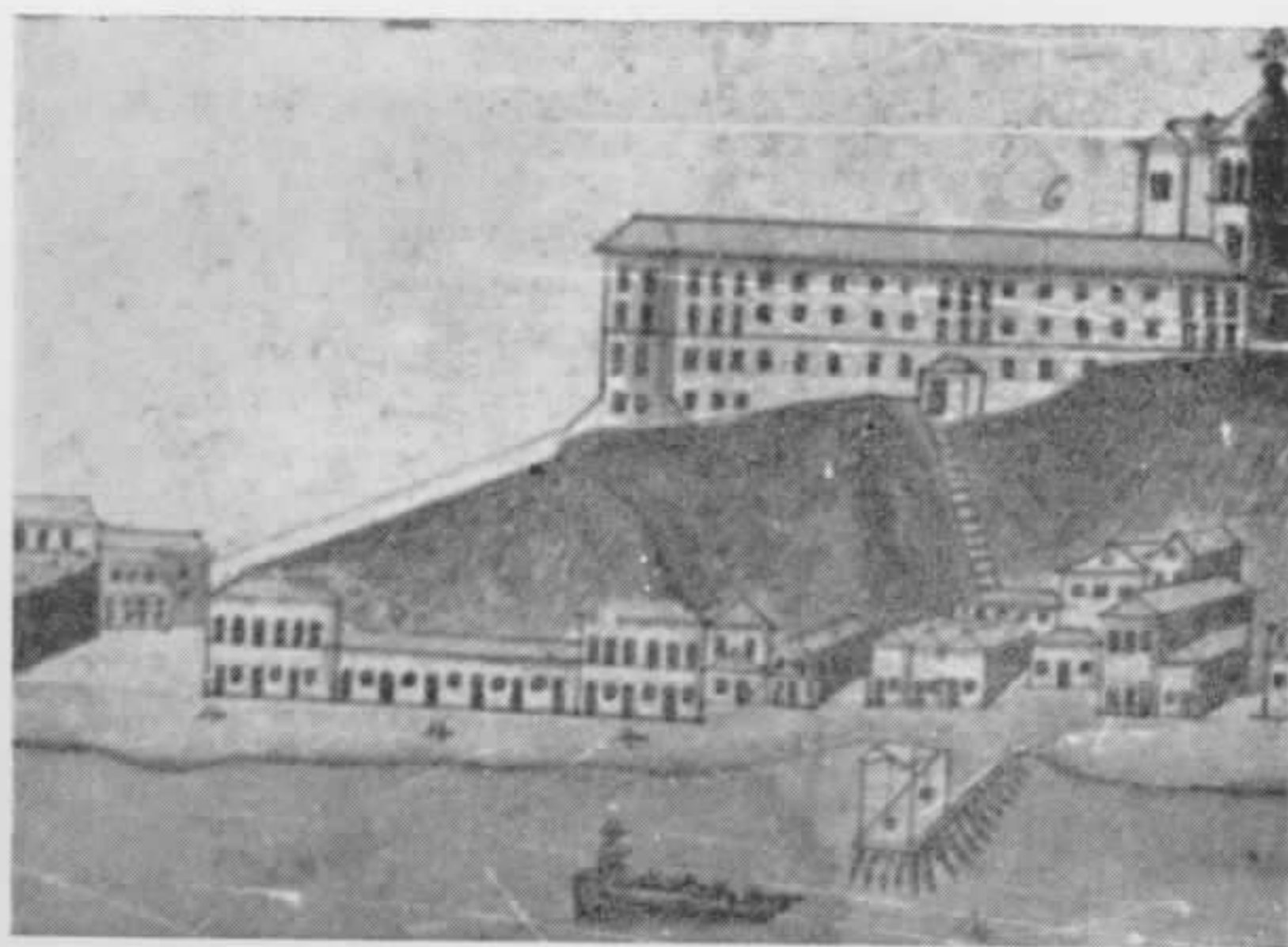


FIG. 17 — Panorama de 1775 — Número 4 — Quartel do Moura (Cópias: João Oliveira Rocha)

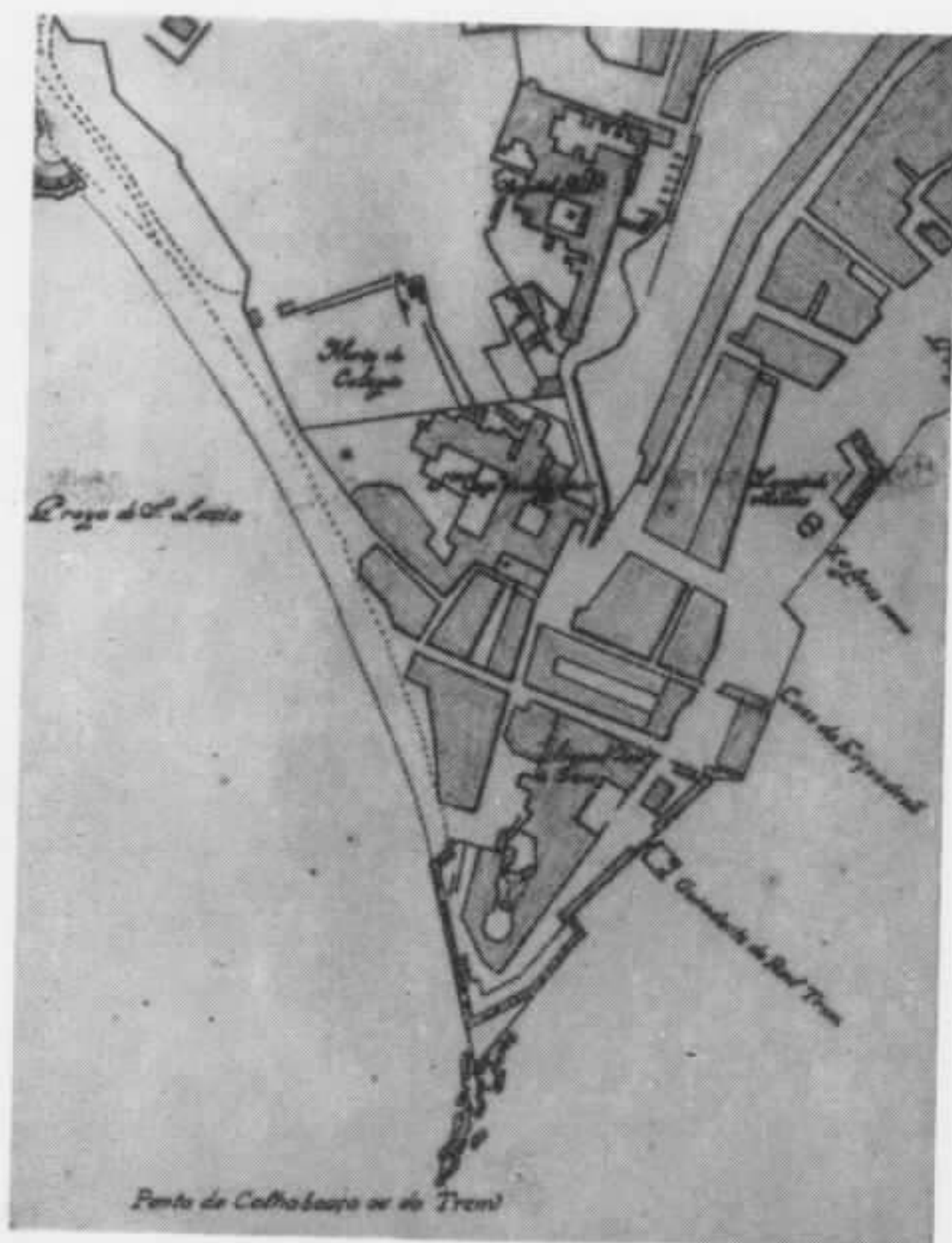


FIG. 18 — "Plano da Marinha da frente da cidade,
etc." — 1794 — Detalhe
(Cópia: João Oliveira Rocha)

a planta-baixa da época de Bobadela foi mantida quase inalterada. (Figs. 11 e 12)

Na Planta n.º 3 vemos o segundo pavimento da Casa do Trem; poucas foram as modificações. Apenas as duas escadas laterais de acesso ao terceiro pavimento foram retiradas das atuais dependências do M.H.N., respectivamente: Salas Zeferino de Oliveira e Sotlo Maior. (Fig. 13)

Enfim na Planta n.º 4, o “Arsenal do Trem em Vista de Pássaro”, temos uma prova inconfundível e incontestável dos terceiros pavimentos da Casa do Trem. Notamos os telhados mais elevados dos dois corpos laterais (correspondentes ao terceiro andar), enquanto o telhado do segundo andar (parte central) se encontra num plano inferior. Se compararmos com os telhados da Casa do Trem desenhados na Prospectiva de Bobadela, veremos a identidade perfeita entre ambos. (Fig. 14)

Diante destes elementos, podemos afirmar sem sombra de dúvida *ser a Casa do Trem desenhada na Prospectiva, o edifício construído pelo Conde de Bobadela em 1762, com o fim de resguardar os petrechos bélicos.*

Como Bobadela faleceu a 1 de janeiro de 1763, é provável que tudo tenha ficado estacionário durante o período do triunvirato que administrou o Rio de Janeiro. Através a carta do Conde da Cunha, já analisada linhas atrás e datada de 5 de setembro de 1764, a Casa do Trem era ocupada neste ano por uma cavalaria, isto é, o Esquadrão de Cavalaria que foi criado pelo Vice-Rei segundo ordem real. É claro que os cavalos ocupavam o prédio existente na parte posterior da Casa do Trem, o qual se prolongava até o Largo da Misericórdia. Os soldados do Esquadrão e os petrechos bélicos do mesmo se aboletaram nos três pavimentos da Casa do Trem, que por extensão ficou também generalizada como *Cavalaria*, conforme vemos no Plano de Jacques Funck de 1770.

Aliás o próprio Conde da Cunha, achando imprópria e exígua a Casa do Trem para servir de depósito de petrechos de guerra, já resolvera aumentar e ordenar essa repartição com a construção ao lado do Arsenal do Trem: *“Fico trabalhando e com bastante número de operários em acrescentar e ordenar a casa do trem da artilharia...”* (carta de 30 de julho de 1766).

Não importa que a Casa do Trem tenha sido depósito de petrechos militares apenas por dois anos; o importante

foi ter sido ela o início, a matriz de todos os estabelecimentos militares com este fim existentes atualmente no território brasileiro. Ela será sempre o cerne da nossa indústria militar, pois, graças à visão de Bobadela no último ano da sua administração e à iniciativa do Conde da Cunha que perpetuou-a definitivamente no Arsenal do Trem, pôde o Brasil antecipar-se à muitas nações americanas neste tipo de estabelecimento fabril militar.

Correndo o trabalho "*História da Casa do Trem*", veremos através os diversos capítulos, que este prédio permaneceu como Cavalaria até a época do Arsenal de Guerra da Corte em 1832, conforme podemos ver em vários planos e plantas aí existentes, entre as págs. 244 e 247; 248 e 251; etc.

5) *A Misericórdia, a Igreja de N. S. de Bonsucesso e o Hospital* — O prédio de *Misericórdia* aparece na Prospectiva com quinze janelas perfeitamente distinguíveis no segundo e terceiro pavimentos. No Panorama de 1775 possui apenas dez janelas; o mesmo se dá com o desenho de Thomás Ender (1817-1818) cuja estampa colorida reproduz a fachada.

A *Igreja* sob a invocação de *N. S. de Bonsucesso* apresenta-se com um frontão reto, sem a pequena sineira tal como se acha na Panorama de 1775. A Prospectiva nos mostra a torre quadrangular, à esquerda da igreja, porém sem a cruz que é vista no de 1775. Esta construção desapareceu em 1780, quando da reedificação da igreja. ⁽¹⁵⁾

O *Hospital* apresenta no seu terceiro andar, nove janelas. No Panorama de 1775 observamos oito ao passo que no desenho de Ender vemos apenas seis janelas. As pequenas modificações executadas neste edifício corroboram com as palavras de Vieira Fazenda: "A fachada do Hospital velho apresentava, como ainda hoje além do pavimento térreo mais dous superiores com seis janelas. Estas foram por muito tempo de peitoril, guarnecidas a princípio de rótulas de madeira e mais tarde por grades de ferro." ⁽¹⁶⁾ Atualmente, ao contemplarmos o local, vemos

⁽¹⁵⁾ Vide *Notas* de Noronha Santos no livro do Padre Pereira — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — Vol. I — pág. 92.

⁽¹⁶⁾ FAZENDA, Dr. José Vieira — *A Sancta Casa (Hospital Velho)* — in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo 89 - - Volume 143 — 1921 - - págs. 207 e 208.

que cada pavimento do Hospital Velho possui seis janelas apenas, podendo portanto ter sido êrro do artista, quando procurou reproduzir o prédio com um maior número de janelas, além das existentes.

6) *Quartel do Moura* — Êste edifício está bem representado, quase idêntico ao reproduzido no Panorama de 1775. O prédio em 1767 abrigou o Regimento de Moura, daí ter adquirido essa denominação. Foi restaurado pelo Conde da Cunha quando o Vice-Rei não tendo conseguido *vender todos os velhos edifícios que servem de quartel*, resolveu mandar recuperá-los para acantonar aquela tropa. Nem na Prospectiva nem no Panorama de 1775, vemos o Chafariz do Largo do Moura, pois essa fonte de serventia pública só foi erigida em 1794, no tempo do Conde de Rezende, com o fim de abastecer o bairro da Misericórdia. (Figs. 16 e 17)

No “Plano da Marinha da frente da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com as suas fortificaçoens, e a Fortaleza da Ilha das Cobras — 1794”, vemos a indicação *Largo de Moura e Chafariz nôvo* fronteiro àquêlê quartel (Fig. 18)

7) *O Colégio e a Igreja dos Jesuítas* — Tanto na Prospectiva como no Prospecto de 1775, são bastante semelhantes. Os jesuítas foram expulsos em novembro de 1759. O *Colégio* foi adaptado para residência dos vice-reis que não chegaram a utilizá-lo; passou então a partir de 1769 a Hospital Militar. Notamos igualmente o local do famoso *Guindaste dos padres* que tinha seu início no Beco do mesmo nome, situado no sopé do morro do Castelo. (Fig. 17)

Na Prospectiva, vemos ao lado da fachada da igreja, *uma construção inacabada*, era o nôvo templo que em 1847 foi aproveitado para a instalação do Observatório Nacional.

A *ladeira do Colégio*, segunda via de acesso ao alto do Castelo, está bem representada em ambos os panoramas. A Prospectiva nos apresenta um caminho ligando a ladeira à fortaleza de São Sebastião; no Panorama de 1775 êste trecho não mais existe. (Figs. 19 e 21)

8) *Fortaleza de São Sebastião* — Na Prospectiva esta obra defensiva se encontra em condições muito singelas e deficientes. Não notamos os taludes, as ameias; as casas do comando e da tropa reduzidas a um simples edifício. Na face esquerda existem casas de moradia próximas à mesma. (Fig. 19)

Tal não acontece no Panorama de 1775; o aspecto é totalmente diferente: ameias, taludes, casas de comando. À frente da praça de guerra, um pequeno baluarte com guarita. É o aspecto que nos legou o Marquês do Lavradio. Apesar de tôda esta melhoria, por um documento do Marechal Jacques Funck de 10 de outubro de 1774, no qual fornece um resumo da defesa do Rio de Janeiro em caso de ataque, diz o seguinte sôbre São Sebastião: “La Ville vers la Campagne est presque tout ouverte, et n’a pas d’autre defence que par les deux Forteresses de S. Sebastião, et Conceição, qui sont trop entourées de maisons, qui les embarrassent beaucoup de faire grand service...”⁽¹⁷⁾ (Fig. 21)

Pelo expôsto podemos ter uma idéia como se encontrava então esta obra defensiva na época do passamento de Bobadela.

9) *Palácio dos Vice-Reis e Praça do Carmo* — A Prospectiva nos fornece detalhes de alta relevância sôbre a época da mesma. A *Casa dos Governadores* apresenta-se ainda na sua primeira fase. Perto a carruagem do titular puxada por três pares de cavalos. No centro da praça o chafariz mandado instalar por Gomes Freire e que ficou concluído em 1750, era de pedra de Lioz. Como podemos notar, não existia ainda cais acostável, que só foi executado na época de Luiz de Vasconcelos, sendo autor do projeto o Marechal Jacques Funck em 1780. (Figs. 20 e 21)

No canto inferior da praça vemos as barracas do mercado do pescado situadas na então *Praia do Peixe*, onde se encontra o atual Entrepasto de Pesca.

O belo chafariz do Mestre Valentim, lavrado em granito carioca, foi inaugurado a 29 de abril de 1789 e passou a dar aguada às embarcações que nessa época já podiam acostar no cais existente. (Fig. 22)

10) *Convento do Carmo, sua Igreja — Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo.*

Observamos na Prospectiva os telhados e suas janelas correspondentes ao terceiro pavimento do Convento do Carmo, cuja construção iniciou-se em 1619. (Fig. 19)

Ao lado do mesmo, vemos a antiga ermida de Nossa Senhora do Ó que datava de 1589, com a sua velha torre

⁽¹⁷⁾ MAGALHÃES, Coronel J. B. — *A Defesa do Rio de Janeiro no Século XVIII* — in Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — Vol. 200 — Julho-Setembro 1948 — pág. 23.

FORTALEZA DE S. SEBASTIÃO — PRAÇA DO CARMO —
PRAIA DO PEIXE

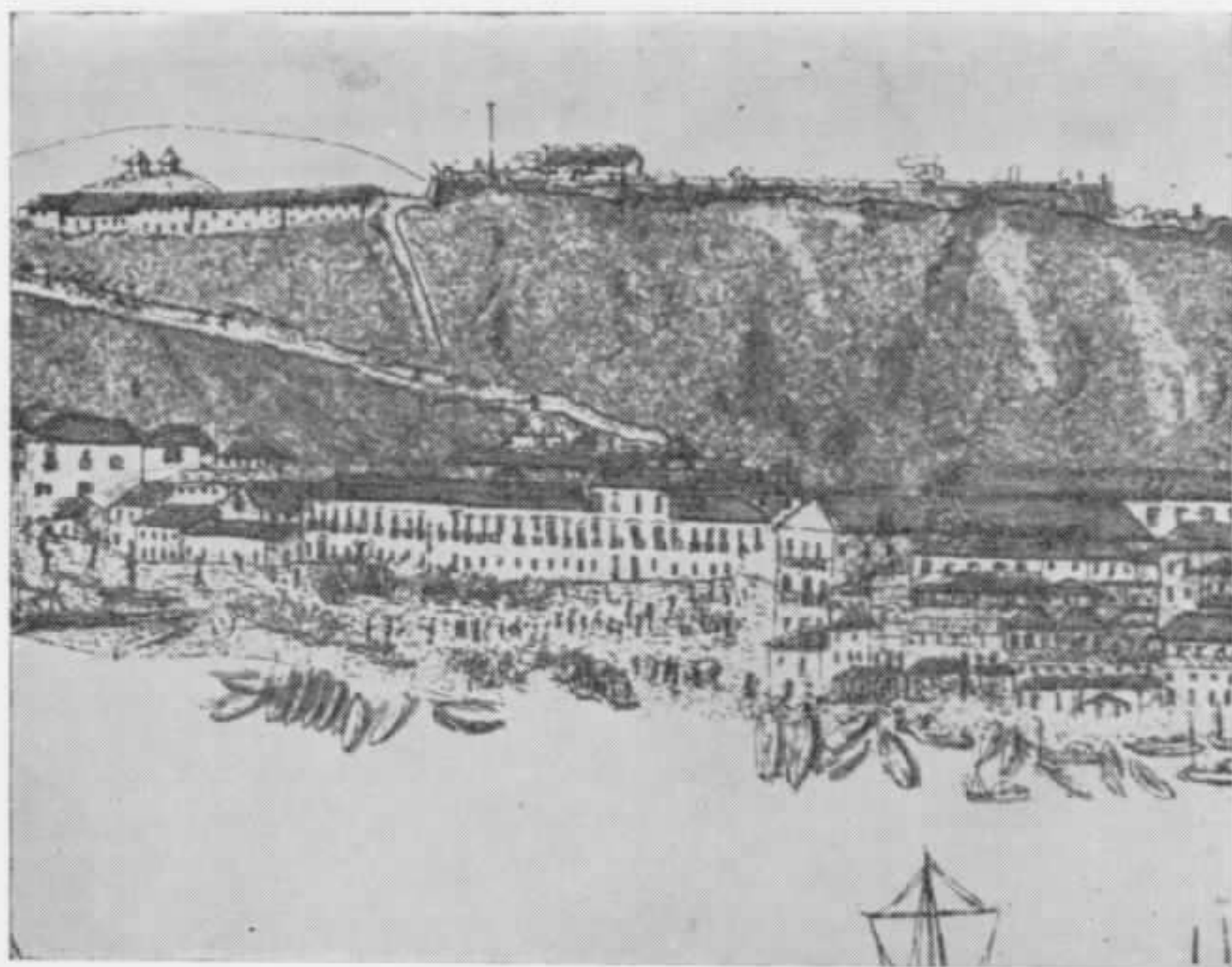


FIG. 19 — *Prospectiva de 1763 — Cópia de Alberto Pires —
Fortaleza de S. Sebastião*



FIG. 20 — Prospectiva de 1763 — Original — Praça do Carmo
(Cópias: João Oliveira Rocha)

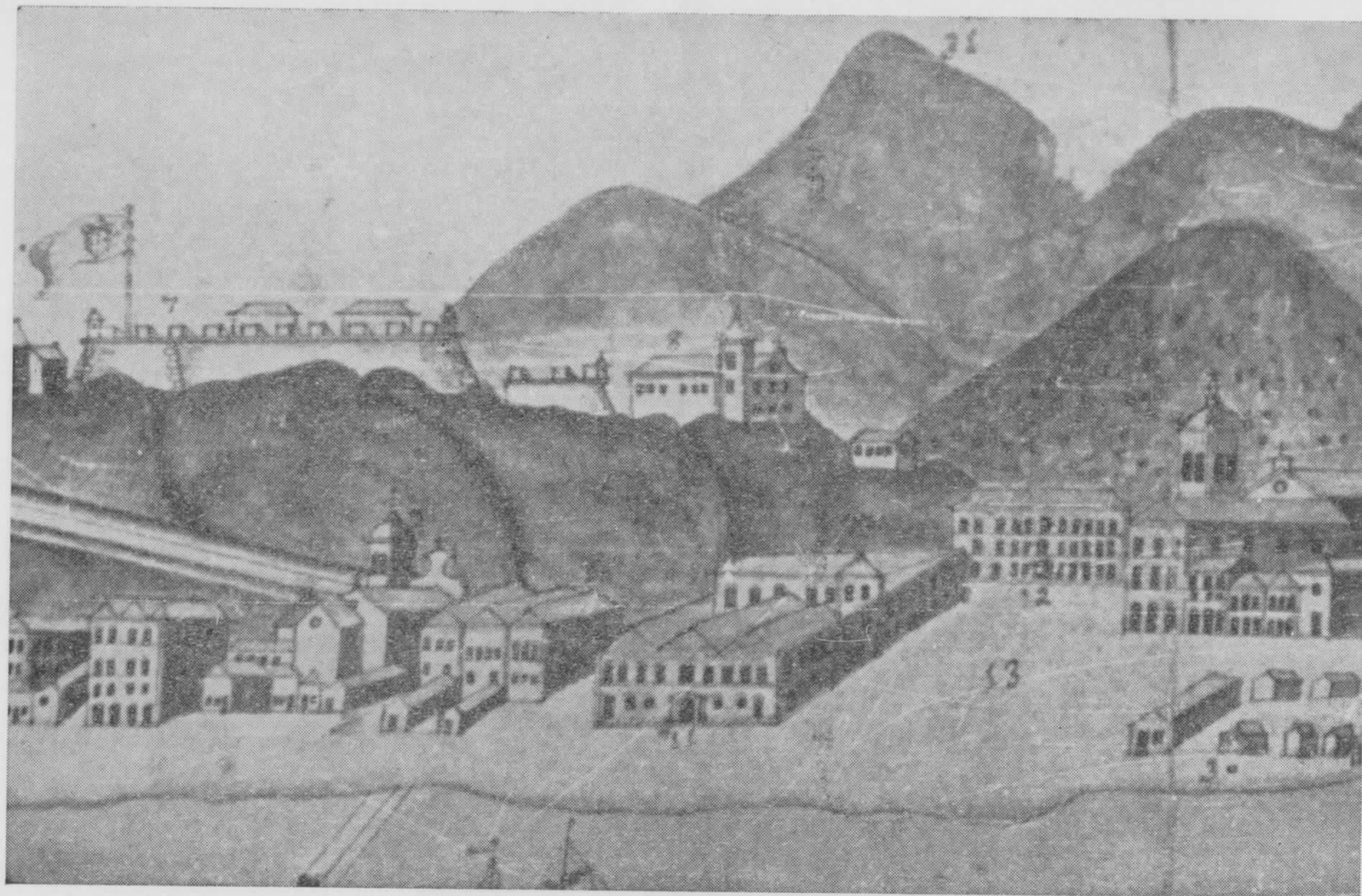


FIG. 21 — *Panorama de 1775 — Praça do Carmo e Praia do Peixe*
(Cópia: João Oliveira Rocha)

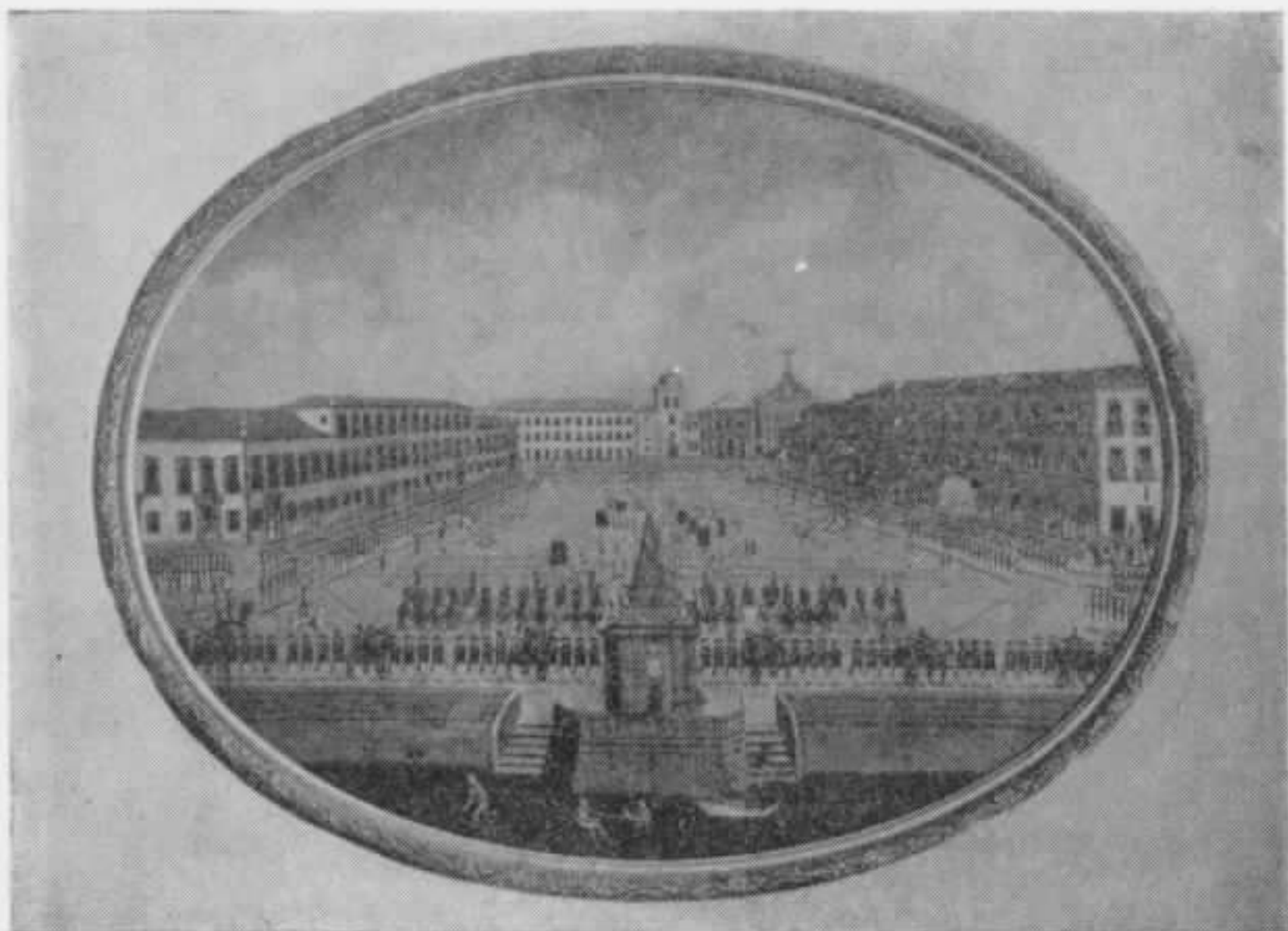


*FIG. 22 — Painel de Leandro Joaquim — Praça do Carmo —
Época de Luís de Vasconcellos*

(Cópia: João Oliveira Rocha)

quadrangular, encima por uma meia-laranja com quatro coruchéus. Tendo desabado essa capela, foi a partir de 1761 erigido um templo com pedras retiradas da Ilha das Enxadas. Na época de D. João VI passou a Capela Real; sua fachada só ficou ultimada no reinado de D. Pedro I. No século atual passou a ser Catedral Metropolitana com a total remodelação do seu aspecto arquitetônico. (Fig. 23)

A seguir aparece um aspecto da fachada da Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo *em fase adiantada de construção*. A fundação da Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro data de 1648, após uma reunião efetuada no então Convento do Carmo. Em 1661 os Irmãos Terceiros obtiveram dos frades, consentimento a fim de erigirem uma capela própria para a congregação em terrenos dêsse recolhimento, a qual foi edificada ao lado da igreja conventual. (Fig. 23)

A assembléia geral de 5 de maio de 1754 resolveu erigir um templo bastante espaçoso, com o fim de abrigar todos os devotos que ali acorriam por ocasião dos ofícios religiosos.

A área onde se encontra a atual igreja era nessa época ocupada por prédios pertencentes à Ordem que os fêz demolir. Tempos depois de haver sido iniciada a construção, os carmelitas que não viam com bons olhos essa edificação, embargaram-na alegando motivos entre os quais a altura do prédio que escurecia o côro da igreja conventual. Essa celeuma durou cinco anos até que o Conde de Bobadela alvitrou à Ordem de oferecer uma quantia (3.000 cruzados foi o estipulado entre as partes) com a condição dos frades desistirem do embargo.

Em 1763 (*é o que nos mostra a Prospectiva*) estava *quase ultimada a construção*; foi a vez dos frades carmelitas solicitarem permissão para officiar na igreja, visto a conventual encontrar-se em ruínas. Não obtiveram a acolhida desejada, porém a Ordem ofereceu 8.000 cruzados para a reedificação da igreja daquele recolhimento.

Em julho de 1770 estava a igreja propriamente dita concluída e havia sido gasto com a mesma a importância de 91:088\$995. Como vemos, foi rápida a sua edificação; as obras principaram a 16-7-1755; a portada nobre e medalhão em mármore de Lioz encomendados em Lisboa foram colocados em 14-1-1761, tendo lugar a sua consagração em 1770. (Figs. 22, 24, 25 e 26)

QUARTEL DO MOURA E CHAFARIZ

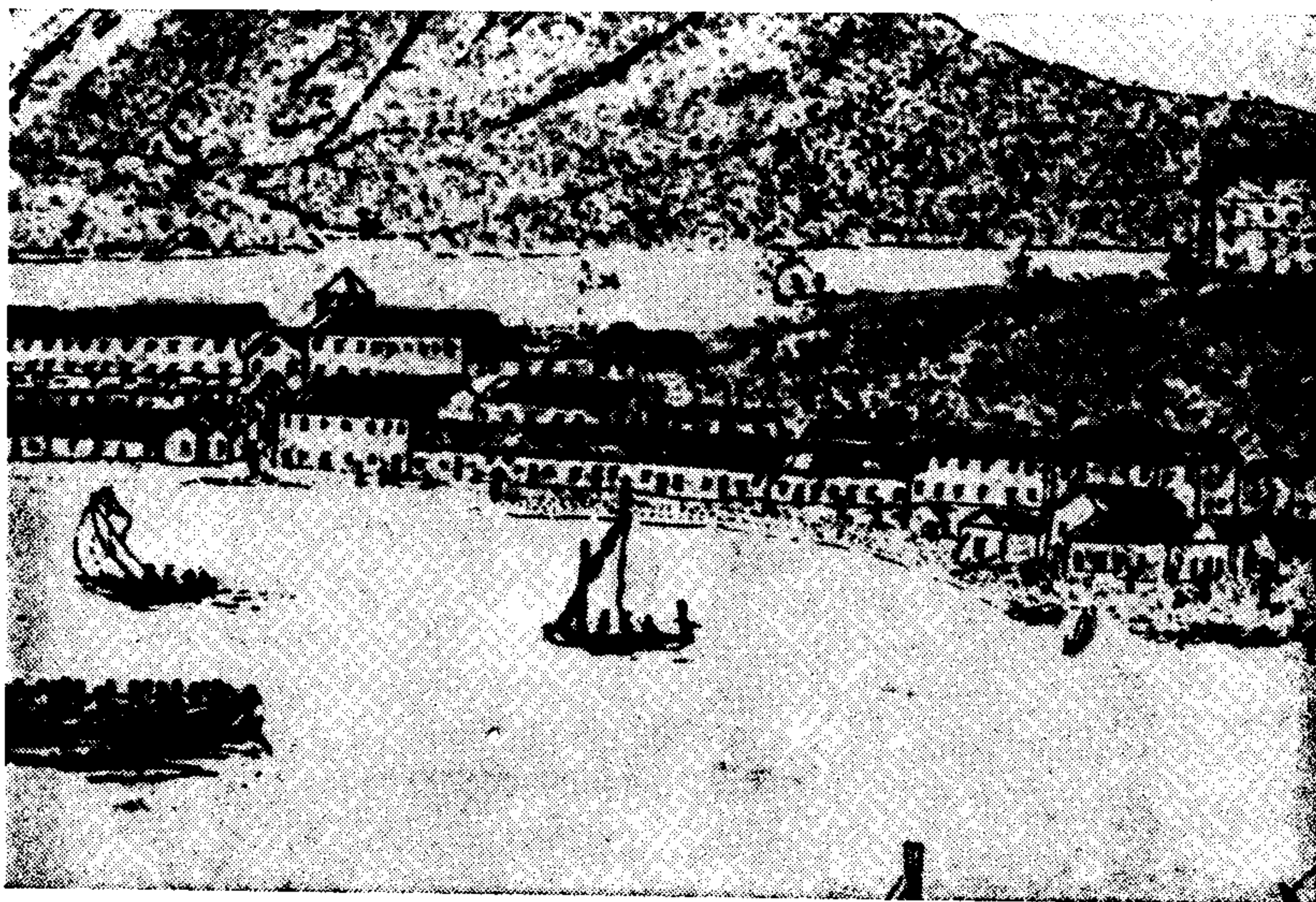


FIG. 16 — Aspecto na Prospectiva de 1763 — Cópia do original por Alberto Pires

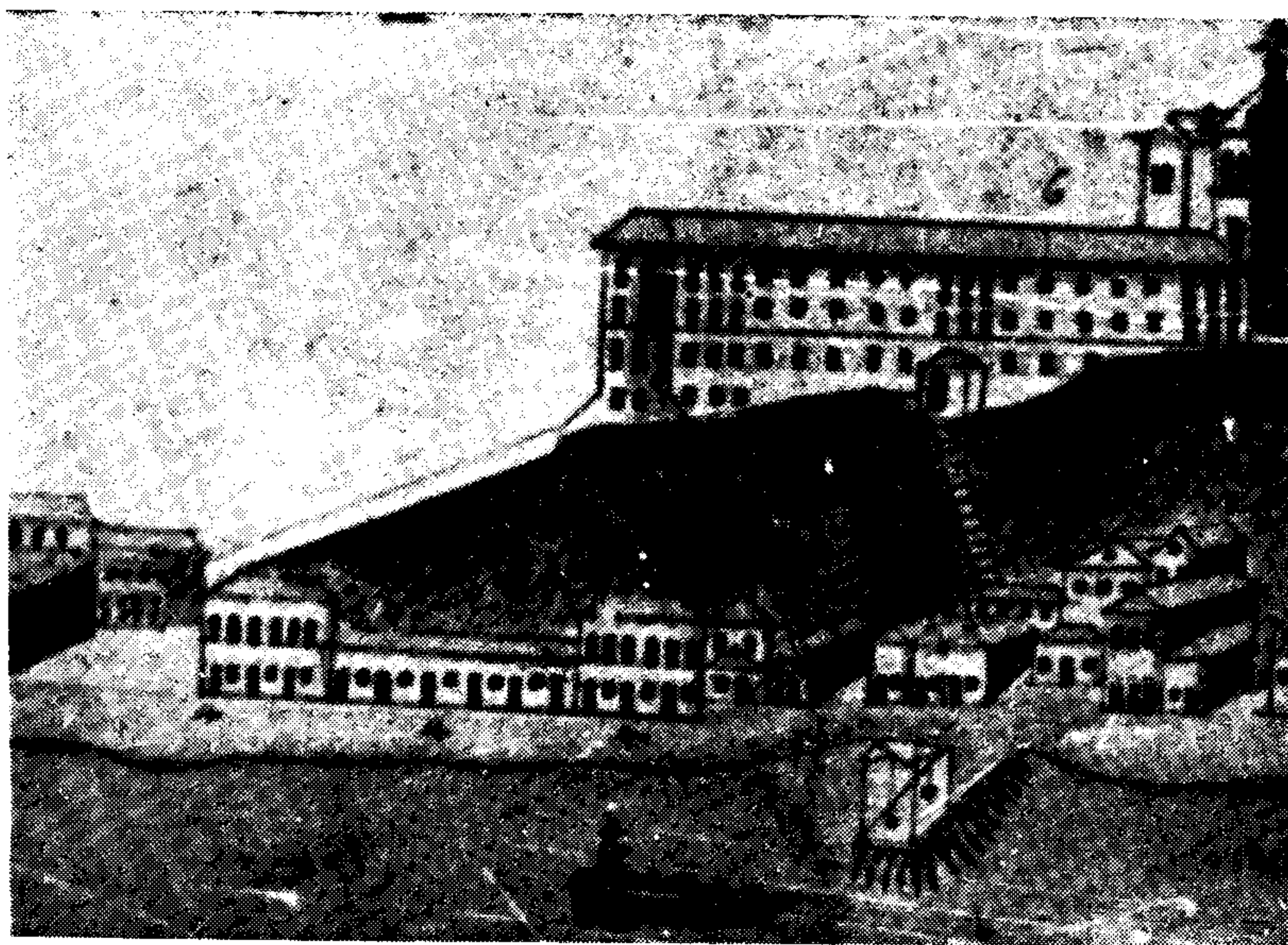


FIG. 17 — Panorama de 1775 — Número 4 — Quartel do Moura (Cópias: João Oliveira Rocha)

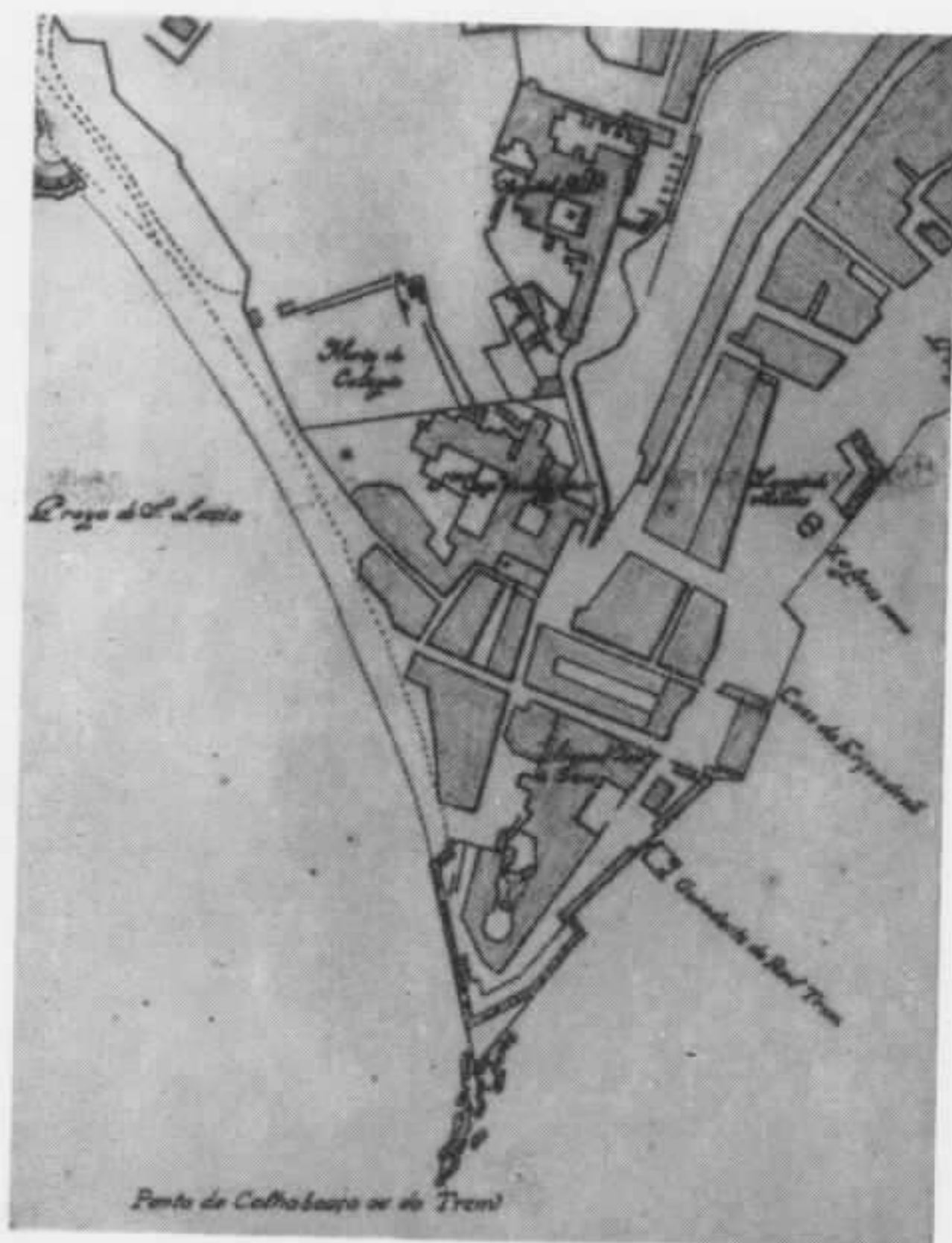


FIG. 18 — "Plano da Marinha da frente da cidade, etc." — 1794 — Detalhe
(Cópia: João Oliveira Rocha)

a planta-baixa da época de Bobadela foi mantida quase inalterada. (Figs. 11 e 12)

Na Planta n.º 3 vemos o segundo pavimento da Casa do Trem; poucas foram as modificações. Apenas as duas escadas laterais de acesso ao terceiro pavimento foram retiradas das atuais dependências do M.H.N., respectivamente: Salas Zeferino de Oliveira e Sotlo Maior. (Fig. 13)

Enfim na Planta n.º 4, o “Arsenal do Trem em Vista de Pássaro”, temos uma prova inconfundível e incontestável dos terceiros pavimentos da Casa do Trem. Notamos os telhados mais elevados dos dois corpos laterais (correspondentes ao terceiro andar), enquanto o telhado do segundo andar (parte central) se encontra num plano inferior. Se compararmos com os telhados da Casa do Trem desenhados na Prospectiva de Bobadela, veremos a identidade perfeita entre ambos. (Fig. 14)

Diante destes elementos, podemos afirmar sem sombra de dúvida *ser a Casa do Trem desenhada na Prospectiva, o edifício construído pelo Conde de Bobadela em 1762, com o fim de resguardar os petrechos bélicos.*

Como Bobadela faleceu a 1 de janeiro de 1763, é provável que tudo tenha ficado estacionário durante o período do triunvirato que administrou o Rio de Janeiro. Através a carta do Conde da Cunha, já analisada linhas atrás e datada de 5 de setembro de 1764, a Casa do Trem era ocupada neste ano por uma cavalaria, isto é, o Esquadrão de Cavalaria que foi criado pelo Vice-Rei segundo ordem real. É claro que os cavalos ocupavam o prédio existente na parte posterior da Casa do Trem, o qual se prolongava até o Largo da Misericórdia. Os soldados do Esquadrão e os petrechos bélicos do mesmo se aboletaram nos três pavimentos da Casa do Trem, que por extensão ficou também generalizada como *Cavalaria*, conforme vemos no Plano de Jacques Funck de 1770.

Aliás o próprio Conde da Cunha, achando imprópria e exígua a Casa do Trem para servir de depósito de petrechos de guerra, já resolvera aumentar e ordenar essa repartição com a construção ao lado do Arsenal do Trem: *“Fico trabalhando e com bastante número de operários em acrescentar e ordenar a casa do trem da artilharia...”* (carta de 30 de julho de 1766).

Não importa que a Casa do Trem tenha sido depósito de petrechos militares apenas por dois anos; o importante

foi ter sido ela o início, a matriz de todos os estabelecimentos militares com este fim existentes atualmente no território brasileiro. Ela será sempre o cerne da nossa indústria militar, pois, graças à visão de Bobadela no último ano da sua administração e à iniciativa do Conde da Cunha que perpetuou-a definitivamente no Arsenal do Trem, pôde o Brasil antecipar-se à muitas nações americanas neste tipo de estabelecimento fabril militar.

Correndo o trabalho "*História da Casa do Trem*", veremos através os diversos capítulos, que este prédio permaneceu como Cavalaria até a época do Arsenal de Guerra da Corte em 1832, conforme podemos ver em vários planos e plantas aí existentes, entre as págs. 244 e 247; 248 e 251; etc.

5) *A Misericórdia, a Igreja de N. S. de Bonsucesso e o Hospital* — O prédio de *Misericórdia* aparece na Prospectiva com quinze janelas perfeitamente distinguíveis no segundo e terceiro pavimentos. No Panorama de 1775 possui apenas dez janelas; o mesmo se dá com o desenho de Thomás Ender (1817-1818) cuja estampa colorida reproduz a fachada.

A *Igreja* sob a invocação de *N. S. de Bonsucesso* apresenta-se com um frontão reto, sem a pequena sineira tal como se acha na Panorama de 1775. A Prospectiva nos mostra a torre quadrangular, à esquerda da igreja, porém sem a cruz que é vista no de 1775. Esta construção desapareceu em 1780, quando da reedificação da igreja. ⁽¹⁵⁾

O *Hospital* apresenta no seu terceiro andar, nove janelas. No Panorama de 1775 observamos oito ao passo que no desenho de Ender vemos apenas seis janelas. As pequenas modificações executadas neste edifício corroboram com as palavras de Vieira Fazenda: "A fachada do Hospital velho apresentava, como ainda hoje além do pavimento térreo mais dous superiores com seis janelas. Estas foram por muito tempo de peitoril, guarnecidas a princípio de rótulas de madeira e mais tarde por grades de ferro." ⁽¹⁶⁾ Atualmente, ao contemplarmos o local, vemos

⁽¹⁵⁾ Vide *Notas de Noronha Santos* no livro do Padre Pereira — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — Vol. I — pág. 92.

⁽¹⁶⁾ FAZENDA, Dr. José Vieira — *A Sancta Casa (Hospital Velho)* — in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo 89 - - Volume 143 — 1921 - - págs. 207 e 208.

que cada pavimento do Hospital Velho possui seis janelas apenas, podendo portanto ter sido êrro do artista, quando procurou reproduzir o prédio com um maior número de janelas, além das existentes.

6) *Quartel do Moura* — Êste edifício está bem representado, quase idêntico ao reproduzido no Panorama de 1775. O prédio em 1767 abrigou o Regimento de Moura, daí ter adquirido essa denominação. Foi restaurado pelo Conde da Cunha quando o Vice-Rei não tendo conseguido *vender todos os velhos edifícios que servem de quartel*, resolveu mandar recuperá-los para acantonar aquela tropa. Nem na Prospectiva nem no Panorama de 1775, vemos o Chafariz do Largo do Moura, pois essa fonte de serventia pública só foi erigida em 1794, no tempo do Conde de Rezende, com o fim de abastecer o bairro da Misericórdia. (Figs. 16 e 17)

No “Plano da Marinha da frente da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com as suas fortificaçoens, e a Fortaleza da Ilha das Cobras — 1794”, vemos a indicação *Largo de Moura e Chafariz nôvo* fronteiro àquêle quartel (Fig. 18)

7) *O Colégio e a Igreja dos Jesuítas* — Tanto na Prospectiva como no Prospecto de 1775, são bastante semelhantes. Os jesuítas foram expulsos em novembro de 1759. O *Colégio* foi adaptado para residência dos vice-reis que não chegaram a utilizá-lo; passou então a partir de 1769 a Hospital Militar. Notamos igualmente o local do famoso *Guindaste dos padres* que tinha seu início no Beco do mesmo nome, situado no sopé do morro do Castelo. (Fig. 17)

Na Prospectiva, vemos ao lado da fachada da igreja, *uma construção inacabada*, era o nôvo templo que em 1847 foi aproveitado para a instalação do Observatório Nacional.

A *ladeira do Colégio*, segunda via de acesso ao alto do Castelo, está bem representada em ambos os panoramas. A Prospectiva nos apresenta um caminho ligando a ladeira à fortaleza de São Sebastião; no Panorama de 1775 êste trecho não mais existe. (Figs. 19 e 21)

8) *Fortaleza de São Sebastião* — Na Prospectiva esta obra defensiva se encontra em condições muito singelas e deficientes. Não notamos os taludes, as ameias; as casas do comando e da tropa reduzidas a um simples edifício. Na face esquerda existem casas de moradia próximas à mesma. (Fig. 19)

Tal não acontece no Panorama de 1775; o aspecto é totalmente diferente: ameias, taludes, casas de comando. À frente da praça de guerra, um pequeno baluarte com guarita. É o aspecto que nos legou o Marquês do Lavradio. Apesar de tôda esta melhoria, por um documento do Marechal Jacques Funck de 10 de outubro de 1774, no qual fornece um resumo da defesa do Rio de Janeiro em caso de ataque, diz o seguinte sôbre São Sebastião: “La Ville vers la Campagne est presque tout ouverte, et n’a pas d’autre defence que par les deux Forteresses de S. Sebastião, et Conceição, qui sont trop entourées de maisons, qui les embarrassent beaucoup de faire grand service...” ⁽¹⁷⁾ (Fig. 21)

Pelo expôsto podemos ter uma idéia como se encontrava então esta obra defensiva na época do passamento de Bobadela.

9) *Palácio dos Vice-Reis e Praça do Carmo* — A Prospectiva nos fornece detalhes de alta relevância sôbre a época da mesma. A *Casa dos Governadores* apresenta-se ainda na sua primeira fase. Perto a carruagem do titular puxada por três pares de cavalos. No centro da praça o chafariz mandado instalar por Gomes Freire e que ficou concluído em 1750, era de pedra de Lioz. Como podemos notar, não existia ainda cais acostável, que só foi executado na época de Luiz de Vasconcelos, sendo autor do projeto o Marechal Jacques Funck em 1780. (Figs. 20 e 21)

No canto inferior da praça vemos as barracas do mercado do pescado situadas na então *Praia do Peixe*, onde se encontra o atual Entrepasto de Pesca.

O belo chafariz do Mestre Valentim, lavrado em granito carioca, foi inaugurado a 29 de abril de 1789 e passou a dar aguada às embarcações que nessa época já podiam acostar no cais existente. (Fig. 22)

10) *Convento do Carmo, sua Igreja — Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo.*

Observamos na Prospectiva os telhados e suas janelas correspondentes ao terceiro pavimento do Convento do Carmo, cuja construção iniciou-se em 1619. (Fig. 19)

Ao lado do mesmo, vemos a antiga ermida de Nossa Senhora do Ó que datava de 1589, com a sua velha torre

⁽¹⁷⁾ MAGALHÃES, Coronel J. B. — *A Defesa do Rio de Janeiro no Século XVIII* — in Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — Vol. 200 — Julho-Setembro 1948 — pág. 23.

FORTALEZA DE S. SEBASTIÃO — PRAÇA DO CARMO —
PRAIA DO PEIXE

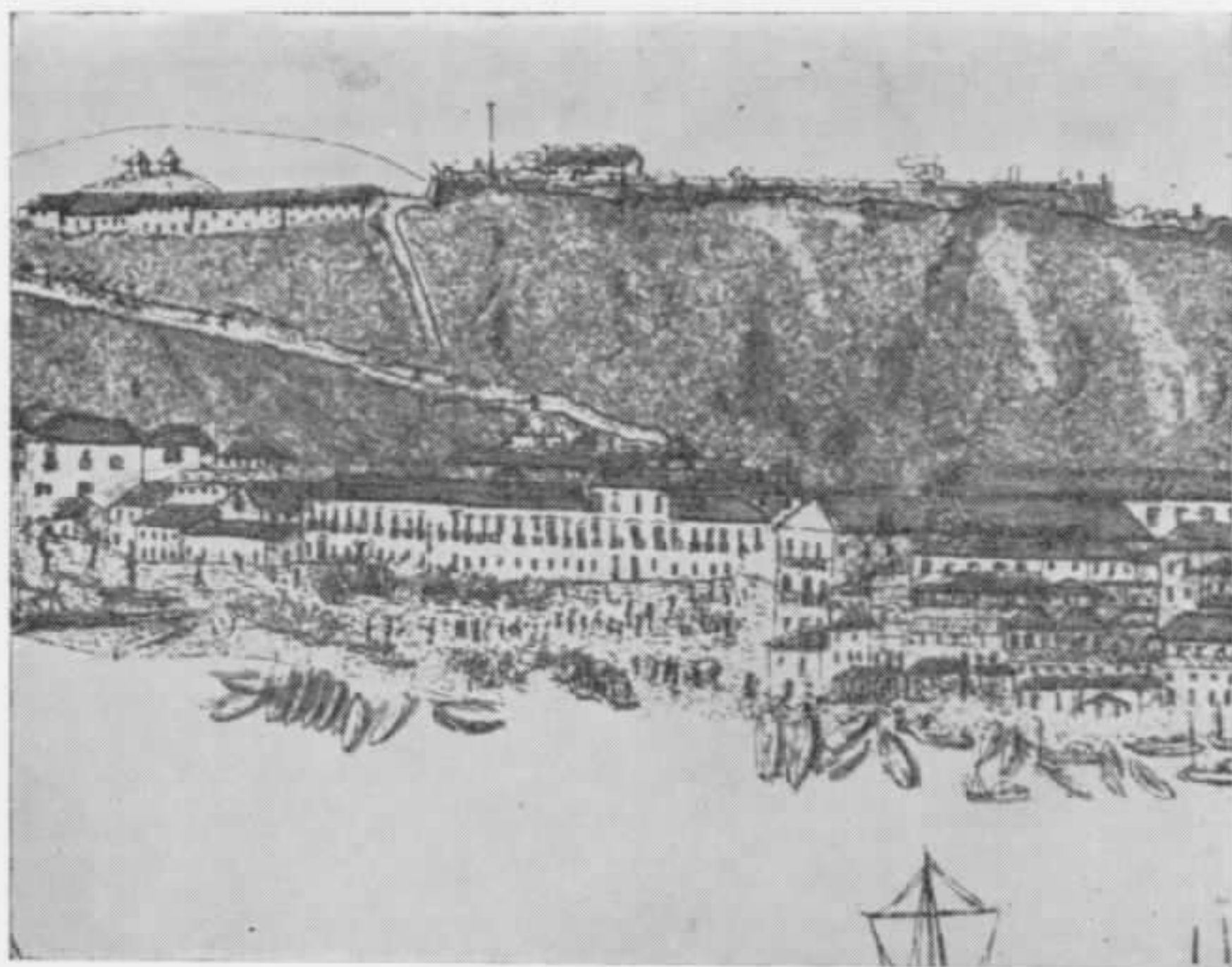


FIG. 19 — *Prospectiva de 1763 — Cópia de Alberto Pires —
Fortaleza de S. Sebastião*



FIG. 20 — Prospectiva de 1763 — Original — Praça do Carmo
(Cópias: João Oliveira Rocha)

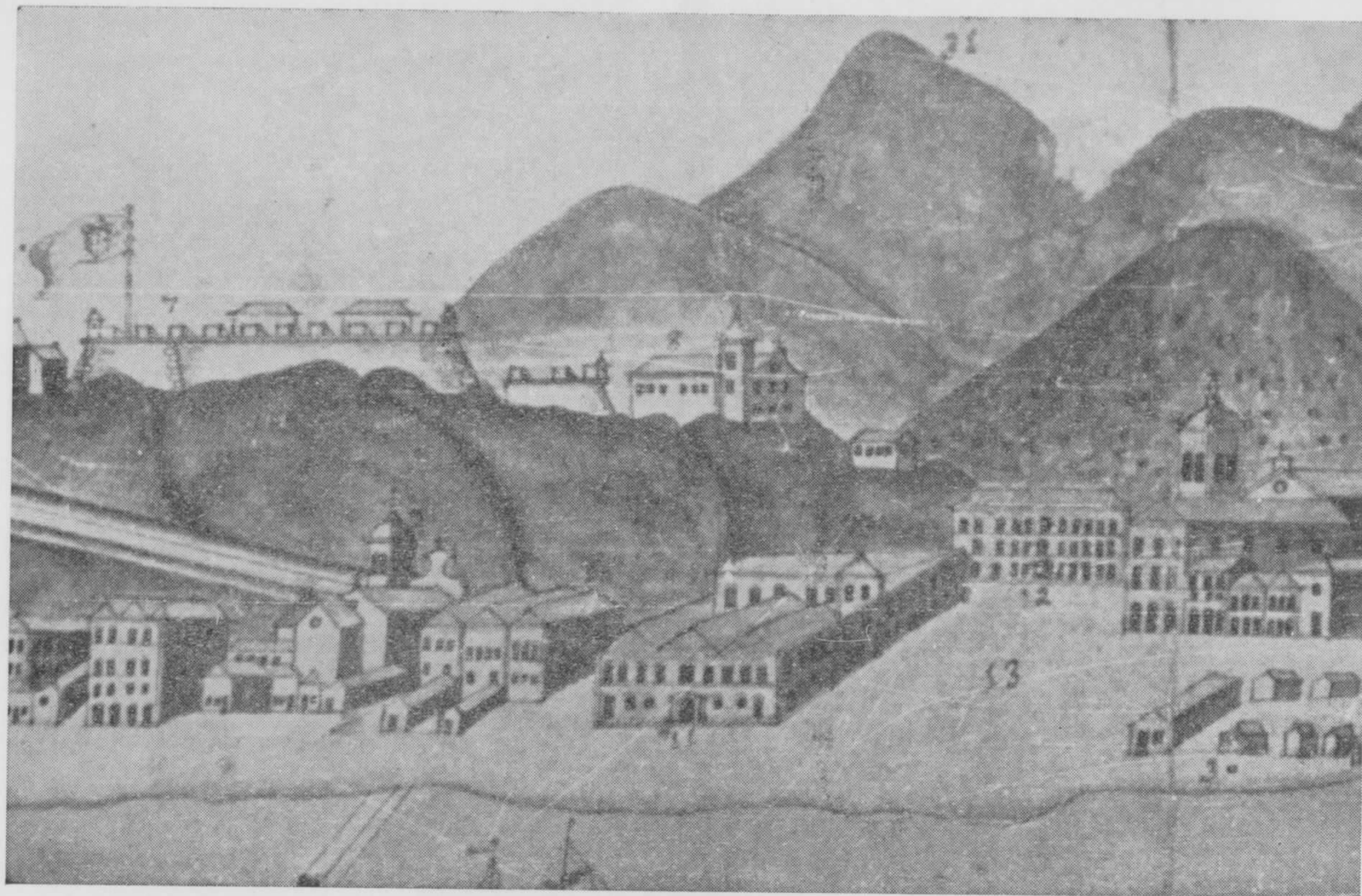


FIG. 21 — *Panorama de 1775 — Praça do Carmo e Praia do Peixe*
(Cópia: João Oliveira Rocha)

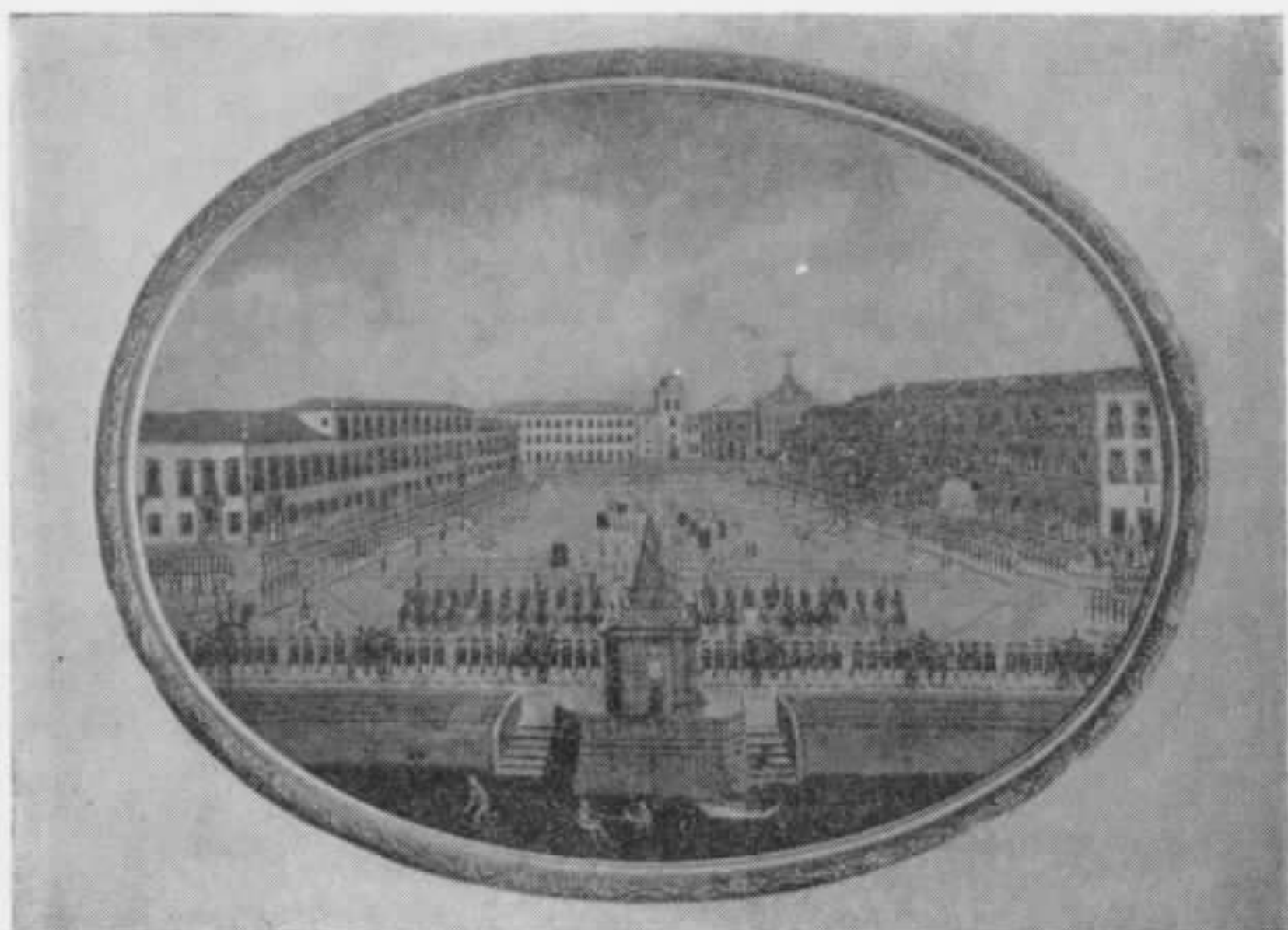


*FIG. 22 — Painel de Leandro Joaquim — Praça do Carmo —
Época de Luís de Vasconcellos*

(Cópia: João Oliveira Rocha)

quadrangular, encima por uma meia-laranja com quatro coruchéus. Tendo desabado essa capela, foi a partir de 1761 erigido um templo com pedras retiradas da Ilha das Enxadas. Na época de D. João VI passou a Capela Real; sua fachada só ficou ultimada no reinado de D. Pedro I. No século atual passou a ser Catedral Metropolitana com a total remodelação do seu aspecto arquitetônico. (Fig. 23)

A seguir aparece um aspecto da fachada da Igreja da Venerável Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo *em fase adiantada de construção*. A fundação da Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro data de 1648, após uma reunião efetuada no então Convento do Carmo. Em 1661 os Irmãos Terceiros obtiveram dos frades, consentimento a fim de erigirem uma capela própria para a congregação em terrenos dêsse recolhimento, a qual foi edificada ao lado da igreja conventual. (Fig. 23)

A assembléia geral de 5 de maio de 1754 resolveu erigir um templo bastante espaçoso, com o fim de abrigar todos os devotos que ali acorriam por ocasião dos ofícios religiosos.

A área onde se encontra a atual igreja era nessa época ocupada por prédios pertencentes à Ordem que os fêz demolir. Tempos depois de haver sido iniciada a construção, os carmelitas que não viam com bons olhos essa edificação, embargaram-na alegando motivos entre os quais a altura do prédio que escurecia o côro da igreja conventual. Essa celeuma durou cinco anos até que o Conde de Bobadela alvitrou à Ordem de oferecer uma quantia (3.000 cruzados foi o estipulado entre as partes) com a condição dos frades desistirem do embargo.

Em 1763 (*é o que nos mostra a Prospectiva*) estava *quase ultimada a construção*; foi a vez dos frades carmelitas solicitarem permissão para officiar na igreja, visto a conventual encontrar-se em ruínas. Não obtiveram a acolhida desejada, porém a Ordem ofereceu 8.000 cruzados para a reedificação da igreja daquele recolhimento.

Em julho de 1770 estava a igreja propriamente dita concluída e havia sido gasto com a mesma a importância de 91:088\$995. Como vemos, foi rápida a sua edificação; as obras principaram a 16-7-1755; a portada nobre e medalhão em mármore de Lioz encomendados em Lisboa foram colocados em 14-1-1761, tendo lugar a sua consagração em 1770. (Figs. 22, 24, 25 e 26)

As tôrres só foram concluídas em 1850. *Quando vemos a Prospectiva pela primeira vez, dá-nos a impressão de um arco triunfal ou alegórico que foi erigido no local para alguma comemoração. Após um estudo acurado, notamos que são as obras em andamento dêsse templo carioca.* (Fig. 23)

11) *Convento de Santa Teresa* — Segundo Monseñor Pizarro, a primitiva ermida havia sido feita por Antônio Gomes em 1620 e estava sob a invocação de N. S. do Destêrro, nome que passou para o morro.

Durante o govêrno do Conde de Bobadela foi a capela por êle reedificada transformando-se na igreja que aparece na Prospectiva. O Convento igualmente mandado construir na sua administração e que também aparece neste Panorama, teve a sua pedra fundamental lançada no dia 24 de julho de 1750. Foi feito para abrigar as religiosas de Santa Teresa, sob a invocação de N. S. do Destêrro. Na clausura do mesmo, encontra-se o túmulo de Gomes Freire, o seu grande benfeitor. (Fig. 21 — N.º 8 e Fig. 23)

12) *Convento e igreja de Santo Antônio — Capela dos Terceiros de São Francisco.*

Vemos atrás as hortas dos franciscanos ocupando tôda a extensão do morro de Santo Antônio; em seguida o *Convento* sem a construção inacabada ao lado (vide foto de Augusto Malta). Na sua frente o muro encimado por três frontões barrocos. A *igreja* possui apenas uma porta central de acesso, apresentando as três janelas retangulares do còro encimadas por frontão reto com um óculo central. (Fig. 27)

Já a igreja da *Penitência* aparece de lado, apoiada sobre os grandes arcos que davam para a Rua do Piolho (Carioca atual). A sua construção iniciou-se em 1697; a fachada e a porta principal datam de 1726-1727; a sacristia e o consistório são de 1747-1775. *A parte da fachada que a Prospectiva apresenta é anterior a estas últimas obras* (comparar com o Panorama de 1775. (Fig. 28)

As fachadas atuais de ambos os templos são totalmente diversos dos representados em ambos os Panoramas. (Fig. 29)

13) Retornando ao litoral, desde o canto esquerdo da Praça do Carmo (atual Praça XV de Novembro) até as proximidades do Mosteiro de São Bento (Rua Visconde de

CONVENTO E IGREJA DO CARMO — IGREJA V. ORDEM 3.^a
N. S. DO MONTE DO CARMO



FIG. 23 — *Prospectiva de 1763 — Cópia de Alberto Ptres —
Convento de Santa Teresa*



FIG. 24 — Desenho em aquatinta colorida — Travels in the interior of Brazil — de John Mawe — London 1821

(Cópia e Foto João Oliveira Rocha)

CONVENTO E IGREJA DO CARMO — IGREJA V. ORDEM 3.^a
N. S. DO MONTE DO CARMO



FIG. 25 — *Desenho de Guilherme Theremim* — 1818 —
Coleção do M.H.N.



FIG. 26 — *Fotografia de Marc Ferrez* — 1895
(Cópias e Fotos: João Oliveira Rocha)

Itaboraí), observamos uma grande quantidade de prédios com dois, três e até quatro pavimentos mostrando o desenvolvimento da urbs carioca na segunda metade do Século XVIII. Esta marinha compreendia as praias do Peixe e de Braz de Pina (mais tarde dos Mineiros). (Figs. 23, 27, 28, 30, 31, 32 e 34)

O extenso trecho ocupado atualmente pelas Docas da Alfândega e o Arsenal de Marinha, foi nos séculos anteriores um dos pontos primordiais para os desembarques de passageiros e cargas que aportavam ao Rio de Janeiro.

O trapiche da cidade, o Armazém da Alfândega, casa de abertura, sêlo e balança, etc. estavam localizados nessas paragens. ⁽¹⁸⁾

Salvador Corrêa de Sá e Benevides possuía largos trechos nos lados pares da Travessa Tinoco, ruas do Rosário e Primeiro de Março, bem como o lado ímpar da Rua do Mercado.

14) *A Igreja de São Pedro* está muito bem apresentada na Prospectiva. Este templo, cuja característica de construção era ser todo em linhas curvilíneas, foi construído de 2-8-1733 a 1738, sendo consagrado em 1742. Foi demolido quando da abertura da Avenida Presidente Vargas em 1942. Vemos próximo da igreja uma *fôrca* utilizada para execuções públicas erigida no então *Largo do Capim*, também conhecido como *Campo da Fôrca*. O logradouro estava situado nas proximidades da Rua da Alfândega; desapareceu também com a construção da Avenida Presidente Vargas. (Figs. 30 e 31)

A Igreja de São Domingos é vista como foi edificada em 1706; a torre e o frontão reto foram alterados em 1791. Destruída em 1942 quando a Avenida Presidente Vargas foi aberta. (Fig. 31)

Vemos a seguir a *tôrre da Candelária* elevando-se acima das edificações vizinhas com as duas sineiras em cada face e coroamento em forma de pirâmide. A partir de 1775 até 1811 passou pelas grandes reformas que lhe deram o aspecto que hoje apresenta. (Figs. 30 e 31)

15) Continuando na nossa análise, atingimos o *Morro da Conceição*, onde se destacam o *Palácio dos Bispos* e a *Fortaleza da Conceição*.

⁽¹⁸⁾ WINZ, Antônio Pimentel — “A Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional”, in *Anais do M.H.N.* — Volume X — págs. 175 a 185.

O *Palácio dos Bispos* está representado na sua fase mais antiga. Se compararmos com o do Panorama de 1775, notaremos algumas diferenças. Em 1804 recebeu um frontão reto na parte central, seguido de uma platibanda. Na época da invasão de Duclerc era Convento dos Barbadiños ou Capuchinhos, conforme é mencionado no Panorama do livro de Froger de 1699. (Figs. 32 e 34)

A *Fortaleza da Conceição* foi reedificada pelo Conde da Cunha a partir de 1763. (*) A Prospectiva nos mostra apenas um pequeno platô circundado por uma muralha inclinada formando talude com duas pequenas edificações. Não notamos nenhum aspecto da fortificação. Provavelmente tratam-se das obras iniciais daquele bastião, pois se observarmos o Panorama de 1775, veremos esta posição já com os parapeitos e as canhoneiras bem definidas após os reparos sofridos em 1771. ⁽¹⁹⁾ (Figs. 32 e 34)

Aliás o Conde da Cunha destinou parte desta praça de guerra para o fabrico de espingardas e ficou conhecida como Fábrica de Armas da Conceição. O Diário Manuscrito do General João Henrique de Böhm, referente a assuntos militares, compreendendo o período de 19 de junho de 1779 até junho de 1782, fala sobre a Fábrica de Armas da Conceição. ⁽²⁰⁾

Segue-se o *Mosteiro de São Bento*, vendo-se a face lateral e os fundos voltados para a Ilha das Cobras. As sineiras em parte e o coroamento das duas torres são igualmente representados.

Observamos o grande número de ladeiras de acesso aos morros da Conceição e São Bento interligando-se entre si, a horta dos monges, etc. (Figs. 32 e 34)

16) Na marinha quase fronteira ao Mosteiro, deparamos com várias edificações próximas à ladeira de acesso deste morro — São as *Cazas da Junta*, isto é, os armazéns e escritórios da *Companhia Geral da Junta do Comércio* criada em Portugal em 1649 e que detinha o monopólio

(*) Esta fortaleza foi construída em 1713 no tempo do Governador Francisco Xavier de Távara.

⁽¹⁹⁾ FERREZ, Gilberto — *Um Panorama do Rio de Janeiro de 1775* — Separata da Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — Vol. 233 — Outubro a Dezembro 1956 — pág. 19.

⁽²⁰⁾ WINZ, Antônio Pimentel — *História da Casa do Trem* — 1962 — págs. 135 e 136.

CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO — IGREJA
S. FRANCISCO DA PENITÊNCIA



*FIG. 27 — Prospectiva de 1763 — Cópia do original por
Alberto Pires*



*FIG. 28 — Panorama de 1775 — Detalhe
(Cópias e Fotos: João Oliveira Rocha)*

CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO — IGREJA
S. FRANCISCO DA PENITÊNCIA



FIG. 29 — Fotografia de Augusto Malta — 1910

(Cópia e Foto: João Oliveira Rocha)

LITORAL — IGREJAS DE SÃO PEDRO — SÃO DOMINGOS
E CANDELARIA



FIG. 30 — *Trecho da Prospectiva de 1763* — *Cópia do original por Alberto Pires*



FIG. 31 — *Trecho do Panorama de 1775*
(Cópias: João Oliveira Rocha)

comercial entre a Metrópole e a colônia do Brasil. (Figuras 32 e 34)

Este trecho é da mais alta relevância, pois as edificações foram derrubadas com o objetivo de ser construído a partir dos fins de 1763 o Arsenal de Marinha. (Fig. 33)

Balthazar da Silva Lisboa nos Anais do Rio de Janeiro diz o seguinte sobre este trecho da marinha contígua ao morro de São Bento: — "...o Mosteiro aforou para armazens terrenos, juncto á ladeira e ao lado do mar, com a pensão de 12\$, por escriptura de 10 de dezembro de 1656; mas, porque o administrador da Juncta (*) e seus companheiros se levantaram contra o Mosteiro, fazendo queixas ao rei, não tendo o Mosteiro protecção e a Companhia toda do Conselho Ultramarino, resolveu o abbade fazer doação a Sua Magestade do terreno referido por escriptura de 26 de abril de 1696, que lhe foi acceita, e é hoje o Arsenal de Marinha."

Durante o Século XVIII, a praia foi ocupada por Antônio Braz de Pina que exerceu a pesca e comércio da baleia e do azeite dêsse cetáceo. O local, antes conhecido como *Praia de São Bento*, passou a ser referido com a alcunha de *Braz de Pina*. Mais tarde passando o monopólio da baleia para a Fazenda Real, foi o local utilizado pelos mestres das embarcações que faziam o transporte de passageiros e mercadorias que demandavam o recôncavo fluminense: ficou o local conhecido como *Praia dos Mineiros*.

Vemos na Prospectiva diversas pequenas embarcações na areia dêsse trecho. (Fig. 32)

O Conde da Cunha, ao assumir o govêrno a 19 de outubro de 1763, tratou de iniciar a imediata construção do Arsenal de Marinha, com o nome de Ribeira das Naus, conforme se depreende da carta de 16 de julho de 1764: "...tenho pago todas as ferias das obras que tem sido grande, assim para se fazer o novo Arsenal (**), como para se acabarem as Casas da Cadêa e audiencias, reforma da da relação, reedificação do Hospital Militar... etc." (21)

(*) Refere-se à Junta do Comércio, já funcionando no século XVII naquelas imediações.

(**) O grifo é nosso.

(21) Trecho da Carta do Conde da Cunha ao Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado a 16 de julho de 1764 — *Correspondência dos Vice-Reis para a Côrte* — in Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Códice 1-1-29.

Uma outra comunicação dêste governante dava conta do término das obras executadas na Ribeira das Naus (mais tarde Arsenal de Marinha). Dizia no seguinte trecho a missiva datada de 5 de setembro de 1764: "...e juntamente uns Armazens e Telheiros que servem de trem e nelles se recolhem e fabricavam os escaleres e embarcações da Sua Magestade e também se arrecada o que pertence a Artilharia *que por haver presentemente Ribeira de Naus com bastante commodos, a todas as officinas precisas como se mostra na planta junta* (*) não se necessita de haver aqueles apertados e arruinados Armazens e V. Exa. estará lembrado deles porque ambos os vimos no anno de 1736." (22)

A *planta* referida pelo Conde da Cunha no documento é o exemplar que está apenso a esta missiva no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (dos quais possuo um microfilme gentilmente enviado pelo Dr. Alberto Iria). No Brasil encontra-se na Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército, ao passo que a carta está no Instituto Histórico.

Tudo isto, foi descrito detalhadamente na *História da Casa do Trem*, nas páginas 102, 105 e 106.

Esta planta tem o seguinte titulo: "Demonstração do Arcenal, que mandou fazer nesta Cidade do Rio de Janeiro, o Ilustrissimo e Excelentissimo Conde de Cunha, do Conselho de Sua Magestade, e do de Guerra, Tenente General de seos Exercitos e General da Artelhari do Reino, Capitão de Mar e terra e vice Rey de todo o Estado do Brasil". (Fig. 33)

A documentação sôbre a Ribeira das Naus vem confirmar a época exata em que foi feita a Prospectiva de Bobadela, isto é, o ano de 1763. Embora tivéssemos levantado a questão do ano no trabalho sôbre a *História da Casa do Trem*, nada poderíamos confirmar enquanto não fôsse feita uma análise das datas e um estudo comparativo com outros elementos disponiveis, que apesar de escassos, servem para corroborar e confirmar a época em que foi desenhado tão belo Panorama.

17) Completando êste ligeiro estudo a respeito da Prospectiva, contemplamos no primeiro plano a *Ilha das Cobras* (Fig. 35) onde se descortinam as três fortificações aí existentes.

(*) Os grifos são nossos.

(22) *Correspondência dos Vice-Reis para a Côrte* — in Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Códice 1-1-29.

PALÁCIO DOS BISPOS — FORTALEZA DA CONCEIÇÃO —
 MOSTEIRO DE S. BENTO — PRAIA DOS MINEIROS

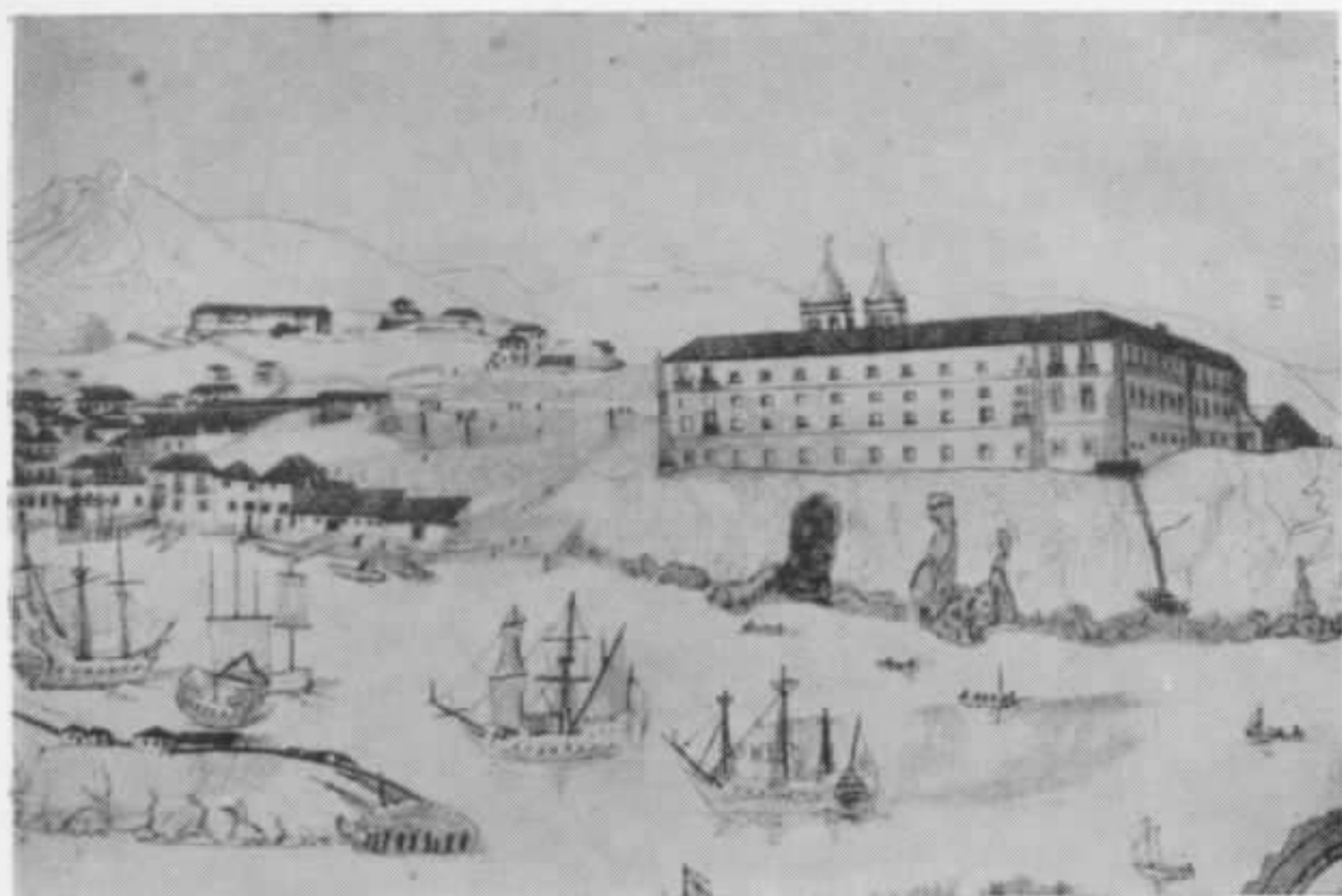


FIG. 32 — *Prospectiva de 1763 — Cópia do original por Alberto Pires — "Cazas da Junta" na marinha fronteira a São Bento*

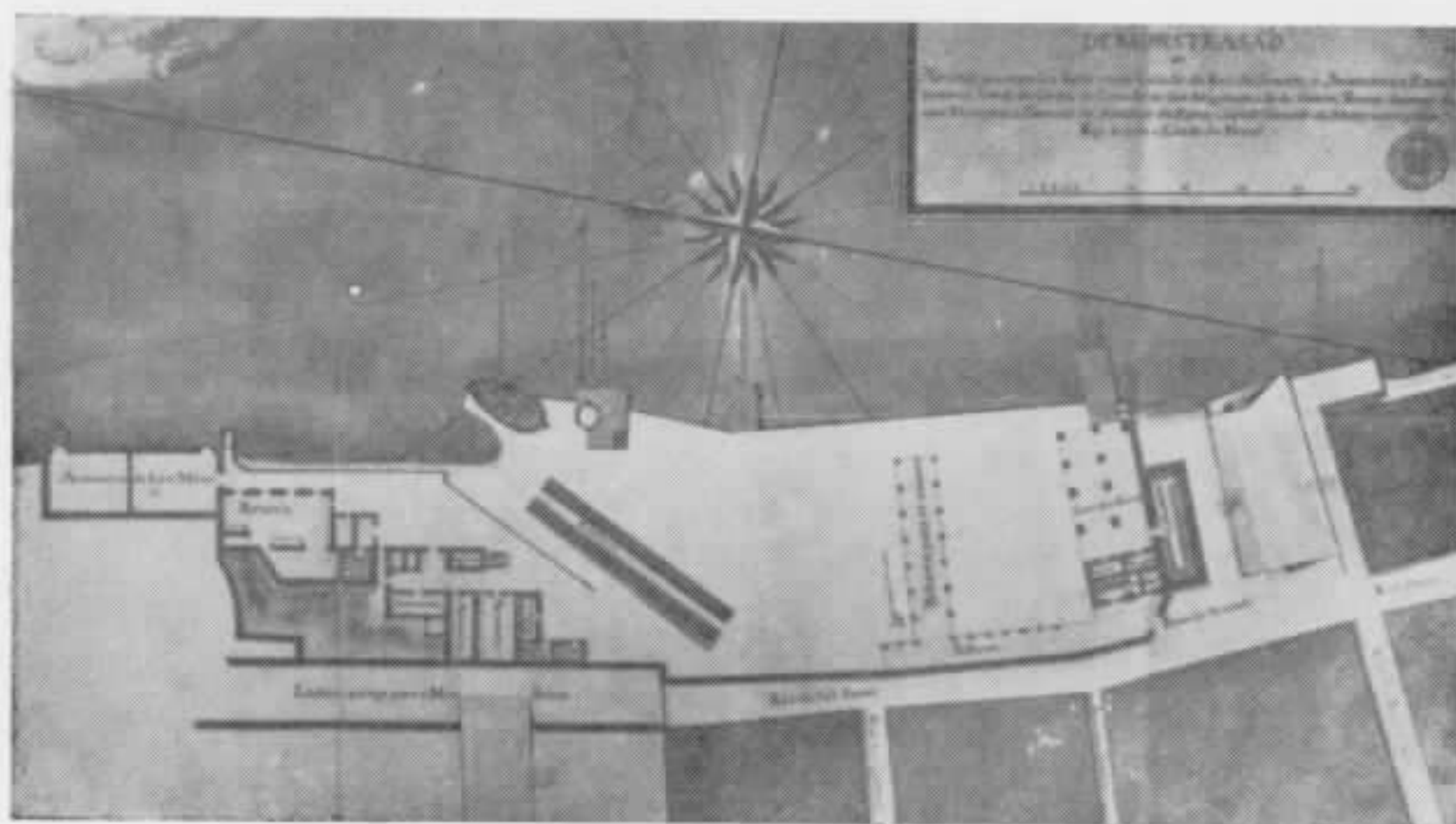


FIG. 33 — *Planta do Arsenal de Marinha construído em 1764 pelo Conde da Cunha na Praia dos Mineiros*

(Cópias: João Oliveira Rocha)

PALÁCIO DOS BISPOS — FORTALEZA DA CONCEIÇÃO —
MOSTEIRO DE S. BENTO — PRAIA DOS MINEIROS

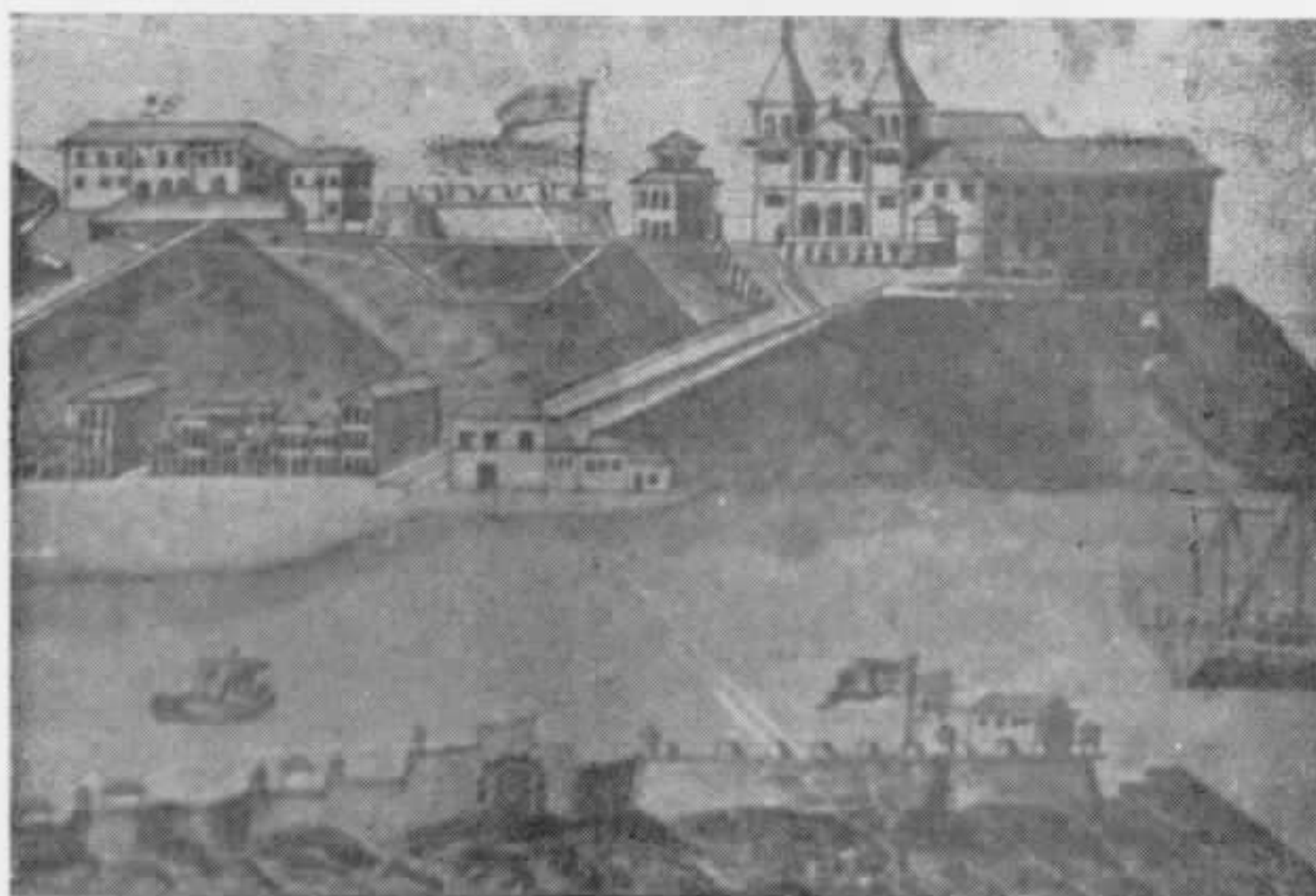


FIG. 34 — Panorama de 1775

(Cópia: João Oliveira Rocha)

ILHA DAS COBRAS — NAVIOS INGLÊSES SALVANDO A NAU CAPITÂNEA PORTUGUEÇA



FIG. 35 — Prospectiva de 1763 — Cópia do original por Alberto Pires

(Cópia: João Oliveira Rocha)

O *forte de São José* datava de 1624 mandado construir por Martim Corrêa de Sá e estava situado na parte alta da ilha. Em 1638, Salvador Corrêa de Sá e Benevides aumentou-o e denominou-o *forte de Santa Margarida da Ilha das Cobras*, possuía capela, casa do governador e corpo da guarda. O da parte central da ilha era denominado *do Pau da Bandeira*. O da parte baixa da ilha, voltado para a então ilha dos Ratos (mais tarde Fiscal), era denominado *forte de Santo Antônio* e ficou ultimado em 1709-1710.

José da Silva Pais transformou radicalmente as obras defensivas existentes neste bastião insular, e já em 1737 era a maior fortaleza da América.

Este é o aspecto que nos legou a Prospectiva; se confrontarmos com o Panorama de 1775, veremos que no tocante ao seu conjunto externo pouca coisa mudou.

Notamos na Prospectiva várias embarcações sendo querenadas (*) na própria água rasa. Na extremidade da ilha das Cobras voltada para São Bento, observamos várias pessoas trabalhando o casco de uma embarcação deitada em seco. Nesse local, o brigadeiro engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, instalou um aparelho de sua invenção que facilitava a manobra de deitar as embarcações em seco. (Fig. 35)

No seu canto inferior direito, vemos dois navios ingleses (a Union Jack desfraldada nos mastros) salvando um navio português, provavelmente o capitânea. (Fig. 35) Tal formalidade era muito comum naquela época, em qualquer pôrto do mundo de então. Tratava-se de uma cortesia que os visitantes dispensavam à cidade onde eram acolhidos ou às embarcações ali ancoradas. Este episódio está muito bem descrito pelo padre francês la Blanchardière que visitou o Rio de Janeiro na época de Bobadela, em fins do ano de 1748 — “Às quatro horas da manhã (era quinta-feira 2 de janeiro de 1749) aparelhamos com maré vasante. Após ter montado a ilha das Cabras, M. de Lehen mandou dar 12 tiros de canhão; não sabemos se era para salvar a cidade ou o navio capitânea; aparentemente era para a capitânea; visto que não se salva a terra sob velas. Pouco depois vimos o escaler do Comandante que atracava ao nosso bordo, era o Capitão que vinha pagar uma visita

(*) Querena — O costado do navio que fica mergulhado na água. Querendar — Virar de querena (um navio) para consertar ou limpar.

aos nossos; logo que partiu o saudamos com *onze vivas* ao Rei e outros tantos tiros de canhão, e êle fêz responder com *oito vivas* ao Rei por seus remadores.” (23)

Desejamos que esta despresticiosa análise possa contribuir de algum modo para aquêles que se dedicam aos estudos e pesquisas sôbre a evolução, desenvolvimento e modificações sofridas pelas edificações da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e também como uma homenagem pelo transcurso do ano alusivo ao seu quarto centenário de fundação.

BIBLIOGRAFIA

LERY, Jean de — *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil* — 1927 — Edição de Charly Clerc.

Depoimento de Luiz da Costa, etc. in Anais da Biblioteca Nacional — Volume XXVII — pág. 183.

Arquivo do Distrito Federal — 4.º ano — Agôsto de 1897 — páginas 375 e seguinte.

Biblioteca Nacional — Seção de Manuscritos — Catálogo I-28, 28, 22.

Rev. Inst. Geog. Bras. — Tomo XXXIII — Parte I — págs. 284 e 285.

Rev. Inst. Geog. Bras. — Tomo XXXIII — Parte I — pág. 291.

Anais da Biblioteca Nacional — Volume XXXIX — Documento número 3.323 — págs. 334 e 335.

PIZARRO E ARAÚJO, JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Vol. 7 — pág. 107.

SILVA NIGRA, D. Clemente Maria da — *Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* — pág. 142.

Correspondência dos Vice-Reis com a Côrte — in *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Códice I-I-29.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional — Volume XCV — págs. 71 e 72.

Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional — Código 4, 5, 6.

Notas de Noronha Santos no livro do Padre Perereca — *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil* — Vol. I — pág. 92.

(23) FERREZ, Gilberto — *O Rio de Janeiro, no tempo de Bobadela visto por um padre francês* — in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Volume 264 — Julho-Setembro 1964 — pág. 164.

- MAGALHÃES, Coronel J. B. — *A Defesa do Rio de Janeiro no Século XVIII* — in Revista do Instituto Histórico Brasileiro — Vol. 200 — Julho-Setembro 1948.
- WINZ, Antônio Pimentel — *História da Casa do Trem* — 1962 — Coleção Estudos e Documentos — M.H.N.
- WINZ, Antônio Pimentel — *A Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional* — in Anais do M.H.N. — Vol. X — págs. 175 a 185.
- FERREZ, Gilberto — *Um Panorama do Rio de Janeiro de 1775* — Rev. Inst. Geog. Bras. — Vol. 233 — Outubro a Dezembro 1956 — pág. 19.
- LISBOA, Balthazar da Silva — *Anais do Rio de Janeiro* — 7 Volumes.
- FERREZ, Gilberto — *O Rio de Janeiro, no tempo de Bobadela visto por um padre francês* — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Vol. 264.

O PREFEITO PEREIRA PASSOS

RESUMO HISTÓRICO DE UMA GRANDE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE CARVALHO

Documentarista, nível 19, Chefe da Seção
de Documentação do Museu da República

Comemorando-se este ano o 4.º Centenário da cidade do Rio de Janeiro, não é possível relegar-se a um modesto segundo plano, o administrador pioneiro da transformação da antiga cidade, de “fisionomia colonial”, de ruas estreitas, sujas, mal traçadas, desprovida de saneamento, competindo com Angola (os visitantes da época diziam: “não saber qual das duas cidades é mais suja e insalubre: o Rio ou a antiga cidade africana”) — em um contraste gritante com a beleza exuberante de sua paisagem, na “urbs” moderna, hoje, orgulho de todo o país.

Pereira Passos, com sua visão de homem progressista, acima e além de seu tempo, possuído de acendrado amor à cidade que adotara como sua, revelou-se um dos seus mais dinâmicos prefeitos, vencendo, com extraordinária energia e capacidade de trabalho, todos os óbices materiais e políticos — interesses contrariados, — prestou serviços inestimáveis à Municipalidade, em uma época conturbada, parca de recursos financeiros e técnicos, que a era moderna tanto prodigaliza aos administradores modernos.

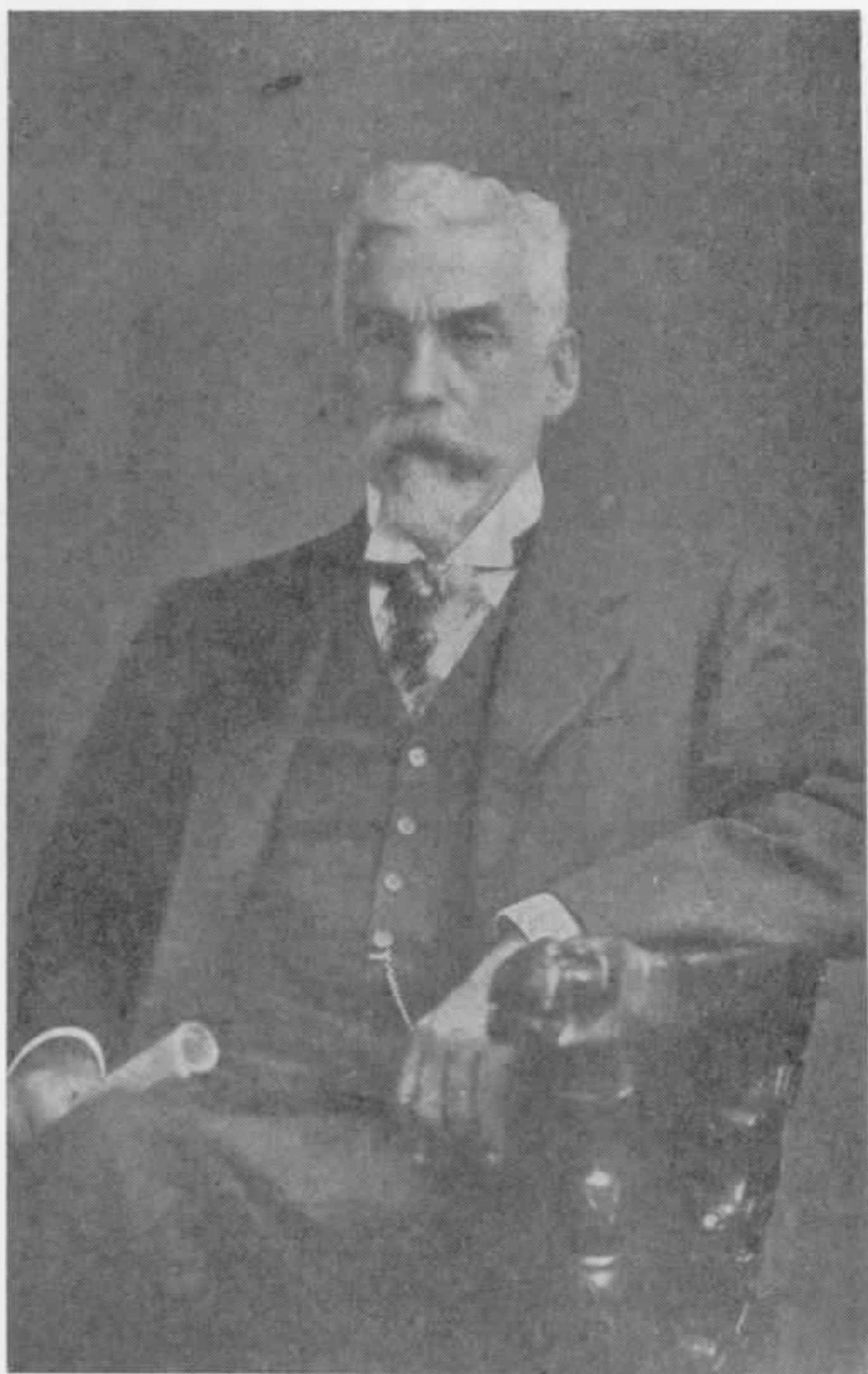
Nasceu Pereira Passos em São João Marcos, cidade da antiga província do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1836. Filho dos Barões de Mangaratiba, era bacharel em ciências físicas e matemáticas, e engenheiro civil pela antiga Escola Central — mais tarde Escola Politécnica — e hoje Escola de Engenharia da Universidade do Brasil. Foi adido à Legação Brasileira de Paris, cidade onde aper-

fez seus estudos. De volta ao país, exerceu vários cargos: engenheiro residente da Estrada de Ferro D. Pedro II, atualmente Estrada de Ferro Central do Brasil e diretor da mesma. Por esse tempo organizou importante planta da viação férrea dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal. Foi o construtor da Estrada de Ferro do Corcovado, em companhia de Marcelino Ramos e Lopes Ribeiro. Como engenheiro do Ministério do Império, “projeta e constrói inúmeras obras”, entre elas: o edifício destinado à Diretoria Geral dos Correios, na Praça 15 de Novembro, mas logo ocupado pelo Ministério da Agricultura, e posteriormente demolido para ampliar a praça.

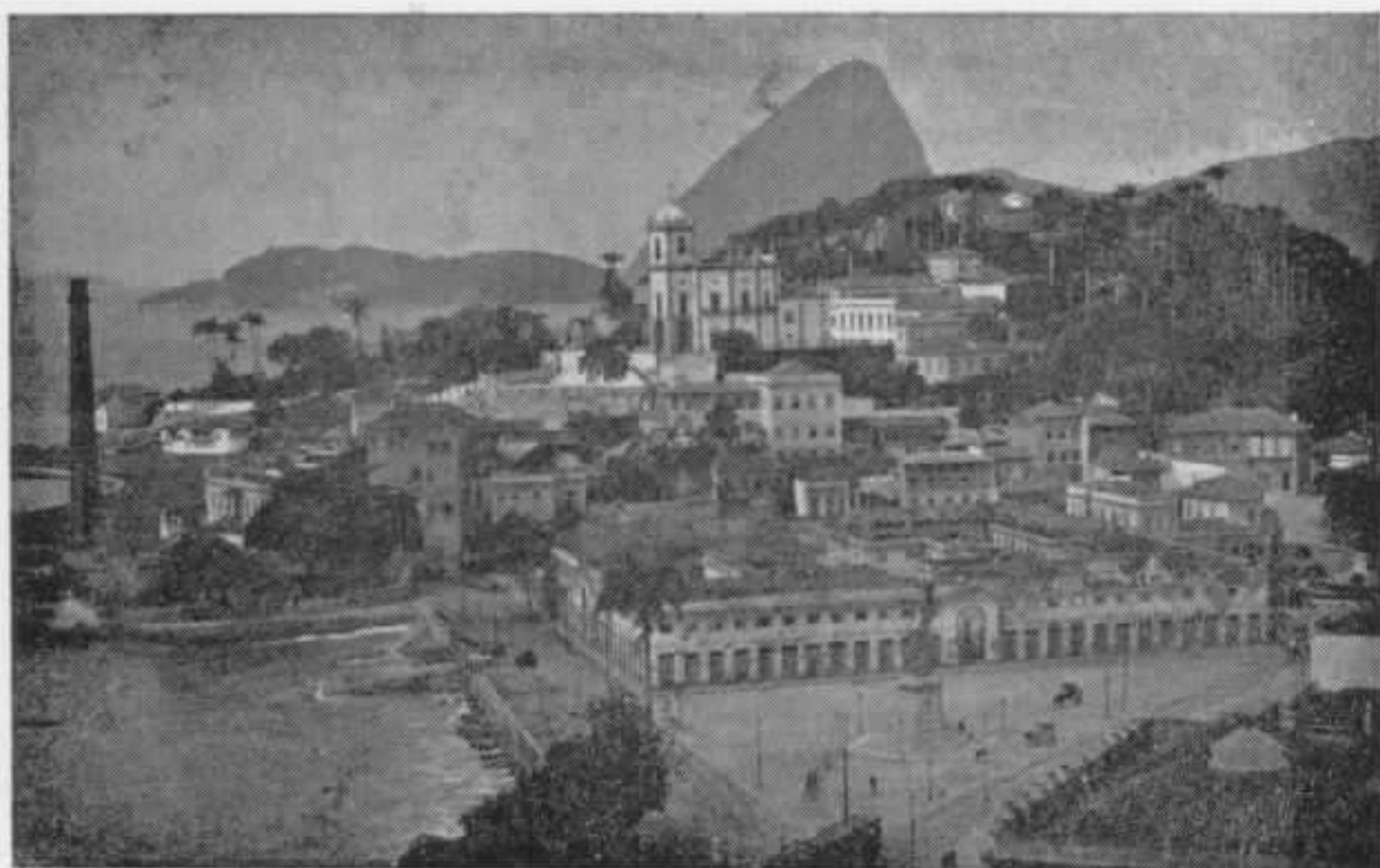
Em 1871 viajou para a Europa, onde em Londres resolveu antiga contenda entre o governo brasileiro e a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, tendo firmado acôrdo, mais tarde ratificado por decreto imperial. Publicou por essa época, notável trabalho técnico “Caderneta de Campo”, para uso de engenheiros ferroviários, a qual teve, além de várias edições, em português, esgotadas, uma em italiano. De volta à pátria apresentou ao governo um memorial sobre “melhoramentos da cidade de Rio de Janeiro” feito de parceria com Jerônimo Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Esse documento é acompanhado de uma planta geral de toda a área da cidade, necessitada dos mais “urgentes reparos e melhoramentos”.

A extraordinária vida de homem público, de Pereira Passos, suas notáveis realizações nos vários campos de atividade em que militou, exigiria trabalho de maior vulto, que a exigüidade das páginas de que podemos dispor em os “Anais do Museu Histórico Nacional” e, a pequenez da articulista, não ousam enfrentar. Cingimo-nos neste modesto trabalho a narrar a “vol d’oiseau” o que foi sua atuação à frente da Prefeitura do antigo Distrito Federal.

Assumindo a Presidência da República em 1902, Rodrigues Alves, em sua primeira mensagem à nação, afirmava que: “os defeitos da capital afetam e perturbam o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo será o início de uma vida nova, o incitamento para o trabalho nas áreas extensíssimas de um país que tem terra para todas as culturas, clima para todos os povos e explorações remuneradoras para todos os capitais. O que convém, e o governo vai fazê-lo é iniciar o serviço e não



O Prefeito Pereira Passos



*Vista panorâmica do Outeiro da Glória vendo-se o antigo
Mercado demolido por Pereira Passos*

mais abandoná-lo, embora nos custe avultados sacrifícios”. Era uma verdadeira plataforma de governo, e, para sua consecução, não mediu esforços, e, com tenacidade soube executá-la, sacudindo da inércia e da inoperância, séculos de atraso na administração pública.

Teve também Rodrigues Alves o descortínio de saber escolher seus auxiliares imediatos, formando uma equipe de homens notáveis pelo saber, arrôjo, tenacidade, operosidade, espírito público e honestidade, empenhados na solução de problemas que vinham se agravando devido à inércia e conformismo da época. Foi esta equipe um dos fatores positivos que possibilitaram a realização do programa de governo do grande Presidente, iniciando em nosso País a luta pelo desenvolvimento, e concorreu para conceituar o Brasil entre as nações de mais adiantada administração pública. Foram homens como: Lauro Müller, no Ministério da Viação; Paulo Frontin: o realizador de grandes serviços à cidade (foi o construtor da Avenida Central, hoje Rio Branco); Oswaldo Cruz, de renome internacional — “o gigante do saneamento” à frente do Departamento Nacional de Saúde, e Pereira Passos, como prefeito do antigo Distrito Federal, que, sustentados pelo pulso firme de Rodrigues Alves, iniciaram o ciclo das grandes reformas em todos os setores de atividade do País, tornando-os atuantes e eficientes no combate ao subdesenvolvimento.

Convidado para exercer o cargo de Prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos condicionou sua aceitação a lhe serem dados “plenos poderes de ação desassombrada”, no que foi atendido pela lei votada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República, dando à Prefeitura liberdade de ação, “exceto criar e elevar impostos”. Publicada a sanção a 29 de dezembro de 1902, logo no dia seguinte Pereira Passos assumia o cargo, sucedendo ao Coronel Leite Robeiro que o exercia interinamente, com a exoneração de Xavier da Silveira Junior, que não se conformara com os entraves com que a Lei Orgânica do Distrito Federal, dando ao Conselho Municipal “poderes de cercear ao prefeito qualquer iniciativa arrojada”, lhe impediram executar o programa de administração que planejava. Inúmeros prefeitos tivera até então o Distrito Federal, poucos permaneciam no cargo; uns por serem apenas políticos; outros desistiam pela falta de apoio político, ou de carência de recursos financeiros para começar a resolver os inúmeros problemas que afligiam a cidade: sanitários, urbanísticos, de educação e de transporte.

Pereira Passos não se intimidou diante da imensa tarefa a realizar, e desprezando a politiquice da época planejou e pôs em execução, segundo seu entender e no dos técnicos que o assessoravam, um programa de obras que foi o início da transformação da cidade.

Tendo em vista a deficiência de recursos financeiros, Pereira Passos solicitou empréstimo externo de 4.000.000 de libras esterlinas, para “sanear e embelezar a Capital Federal”, necessitando para isso desapropriar e demolir velhos pardieiros e casas que atravancavam as ruas estreitas e mal traçadas, impediam se concretizassem as obras de saneamento e dificultavam a comunicação entre os “diferentes bairros da cidade, sobrecarregados de um tráfego intenso, sem ventilação bastante, sem árvores purificadoras e ladeadas de prédios anti-higiênicos”.

A grita contra a autorização dada para o empréstimo foi tremenda por parte de certos órgãos da imprensa local e do povo, descrentes de que algo fôsse de fato realizado. De promessas, todos estavam fartos; inércia e o conformismo de muitas administrações anteriores justificavam a descrença geral. Conhecido trocadilhista da época dizia: “Qual nada. São Passos perdidos. Fica tudo como dantes.”

Indiferente, quer aos aplausos dos mais esclarecidos, quer da crítica dos eternos descontentes, Passos deu começo à sua administração pondo em dia o pagamento dos funcionários, atrasados de meses em seus vencimentos, e, as contas da Prefeitura, acabando com a célebre “dívida flutuante”; atualizou a cobrança de impostos “para melhor arrecadação da receita ordinária, já alargando a coleta das verbas, que até agora haviam contribuído para ela, já promovendo a de outras que, embora votadas, não haviam até então sido arrendadas”.

Posturas e decretos municipais sobre questões sanitárias como a da obrigatoriedade da apresentação do atestado de vacinação antivariólica para ingresso nas escolas, não eram obedecidas; animais perambulavam pela cidade dando-lhe um aspecto de arraial do interior e não de uma capital; estábulos proliferavam por toda a parte, sem fiscalização sanitária, sem inspeção dos animais ou do leite servido à população. Passos exige o cumprimento da obrigatoriedade do atestado de vacina; afasta do centro da cidade os estábulos, e condiciona sua existência ao cumprimento das exigências sanitárias de inspeção dos animais e remodelação dos estabelecimentos; manda “proceder à apanha e extinção de

milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas”.

Homem da lei, apesar de ter sido cognominado “tirano da cidade” por parte de certos jornais, escuda todos os seus atos em dispositivos legais e regimentais; regulamenta a Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública; regula a construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios; estabelece a “obrigatoriedade da pintura, caliação, conserto e limpeza de imóveis em tôdas as faces visíveis da via pública; dá nôvo regulamento para as agências da Prefeitura; “organiza um serviço extraordinário de inspeção sanitária das habitações”, e cria a respectiva taxa de inspeção; subordina a profilaxia da febre amarela à Diretoria Geral de Saúde Pública; reorganiza o Montepio dos Empregados Municipais do Distrito Federal; dá nôvo regimento à Diretoria Geral de Obras e Viação.

Estruturados e atualizados os órgãos administrativos da Prefeitura; saneadas suas finanças, “satisfazendo tudo quanto era devido ao funcionalismo municipal”, cujos pagamentos foram mantidos “rigorosamente em dia para ter o direito de ser inflexível com êle nas exigências relativas ao cumprimento das suas obrigações”, enceta Pereira Passos os melhoramentos de que a cidade tanto carecia. No dizer de Raymundo Athayde, o Rio de Janeiro “era, por assim dizer, uma cidade em andrajos diante de uma natureza em galas... Pereira Passos e Paulo de Frontin trataram de vesti-la com as roupagens do progresso”.

“Profundo conhecedor dos problemas da cidade, projeta artérias que visam encurtar distâncias, contornar obstáculos naturais, ligar pontos próximos ou longínquos, penetrar nossos vales, que montes, morros e pedreiras separavam qual compartimentos estanques.” Passos, guiando-se pelos trabalhos da Comissão da Carta Cadastral do Rio de Janeiro, depois de anexá-la à Diretoria Geral de Obras e Viação, dá-lhe a incumbência de organizar o plano de melhoramentos, “orçar as respectivas despesas, de acôrdo com as indicações que lhe transmiti”. Começando pela Rua do Sacramento — hoje Avenida Passos, remodela o Catete, Laranjeiras, Botafogo, Andaraí e Tijuca; abre e constrói as avenidas: Mem de Sá, Salvador de Sá, Gomes Freire, Beira Mar e Atlântica; alarga e reconstrói as ruas: Carioca, Sete de Setembro, Marechal Floriano, Assembléia, Buenos Aires, Visconde de Inhaúma, Visconde do Rio Branco, Frei

Caneca, Camerino, 28 de Setembro, Treze de Maio e a de Santo Antônio. Constrói o Cais Pharoux. Urbaniza os Largos: da Glória, do Machado, do Rocio, de São Domingos e Santa Rita. Ao mesmo tempo, acaba com o leito abaulado das ruas e exige a construção de calçadas em nível mais alto que o do leito das mesmas. Mal a turma de demolição terminava seu trabalho, “surgia a turma do meio-fio, indo até onde era possível”. O nível alto das calçadas “assusta os transeuntes”; o leito das ruas até então abaulado, não só dificultava o tráfego, como exigia a construção de escadas para a penetração nas casas. Os mais abastados, construíam escadas bem acabadas e traziam-nas limpas, os demais, principalmente nas zonas do comércio, o fazem de forma precária e antiestética; as escadas ou entradas avançavam pelo meio das ruas, atravancando-as e enfeando ainda mais os logradouros públicos.

A iluminação das ruas era precariamente feita por lampeões sustentados a óleo de azeite de peixe, aumentando o mau cheiro existente nas ruas cariocas de então, onde os dejetos e o lixo, devido à não existência de esgotos e à precariedade da limpeza pública, eram atirados sumariamente nas vias públicas, calçadas de pedras irregulares, dificultando o escoamento não só das águas pluviais como de toda a imundície nelas atirada. Passos promove a remodelação do calçamento por paralelepípedos sobre base de macadame em ruas de tráfego intenso, e em outras, cobertura do asfalto, depois de ter construído esgotos para serventia não só das residências como também das águas pluviais.

Adota os trilhos de fenda nas linhas da Cia. Jardim Botânico, únicos compatíveis com o calçamento a asfalto. A luta entre Passos e a Cia. de Carris Urbanos faria esmorecer outro homem; a Companhia procurou por todos os meios impedir a reforma do calçamento das ruas e a retirada do sistema dos condutores elétricos aéreos já abolidos em diversas capitais européias. Vitorioso na questão do calçamento, não conseguiu, obstado que foi por artimanhas legais e contratuais que a nossa então capital tivesse os condutores elétricos colocados no subsolo, e eles até hoje enfeiam a cidade. Em seguida, Passos começa a embelezar a cidade. Manda demolir o antiestético e sujo Mercado da Glória, fazendo surgir em seu lugar uma bela praça ajardinada; cria refúgios arborizados em diversas praças e largos; faz o Lampadário da Lapa; coloca o relógio da



*Aspecto do Rio antigo — Centro da Cidade antes da gestão
Pereira Passos*



Pereira Passos e algumas de suas realizações

Glória, que ornamenta com balaustradas e escadaria. Considera a Tijuca a sala de visitas da cidade e manda restaurar os locais de maior procura turística, como a Mesa do Imperador, a Cascatinha e as vias de comunicação com o Alto da Boa Vista. Enamorado da Tijuca, mostra-a aos visitantes estrangeiros; “verdadeiro artista, mestre de otimismo, homem de bom gosto, criador por excelência, principalmente de uma nova mentalidade, demonstrando que os administradores que sabem querer podem realizar contra a rotina”, procura embelezar as ruas e praças já urbanizadas, plantando árvores e dotando-as de iluminação adequada. No Largo da Carioca solta pardais mandados vir da Europa, para “alegrar com seu gorjeio os transeuntes”.

Foi acusado na época de ser contra a abertura da Avenida Central, hoje Rio Branco; Pereira Passos, tendo em vista o vulto da obra, o custo das desapropriações — mais de 700 prédios foram demolidos — para a abertura da mesma, julgava que os pequenos recursos financeiros de que dispunha a Prefeitura não aconselhavam que ela tomasse a seu cargo obra de tamanha envergadura; o Governo Federal então nomeou uma comissão para que a citada avenida se concretizasse. Foi assim que a dita comissão sob a chefia de outro extraordinário brasileiro — Paulo de Frontin — construiu a Avenida Central, sob o ataque impiedoso de grande parte da imprensa e do povo em geral. Os jornalistas da época, até alguns de renome como Bastos Tigre, escreviam sob o pseudônimo de Cirano & Cia. em o Malho: “Por água clama o Rio de Janeiro — A todo instante em fúria desabrida — E o governo escutando o seu berreiro — Mata-lhe a sede? Não! Faz Avenida.”

A par da remodelação urbanística da cidade, procura Pereira Passos modificar-lhe hábitos não condizentes com uma capital. Proíbe nas festas do entrudo o uso pouco educado do lançamento de limões de cheiro e outras águas menos cheirosas. Os jornais gritaram: o ditador quer acabar com a alegria do povo; mas o povo carioca acata a determinação do prefeito. Como que para compensá-lo, realiza belas festas, populares, como a Batalha das Flôres e a do Jôgo de Xadrez, onde as peças eram crianças vestidas a caráter — russas e japonesas. Institue o Dia da Árvore a ser comemorado principalmente nas escolas. Visando tornar conhecidas no exterior as realizações urbanísticas do

Distrito Federal e suas possibilidades econômicas, atendeu à solicitação do Ministro da Viação, para que a capital brasileira se fizesse representar na Exposição Universal de São Luís; apesar da premência do tempo, com o auxílio da “comissão graciosa composta dos Srs. Conde de Avellar, Serzedello Correia, Cordeiro da Graça, Alberto de Faria, Jorge Street, Rodolpho Bernadelli, Bernardo Pereira de Carvalho, Bento José Leite, João Raymundo Duarte, Oliveira Rocha, Fernando Mendes de Almeida, Medeiros e Albuquerque e Julio Furtado, “pôde Passos colhêr a impressão favorável que o Rio teria naquele certame internacional, através da exposição preparatória aberta ao público, de 3 a 31 de janeiro de 1904, que a prestigiou com uma frequência sempre crescente, e “serviu para dar idéia lisonjeira do nosso adiantamento, mostrando que o Distrito Federal merece bem, entre os outros municípios do país, a indisputável primazia que em todos os ramos da atividade humana o assinalam como o foco da vida nacional.”

Prosseguindo com as obras de remodelação da cidade, abertura de novos logradouros públicos, canalização de pequenos rios e riachos, e com as rendas municipais em ascensão, Pereira Passos não se descuidava dos problemas de educação e de assistência social. São transferidas e melhoradas diversas escolas, o que redundou em aumento bastante promissor das matrículas nos estabelecimentos oficiais de ensino; dá combate à falsa mendicância e recolhe ao Asilo São Francisco de Assis os carecentes de amparo, dando-lhes “agasalho e conforto”; restabelece a Casa de São José, fundada por Ferreira Vianna, e desviada de suas finalidades, como “estabelecimento puramente de assistência à infância desvalida”; incentiva o ensino profissional; ao normal, exige a obrigatoriedade da seleção rigorosa para as pretendentes ao exercício do magistério público mandando excluir da Escola Normal, mantida pela Municipalidade, as “normalistas que em dois anos não completem qualquer das séries do curso”; adquire laboratório de psicologia experimental para aperfeiçoamento do curso de pedagogia da Escola Normal. “É o primeiro dêsse gênero que se estabelece no Brasil.”

A cidade em 1903 só dispunha de pequenos teatros; a maior casa de espetáculos era o velho Teatro Lírico situado nas fraldas do Morro de Santo Antônio; o edifício mal conservado, semelhante a um grande galpão, não se prestava à remodelação e transformação em teatro condizente com

uma capital. Pereira Passos pensou em adquirir o antigo Teatro São Pedro de Alcântara, de propriedade do Banco da República e transformá-lo em grande Teatro, antiga aspiração do povo carioca. Propôs o Prefeito permuta do velho teatro, em precárias condições de conservação, por imóveis de propriedade da Prefeitura situados junto aos trapiches Mauá. As exigências do Banco quanto à avaliação foram de tal ordem, que Pereira Passos desiste da idéia e pensa em construir o Teatro Municipal em terrenos situados na nova Avenida Central. Com a ajuda financeira da União, a Prefeitura entra na posse dos terrenos e abre concorrência pública para sua construção, “cujas especificações cuidadosamente elaboradas, tiveram larga divulgação aqui e no estrangeiro”. Foram “recebidos sete trabalhos, apresentados todos sob pseudônimos”; constituída a comissão julgadora sob a presidência de Lauro Müller, após várias sessões, conferiu o primeiro prêmio aos projetos colocados em 1.º e 2.º lugares, apresentados respectivamente sob o pseudônimo de “Aquila” e “Isadora”, sendo seus autores: Francisco de Oliveira Passos, engenheiro consultor da Prefeitura, do 1.º destes, e Henrique Guilbert, arquiteto, vice-presidente da Sociedade de Arquitetos Franceses, e o engenheiro civil Luis Betim Paes Leme, do 2.º. A Prefeitura resolveu então construir o projeto “Aquila”.

Resolvida a construção do Teatro Municipal, os aplausos e as críticas surgiram de toda a parte, quer do povo quer de certa parte da imprensa. No entanto, já se notava mudança de opinião quanto à concretização da idéia. O “País”, prestigioso órgão da imprensa, em sua edição de 16-3-1904, em artigo assinado por Arthur Azevedo, intitulado “Bellas Artes”, sintetiza a crença do povo na tenacidade com que o Prefeito realiza o seu programa de transformação da cidade, tipo colonial, em uma capital digna de um grande país. “...o Teatro Municipal, per fas ou nefas, vai ser uma realidade, e é o momento de esquecer quantos nesta campanha (puxaram para trás), opondo-se a um melhoramento que tanto interessava à civilização intellectual de nosso país.” Outro jornal “A Tribuna”, edição de 21-3-1904, diz: “Por toda parte se edifica, se melhora, se reforma, o governo dispõe de grandes terrenos, do amparo do Congresso e dos aplausos do público.”

Em a Mensagem do Prefeito ao Conselho Municipal, datada de 5-9-1905, há como que uma confissão de desalento de Pereira Passos quando afirma: “Difícil e, por

vêzes, desanimadora é, Srs. Intendentes, a missão do administrador que, tendo por escopo realizar, em uma cidade já formada, como o Rio de Janeiro, um plano de melhoramentos inadiáveis, e reclamados por sucessivas gerações de seus habitantes e pela própria Nação, constituindo, por isso mesmo, verdadeira aspiração nacional, haja de enfrentar interesses particulares, certamente dignos do maior respeito, mas que, nem sempre razoáveis, e, em regra, cegados de impatriótico egoísmo, procuram sobrepor-se ao bem público, entorpecendo-lhe a ação com tôda a sorte de tropeços e obstáculos.”

Mas, o reconhecimento dos obstáculos à sua administração não o impedem de prosseguir, e novos melhoramentos e obras continuam em ritmo crescente. O abastecimento de carne é severamente fiscalizado — para isso conta então a cidade com o Matadouro Modelo de Santa Cruz; saneados e remodelados os demais matadouros sujeitos à inspeção sanitária do gado a ser abatido e ao exame microscópico da carne oferecida ao consumo da população; constrói as Escolas: Rodrigues Alves, no Catete, e Tiradentes, à Rua Visconde do Rio Branco, “no local em que se supõe ter sido executado o proto-mártir da República”; prossegue as obras de construção do novo Mercado Municipal, e inicia a construção do Paço Municipal; “entre as ruas General Câmara, Núncio, São Pedro e fundos do edifício da Prefeitura”; cemitérios são remodelados; conclui-se e é entregue ao tráfego o novo Túnel do Leme; as diversas companhias de carris são obrigadas a mudar a tração animal por elétrica, mais adequada a uma grande capital; projetam-se e são construídas vilas operárias nos terrenos desapropriados na Avenida Salvador de Sá e na Rua São Leopoldo, além de um outro núcleo no Beco do Rio; estende à zona suburbana o mesmo ritmo dinâmico de remodelação de ruas, tráfego e saneamento, principalmente em Jacarépaguá, Rocha, Meier, Campo Grande, Inhaúma, Pavuna, Guaratiba, Ilhas de Paqueta e Governador; procedem-se a reparos dos cais dos portos de Inhaúma e Maria Angu.

A Tijuca, “sala de visitas” da cidade, teve reconstruídas e macadamizadas diversas estradas, principalmente as de acesso aos pontos turísticos; inicia-se também a construção de novas estradas como a da Barra ligando Furnas à Gávea, e a da Cascatinha à ponte de Mayrink.

Em 1905, teve lugar no Rio de Janeiro a terceira conferência do Congresso Internacional Americano, com gran-

de afluência de diplomatas e visitantes estrangeiros a cujas pátrias chegaram as notícias da grande transformação por que passara a cidade e “permitiu-lhes julgarem por si mesmos dos progressos que temos realizado, da largueza de nossos recursos, da imponência e dos encantos de nossa natureza”, como acentuou em sua última Mensagem ao Conselho Municipal o Prefeito Passos.

O Rio deixara de ser uma das mais insalubres e sujas cidades do mundo; livre das epidemias de febre amarela, peste, impaludismo e varíola, que continuamente o assolavam, devido ao trabalho conjunto e harmonioso do Governo Federal e do Municipal, onde foi preponderante a ação de Oswaldo Cruz, Frontin, Lauro Müller e Pereira Passos, pôde oferecer aos visitantes calorosa acolhida, tendo a Prefeitura contribuído, “pelos meios ao seu alcance, para tornar agradável aos nossos ilustres hóspedes a permanência nesta Capital.” Foi-lhes proporcionado, entre outras diversões: excursão pela Tijuca; festa veneziana na praia de Botafogo e um festival no Teatro Lírico, que “deram aos eminentes diplomatas mostras do que conseguiram realizar entre nós, a natureza e o homem, ao mesmo tempo que lhes proporcionaram meios de aquilatar do valor de nossa cultura estética.” Completou o programa de festividades a “Batalha das Flôres”.

Mas Pereira Passos teve o privilégio de ver reconhecida pelo povo de seu tempo a magnitude de sua obra de administrador, coisa que nem sempre é conseguida pela maioria dos demais, a quem só a História faz justiça. Grande parte da imprensa que o hostilizara, quando do início de sua gestão à frente da Municipalidade, não regateou-lhe aplausos, o mesmo se dando com o povo carioca, que transformava a comemoração de seus aniversários natalícios de festa íntima, em festa popular. Em “La Voz de España” editado em São Paulo e datado de 30-11-1905, o articulista depois de confessar sua decepção quando de sua primeira visita ao Rio em 1903, manifesta sua admiração pela “milagrosa transformación” quando “vé surgir un nuevo Rio bajo el impulso fuerte y mágico de un administrador ejemplar, con todas las prudencias de un Prudente de Moraes, con toda la dignidad presidencial de un Campos Salles, con toda la valentia innata y generosa de un Deodoro y con toda la fuerza y constancia de un Floriano, el Férreo Mariscal de tan grato recuerdo para el pueblo brasileño. Lázaró resucitó, y sí de este milagre qui-

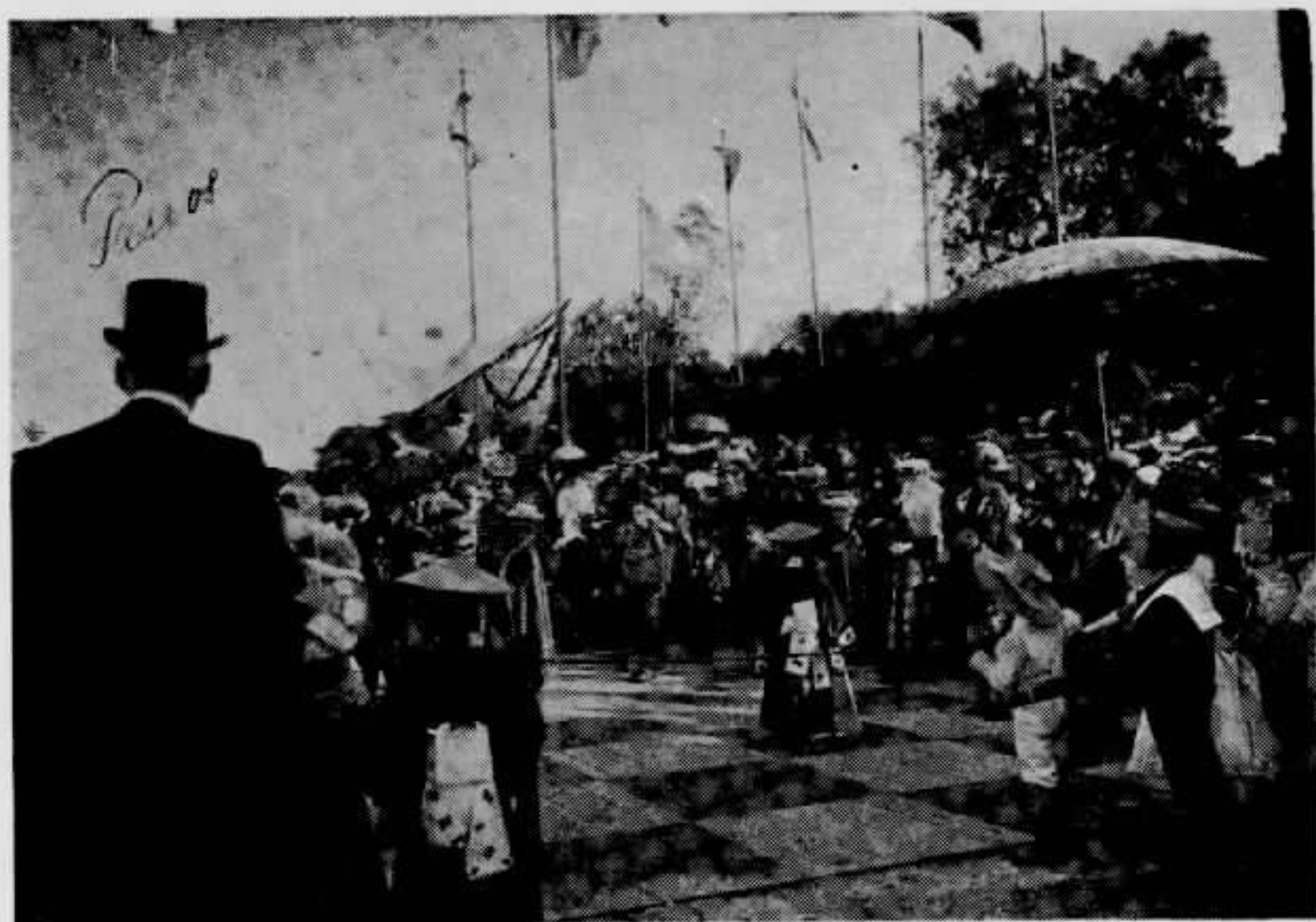
siésemos hacer una apoteosis, ninguna talvez seria más expresiva que la representación de todo lo antiguo que se habia tornado ridículo,...

Em a “Fanfulla” de São Paulo, edição de 16-2-1906, em o editorial intitulado “Um Homem”, lê-se: “Há dois anos que o Prefeito Municipal do Rio de Janeiro trabalha ativa e enèrgicamente na transformação da Capital da República. Isto que parecia um impossível êle está realizando de modo maravilhoso. Desde já, o aspecto imundo desaparecer diante da beleza dos jardins que começam a ser plantados...” E profetizando continua: “O Rio se renova: em poucos anos êle será uma das mais belas cidades do mundo, porque ao encanto incomparável da sua baía, à maravilha de seu céu, unirá a beleza das ruas e dos edifícios, à sua higiene, o atrativo de seus luxuriantes jardins e à elegância a suntuosidade de seu comércio.”

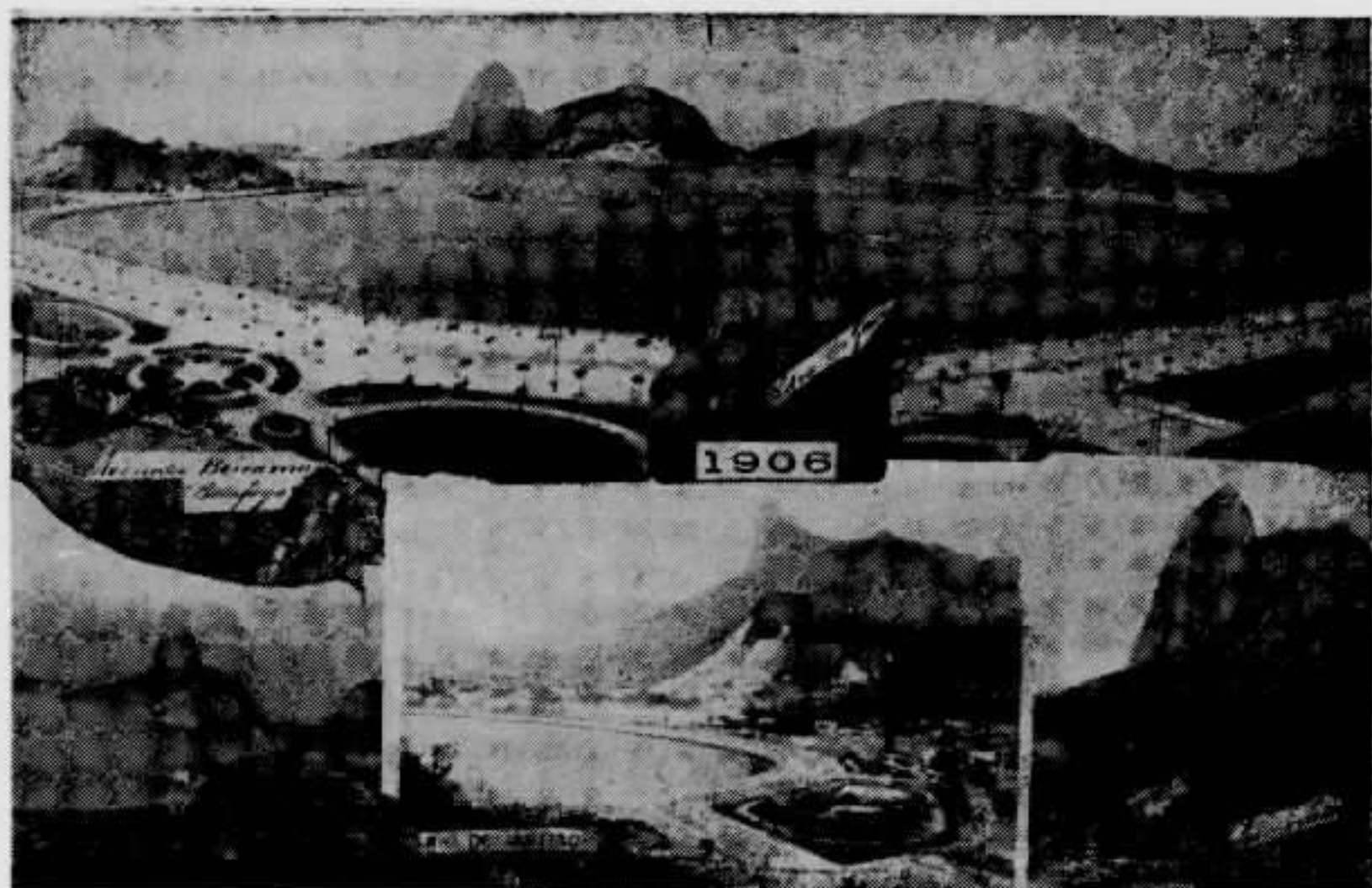
A “Notícia”, do Rio, edição de 28-8-1906, documenta: “...o Rio de Janeiro assiste com verdadeira surpresa à obra gigantesca da sua reconstrução e é esta principalmente o que fixa com um relêvo extraordinário na história do nosso progresso o vulto venerável dêsse velho que só o é porque o tempo não se detém para poupar os que trazem em si a energia de uma grande missão, mas que na verdade é ainda um moço pela sua atividade incessante, pelo seu espírito moderno e sobretudo pela sua rara coragem em afrontar e vencer a rotina e o retrocesso, escopos lúgubres a que parecíamos condenados e de que felizmente S. Exa. nos veio desviar abrindo uma estrada mais larga, mais direta e mais luminosa por onde desassombradamente enveredamos.”

A “Tribuna”, edição de outubro de 1906, afirma: “O que o Dr. Passos fêz em três anos maravilha a inteligência mais arrojada. De uma cidade de ruas escuras, de aspecto sombriamente colonial fêz esta metrópole moderna, de avenidas, de jardins, magnificamente pavimentada. Com esta mudança e radical no lineamento das nossas artérias de circulação êle soube despertar no público hábitos de prazer, tendências de confôrto e de elegância.”

Saneada e urbanizada a cidade, Pereira Passos sente que o embelezamento do Rio não seria completo sem harmonização perfeita das construções com a paisagem maravilhosa que as cercam. Atende ao “apêlo ao paisagismo, isto é, a adaptação das habitações à paisagem, e como con-



Pereira Passos assistindo o "Jôgo de Xadrez"



Aspectos do Rio de Janeiro ao findar a gestão Pereira Passos

seqüência, a devida valorização da mesma”. São então, remodeladas as praças e jardins públicos, dando-lhes o “traçado sinuoso dos jardins ingleses...” Não se preocupa com as grandes perspectivas, que são o apanágio dos paisagistas franceses, para adotar a surpresa, o ineditismo de aspecto das obras paisagísticas dos jardineiros ingleses. Mas os canteiros são nossos, bem brasileiros; os tufos são, também, brasilienses; a flora conserva o encanto que lhe é peculiar e o colorido que tudo alegra e banha não é menos nacional. São retiradas as grades e balaustradas dos jardins, o que “causa assombro” e contentamento ao povo.

Homem viajado, conhecendo as mais bonitas e adiantadas metrópoles da Europa, Passos procura adaptar ao nosso meio os conhecimentos urbanísticos que adquiriu, criando “sem querer, uma escola urbanística brasileira”, cujas características dominantes se manifestam no traçado amplo das vias de comunicação, na abolição das esquinas retas — então adotadas em tôda parte”, chanfrando-as, ou traçando grandes curvas de concordância”; na quebra da monotonia da seqüência de quarteirões intermináveis, abrindo espaço para jardins e praças ajardinadas; estabelecendo “pela primeira vez refúgios arborizados em diversas praças e largos”, necessários em uma cidade de clima tropical como a nossa; quanto às construções, se caracterizam pela sua funcionalidade, abolição dos ambientes fechados sem aeração e iluminação diretas, — tão a gosto na época — sobriedade de linhas, equilíbrio de proporções, “amplas comunicações horizontais, e acesso vertical feito por meio de bem lançadas curvas sem apoio intermediário (que era o grande luxo dos mestres escadeiros daquele tempo),” ornamentação cuidadosa, as vêzes um tanto sobrecarregada; grades e portões ornamentais de ferro fundido finamente rendilhados; soalhos apainelados, esquadrias trabalhadas; fontes ornamentais nos jardins; enfim, a escola urbanística de Passos demonstra: arrôjo na concepção, cuidado e carinho na execução, ambientação, estética e beleza, e acendrado espírito nacionalista.

Ao término de sua gestão à frente da administração municipal, Pereira Passos recebe comovido, grandiosa manifestação de tôdas as classes sociais, representando a gratidão da cidade que transformara, em anos de trabalho e pertinácia, na “mais bela da América do Sul”. “Sua obra de administrador “não foi só material, foi também em grande parte moral, pelo poder educativo que exerceu,

pelos hábitos delicados que desenvolveu, pelo espírito de trabalho da nobre emulação que excitou.”

Em sua última Mensagem ao Conselho Municipal, onde dá conta dos serviços já realizados e dos em execução, insiste na necessidade da reforma administrativa por êle há muito reclamada, principalmente de alguns serviços, de modo a “descentralizá-los e desenvolvê-los, colocando-os na altura de desempenharem, em sua plenitude, as funções que lhes competem e satisfazerem as exigências de uma instituição municipal da importância da que preside aos destinos dêste Distrito Federal,” e termina com um voto de louvor ao funcionalismo municipal, pelo seu “auxílio leal, dedicado e eficaz” prestado à sua administração. Comemorando-se êste ano o 4.^o Centenário do Rio de Janeiro, é-nos grato consignar o reconhecimento e o aprêço do grande Prefeito pelos servidores que modesta mas eficientemente o ajudaram a transformar o “Rio Antigo” na, hoje, “Cidade Maravilhosa”.

FONTES DE PESQUISA

Notas e apontamentos de Pereira Passos (período de 1903 a 1906)

Coleção de recortes de jornais e revistas referentes ao mesmo período: Jornal do Comércio, Correio da Manhã, Tribuna, Notícia, O País, O Rebate, Jornal do Brasil, Étoile du Sud, Gazeta de Notícias, Fanfulla, O Malho, La Voz de España.

LEGISLAÇÃO

Decretos Municipais de 1903 a 1906.

BIBLIOGRAFIA

Mensagem do Prefeito do Distrito Federal ao Conselho Municipal
— de 1903 a 1906.

Almanaque Brasileiro Garnier — 1906.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo — *Dois Notáveis Engenheiros: ...Pereira Passos — Vieira Souto* — Editôra: “A Noite”.

ATHAYDE, Raimundo de — “*Paulo de Frontin*” — Coleção Cidade do Rio de Janeiro, Secretária-Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara — 1961.

TUROT, Henri — “*En Amérique Latine*” — Vuibert et Nony Éditeurs — 1908 — Paris.

COSTA, Nelson — “*Rio de ontem e de hoje*” — Coleção Estácio de Sá — Leo Editores — 1958.

SILVA, Gastão Pereira da — “*Pereira Passos — O Reformador*” — Rio — 1943 (cópia datilografada).

BARATA, Frederico — “*Eliseu Visconti e seu tempo*” — Livraria Editora: Zélio Valverde — Rio — 1944.

NB — Tôdas as fontes de pesquisa dêste trabalho, incluindo a bibliografia, fazem parte da doação patriòticamente feita pelos descendentes de Pereira Passos ao Museu da República.

“CARICATURAS NO MUSEU DA REPÚBLICA”

THEREZINHA DE MORAES SARMENTO

Conservadora do Museu da República

Encontram-se no Museu da República, caricaturas da autoria de “Rian”, pondo em evidência vultos que tiveram grande projeção política, especialmente sob a presidência do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca ⁽¹⁾. Ministro da Guerra do governo Afonso Pena ⁽²⁾, Hermes adquirira grande prestígio entre os seus companheiros de farda, com as reformas feitas durante a sua gestão na Pasta. Reorganizou o Exército, modernizando-o de acôrdo com as necessidades da época.

“Rian” focalizou esta parte da vida do Marechal Hermes, em uma caricatura colorida, onde êle aparece, em uniforme de cavalaria, chicote na mão direita e na esquerda uma cartela onde se lê: Reorganização do Exército (Figura 1).

Após renhida campanha política, Hermes da Fonseca assume a Presidência da República em 15 de novembro de 1910, deparando logo com sérios problemas que exigiram pronta resolução.

(1) 6.º quadriênio: 1910-1914.

Nasceu em 12-5-855 em São Gabriel, R. G. do Sul, filho do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca e de D.^a Rita Rodrigues da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios e no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Iniciou a carreira militar em setembro de 1871, saindo 2.º Tenente em 13 de junho de 1876, 1.º Tenente em 18-1-1878 e Capitão em 30-7-1881. Proclamada a República, é promovido a Major em 7-1-1890, por serviços relevantes prestados ao nôvo regime. Tenente-Coronel em 8-10-1890, é promovido a Coronel em 9-3-1894 e a General em 13 de julho de 1900. A 24-7-1905 é General de Divisão e a 6-11-1906, Marechal do Exército Brasileiro.

(2) 5.º quadriênio: 1906-1910.

O primeiro Ministro do Interior do quadriênio, foi o Dr. Rivadávia da Cunha Correia ⁽¹⁾, que seria o segundo Ministro da Fazenda sob o mesmo governo. É quando “Rian”, com o seu lápis, o apresenta de casaca, mão direita no bolso e a esquerda com o indicador em riste (Figura 2) ⁽²⁾. Sóbrio em suas atitudes, foi um dos amigos dedicados do Marechal Hermes.

Durante este sexto quadriênio deu-se a organização do poderoso partido político — “Partido Republicano Conservador”, do qual foi chefe o General José Gomes Pinheiro Machado ⁽³⁾. Amigo de longa data da família de “Rian”, Pinheiro Machado foi retratado por seus rápidos e firmes traços, quando ocupava a Vice-Presidência do Senado Federal. De pé, trajando casaca, mão esquerda no bolso e a direita segurando um cigarro (Fig. 3). ⁽⁴⁾

“Rian” foi o nome escolhido por Nair de Teffé para assinar seus trabalhos. Disse-nos ela que assim o fez, porque além de ser o anagrama do seu nome, lembrava-lhe foneticamente a palavra francesa “riant” — risonho. Como a caricatura interpreta humoristicamente os traços marcantes de uma pessoa, deve incitar sorrisos. Sorrisos, ela os provocou, com seus rápidos esboços que na ocasião levantaram certa celeuma.

Filha do Almirante Luis von Hoonholtz, Barão de Tef-fé, e de D. Maria Luisa Dodsworth von Hoonholtz, nasceu em 10 de junho de 1886 à Rua Mata Cavalos, atual Rua do

⁽¹⁾ Nasceu a 9-7-1860 em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, e faleceu em 9 de fevereiro de 1920.

⁽²⁾ A legenda está em inglês por ter sido publicada em “The Beautiful Rio de Janeiro”.

⁽³⁾ Nasceu a 8-5-1851 em Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Recebeu na Faculdade de São Paulo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Exerceu a advocacia no seu Estado natal até à Proclamação da República, época em que entrou para a política, sendo eleito por seu Estado para representá-lo na Constituinte. Durante a revolução de 1893 comandou uma das divisões das forças legais, voltando após a pacificação a representar o Rio Grande do Sul no Senado Federal do qual chegou a ser Vice-Presidente. Faleceu no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1915. O posto de general era honorário.

⁽⁴⁾ A legenda está em inglês por ter sido publicada em “The Beautiful Rio de Janeiro”.



Figura 1 — Hermes Ernesto da Fonseca



Figura 2 — Dr. Rivadávia Corrêa, Ministro da Fazenda



*Figura 3 — General Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado
e Chefe do Partido Republicano Conservador*

- Riachuelo, em prédio demolido quando Pereira Passos era Prefeito do então Distrito Federal ⁽¹⁾.

Com um ano e meio de idade foi para a França com os pais, crescendo no “Midi”. Como aluna externa frequentou os mais conhecidos colégios da região: Assomption, Fidélis Compagnes de Jesus, Sainte Ursule. Aos sete anos fez a sua primeira caricatura, revelando o pendor que desenvolveria à medida que crescia. Aos onze anos ingressou no curso “Vivaudy”, na Riviera, frequentando-o durante três anos. Foi depois para Paris aperfeiçoar seus estudos, o que fez durante dois anos, dos quatorze aos dezesseis, cercada de professores ilustres. Dedicando-se com entusiasmo à caricatura, aos quinze anos já captava com precisão os traços cômicos daqueles que desejava retratar. O Barão de Teffé, estimulou a inclinação da filha, levando-a a estudar com a conhecida professora Louise Lavrut, com quem Nair iniciou a pintura a óleo. Em 1905, matriculou-se na “Academie Julien” nas proximidades dos Campos Elísios, onde estudaram alguns dos bons pintores brasileiros da época.

Devido à educação aprimorada que recebeu, aos dezanove anos falava correntemente, além do português e do francês, o inglês, o alemão e o italiano.

Voltando ao Brasil, foi com os pais morar em Petrópolis e lá começou a sua grande fase de caricaturista, entre 1906 e 1907. Primeira caricaturista brasileira, como afirmou Raul Pederneiras a Barros Vidal, foi também a primeira mulher a tornar públicas suas produções. Iniciou a publicação de caricaturas femininas com a de “Rejane”, conhecida artista da época, na revista “Fon-Fon” de 31 de junho de 1909.

A partir de 13 de agosto de 1910, aparecem vários de seus trabalhos ainda na revista “Fon-Fon”, sob o título “Galeria das Elegâncias”, em que são focalizadas as mais conhecidas figuras femininas da sociedade de então. Na época, tal publicação foi considerada tão audaciosa que a revista assinalava ter obtido “a gentileza da permissão competente”, para a série que ia exhibir. Devido ao sucesso alcançado, a revista “Careta” iniciou, a 8 de setembro do mesmo ano, a publicação em cores da “Galeria das Damas Aristocráticas”. Ao mesmo tempo, na edição dominical da “Gazeta de Notícias”, foi lançada a “Galeria dos Smarts”,

(1) Govêrno Rodrigues Alves.

onde apareciam figuras masculinas de grande projeção, tais como o Almirante Alexandrino Faria de Alencar ⁽¹⁾, terceiro Ministro da Marinha durante o quadriênio Hermes da Fonseca. O Almirante Alexandrino aparece de fraque e cartola, sentado em uma cadeira, mão esquerda no bolso da calça, bengala sob o braço direito, mão apoiada na perna (Fig. 4) ⁽²⁾

Nesta época, "Rian", colabora com várias revistas parisienses e Pierre Lafitte, conhecido editor francês, oferece-lhe o lugar de colaboradora efetiva de "Excelsior".

Em junho de 1912, faz uma exposição individual no salão do "Jornal do Comércio", na qual reuniu mais de duzentas caricaturas, tendo sido inaugurada pelo Presidente da República.

Havendo Coelho Neto dedicado a Nair de Teffé sua peça "Miss Love", ela interpretou o papel principal, o de "Miss Love", quando a peça foi levada à cena no Teatro João Caetano, em espetáculo beneficente.

A 8 de dezembro de 1913, Nair de Teffé casa-se com o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Os jornais da época descrevem com minúcias o casamento do Presidente da República em exercício, fato único na nossa história.

O casamento realizou-se em Petrópolis, havendo sido a cerimônia civil no salão de recepção do Palácio Rio Negro. O Marechal Hermes, assinou o termo do contrato civil com uma caneta de ouro que lhe fôra oferecida pelo Exército Brasileiro, nomeando-o: "o campeão da reconstituição moral e material da defesa da nossa pátria". Entre outros, foram padrinhos dos noivos o General José Gomes Pinheiro Machado e Senhora, e o Dr. Rivadávia Correia.

A cerimônia religiosa foi realizada no salão de despachos do Palácio, onde fôra armado um altar ornamentado pelas freiras do Asilo do Amparo. O Cardeal Arcoverde realizou a cerimônia, e leu a bênção papal concedida por Pio X. Finda a cerimônia, as fotografias foram tiradas no salão de recepção.

Morando no Palácio do Catete, atual Museu da República, o casal escolheu os quartos trazeiros, por darem para o parque. Como mulher de Presidente da República, Nair teve que atender às exigências protocolares e aos deveres sociais inerentes ao cargo. Apesar disso, não deixou de

(1) Nasceu a 12-10-1848 e faleceu em 18-4-1926.

(2) A legenda está em inglês por ter sido publicada em "The Beautiful Rio de Janeiro".



Figura 4 — Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha

dar vazão às suas aptidões artísticas, continuando inclusive a tomar aulas de piano com Arthur Napoleão.

As manhãs eram geralmente passadas na equitação, seu esporte predileto, nas aulas de música e na pintura. Fêz várias reproduções a óleo das pinturas existentes no vão da escadaria do Palácio do Catete, um retrato de seu pai, e é quando pinta o teto de uma das salas de sua casa em Petrópolis. A equitação, praticava-a nos jardins do Palácio do Catete. Era no lago do mesmo jardim, que remava em um bote todo branco que lhe mandara fazer o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar.

Em Palácio, recebiam muito e, raras eras as noites, em que não tinham convivas para o jantar. As conversas políticas prolongavam-se no bilhar, que estava no prédio anexo ao Palácio.

Participando ativamente dos festivais que organizava geralmente com fins caricativos, recebeu em uma festa que se realizava no Palácio do Catete, Chiquinha Gonzaga, ⁽¹⁾ e os violonistas que a acompanhavam, reabilitando assim o violão e a música popular desprezados pela sociedade da época, o que deu margem a uma série de críticas e comentários maldosos. Hoje, estando tão em voga o tocar e cantar ao violão, custa-se a crêr, que tivesse chocado a nata social dos idos tempos, aquilo que seria agora de somenos importância.

Personalidade que não se curvava às palavras caluniosas de uma sociedade que no fundo a invejava, Nair, apoiada pelo marido, nunca revidou àqueles que com malícia lhes dirigiam ditos chistosos ou pejorativos.

Terminado o mandato presidencial, Hermes é eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, seu Estado natal. Resignando ao mandato, viaja para a Europa com a espôsa. Livre dos encargos protocolares que acarretam os postos públicos de maior evidência, o casal pôde levar uma vida mais sua. Ainda que Nair durante o tempo em que tinha os precalços de primeira dama não tivesse deixado de dar vazão à sua vocação artística, pode agora fazê-lo mais tranqüilamente.

Voltando o casal ao Brasil, Nair continua a fazer caricaturas e em 1922 lança uma paródia da guerra das duas rosas da Inglaterra, que intitula — “Guerra dos dois cra-

(1) Nossa primeira maestrina.

vos” — Arthur Bernardes, o cravo vermelho e Nilo Peçanha, o branco.

Vivendo em Petrópolis com o marido e os pais, Nair consagrava seus dias à fatura de novas caricaturas e à leitura de bons livros. Falecendo o Marechal Hermes a 10 de setembro de 1923, não arrefeceu em Nair o entusiasmo pela caricatura. Várias outras são feitas, aumentando cada uma delas o prestígio da autora. A “Revista da Semana” de 5 de abril de 1924, traz cêrca de trinta caricaturas de sua lavra.

Em 1929, Nair estuda pintura com Rodolfo Chambelland, apresentando trabalhos em várias exposições. Continuou em Petrópolis vivendo com os pais, até que a 7 de fevereiro de 1931 falece o Barão de Tefé e a 8 de novembro de 1934, a baronesa.

Viúva de Presidente da República, não se prendeu ao passado faustoso. Vive hoje o presente, retratando com seu inseparável lápis o lado sorridente de uma época vertiginosa.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS VIDAL — “*Precursoras Brasileiras* — A Noite Editôra — Rio.
- BELLO, José Maria — “*História da República*” — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1959.
- COELHO NETO, Paulo — “*Bibliografia de Coelho Neto*” — Editor Borsoi — Rio de Janeiro — 1956.
- LIMA, Herman — “*Nossa primeira caricaturista — Nair de Tefé*” — Separata da Revista do Livro n.º 21-22 — Março-Junho — 1961 — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional
- MOREL, Charles et Henrique — “*La Capitale des États-Unis Du Brésil et ses environs*” — 4eme édition — Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, José Teixeira de — “*Dicionário Brasileiro de Datas Históricas*” — Editôra Pan Americana S.A. — 1944.
- TORRES, Theodorico Lopes Gentil — “*Ministros da Guerra do Brasil*” — 1808 — 1945 — Rio de Janeiro — 1946.

BATINA NEGRA: ALMA BRANCA ?

A ESTRANHA PERSONALIDADE DO PADRE CÍCERO ROMÃO
BATISTA E O TRISTE EPISÓDIO DO JUAZEIRO

MARIA ELISA CARRAZZONI

Técnica de Educação, nível 21 — Chefe da Seção
de História Literária do Museu Histórico Nacional

A curiosidade que demonstram os visitantes do Museu da República pelos objetos relacionados com o “Santo do Juazeiro” e o sangrento episódio cearense, levou-me a contá-lo tomando por base o depoimento de testemunhas e historiadores, a frutífera curiosidade de um jornalista e a vêia poética de um conterrâneo do sacerdote. Não tive a pretensão de trazer à luz nenhum fato novo; mas o tema é inesgotável, fascinante e absorvente, de tal maneira nêle se mesclam a fé, a ambição, a violência e a dúvida a respeito do personagem principal. Padre Cícero Romão Batista — sobre sua negra batina muita tinta já correu e muita tinta correrá ainda — terá sido branca a sua alma?

O Cearense -- Como todos sabem, existe uma estreita relação entre o homem, seu caráter, sua maneira de agir, e o meio físico que o cerca. O cearense é por índole, um lutador intemerato, um trabalhador sem tréguas, sempre pronto para as aventuras, forma humana que teve como molde a natureza agreste; a crueza do meio cósmico desenvolve nêle o instinto de defesa, a coragem de enfrentar a adversidade.

“A sêca endurece e desperta o ânimo cearense — apurando-o rijo e bem desempenado para os lances do destino.” (*)

E, Viriato Correia, diz: “Todo êle são músculos d’aço, no corpo, músculos d’aço no espírito. Tem fôrças materiais

(*) PEDRO DE QUEIROZ, *A evolução cearense*.

para pôr uma torre abaixo e energia e tenacidade para erguer outra.”

Os “músculos de aço no corpo”, durante a sêca de 1877 a 1880, fundaram vilas que hoje são cidades no Maranhão e deram início ao movimento de colonização da Amazônia, enquanto os “músculos de aço do espírito” fizeram:

- a revolução de 1817; (nativista)
- a República do Equador;
- a independência de Icó;
- o pronunciamento republicano de Quixeramobim;
- o 1.º de janeiro de Acarape
e o 25 de março da primeira província sem escravos, quatro anos antes da lei de 13 de maio de 1888.

O cearense, fôrça pronta a ser desencadeada para a defesa de ideais puros, levado pela sua fé, sob a influência de ambiciosos sem escrúpulos, escreveu uma das páginas mais tristes da nossa História.

Cenário físico e formação sociológica — O Cariri, geograficamente, difere do resto do Ceará. Vejamos como o descreve Lourenço Filho: “...a região é o verdadeiro oásis do Nordeste, com fontes perenes, vegetação farta e sempre verde, culturas rendosas e grande variedade de frutos. Surgem, animando a paisagem, as copas rotundas de um verde escuro, dos juazeiros viçosos; nos lugares mais úmidos vicejam bosques de buritis sempre sussurrantes e o babaçu utilíssimo abre as palmas de muitos metros enquanto no vale do Batateira os canaviais deslumbram. Esta região não sofre os rigores da sêca.”

Esta pausa no meio da aridez do sertão compreende “in totum” ou em parte os seguintes municípios do extremo sul do Ceará: Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanópolis, São Pedro ou Caririçu e Quixará. Seu nome é oriundo dos seus habitantes primitivos, os índios cariris, originários de um “lago encantado” que Capistrano de Abreu julgou ser o Amazonas.

O Cariri veio a ser habitado pelos descendentes dos primeiros colonizadores que vieram para ali, não atraídos pelo seu clima ou natureza fértil e sim pela riqueza do sub-solo, as minas. Era gente de todos os feitios, sem escrúpulos e com um só objetivo: obter ouro. Fascinados

por êsse objetivo, para atingi-lo não respeitam barreiras de ordem social ou moral: levam a desordem, o roubo e o assassinio à região. Em 1758, repete-se no Nordeste o drama de Fernão Dias Pais Leme: as jazidas de ouro do Carirí não existem.

A esta altura, aquela imensa massa de forasteiro continua a habitar a região, favorecida pelas condições do clima e vegetação realmente privilegiados. Essa população, de formação totalmente heterogênea, vive em eternos conflitos. Sem trabalho, já que as minas não existiam, o roubo e o assassinio passaram de passatempo lucrativo à profissão. Esta é a origem dos temíveis bandoleiros, terror do Ceará e de todo o Nordeste, e que vieram a desempenhar importante papel no episódio do Juazeiro.

Voltando a Lourenço Filho: "O Carirí, região fertilíssima, entre os sertões inóspitos de cinco Estados, cumpre a sua função biológica de insularidade que Wallace definiu tão bem na sua obra "Island Life": "Tôda a história das ilhas e dos oásis é tecida de conflitos políticos e econômicos."

E de fato, o divórcio entre o Carirí e o resto da região é tão evidente que deu origem a um movimento separatista, que veio à tona por duas vezes, em 1834 e 1846; a nova província seria formada com parte do território tirado do Ceará e Pernambuco. A capital seria a cidade do Crato. A revolta do Juazeiro tomou vulto também por se apresentar a alguns políticos da região como uma oportunidade para a realização desse objetivo.

O Juazeiro — A denominação Juazeiro provém de uma árvore de grande porte, cujas folhas resistem às maiores secas e que, junto com a carnaúba, é considerada uma das plantas sagradas do Nordeste, tal a utilidade que tem para seus habitantes.

Quando o Padre Cícero chega ao Juazeiro em 11 de abril de 1872, dois anos depois de ter sido ordenado em Fortaleza, depara com 12 casas de tijolos e telhas, 20 de taipa e uma pequena capela. (*) Em 1889 era descrita como uma pequena povoação encravada na região caririense, de cerca de 30 casas e uns 200 habitantes, gente rude, ignorante e paupérrima.

Naquele ano, ocorrem, na capelinha branca e singela, os fatos miraculosos que vieram a transformar a vida

(*) Era um antro de ladrões de cavalos, ébrios e desordeiros.

pacata do povoado no ponto de convergência de todo o sertão. Homens e mulheres que precisavam realmente crer em alguma coisa que lhes ajudasse a suportar o cotidiano miserável do sertão, o flagelo periódico das sêcas, a crueldade dos bandoleiros, o total esquecimento em que lhes deixava o Governo, dirigem-se para o Juazeiro onde, acreditavam, estava um sinal de Deus. E as romarias começam, dando origem ao crescimento quase instantâneo da vila, que começa a espalhar-se em todas as direções. Os reflexos dessa concentração humana fizeram-se sentir em toda a vida política e econômica da região. Enquanto de um lado o Juazeiro cresce na cobiça dos políticos, para os fazendeiros da região a mão de obra torna-se fácil e barata enquanto os comerciantes passam a ter um bom mercado consumidor. O “milagre” atendia a vários interesses.

Em 1914, à época do levante, Juazeiro conta com 20 mil almas.

Cenário Político — No dia 15 de novembro de 1910, assumiu o poder o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, depois de uma das maiores campanhas políticas feitas no Brasil, tendo como contendor Rui Barbosa. Hermes venceu com apoio do Governo Federal e da quase totalidade dos governos estaduais. “Além disso, em toda a campanha civilista, reluziam em torno as baionetas do exército.” A frase, de Irineu Pinheiro, nos dá idéia bem clara do que foi o episódio eleitoral. Era negado com energia qualquer sentido militarista à candidatura do Marechal mas, nas conversas particulares, o tom era outro. O Norte inteiro agitou-se. Era impossível a oposição vencer pelo voto.

No Ceará há 20 anos predominava a dinastia dos Acioli. O seu último representante no Governo do Estado, Antônio P. Nogueira Acioli, foi deposto violentamente a 24 de janeiro de 1912, apesar de contar com o apoio do mais forte partido político que houve no Ceará e uma bem disciplinada força policial. Como se explica a sua queda? Pela certeza que tinham as populações do Norte de que as oligarquias teriam que cair e ser substituídas pelos “salvadores do norte”, salvadores de farda os quais, depois, deploravelmente faltaram aos ideais que predicavam de carabina à mão e espada à cinta”.

Com a queda de Acioli sobe ao poder o Coronel Franco Rabelo e começa para o Ceará uma nova fase política,

agitada mas em alguns aspectos auspiciosa. Faltavam, no entanto, a Rabelo, aquelas qualidades que dão aos verdadeiros homens de Estado uma espécie de auréola que os distingue do homem comum. Acredita-se fôsse um ótimo administrador, querendo resolver problemas apesar de inúmeras dificuldades que se lhe deparavam. A verdade é que a sua falta de tato político foi fatal. De início cometeu dois grandes erros: rompeu, na esfera federal, com o Partido Republicano Conservador, chefiado pelo General Pinheiro Machado; êste era quem comandava, na realidade, a política interna do país, enquanto o Marechal Hermes da Fonseca se entregava as doçuras de uma segunda lua de mel. No plano estadual, transformou o sertão numa extensa *área de atrito* ao romper com o Padre Cícero, a quem obedeciam grandes massas de sertanejos de todo o Nordeste.

Depois de ter lutado com uma série de obstáculos e normalizado a vida da Capital, Rabelo voltou-se para o sertão: tentou acabar com o banditismo do sul do Estado, que tinha sua sede no Juazeiro. “Pisou nos calos” do Padre Cícero, dono da região, guia espiritual do Cariri e que justificou as suas boas relações com os bandoleiros, especialmente com o famoso *Lampião*, dizendo que “tinha de cuidar das ovelhas transviadas, como fêz Jesus Cristo”.

A sucessão presidencial veio a colocar Franco Rabelo num impasse: era de praxe que o candidato à presidência fôsse indicado pelo grupo forte da política nacional, sob a liderança de Pinheiro Machado. São Paulo, Minas, Rio, Bahia e Pernambuco uniram-se para resistir ao caudilho gaúcho. As conseqüências não tardaram: ficou resolvida a deposição de Franco Rabelo e o movimento teria início no Juazeiro. Da conspiração fizeram parte deputados e senadores cearenses da oposição ao governo estadual. Nesse momento fatídico da história cearense, destaca-se a figura do grande brasileiro Gustavo Barroso, o único a se opôr à conflagração do seu Estado. Amava mais a sua terra do que as vantagens que poderia tirar de um movimento que trazia, no seu bôjo, positivo saldo de destruição, violência e morte.

Eis o cenário em que se desenrolou a sedição do Juazeiro. Seus principais elementos: o egoísmo, a vaidade e a ambição de um lado, aliados à ignorância, a credulidade e a violência, de outro.

O Personagem Principal — Descendente de José Pereira Lima, um dos primeiros colonizadores da região, Cí-

cero nasceu a 24 de março de 1844, no Crato, filho de pais muito pobres; aprendeu as primeiras letras com o Professor Rufino Montezuma e aos 12 anos estuda latim com o Padre José Marroco Teles, um nome conceituado no meio educacional do Cariri. Sua infância não é das mais felizes. Desde o primário manifestou sua vocação religiosa; era visto constantemente em novenas e ladainhas rezadas em casas de família, hábito até hoje muito difundido no interior do Brasil. Não faltava às procissões e auxiliava o vigário nas cerimônias religiosas, causando assim, muita alegria à sua mãe. O pai, que era um pequeno negociante, embora quisesse ver o filho no comércio, nada fez para desviá-lo da sua vocação religiosa.

O Crato é o maior centro cultural do Ceará, cenário de inúmeras lutas políticas de caráter regional. A atmosfera que respira a geração de Cícero R. Batista é eivada de civismo. A vida agitada de José Martiniano de Alencar, um dos dirigentes da “Confederação do Equador”, parece ter exercido notável influência na formação do caráter do futuro sacerdote. Os feitos heróicos dos filhos do Cariri, desde o comêço do século XIX, gravaram-se na mente do menino Cícero. Um dos seus ídolos é Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que invadiu o Piauí, em 1823, para combater José da Cunha Fidié, comandante de armas daquela província, o qual não queria aceitar a Independência do Brasil.

Em resumo, o jovem Cícero Romão Batista reúne ao pendor para a vida clerical, o ardor revolucionário, fundindo na sua personalidade o desprendimento, a caridade, a fé, de frei Miguelinho à coragem, sangue frio, poder de domínio e comando de Tristão Gonçalves, ambos personagens da “Confederação do Equador”.

Seria esta a explicação para o seu comportamento no episódio bélico-religioso do Juazeiro?

Aos 18 anos, vamos encontrá-lo, depois de ter perdido o pai, estudando no Colégio do Padre Inácio de Sousa Rolim, em Cajazeiras, Paraíba. Seu protetor é o Padre João Marrocos Teles. Em 1865 está em Fortaleza, no Seminário onde não fez um curso brilhante. O Padre Chevelier, reitor do estabelecimento, é contra sua ordenação mas Cícero Romão recebe as ordens das mãos do Bispo D. Luís Antônio dos Santos. Este último por ocasião da celeuma provocada pelos “milagres” e atitudes do Padre Cícero, assim se externou: “O Padre Cícero Romão Batista é um anjo”.



*Tricromia encontrada em todo Nordeste e que apresenta o Padre Cícero com as feições jovens e suavizadas, cercado de anjinhos.
(Do livro de Lourenço F.)*

Aos 26 anos ei-lo desempenhando diversas missões eclesiásticas em povoados do interior cearense. A formação sociológica do sertão, especialmente do Cariri, com seus altos e baixos, é um campo ideal para as atividades religiosas do padre humilde, caridoso, e casto servidor da igreja, que começava seu sacerdócio.

Quando, em 1872, o Padre Cícero chega ao Juazeiro, este é um antro de ladrões, ébrios, desordeiros e mulheres de má vida.

Estava em plena fase mística. Sua atividade, nos anos da grande seca de 77-79, de acôrdo com testemunhos desinteressados, foi um exemplo de caridade, de amor ao próximo. O seu trabalho de evangelização é considerado benéfico. É atribuída ao Padre a iniciativa do plantio da mandioca e da maniçoba, além da construção de poços e pequenos açudes. Talvez o reconhecimento dos sertanejos por êsses fatos tenha contribuído para facilitar o trabalho do fanático em que se transformaria mais tarde o Padre Cícero.

Vinte e três anos depois de ter chegado ao Juazeiro, continua capelão do povoado. Sua carreira sacerdotal estagnou e, enquanto seu colega de turma D. José Lourenço da Costa Aguiar é nomeado Bispo de Manaus, êle não passa de um humilde cura.

Um humilde cura até que o “milagre” aconteceu.

O Milagre — O milagre, que deu ao Padre todo o poder de que dispunha, ocorreu na manhã do dia 11 de junho de 1890, na humilde capelinha de Nossa Senhora das Dores, padroeira do lugar. “A beata Maria de Araújo, depois de receber das mãos do Padre a hóstia consagrada, caiu por terra em violenta crise nervosa; os presentes que a socorreram viam que um fiozinho de sangue lhe escoria da boca entreaberta; examinando melhor verificaram que as mesmas espécies eucarísticas se haviam transformado em sangue rubro e palpitante... Era o milagre.”

O fato se repetiu muitas vêzes e por fim cessou. Mas pode-se bem imaginar a repercussão que teve no meio ignorante e supersticioso. Populações inteiras acorreram ao lugarejo e se estabeleceram: “O culto era fácil e a liberdade de costumes convidativa...”

As autoridades eclesiásticas agiram incontinente. O Bispo do Ceará, D. Joaquim Vieira, mandou uma comissão investigar o fato.

A *beata* — Maria de Araújo era uma cacodemoníaca, tara que se podia adivinhar nos seus traços impressionantes, na sua conduta singular e no seu fanatismo.

O Padre Alencar Peixoto a descreve:

“é de estatura regular; triste, vagarosa, intanguida, essencialmente caquética, porque tem ela uma série de ascendentes caquéticos ou tuberculosos. A cabeça que por casa, como por tôda a parte traz sempre descoberta, tem a configuração de um “corredor” de boi, escarnado. O cabelo é cortado à escovinha. Os olhos pequenos e sem um raio sequer de expressão que lhe ilumine o semblante. Testa estreita e protuberante. O nariz irrompe dentre os olhos, sem base e levantando-se pouco a pouco alarga-se, de asas chatas, até os ossos malares”.

Em resumo, aplica-se a Maria de Araújo, o que disse de Antônio Conselheiro, o grande Euclides da Cunha, em “Os Sertões”: “o infeliz, destinado a solicitude dos médicos, veio, impellido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício”.

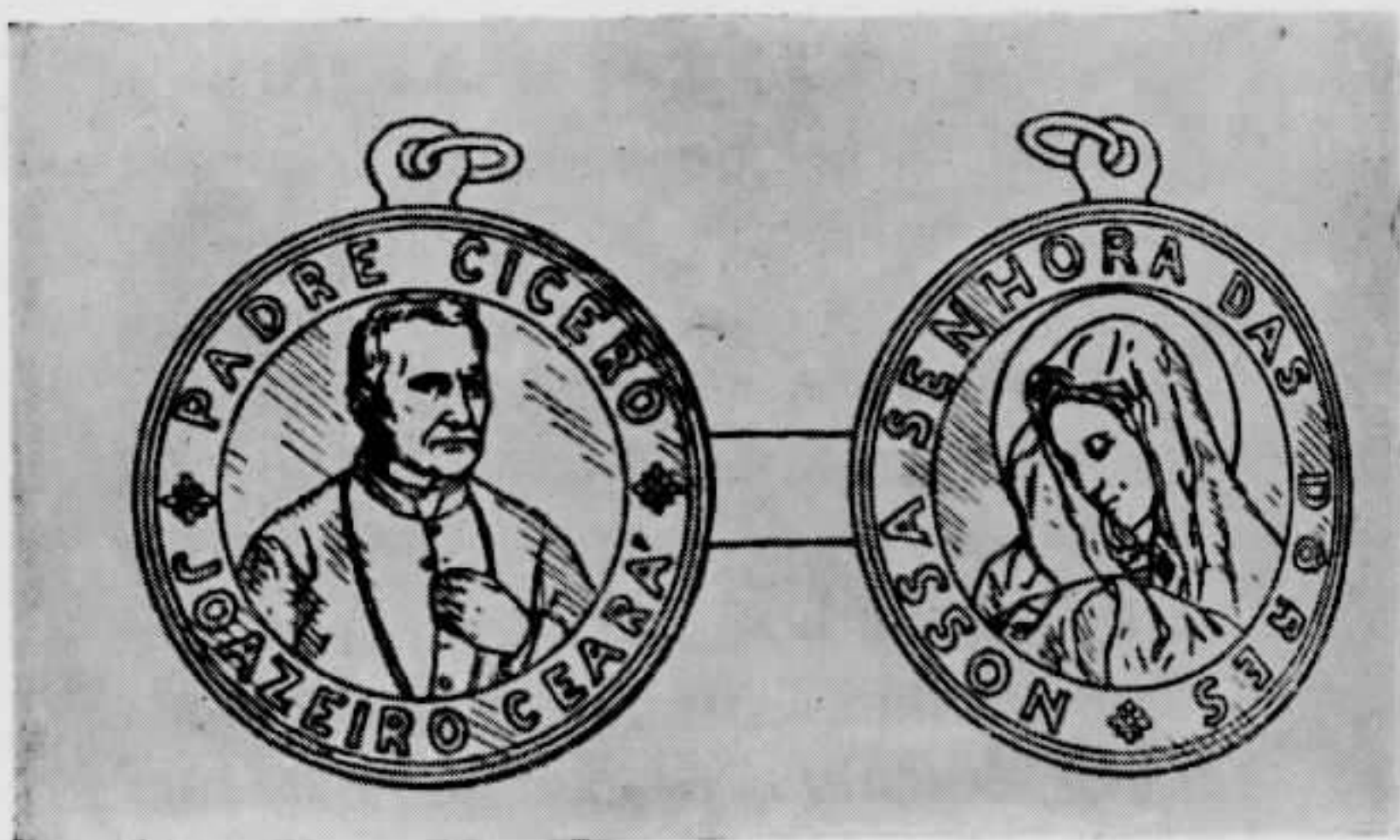
E assim, a beata Maria de Araújo entrou para a história, como personagem chave do triste episódio do Juazeiro, que abriu para o Padre Cícero as portas do domínio absoluto sôbre uma população miserável e ignara, que só contava para evadir-se da sua condição sub-humana, com a devoção a um Deus indiferente...

Fatos que ocorreram depois do milagre e em consequência dêle — Monsenhor Monteiro, que foi o primeiro a denunciar o milagre e depois renegá-lo, ficou cego de um momento para o outro, inexplicavelmente.

Uma série de maldições caíram sôbre os signatários do laudo que condenou o milagre. Mas, é bom ressaltar que o principal responsável pelo desmascaramento da fraude viveu muitos anos em paz, morrendo bem velhinho.

Desencadeada a luta com a Igreja, o Padre Cícero, ao mesmo tempo que sofre as torturas da dúvida e do julgamento, passa a ser objeto de notoriedade mundial.

A Santa Sé julga a questão em 4 de abril de 1894 e a ratifica em 1897: “os Eminentíssimos e Reverendíssimos Padres da Santa Igreja Romana, Cardeais Inquisidores Gerais, condenam o milagre, amaldiçoam as medalhas com a efígie da beata e dão o prazo de 10 dias para que o Padre Cícero se retire de Juazeiro.



Medalha em alumínio que era vendida para os romeiros. (O Museu da República possui 2 exemplares em exposição)

Em fins de 1897, ei-lo de volta cheio de esperanças. Quer ir a Roma recorrer da sentença. E de fato o consegue, em janeiro de 1898: é ouvido o seu apêlo, apresenta suas justificativas e por fim é absolvido.

Cheio de alegria volta ao seu povoado. Sua bagagem é composta de alguns livros, instrumentos musicais para a formação de uma banda, uma batina, chapéu e meias.

Culto ou ignorante? — O grau de cultura do Padre Cícero é motivo de sérias discussões. Os partidários da hipótese da sua pouca cultura, apresentam como prova a sua maneira de falar ao povo, receitar, aceitar e distribuir dádivas em dinheiro. Sua pequena biblioteca, o total isolamento de qualquer atividade cultural reforçam essa idéia.

A sua permanência na Cidade Eterna coincidiu com uma campanha de alfabetização à qual dedicava todo o seu carinho o próprio Rei. E o que fez o Padre quando voltou ao Juazeiro? Não cuidou de abrir uma escola sequer, embora pudesse chamar do Crato bons professores, já que ali era o centro cultural mais adiantado do interior cearense. Não só deixou de tomar iniciativas no sentido de melhorar o nível de conhecimento da população como até evitou o desenvolvimento da instrução pública. Teria feito isso calculadamente para poder manejar com mais facilidade os romeiros? Falava na mesma linguagem deles para se fazer entendido ou porque não podia se expressar de maneira mais elevada? As perguntas se cruzam, as opiniões divergem. A verdade é que teria preferido ver a multidão com o rosário na mão do que com livros. Ao rosário viriam, mais tarde, juntar-se o rifle e o punhal...

Acredito mais na hipótese do pouco saber do sacerdote. O contrário me levaria a crer num caráter frio e calculista. Além disso, um homem culto jamais se deixaria influenciar por um tipo como Floro Bartolomeu da Costa, tornando-se um joguete nas mãos do médico ambicioso e inculto, como aconteceu com o Padre Cícero. Vejamos quem era “a eminência parda” da sedição do Juazeiro.

Floro Bartolomeu da Costa — “É um tipo moreno, baixo, com bigodes, rosto cheio, sem cultura, dotado de muita fôrça de vontade e energia”.

Baiano, formado em medicina, veio para o Juazeiro atraído pela fama das minas da área do Coxá. Foi um dos defensores do Padre Cícero na questão judiciária que este moveu contra outros pretendentes àquelas minas.

Envolvido o Padre nas teias da política, Floro da Costa, que era homem de tato e inteligência, apesar de inculto, tornou-se seu orientador político. Ambicioso, percebeu o quanto poderia representar a enorme força, o total domínio que exercia o Padre Cícero sobre a massa humana do Juazeiro e de todo o sertão cearense, para atingir seu objetivo.

Tornou-se proprietário absoluto do Padre, a ponto de provocar comentários. Sua influência é tão grande que o Padre Manuel de Macedo, ex-vigário do município diz:

“É tanta que os romeirinhos ingênuos vendo com maravilha e mágua tudo isto, dizem: “Aquelle home (muitos não dizem o nome) já butô maguinessismo em Padrim Cirço”.

O médico reprimiu certos excessos do fanatismo cada vez mais exagerado que dominava os romeiros: sua atuação no caso do “boi santo”, pondo um paradeiro ao absurdo que o Padre Cícero permitiu, foi enérgica.

Todos os preparativos para a sedição de 1913 foram de sua iniciativa e Floro Bartolomeu obteve, como resultado do movimento, a chefia de toda a política do Cariri.

A verdade é que, de certa época em diante a história do Juazeiro é a dos próprios sonhos do médico baiano, que foram em parte realizados: enriqueceu, conseguiu eleger-se deputado por mais de uma vez, e acabou sendo enterado com as honras de General do Exército Brasileiro. Sua presença na sedição do Juazeiro foi decisiva.

A luta — Como já vimos, a idéia de pôr Franco Rabelo não era nova. Com o fracasso do movimento na Capital, as esperanças convergiram para o feudo do Padre Cícero. Sabia-se que a um simples aceno do Padre milhares de homens atenderiam, dispostos a qualquer sacrifício: defenderiam com a própria vida ao sacerdote que veneravam como a um santo, nos oratórios de suas humildes casas de taipa. Os chamados romeiros de N. S. das Dôres, fortes, duros, elementos de inegável valor em todo o Ceará, na hipótese de uma luta material não abandonariam o seu adorado guia espiritual.

Mas, embora a grande força do Padre Cícero, seria aventureira a deposição do Governo do Estado se os revolucionários não contassem com o apoio, embora camuflado, do Governo Federal. Só a complacência dêste já não era uma ajuda decisiva?

Sabe-se que várias vezes, Floro Bartolomeu da Costa havia viajado para o Rio de Janeiro, a fim de manter contato com Pinheiro Machado. Estava tudo combinado: a revolução daria uma resposta ao pé da letra aos que tinham se atrevido a depôr a oligarquia Acioli.

O Padre Cícero deu início às hostilidades na madrugada do dia 9 de dezembro de 1913, com a deposição das autoridades constituídas e a “posse” do nôvo Presidente do Estado, Floro Bartolomeu da Costa. Todos os atos do nôvo govêrno eram comunicados, por telegramas, às duas casas do Congresso e ao Presidente da República. Em Fortaleza, no dia seguinte, ainda não se tinha idéia exata da gravidade da situação no Cariri.

Quarenta e oito horas depois do Govêrno legal tomar conhecimento dos fatos seguiu uma fôrça, sob comando do Coronel Alípio de Lima Barros, composta de 500 praças e que era todo efetivo de que dispunham no momento. Fortaleza ficou sem nenhum soldado: o Govêrno confiava cegamente no povo da Capital.

No dia 20 de dezembro essa fôrça deixou a cidade do Crato, seus componentes e seu comandante certos de que Juazeiro se renderia ao primeiro tiro.

Logo ao encontrarem as primeiras habitações, surge-lhes um obstáculo: o valado, trincheira construída em 6 (seis) dias, por homens, mulheres e crianças. Media três léguas, sua profundidade era de 12 palmos por 12 de largura.

Mulheres e crianças, cantando “no céu, no céu, com minha mãe estarei” enquanto os homens cavavam a terra, iam-na levando em baldes, latas, panelas e sacos para formar uma amurada à volta do valado.

A vitória foi dos fanáticos, as fôrças legais não conseguiram penetrar no Juazeiro. “Deus estava com o padrinho”, “Nossa Senhora das Dôres velava por seu povo”, foi o que se ouviu dizer. O govêrno de Franco Rabelo, lutando com a falta de munições e com a dificuldade de movimentar as tropas por causa das chuvas, continuava a agir, pedindo auxílio ao General Tôrres Homem, da Inspetoria Militar do Recife. Esse manda entregar ao govêrno cearense 100 mil cartuchos “mausers”, desejando a sua vitória, sem acreditar que o Govêrno Federal estivesse favorecendo a sedição.

Na segunda fase da luta foi um êrro a substituição do Coronel Alípio de Barros, sob suspeita de favorecer os re-

volucionários. Seu sucessor no comando, Capitão Ladislau Lourenço de Sousa, elevado ao posto de Major no mesmo ato que lhe deu o governo das tropas, concorreu com a sua falta de visão e irresponsabilidade para o total fracasso das forças legais. Estas saíram do Crato a 15 de janeiro de 1914, ocupando tôdas as vias de comunicação do Juazeiro sem resistência e com apenas uma baixa. Teve início o cêrco. Agora era só esperar que morressem de fome os fanáticos.

Depois de nove dias de espera, nada tendo ocorrido, o Major Ladislau resolveu atacar o povoado, contra a opinião unânime dos seus oficiais. Nessa luta, em que a princípio a sorte favoreceu as forças legais, ficou provada a astúcia e a coragem dos rebeldes. Derrotadas, as forças do governo se retiraram para Macacos. Os oficiais discordaram mais uma vez do seu comandante. Queriam manter o cêrco ou ir para Crato. O Major Ladislau resolveu ir para Barbalha. As tropas estavam desorganizadas, sem a menor disciplina e o seu comandante quase sempre alcoolizado...

A defesa do Juazeiro — Na estrada do Crato, ponto de mais fácil acesso para o inimigo, homens armados de rifles e bacamartes; alguns tinham longos punhais que usavam nos momentos de folga para descascar cana. Era notável a desproporção entre os homens armados de rifles, bacamartes e espingardas de caça e os desarmados, que tinham somente chuços, grossos cacetes, amarrados aos punhos por fortes correias de sola. Os chuços eram muito numerosos, de pontas afiadíssimas e se compunham de peças de ferro ou aço de 30 centímetros de comprimento presas a um cabo de madeira por um anel do mesmo material. Usavam também uma espécie de *granadas de mão*: meias garrafas cheias de pólvora misturada com caroços de chumbo, pequenos pedaços de ferro etc., às quais se adaptavam estopins. Os foguetões, imitação de *shapnells*, que descreviam amplos círculos no ar antes de cair em cima do inimigo, explodindo em mil estilhaços, era outro recurso temível usado pelos fanáticos.

Final da luta — Chegando a Barbalha, o tresloucado Major Ladislau dirigiu-se aos seus comandados nos seguintes termos: "Camaradas, é triste confessar mas o Padre Cícero é quem ganha".

Não chegou a terminar sua infeliz proclamação de fracasso e já não restava quase um soldado à sua frente. Fu-

giram todos, deixando-o só, a embebedar-se nas *vendas* da pequena vila onde o foram encontrar, dois dias mais tarde, em frente à cadeia, os rebeldes do Padre Cícero.

Romperam-se então os grilhões que continham as ambições e os ódios até ali presos no reduto em revolta. Os fanáticos dirigem-se a Fortaleza para a vingança, o saque, a pilhagem. Antes atacam o Crato e Barbalha. Da fúria só escapam as imagens de santos e os quadros das paredes. A notícia dessas pilhagens atrai todos os salteadores e bandoleiros que passaram a engrossar as fileiras dos fanáticos. Ainda houve um combate em Miguel Calmon, onde perdeu a vida o comandante das forças do governo, José da Penha Alves de Sousa. A marcha sobre Fortaleza não pôde ser detida, o Governo Federal ficou surdo e indiferente aos apêlos do Governo Estadual, das associações de classe e da população em geral. A União nada podia fazer em defesa do Presidente que ousara contrapor-se a Pinheiro Machado. Foi decretado o estado de sítio. Não houve decreto que apagasse os malefícios, as odiosas lembranças e conseqüências do terrível episódio.

Conseqüências — A sedição do Juazeiro trouxe reflexos trágicos à história do Ceará. Profunda depressão moral abateu o ânimo dos cearenses empenhados no progresso material e espiritual do seu Estado; o episódio repercutiu negativamente em toda a vida econômica estadual e particular. A desorganização administrativa trouxe enormes prejuízos, com a perda de arquivos e documentos de grande valor histórico.

Juazeiro tornou-se o quartel general dos bandoleiros que tinham por chefe o célebre Virgolino Ferreira da Silva, o “Lampião”, figura sinistra da história nordestina.

A revolta significou anos e anos de atraso na vida econômica, administrativa e cultural do Ceará.

A personalidade do Padre Cícero continua a ser objeto de estudo de vários dos nossos historiadores, teatrólogos e jornalistas.

Lourenço Filho, que esteve de visita ao Juazeiro em 1922, assim nos descreve o sacerdote:

“Estava com a barba crescida, o que lhe adoçava as feições prolongando o rosto e disfarçando a saliência visível dos malares, angulosa, quase em ponta. O abatimento que a moléstia lhe trouxe havia-o enervado mais do que de costume, e escondia naquela debilidade enfermiza —

que acentuava a que os anos de muito lhe deviam ter comunicado — a gibosidade natural que o deforma. A voz, sempre branda e harmoniosa, mais se enfraquecera, até tomar a doçura e os acentos de uma fala de criança. E a sua mesma alacridade, tão conhecida e exaltada, como dádiva dos céus, enevoava-se com as sombras de um sofrimento que não mitigara de todo... Escorrida pelo corpo a sotaina negra e larga aumentava-lhe a brancura dos cabelos muito crescidos e parecia reduzir-lhe ainda mais o porte, abaixo de mediano. Para levantar-se, apoiava-se com ambas as mãos numa bengala; e o seu andar era lento e arrastado...

Pouco restava do homem que dominava as turbas, andava dez léguas sem descanso e quase sem alimentar-se, e que estando em tôda a parte e a tôda hora, nunca deixava o seu povoado. Quase nada se via do sacerdote que controlava os loucos, e destemeroso revolucionário que afrontava a autoridade da Igreja e do Estado. “Esperávamos um homem, viamos uma sombra”, diz Lourenço Filho. E a sombra revelou-se ao visitante uma hora mais tarde: “Escanhado, não podia esconder agora, os traços duros e angulosos, os vincos fortes da face empergaminhada, a saliência impressionante dos malarres, o ligeiro prognatismo de lobo, o ricto indisfarçável e sinistro que lhe envenena o sorriso...”

Se é difícil analisar o problema de cada alma humana, tais dificuldades se tornam maiores quando se trata de indivíduos em que se desenvolve um processo mórbido. Deve-se a isso a estranha diversidade de opiniões sôbre o Padre Cícero. Apologistas o contaram, políticos o exploraram e detratores cegos de paixão acusam-no dos piores crimes. Santo ou demônio? A dúvida persiste.

Sabemos que desde cedo sofreu de mitomania, motivo que quase impediu a sua ordenação em Fortaleza. Protegido do Bispo D. Luis dos Santos, recebeu ordens e inicia seu trabalho de evangelização no interior do Estado: estava em plena fase mística: o *milagre* dá início a fase do fanatismo. Já na velhice, quem com êle conversa nota-lhe a megalomania: “— Como sabe eu me carteio com o Epitácio...”

— “O Bernardes me distingue muito. Também, eu fui o árbitro da sua candidatura...”

Quando morre, deixa inúmeras propriedades na cidade, várias fazendas, gado, uma mina de cobre, etc. Seu

testamento é dividido entre as beatas, o amigo Floro Bartolomeu e os salesianos com quem sempre manteve amizade.

O Padre Cícero conservou seu enorme prestígio até o fim dos seus dias de nonagenário. Sobreviveu na estima da gente do sertão. Vejamos o testamento de Edmar Morel, que escreveu em 1945: “São decorridos 11 anos da sua morte, antes de chegar a sua cidade, distante 300 quilômetros, em pleno Rio São Francisco, encontro multidões de homens, mulheres, crianças e velhas empolgados pela mesma centelha de fé, crentes na santidade do Padre Cícero, cuja medalha de alumínio trazem ao pescoço.”

Termino aqui este trabalho. Espero ter atendido com êle a quem quiser saber, numa rápida consulta, quem foi o Padre Cícero e a famosa sedição do Juazeiro, figura e episódios para sempre incorporados à nossa História e ao nosso folclore.

Termino com o poeta nordestino, que profundamente influenciado pela história e a lenda, deixa a pena correr e nos traz, com as palavras cheias de ritmo e sentimento uma cena comovente:

“E os romeiros se ajoelham
com os seus chapéus de couro,
seus punhais, rifles, rosários,
e seu arrependimento,
diante do mar.”

.....
No dia 25 de junho de 1965, o matutino “Correio da Manhã” publica uma nota sob o título *Nordeste explosivo*, que passo a transcrever:

“O deputado Andrade Lima Filho chamou a atenção do Govêrno para o agravamento da crise social no Nordeste e, em particular, para a situação dos camponeses. “Não é com bigodes verdes — disse o deputado pernambucano — e óculos côr de rosa que se resolverá, à maneira de Pangloss, a grave situação reinante no Nordeste.” Leu, depois, telegramas do Padre Paulo Crespo e do camponês Severino Manoel Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e afirmou que “a situação é quase explosiva e quase pré-revolucionária”. O deputado pernambucano disse estar parecendo que o Govêrno “espera o aparecimento de um nôvo Zapata para coman-

dar a insurreição dos famintos que pedem apenas pão, justiça e liberdade.”

O trecho transcrito acima nos leva à conclusão que “*Não há nada de novo na face da terra nordestina: ela é o mesmo caldeirão efervescente, e os ingredientes da explosão estão aí. O deputado, o padre, e a massa faminta a pedir justiça. E se surgir outro Cícero Romão Batista?*”

BIBLIOGRAFIA

PEDRO DE QUEIROZ — *A evolução cearense* — Fortaleza — 1903.

IRINEU PINHEIRO — *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914.*

HERMAN LIMA — *Imagens do Ceará.*

EDMAR MOREL — *Padre Cícero, o Santo do Joazeiro.*

IRINEU PINHEIRO — *O Cariri, seu desenvolvimento, povoamento e costumes* — Fortaleza — 1950.

LOURENÇO FILHO — *Joazeiro do Padre Cícero.*

Os “Sertões” de Euclides da Cunha.

SÍLVIO JÚLIO DE ALBUQUERQUE LIMA — *Terra e povo do Ceará* — 1898.

EUZÉBIO DE SOUZA — *Ceará, meio século de existência* — 1883.

THOMAZ POMPEU DV SOUZA — *O secular problema do Nordeste.*

NERTAM MACEDO — *Rosário, Rifle e Punhal.*

O MOBILIÁRIO DA SALA D. JOÃO VI NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MARIA LAURA RIBEIRO

Conservador do Museu Histórico Nacional

1. *Cadeira. Meados do século XVII a princípios do XVIII. Família Evangelhos.*

Cadeira em jacarandá, com armação constituída de elementos retilíneos sem qualquer obra de entalhador. Encôsto e assento retangulares guarnecidos de sola lavrada presa aos caixilhos por pregos de cobre. Espaldar curto em forma de meia esfera, com contôrno irregular na parte superior e arrematado nas duas extremidades por duas peras de madeira; no centro do encôsto, em relêvo, entre flores e folhagens e também arabescos, o escudo esquartejado com os símbolos dos quatro Evangelistas. O assento, com a mesma ornamentação, apresenta, no centro, a palavra SEDE dentro de uma cartela floreada. Pernas e travesas anteriores e laterais lisas e retas.

Peça que corresponde ao período do domínio espanhol (1580-1640), com a criação de alguns exemplares do mobiliário que se denominou de filipino, entre os quais foram as cadeiras simples ou de braços guarnecidas de couro lavrado, as mais conhecidas. As cadeiras com sola lavrada e dourada (couro de Córdova) chamadas também “guardamecil” foram adotadas em Portugal já na Idade Média. De origem mourisca, seu uso estendeu-se até o século XVIII. Há citações de grande número de verbas em velhos inventários relativos à compra desses couros crus para diversas aplicações caseiras no período medieval.

A cadeira em questão, por apresentar o escudo da família Evangelhos, deduz-se que houvesse pertencido a um membro da citada família, talvez um prelado, pela palavra SEDE encontrada no assento da peça.

Sede, do latim “sedes” além da significação de cadeira ou assento, diz-se da capital de uma “diocese” ou jurisdição e potestade do Sumo Pontífice, vigário de Cristo. *Sede Plena* atual ocupação da dignidade episcopal ou pontifícia por pessoa que, como prelado da mesma, a administra e rege. Com mais propriedade se conhece com o nome de “sede”, o território sôbre o qual os altos dignitários exercem sua jurisdição e a cadeira que ocupam.

Brazão da família Evangelhos: de azul com uma cruz de ouro cantonada de quatro bezantes de prata figurados, o primeiro de uma águia de sua côr, o segundo de um anjo vestido de vermelho com asas de verde, o terceiro de um boi de sua côr e o quarto de um leão de sua côr. Timbre — dois braços vestidos de azul sustendo um livro de prata aberto, com fêchos de ouro.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 1,13m x 0,49m (ass.) Foto n.º 1.

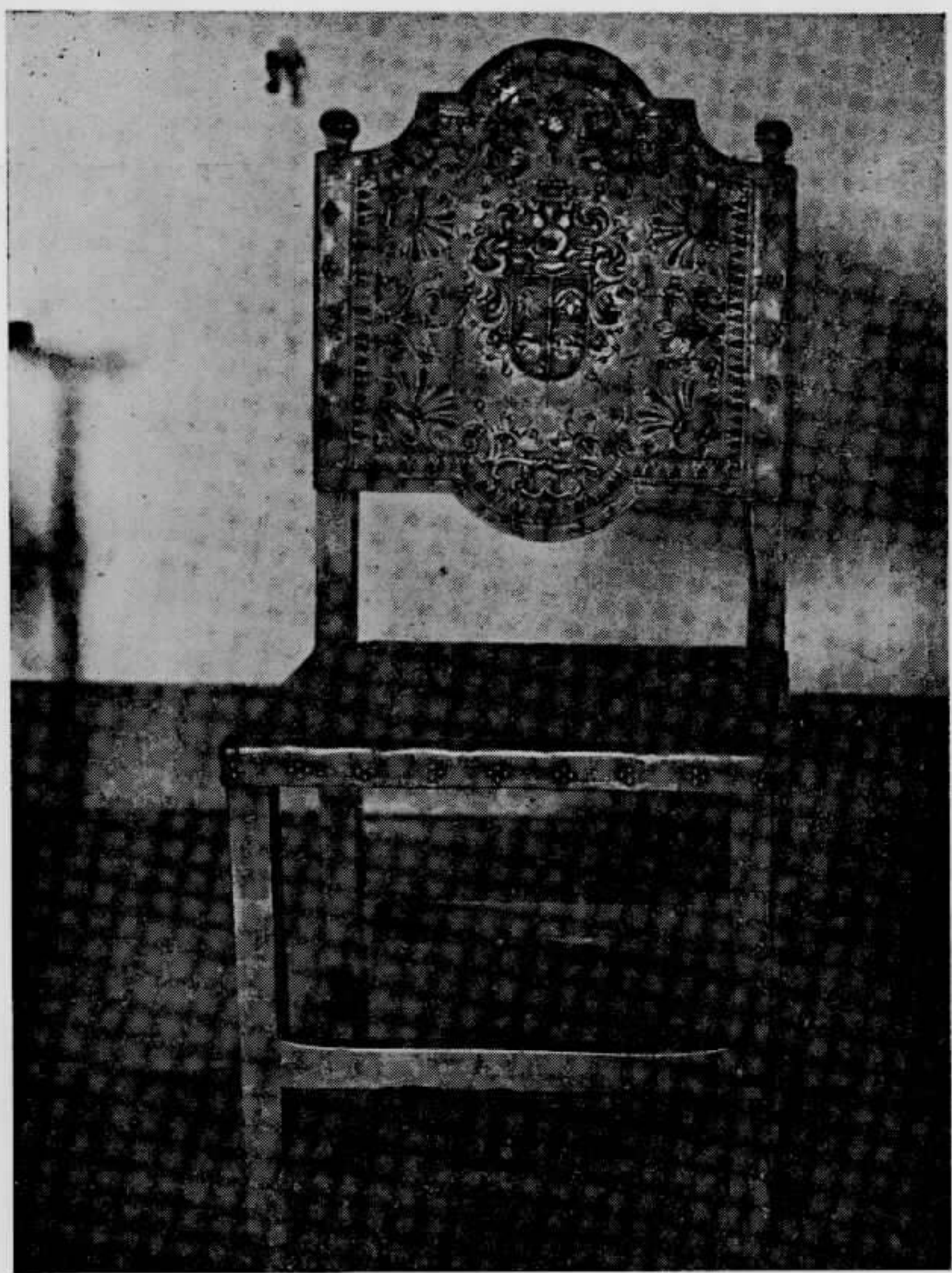
Doação de D. Inêz Figueira de Melo Teixeira Leite.

2. *Banco da Sala Nobre da Antiga Casa dos Contos em Ouro Preto. Século XVIII*

Trabalho em peroba pintada de prêto, com encôsto constituído de uma faixa em curvas interrompidas apresentando, na parte superior um remate conchoidal. Um suporte também em formato curvo, liga o encôsto ao assento que é formado de uma tábua lisa. Braços em linha curva. Pés, em número de três, apresenta forma bifurcada com contôrno curvo.

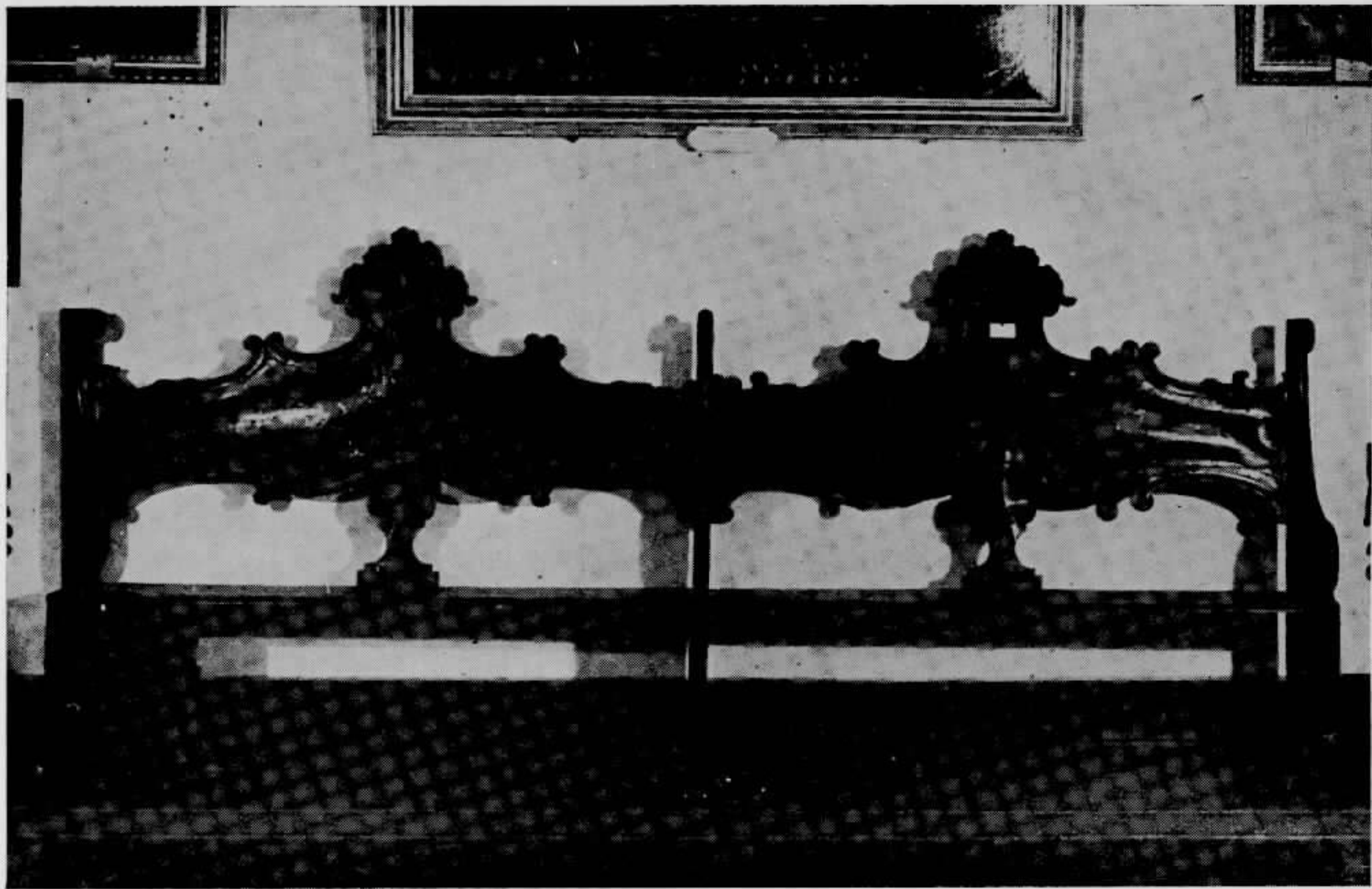
A escultura da peça é a mesma dos bancos de sacristia e é típica de Minas no século XVIII.

A chamada Casa dos Contos, Casa dos Contratos ou ainda Casa da Ponte, é um dos mais belos exemplares de tipo residencial em Ouro Preto. Data do último quartel do século XVIII (acabada em 1787) e foi mandada construir por João Rodrigues de Macedo que nela se estabeleceu instalando no sobrado a sua moradia, e no andar térreo a administração dos seus negócios de contratos das entradas e dízimos. Como o contratador ficasse em grande alcance com a Real Fazenda, passou a casa a ser ocupada em 1802 pela Junta da Real Fazenda mediante aluguel e a partir de 1803 a título definitivo por adjudicação. Posteriormente



Fot. n.º 1 — Cadeira. Meados do século XVII a princípios do século XVIII. Família Evangelhos

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 2 — Banco da Sala Nobre da Casa dos Contos em Ouro Preto, Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)

te, serviu de sede à tesouraria da Fazenda da província e mais tarde e até hoje à Administração dos Correios.

Pertenceu à antiga Diretoria Geral dos Correios.

Estado de conservação: bom (restaurado).

Dimensões: alt. 1,66 x 4m. Foto n.º 2.

3. *Cadeira forrada de couro de Córdoba. Século XVII ao século XVIII.*

Cadeira de couro de Córdoba em jacarandá, provavelmente do século XVII. Assento e espaldar retangulares guarnecidos de sola lavrada com grosso taxeadado de cobre. No ângulo esquerdo do espaldar um remate em metal. Pernas retas de secção quadrangular com travessas de tábuas simples. O encosto de couro lavrado apresenta fundo pontilhado e ramagens em relêvo, destacando-se no centro, em escudo oval estilizado, uma figura de mulher em corpo inteiro com indumentária da época e penteado em “bucles” segurando na mão esquerda um papagaio e a direita apoiada em um pequeno escudo onde se lê um monograma. Assento com ramagens em menor relêvo.

Esta cadeira pode se enquadrar no estilo denominado filipino, que corresponde ao período de dominação espanhola em Portugal. As cadeiras usadas no século XVII correspondem a dois tipos: aquela que apresenta o espaldar retangular e outros caracteres da cadeira de espaldar do século anterior e cujo uso se estenderá até a primeira metade daquêlê século; e a de espaldar com recortes curvilineos já obedecendo a uma evolução da anterior, sob a ação de influências barrôcas, prolongando-se o seu uso até o século XVIII.

Quanto ao couro do espaldar, eram usados os couros fabricados pelos indígenas, os que eram fornecidos pela Espanha como principal país produtor e aqueles que vieram do Brasil. O “guadamecim” ou “guardamecil”, nome de origem árabe e pelo qual se denominava na Península o couro de cabra revelado, dourado e pintado sôbre um fundo de prata previamente preparado, era outro tipo de revestimento mais empregado desde a Idade Média até fins do século XVII. Córdoba foi o centro principal dessa indústria e seus afamados couros artísticos ficaram conhecidos sob a denominação de “cordobam”.

Há nessas cadeiras algo da testura portuguêsã e castelhana do tempo dos Filipes, o que deu um tom à época.

Era comum, como veremos na análise de outras peças de mobiliário, usarem-se, nos couros do espaldar, temas heráldicos ou mesmo monogramas tirados do escudo que usasse o possuidor. No assento e no encôsto se concentra o interesse do móvel, sobretudo no segundo, onde se nota o mérito do trabalho executado, não só do artista como dos artífices da época.

A cadeira em questão, segundo alguns autores, corresponde mais fielmente ao século XVII, pelo lavrado em figura de mulher de “fontanges” que aparece no espaldar da peça. ⁽¹⁾

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 1,12m x 0,525m (ass.) Foto n.º 3.

4. *Mesa em jacarandá, de encostar com duas gavetas. Século XVIII.*

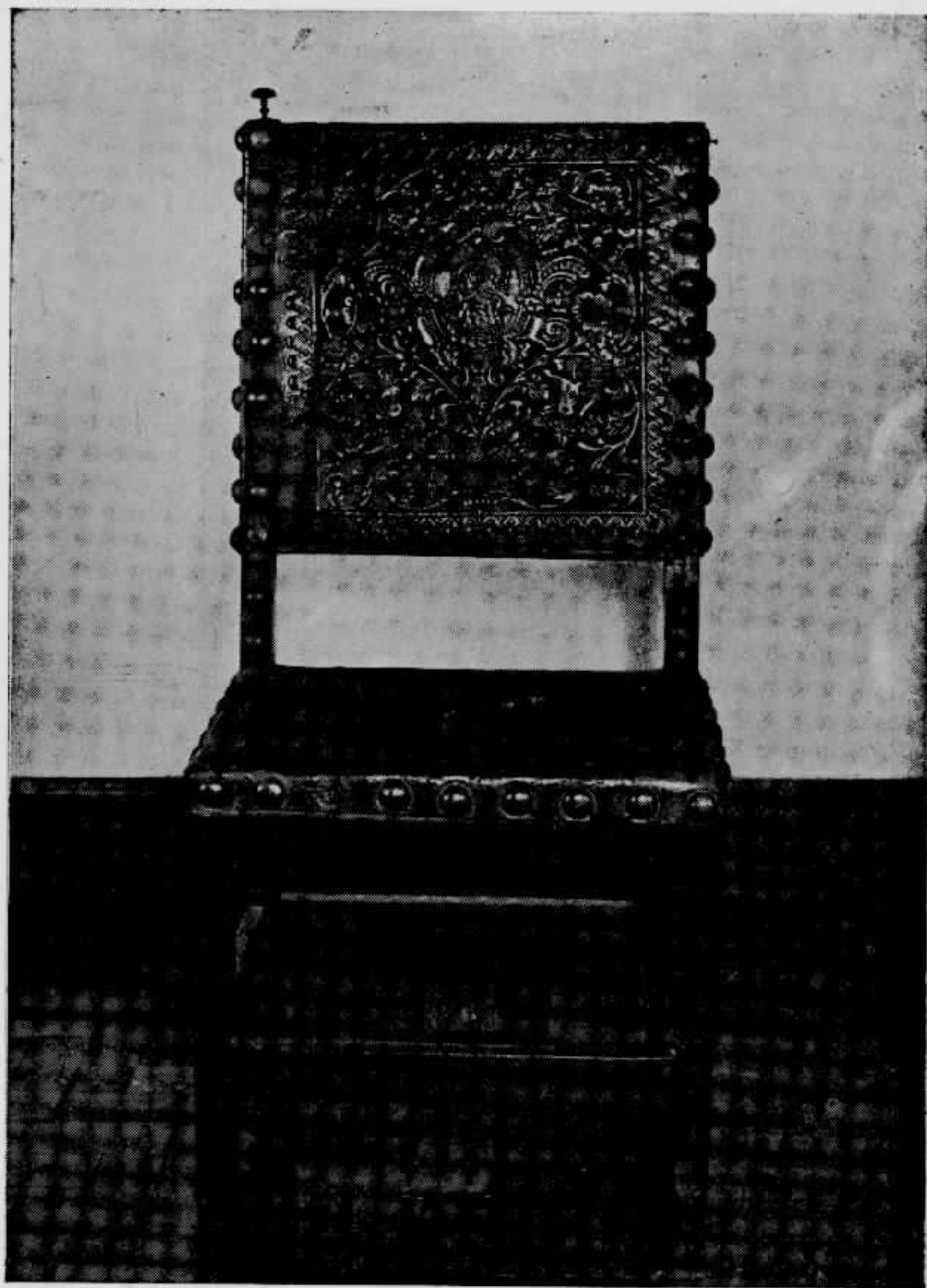
Jacarandá preto com duas gavetas e puxadores de bronze de bela execução. Linhas curvas e pequena saia com delicado concheado entalhado nas faces anterior e laterais. Pernas em formato curvo com pés em volutas.

Estilo D. João V, na sua fase final, pelas linhas curvas e pelo tipo de ornamentação. Nota-se nesta peça a influência inglesa que muito se observou nos móveis do século XVIII.

O longo reinado de D. João V (1706-1750) correspondeu aos últimos anos de Luiz XIV de França, a Regência de Filipe de Orleans (1715-1735) e grande parte do reinado de Luiz XV. Na Inglaterra abrangeu os reinados da Rainha Ana, Jorge I, Jorge II e ainda alguns anos de Jorge III.

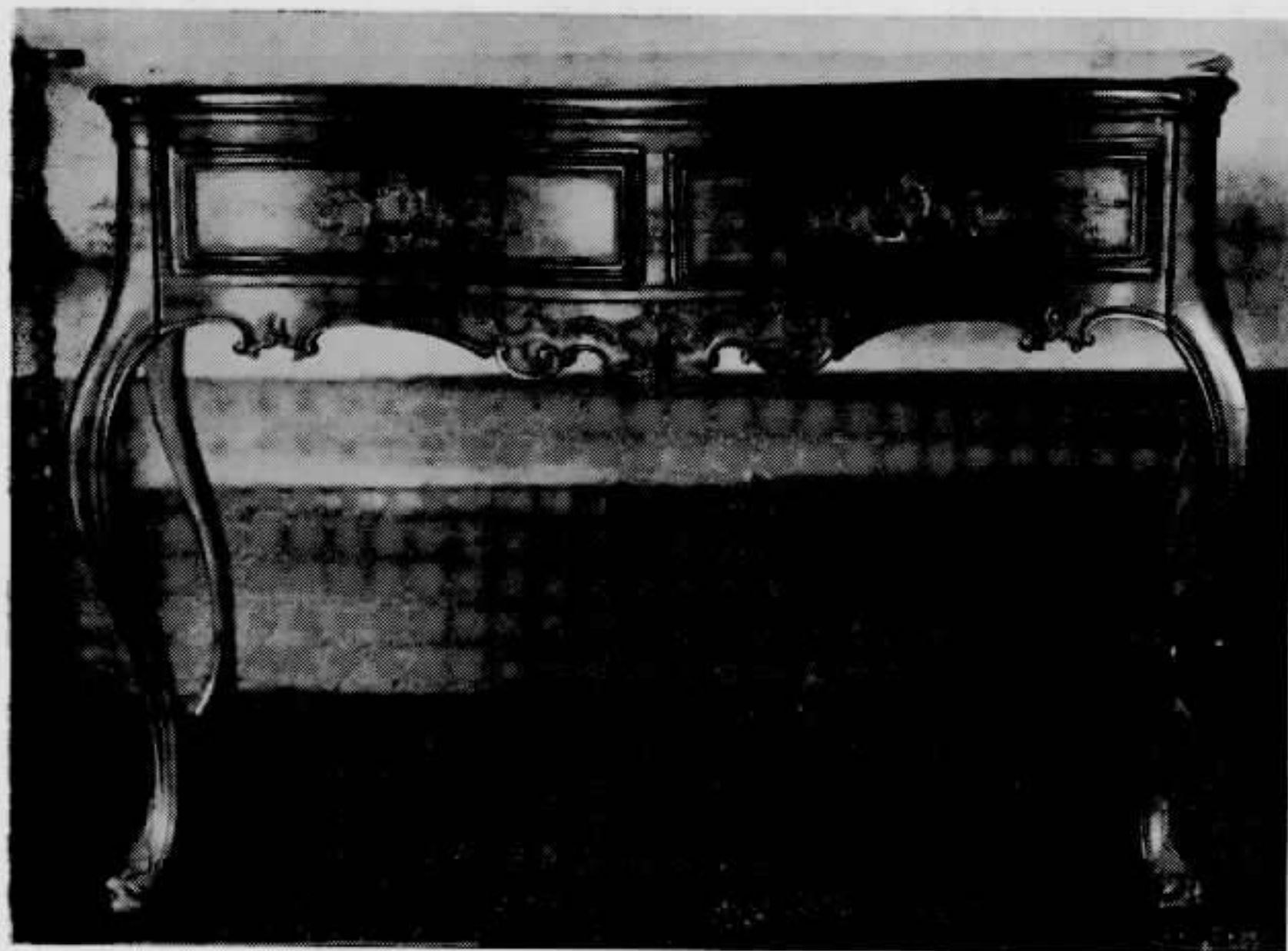
Ao estilo anterior, de linhas retas e planos regulares que dominou o século XVII, com seu já tradicional sistema de torneados e tremidos, se sobrepõe o novo estilo, por

(1) Fontanges — Marie Angelique de Scoraille de Roussille, duquesa de — Dama francesa e favorita de Luiz XIV, nascida em Ronergne em 1661 e morta a 28 de junho de 1681. De uma beleza deslumbrante, encantou ao rei que, por ela erigiu em ducado a terra de Fontanges, herança de sua mãe. Tomou seu nome “fontanges”, um penteado que ela usava e que consistia em uma fita que apanhava os cachos de cabelos no alto da cabeça deixando visível o laço que caia sobre a testa.



*Fot. n.º 3 — Cadeira forrada de couro de Córdova. Séc. XVII
ao XVIII*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 4 Mesa de encostar. Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)

assim dizer, de importação, com seus perfis sinuosos e suas superfícies ondulantes.

No estilo Rainha Ana, inglês (1702-1714) surgem as linhas curvas as quais davam mais movimento ao contorno dos móveis. As mesas de pernas arqueadas assim como as cadeiras, são no início, pesadas tornando-se mais leves posteriormente. A linha inferior da caixa, apresenta recortes contornados notando-se como ornamentos principais a concha, fôlhas de acanto e volutas. Inicialmente com perfis mais simples embora elegantes, apresentam mais tarde uma ornamentação mais exuberante nos joelhos, faces laterais e gavetas.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,82m x 1,23m (larg.). Foto n.º 4.

5. *Cadeira para canto de sala. Século XVIII.*

Cadeira em jacarandá e couro lavrado no assento, para canto de sala. Encôsto curvelíneo com braços em forma de volutas e cinco elementos sustentantes, isto é, colunas torneadas alternadas com placas de madeira recortada em curvas e vazados. Assento curvo nas faces anterior e laterais e retilíneo naquelas correspondentes ao encôsto; é guarnecido de couro lavrado com pregaria de metal no rebordo. Pernas torneadas, uma voltada para frente, duas para os lados e uma para trás. Travessas cruzadas e pés em formato cilíndrico.

Estilo D. João V com influência inglesa (Queen Anne na última fase). Esta peça, como outras desse gênero, foram muito reproduzidas na América do Norte, em Portugal e também no Brasil. Desde o século XVII já se manifestava grande influência do estilo inglês no mobiliário, influência essa que se perdurou por todo o século XVIII. Nesse período há cadeiras do típico estilo Queen Anne e do primitivo Georgiano (veja peça n.º 9) e há as de sabor essencialmente nacional com a decoração em motivos regionais, onde se encontram também as volutas, fôlhas de acanto e a concha inglesa que são considerados elementos constantes em todo o estilo.

Dentro da denominação geral Rainha Ana, acham-se intercaladas três fases: Guilherme e Maria, numa sequência simplificada do estilo anterior e onde as linhas retas cedem pouco a pouco lugar aos contornos Rainha Ana, de

formas mais elegantes; e o Georgiano, semelhante ao anterior, porém com mais sobrecarga de ornamentação.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,81m x 0,52m (ass.) Foto n.º 5.

6. *Poltrona em jacarandá e couro lavrado. Século XVII (meados)*

Cadeira em jacarandá, de braços, guarnecida de couro lavrado no assento e no encôsto com grossa pregaria de cobre no rebordo. A decoração do encôsto consiste em flôres e folhagens em torno de um vaso estilizado. Espaldar alto apresentando a parte superior e inferior em curva, com carrapetas de metal nas extremidades laterais. Braços em curva graciosa com arremates laterais em duas rosetas salientes. Pernas torneadas com três travessas e uma anterior apresentando SS entrelaçados.

É uma cadeira que, em suas linhas gerais, corresponde ao período denominado do renascimento português, século XVII. Período que começa em Portugal com o reinado de D. Manuel, inclui o domínio espanhol e os reinados de D. João IV e Afonso VI. O estilo “manuelino” que aqui se implantou sob o poder espiritual da Companhia de Jesus, sofreu em toda a sua atuação, uma abundante impregnação de influências hispano-árabe e indo-muçulmana. Os torsos, torneados, tremidos, entabeiramento em forma de corda etc., surgem como elementos marcantes na decoração do mobiliário do século XVII, trazendo mais movimento e vida às composições estáticas do período anterior. As curvas aparecem na composição como elemento accidental, e mesmo quando trabalhadas em espiral ou volutas na frente das cadeiras, na cabeceira das camas ou nas abas dos contadores, a sua presença em nada alterará o aspecto essencial do móvel. A cadeira analisada apresenta já uma evolução do tipo primitivo de armação quadrangular de aparência mais rígida, para uma forma mais apurada. A decoração no couro lavrado do espaldar com arabescos e folhagens em torno de um ornato em forma de vaso, já se faz sentir como uma primitiva manifestação do espaldar vasado naquele formato tão usado em épocas posteriores.

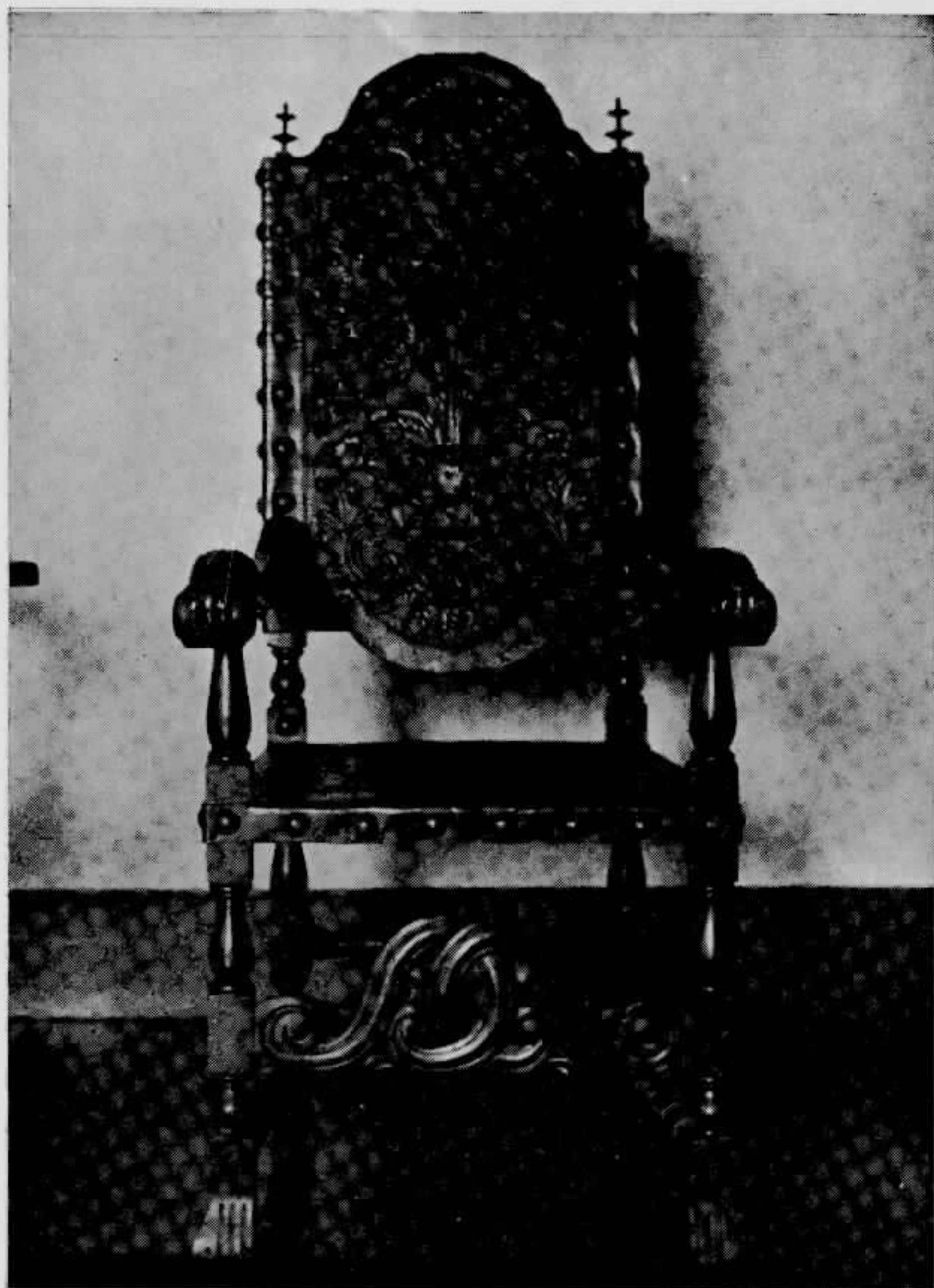
Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,38m x 0,53m. Foto n.º 6.



Fot. n.º 5 — Cadeira para canto de sala, Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)



*Fot. n.º 6 — Poltrona em jacarandá e couro lavrado. Séc. XVII
(meados)*

(Foto de João de Oliveira Rocha)

7. *Arca de tremidos. Minas Gerais. Século XVII.*

Arca de jacarandá com moldura forte de tremidos em tôda a orla do tampo, na face anterior, molduras das gavetas e base. Frisos de tremidos formam lozangos na face anterior do móvel. Gavetas em número de duas na parte inferior. Pés em grossos discos ou bolachas. Fechaduras e espelhos em recortes de ferro estanhado ou latão. Puxadores das gavetas e almofadas laterais em argolas presas sôbre chapas trabalhadas.

As arcas foram muito usadas em Portugal e também no Brasil. Dessas peças, onde o mérito do marceneiro se sobrepõe ao do entalhador, houve belos exemplares na Bahia e Minas mais especialmente. Feitas em vinhático, cedro, jacarandá etc., constituíram as peças mais características do mobiliário português no século XVI, crescendo de número e de trabalho nos séculos XVII e XVIII. Guardavam elas brocados, tecidos rendados e outras relíquias obedecendo a um costume das famílias de então. Primitivamente foi uma caixa de aparência grosseira, constituindo um tipo de móvel repositório e como derivados da arca surgiram as credências, cômodas, armários etc.

A decoração em tremidos, cujo processo teve o seu apogeu nas oficinas de Lamego na segunda metade do século XVII, produziu inúmeros exemplares marcando um tipo peculiar de ornamentação no mobiliário. As arcas geralmente eram constituídas em tábuas inteiras com ganzepes ou malhetas cobertas por guarnição raza de jacarandá presa por meio de cavilhas, de acôrdo com o sistema “alfarge”, que orientou o processo de traçado geométrico em vários aspectos da carpintaria. Às vêzes são ornadas com lozangos formados pela mesma guarnição que as compõe, como se observa no exemplar em questão, peça provavelmente de fabricação mineira.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,90m x 1,60m (larg.) x 0,76m (prof.)

Foto n.º 7.

8. *Poltrona. Século XVIII. Estilo D. João V (última fase).*

Poltrona em jacarandá com assento e encôsto em tecido liso azul. Espaldar com tabela estofada em contôrno sinuoso e parte superior tôda trabalhada em ornatos curvos,

concheados e vazados com leve inclinação para a rocalha. Aba anterior sob o assento com entalhes em concheados. Braços em linha curva terminados em volutas enroladas. Suportes curvos. Pernas de perfil curvo com joelheiras ornamentadas. Pés em volutas e travessas de contorno curvo, cruzadas.

Estilo D. João V em sua fase final com influências inglesas. As cadeiras desse período apresentam as pernas anteriores com características da fase de transição para o estilo D. José I partida suave da perna junto ao assento e não de maneira brusca.

O mobiliário inglês já estava suficientemente divulgado em Portugal, quando na primeira fase do século XVIII se deu como que uma mudança no estilo, mais pronunciadamente quanto às formas das peças. Com a interrupção das relações de Portugal com a França em virtude da guerra de Sucessão da Espanha (de 1703 a 1713) a influência dos estilos franceses foi se introduzindo, porém, através do estilo inglês, que, também naqueles buscava sua fonte de inspiração. Só no reinado de D. José I que aquela influência francesa conseguiu penetrar mais profundamente no mobiliário português, sem, no entanto sobrepujar a inglesa. Dessa maneira, isto é, primeiramente sob a influência do estilo inglês e depois dos estilos franceses em conjugação com aquêle, é que se formou, em Portugal, o estilo denominado D. João V.

Peça que pertenceu à Câmara de Sant'Ana de Japuiba — Estado do Rio de Janeiro. Transferência do Arquivo Nacional.

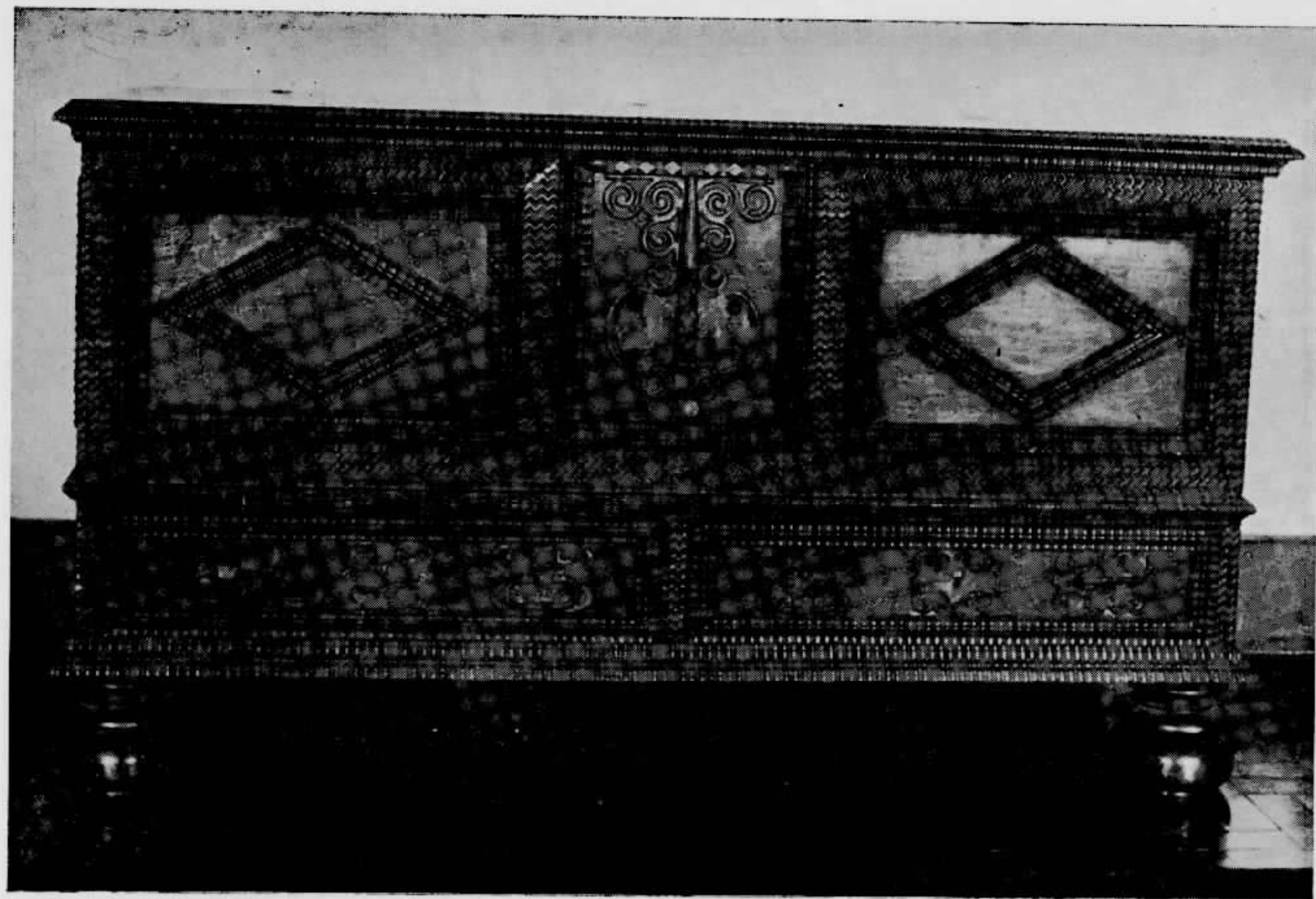
Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,36m x 0,47m (ass.) Foto n.º 8.

9. *Cômoda. Século XVIII.*

Cômoda em jacarandá de forma bombeada com três gavetas maiores inferiores e duas menores na parte superior com puxadores e espelhos de bronze trabalhado. Arremates inferiores, anterior e laterais, apresentando uma pequena sáia com ornamentação graciosa em concheados e vazados. Pernas curvas e pés em voluta.

Trata-se de uma peça que apresenta grande influência inglesa, influência essa que se faz sentir de maneira evi-



Fot. n.º 7 — Arca de tremidos. Minas Gerais. Séc. XVII

(Foto de João de Oliveira Rocha)



*Fot. n.º 8 — Poltrona. Estilo D. João V (última fase). Séc. XVIII.
Pertenceu à Câmara de Sant'Ana de Japuiba*

(Foto de João de Oliveira Rocha)

dente no mobiliário português no princípio do setecentos e se prolonga por todo o século XVIII. Houve na Inglaterra, durante o reinado de Guilherme III de Orange (1688-1702) e Maria, mulher de apurado gosto, uma visível transformação no mobiliário, adotando novas formas de influência holandesa. Com a Rainha Ana (1702-1714), o estilo já modificado, se aprimora e recebe o nome de “Queen Anne”. Posteriormente, com George I (1714-1727) inicia-se o grande ciclo georgeano que se estende por todo o século XVIII.

A cômoda é um móvel que se usa encostado à parede, como um móvel receptáculo, “bureau”, cofre, consola, etc., podendo ter gavetas ou compartimentos providos de portas. Na Europa continental a palavra cômoda corresponde ao que na Inglaterra chamam “chest of drawers”. A cômoda evoluiu dos mais antigos cofres montados sobre cavaletes, mas o vocábulo só aparece em 1708 correspondendo a um modelo do estilo Regência fabricado por Bérain. Desenvolveu-se rapidamente nos primeiros anos do século XVIII e adquiriu logo grande variedade de motivos decorativos.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,15m x 1,26m x 0,75m (prof.).

10. *Poltrona. Século XVIII. Época pombalina.*

Poltrona em jacarandá, época pombalina, arte portuguesa com assento e encosto em couro lavrado. Espaldar alto com tabela de contorno sinuoso e parte superior com belo entalhado em ornatos de flores miudas e concheados marcantes. Braços com suportes curvos. Pernas dianteiras em curva suave à maneira francesa com joelheiras ornamentadas e saia com ornatos entalhados em estilo rococó. Pés ornamentados em concha.

O estilo D. João V passou por diversas fases e se inspirou noutros estilos, como já foi dito, não fugindo à sua caracterização geral e aos seus princípios de composição. Este estilo foi se modificando ligeiramente nas proporções e se sobrecarregando nos ornatos, principalmente na época de Pombal (1751), quando o barrôco francês começou a atuar no estilo. São ornatos miudos e tratados com extrema delicadeza, o que constitui uma fase de ornamentação com predominância dos elementos fitomorfos (ornatos em

forma de vegetais), posterior a 1750, portanto, durante o reinado de D. José.

A preferência do estilo inglês estava de tal modo enraizada que o sistema de encôsto de tabela (“splat” em inglês), foi o mais empregado pelos marceneiros portugueses. Uma particularidade dos modelos franceses de adaptação dos braços às cadeiras, era de maneira a encaixá-los na parte de cima dando a impressão de uma peça única.

Peça que pertenceu ao antigo Conselho da Fazenda.

Conselho de Fazenda: pela carta régia de 15 de agosto de 1769, a antiga provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro, passou a ser a Real Junta da Fazenda, transformada a 28 de julho de 1808 em Erário Régio. O edifício sofreu pavoroso incêndio que tudo destruiu, em 1805. A presidência do Tesouro da monarquia, era exercida geralmente pelo ministro da Fazenda. Entre os que honraram este posto podemos citar: Baependi, Abrantes, Itaboraí, Saraiva, Ouro Preto, etc.

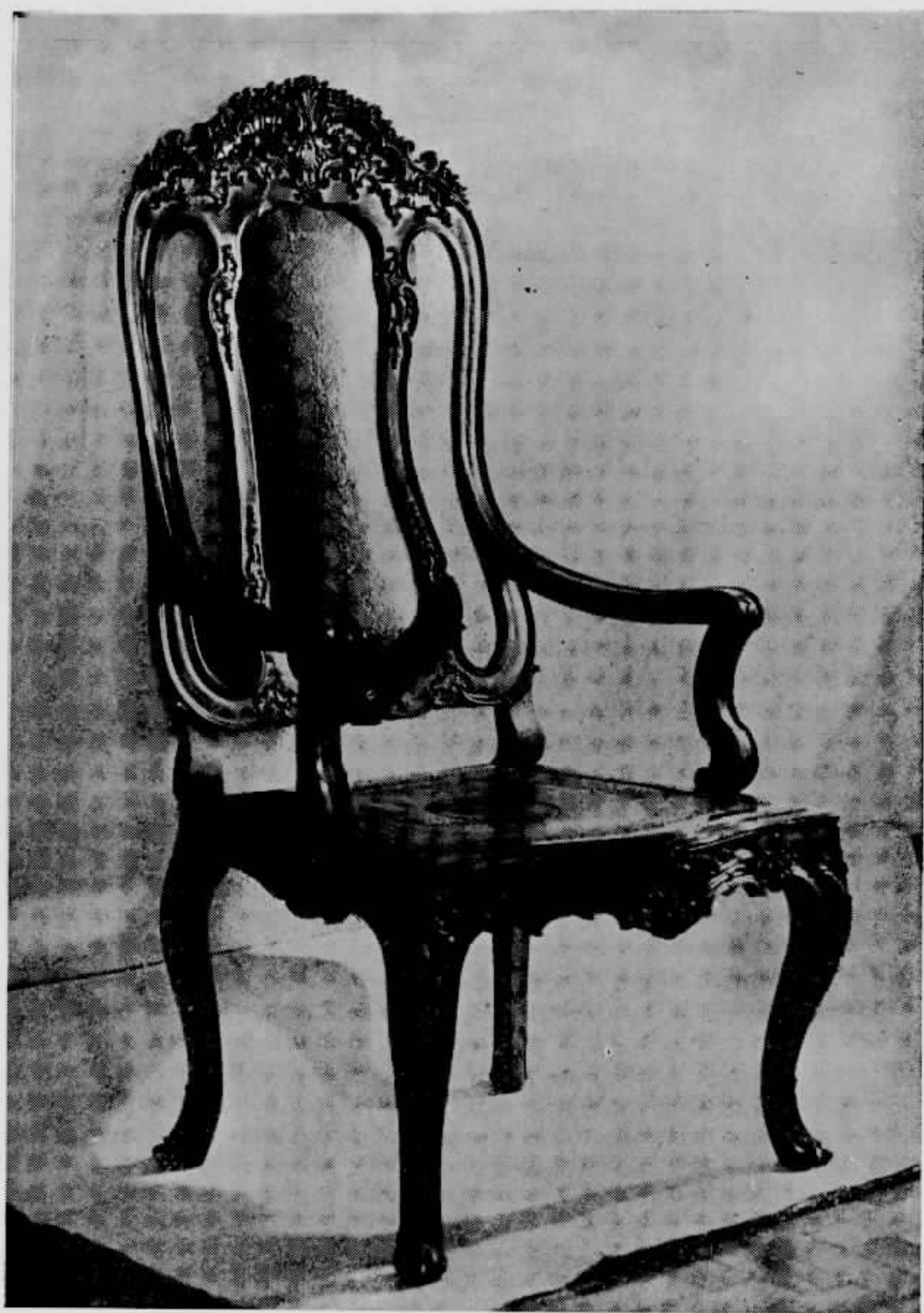
Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,37m x 0,56m (ass.) Foto n.º 9.

11. *Cômoda-papeleira. Século XVIII.*

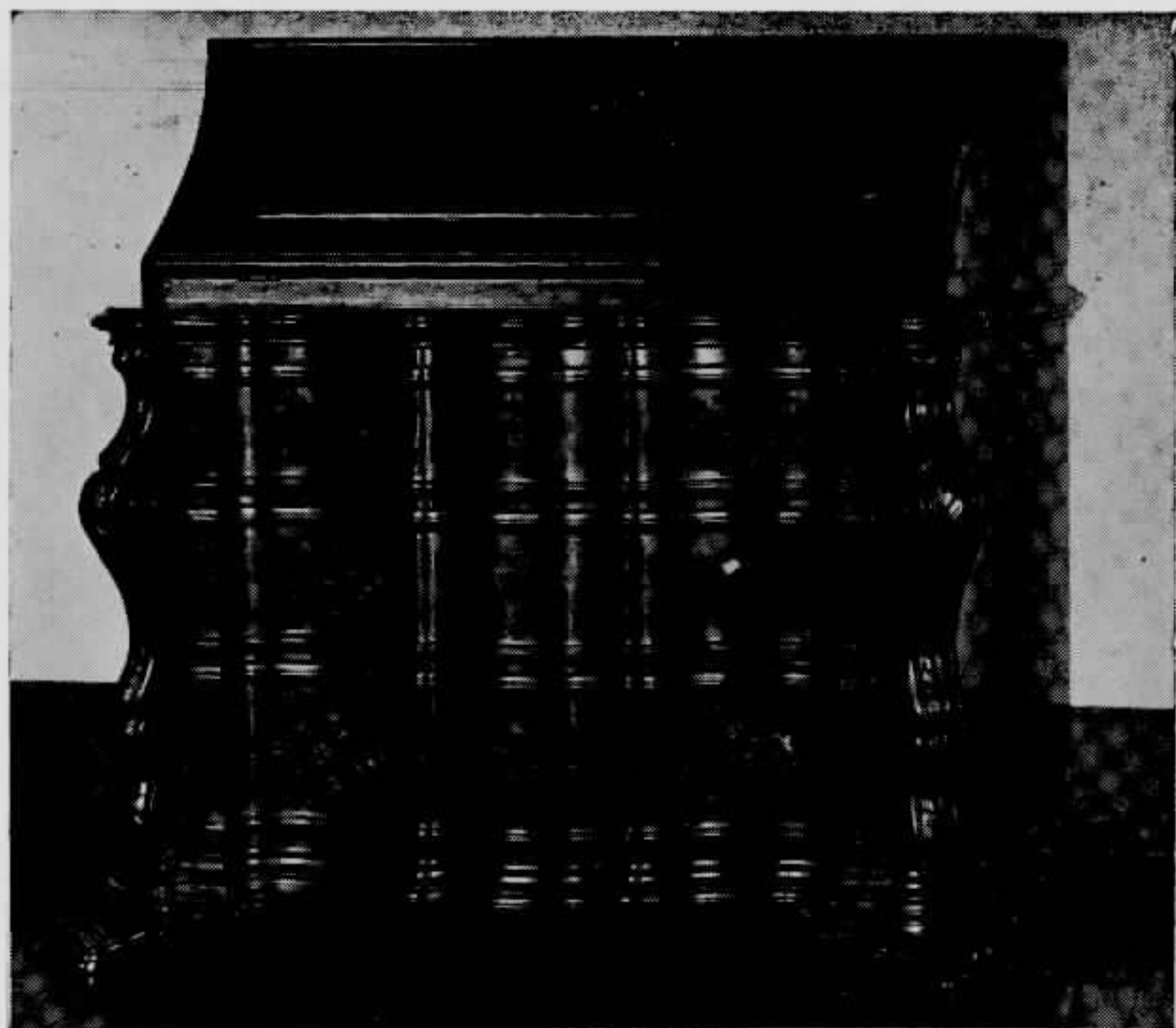
Cômoda-papeleira, século XVIII, em jacarandá, de forma bombeada, com três gavetas grandes na sua parte inferior com espelhos e puxadores em bronze cinzelado. O tampo é recortado acompanhando as curvas das faces externas do móvel. Na parte superior, internamente, um “bureau” com gavetas e escaninhos apresentando, no centro, uma espécie de cofre em madeira com fechadura (só orifício) onde se vê num escudo, as iniciais M.C.P., sob corôa de conde. Externamente uma tampa inclinada, com fechadura na parte superior e espelho de metal trabalhado, se abre por meio de dobradiças. Pés com sapatas em forma de volutas acompanham a decoração do móvel nos seus ângulos laterais.

As cômodas-papeleiras ou cômodas-escrivaninhas são móveis de grande porte, da metade do século XVIII. Eram constituídas de uma parte superior, a papeleira ou escrivaninha e de uma parte inferior ou cômoda propriamente dita. A papeleira tem tampo móvel ligeiramente inclinado,



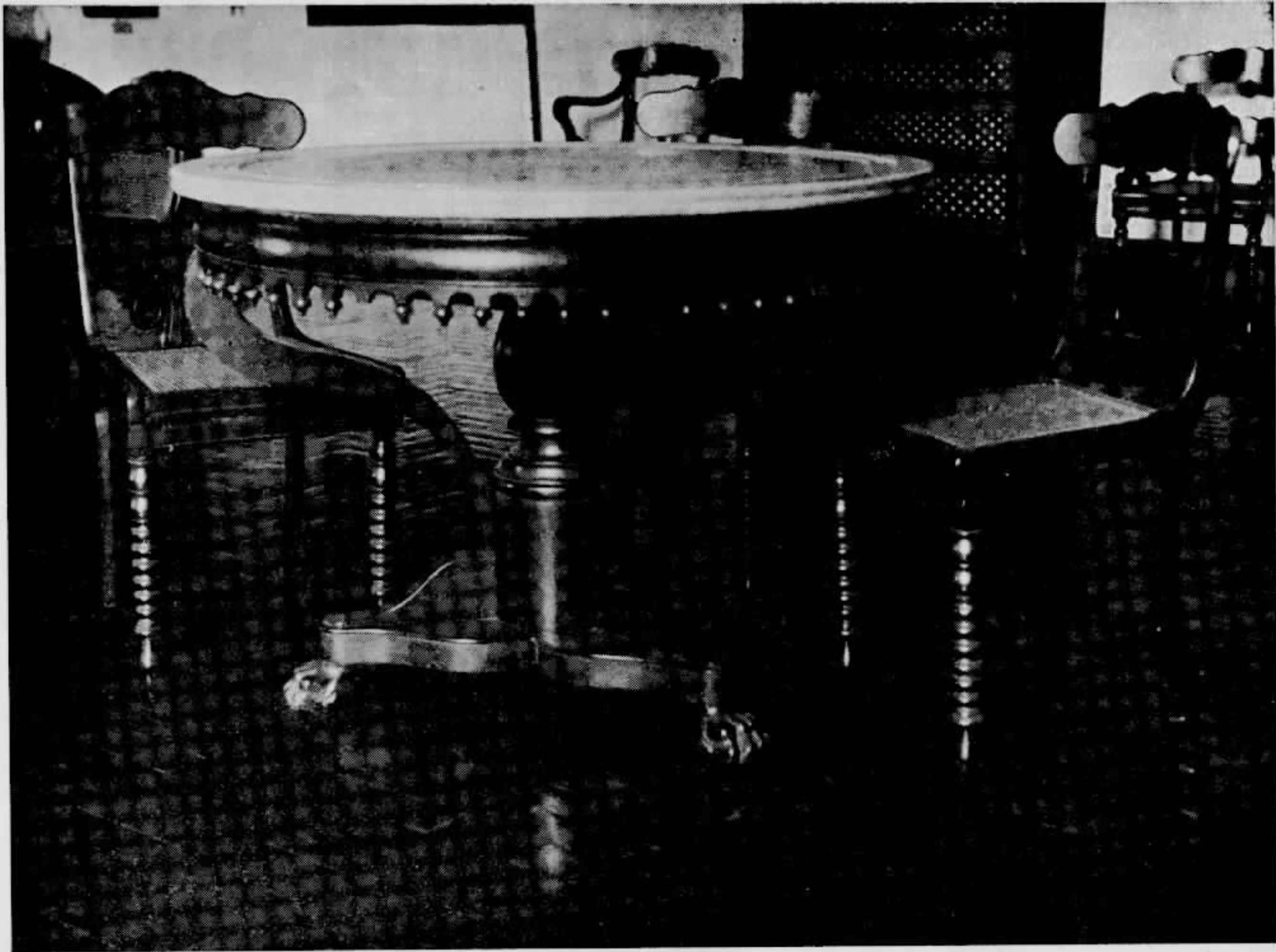
*Fot. n.º 9 — Poltrona em jacarandá. Época pombalina. Séc. XVIII.
Pertenceu ao antigo Conselho de Fazenda*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 10 — Cômoda-papeleira. Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 11 — Mesa e cadeiras. Séc. XIX. Parte da mobília que pertenceu à casa de verão de D. João VI, em Paquetá

quando fechado. É um móvel de caráter joanino apresentando influências inglesas. As do período inglês da Rainha Ana, apresentavam seus pés avançados em formato curvo e gracioso, enquanto que na época anterior, Guilherme e Maria, os mesmos descansavam em bolas. Neste tipo de móvel também a parte inferior possuía gavetas e a superior era formada de um armário cuja tampa reta ou inclinada se abria até ficar na posição horizontal, deixando a descoberto uma série de gavetinhas e escaninhos. São também desse período as mesas escritórios formadas por duas séries de gavetas colocadas na parte inferior e superior separadas por uma prancha que se faz de mesa. Os modelos de móveis portugueses de influências inglesas ou francesas, aqui chegados, foram alterados com características de maior robustês dada a abundância de excelentes madeiras que aqui encontraram os marceneiros.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. total 1,14m x 1,68m prof.

Alt. da pap. 0,335m x 1,12m. Foto n.º 10.

12 a 15. *Quatro cadeiras em jacarandá e couro lavrado.*
Século XVII (segunda metade)

Cadeiras em jacarandá com encôsto e assento guarnecidos de couro lavrado com pregaria grossa em metal. Espaldar curto com desenhos de flores e folhagens estilizadas em torno de um escudo central onde se vê um leão rompente. Nos ângulos do espaldar, carrapetas em metal. Assento com decoração em fôlhas e flores. Armação retilínea. Pernas torneadas com duas travessas em “chapelet” desencontradas duas a duas apresentando a anterior um entalhe formado de volutas em SS entrelaçados. Pés em pêra.

Esta peça faz parte de u’a mobília que se compõe de um sofá de três lugares e quatro cadeiras iguais. Trata-se de peças provavelmente da segunda metade do século XVII quanto à estrutura e forma; do denominado estilo filipino que corresponde ao período da dominação espanhola em Portugal. (veja a peça n.º 3)

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 1,09m x 0,39m (ass.).



16. *Sofá em jacarandá e couro lavrado. Século XVII*
(segunda metade)

Sofá de três lugares, em jacarandá, guarnecido de couro lavrado no assento e encôsto com pregaria grossa em metal. Ornamentação do couro — flores e folhagens em torno de um escudo estilizado com um leão rompente. Oito pernas torneadas com travessas anteriores com entalhes formados por volutas em SS entrelaçados. Pés em pêra. (veja peça anterior)

Os primeiros sofás eram constituídos de cadeiras unidas observando-se perfeitamente a divisão das mesmas nos espaldares e assentos, faltando-lhes unicamente os braços daquelas que compõem a parte central. Alguns exemplares ingleses do período da Rainha Ana, apresentam cinco pés. Mais tarde passaram a ser compostos de três cadeiras unidas com encôstos completos, dois braços e oito pés. Antes de chegar a forma moderna de encôsto inteiro, os sofás passaram pela fase de simular os três encôstos com duas pequenas saliências no centro e dividir o assento em três almofadas.

Estado de conservação: bom.

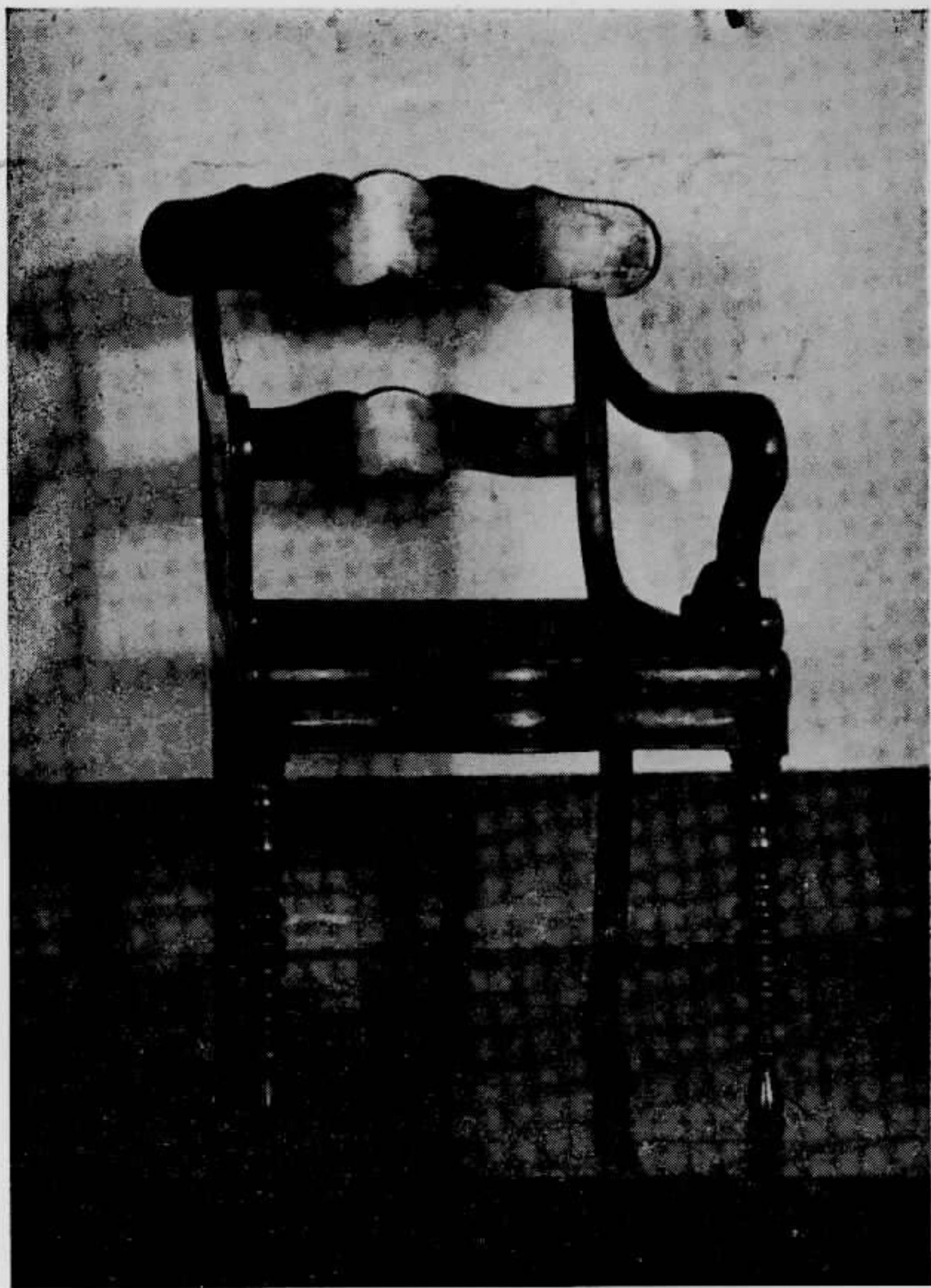
Dimensões: alt. 1,09m x 0,42m (ass.).

17 a 20. *Quatro poltronas em jacarandá. Século XIX.*

Quatro poltronas iguais, do século XIX, em jacarandá, com assento de palhinha e encôsto apresentando duas travessas horizontais recortadas em curva, sendo que a superior excede aos lados da cadeira. Pés em pêra e pernas anteriores torneadas e posteriores lisas. Braços curvelíneos.

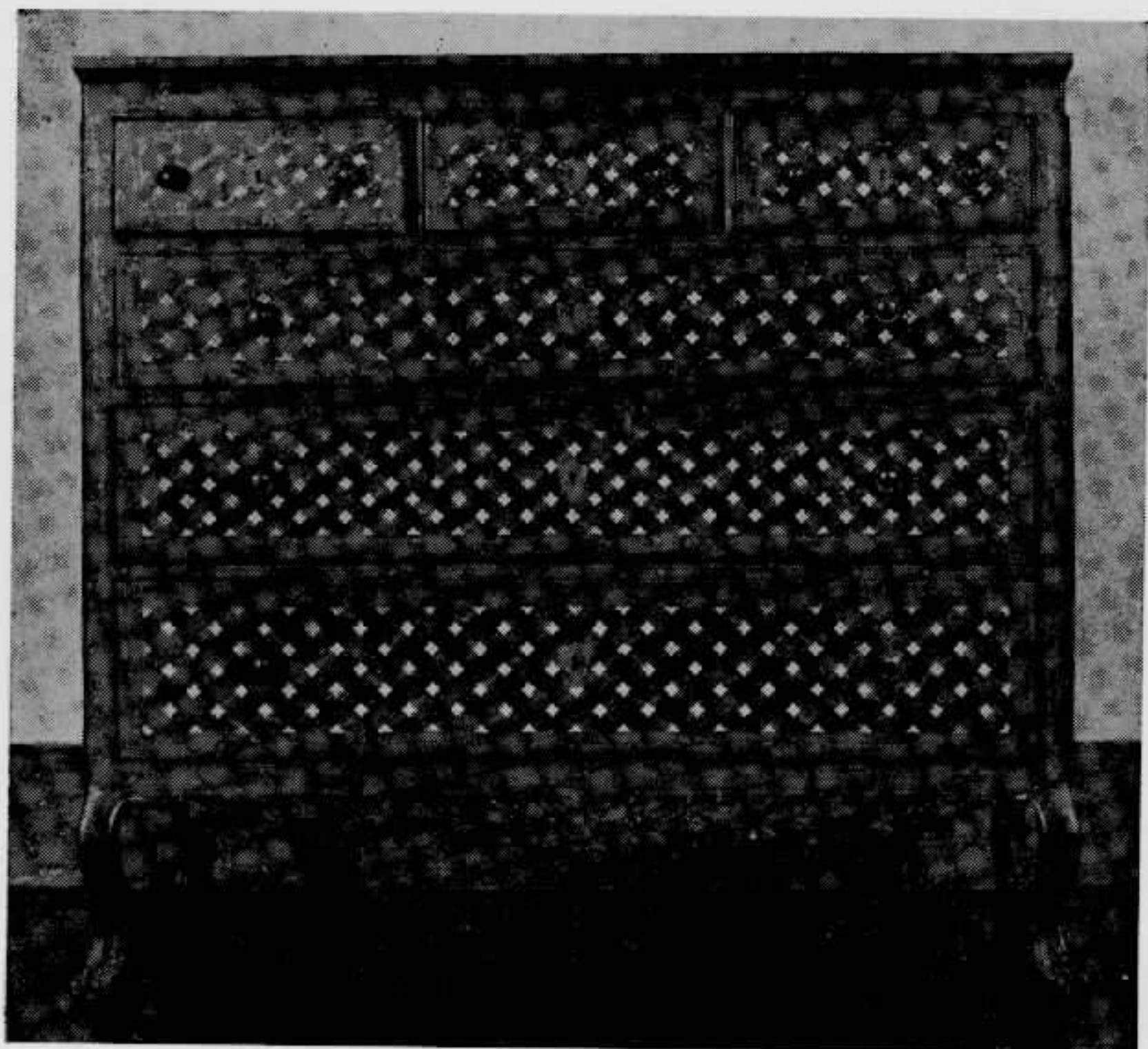
Estas peças fazem parte de uma mobília composta de quatro poltronas, quatro cadeiras, uma mesa, dois consoles e um sofá e pertenciam à casa de verão de D. João VI, em Paquetá.

Apresentam linhas mais singelas e sóbrias que se contrastam com as curvelíneas e muito movimentadas dos estilos anteriores, principalmente de D. João V. Os assentos de couro gravado ou de tapeçaria e mesmo de seda, são substituídos por outros de palhinha provavelmente obedecendo já a uma exigência climática ou de maior simplicidade. Houve desde fins do século XVIII e início do XIX, uma grande liberdade na aplicação de elementos de diversos estilos, os quais alterados ou adaptados, dão ao móvel



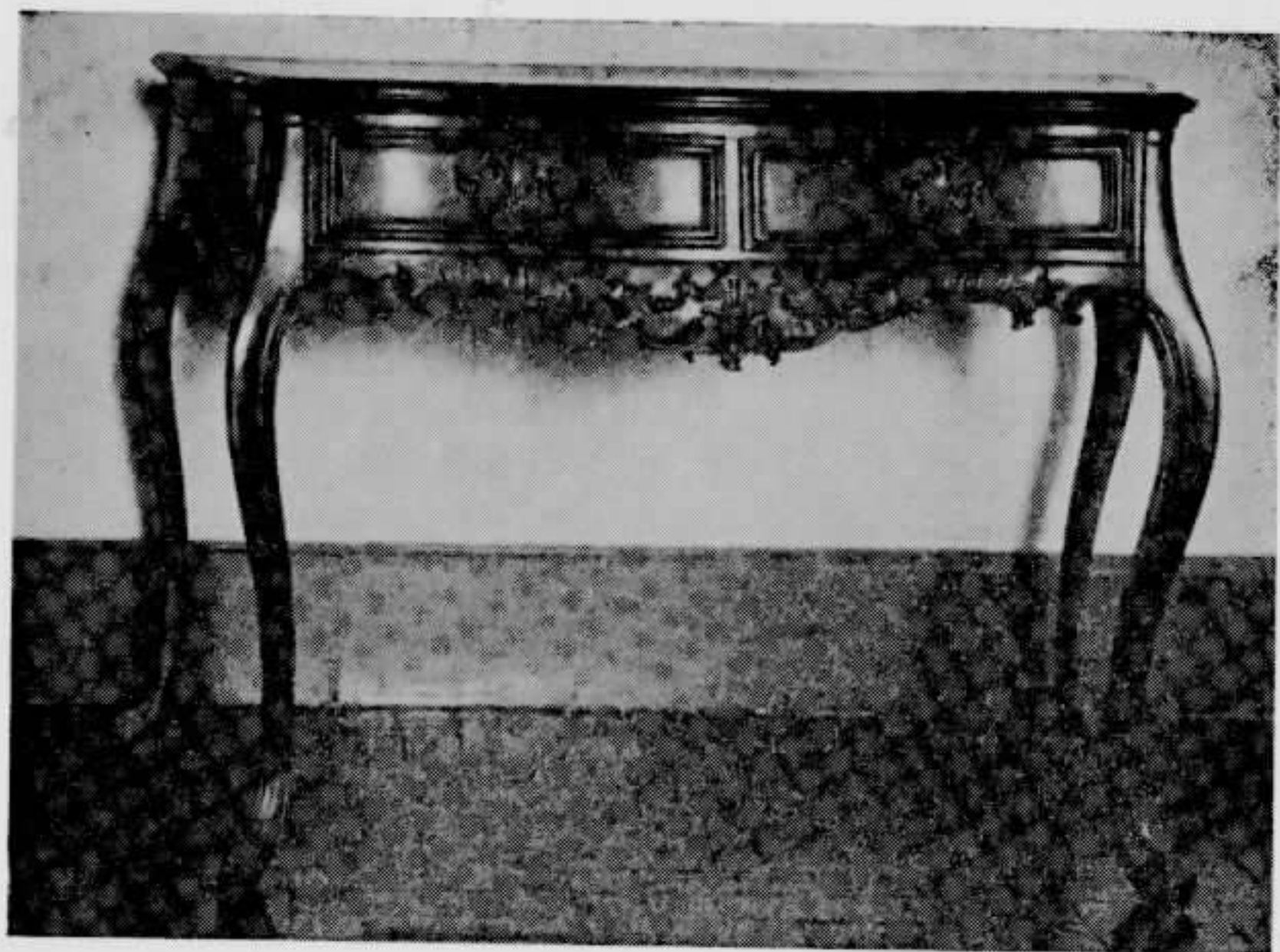
Fot. n.º 12 — Cadeira de braços. Séc. XIX. Peça pertencente à casa de verão de D. João VI, em Paquetá

(Foto de João de Oliveira Rocha)



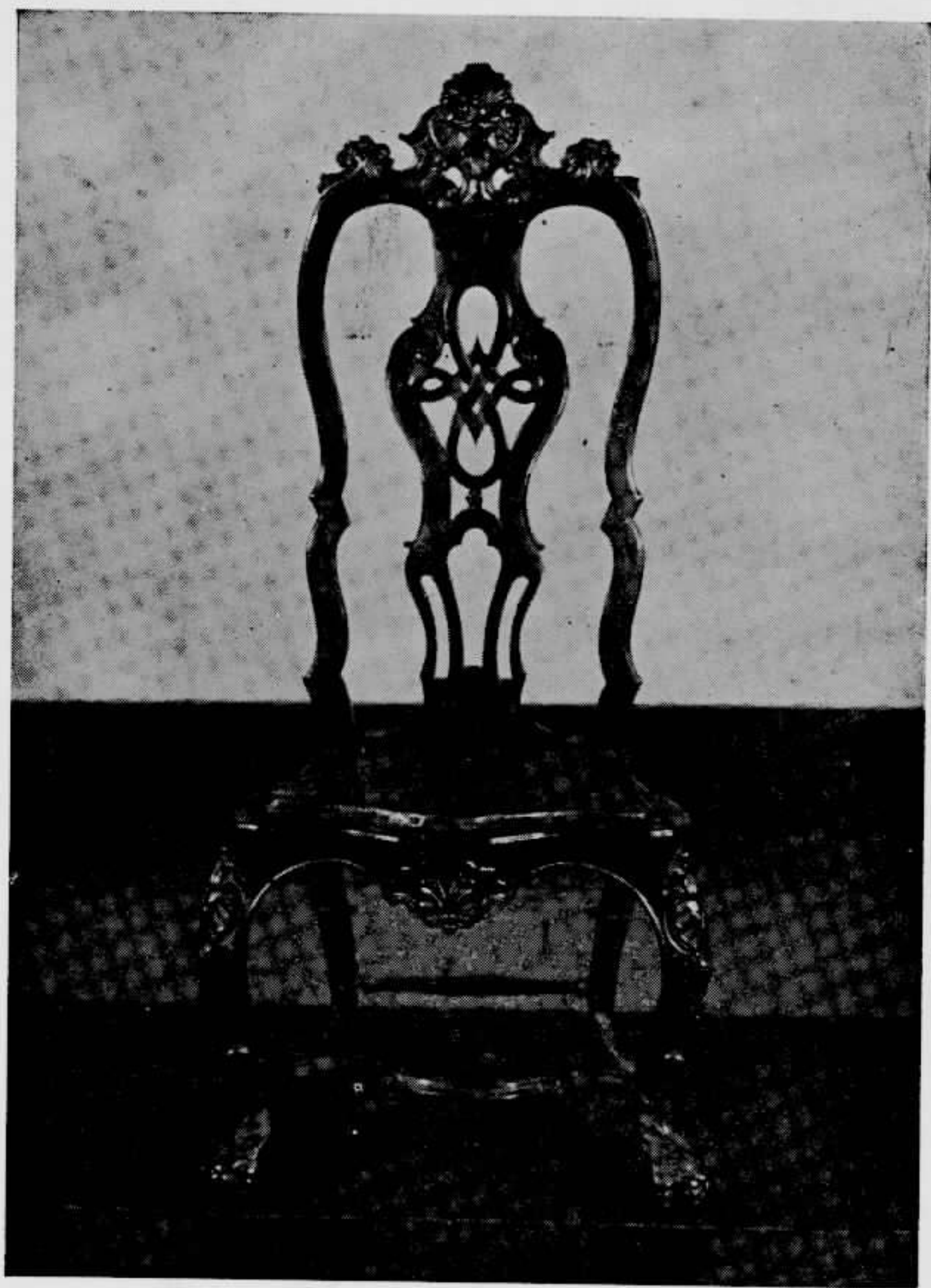
*Fot. n.º 13 — Cômoda marchetada e incrustada de marfim.
Séc. XVIII*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



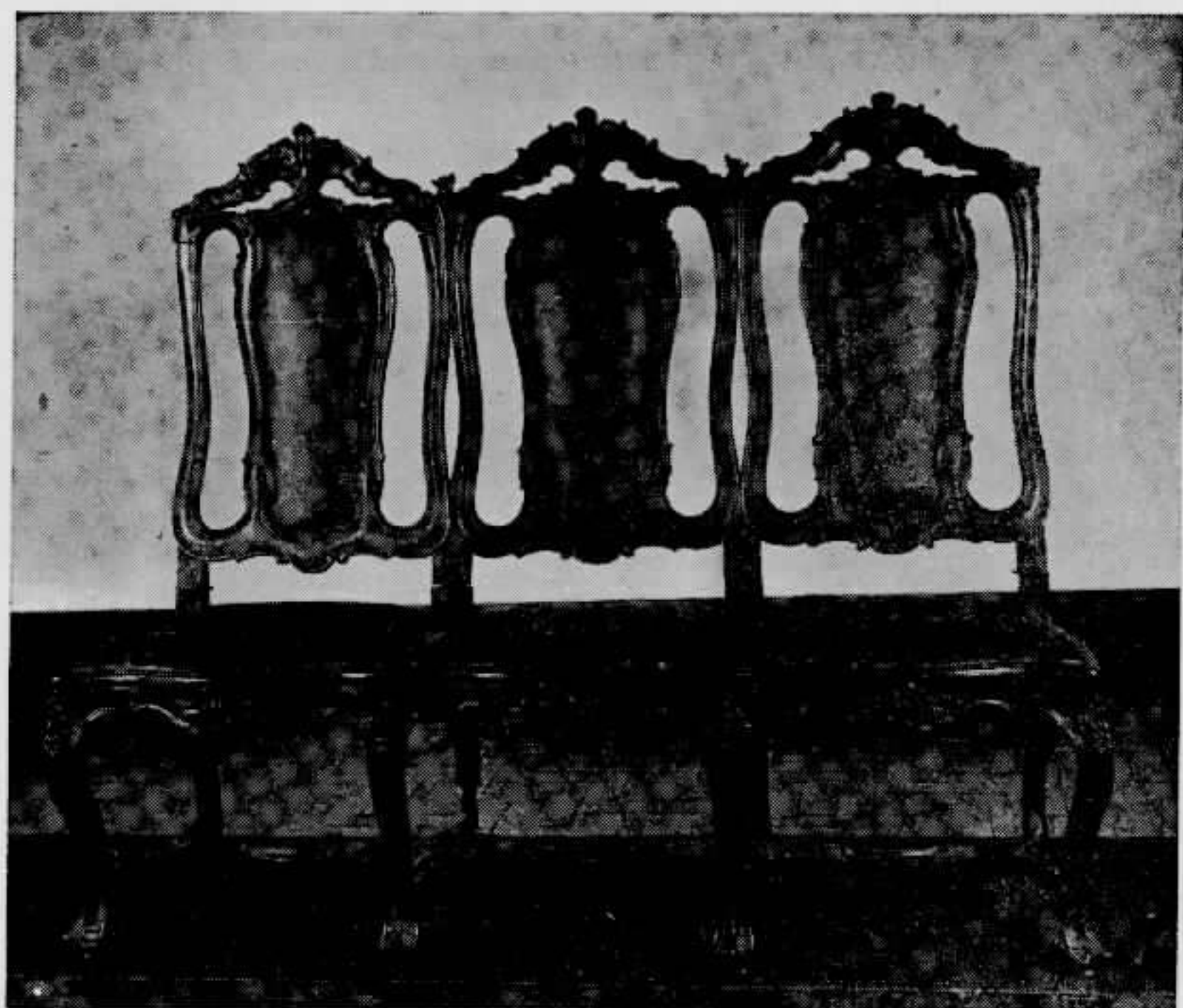
*Fot. n.º 14 — Mesa de encostar. Estilo D. João V (última fase).
Séc. XVIII*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



*Fot. n.º 15 — Cadeira em jacarandá e couro lavrado. Séc. XVIII.
Espaldar à maneira Chippendale*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



*Fot. n.º 16 — Cadeira em jacarandá e couro. Estilo D. João V
Época de transição.
(Foto de João de Oliveira Rocha)*

dêste período, aspectos bem variados. As linhas gerais são simples ao gosto Sheraton ou já Império.

Passada a influência francesa, o móvel brasileiro volta às suas formas simples, segundo a direção do móvel inglês. Entre os estilistas ingleses que apareceram na segunda metade do século XVIII, dentro da orientação dos irmãos Adam — Roberto (1728-1792) e Jaime (1730-1794), que aplicam a construção dos móveis às linhas clássicas, destaca-se Sheraton que muito produziu em fins do século XVIII e princípios do XIX sendo seus modelos muito copiados não só na Inglaterra como em Portugal e Brasil.

Thomas Sheraton (1750-1806), em sua obra "The cabinet-makers and upholsterer's drawing book" demonstra um estilo, cujo aspecto representa um contraste com a linha rococó apresentando características de leveza, sobriedade e elegância. Com o nome de estilo Sheraton compreendemos uma época na história do móvel inglês que abrange um período entre 1762 até meados do reinado da Rainha Vitória. Em geral, as variações em todos os estilos, nesse período, são classificadas pelo nome genérico de Sheraton e o mobiliário que apresenta tais características, aparece entre nós, entre 1790 e 1820.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,89m x 0,45m (ass.) Fotos ns. 11 e 12.

21 a 24. *Quatro cadeiras em jacarandá. Século XIX.*

Quatro cadeiras iguais, em jacarandá com assento de palhinha e encosto apresentando duas travessas horizontais recortadas em curva, sendo que a superior excede aos lados da cadeira. Pernas anteriores torneadas e posteriores lisas. Pés em pêra. (Veja a peça anterior)

Estas peças fazem parte de uma mobília composta de quatro poltronas, quatro cadeiras, uma mesa, dois consoles e um sofá e pertenciam à casa de verão de D. João VI, em Paquetá.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,89m x 0,45m. Foto n.º 11.

25 e 26. *Dois consoles em jacarandá. Século XIX.*

Consoles em jacarandá com tampo de mármore e forma bombeada na sua face anterior. Sob o tampo e em

tôda a sua volta, um ornato simétrico em ameias apresentando, cada uma, um remate esférico. Duas pernas em linha curva com entalhes de fôlhas de acanto nos joelhos. Uma prancha na parte inferior, de contôrno curvo, acompanha a linha do tampo. Pés em garra. (Veja a peça anterior)

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,83m x 1,05m.

27. *Mesa redonda em jacarandá com tampo de mármore. Século XIX.*

Mesa redonda em jacarandá com tampo de mármore com frisos em relêvo em todo o bordo. Sob o tampo um ornato simétrico em ameias apresentando, cada um, a um remate esférico. Tripé terminado em garras. (Veja a peça anterior)

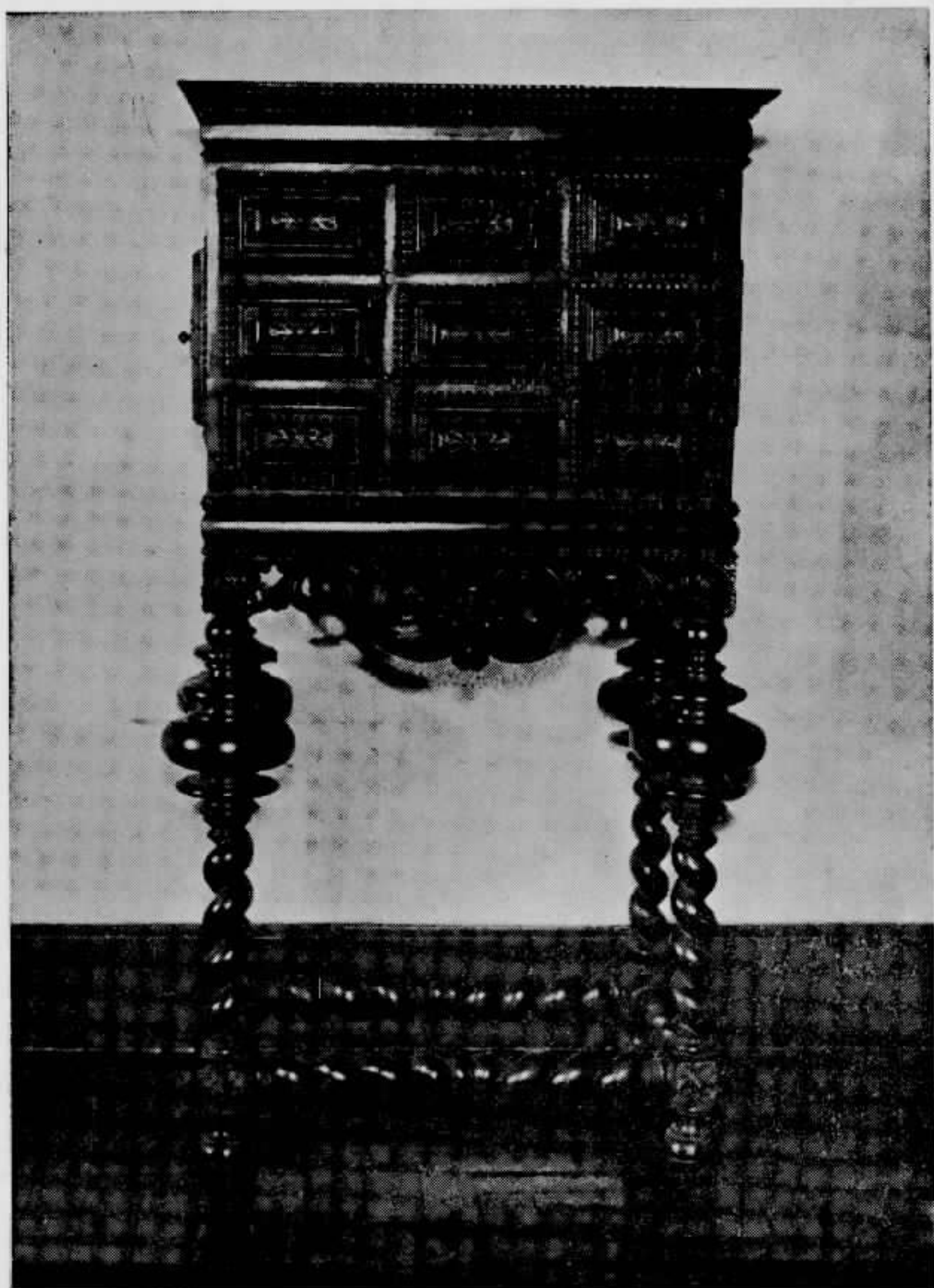
Estado de conservação: bom.

Dimensões: diam. 1,10m x 0,80m alt. Foto n.º 11.

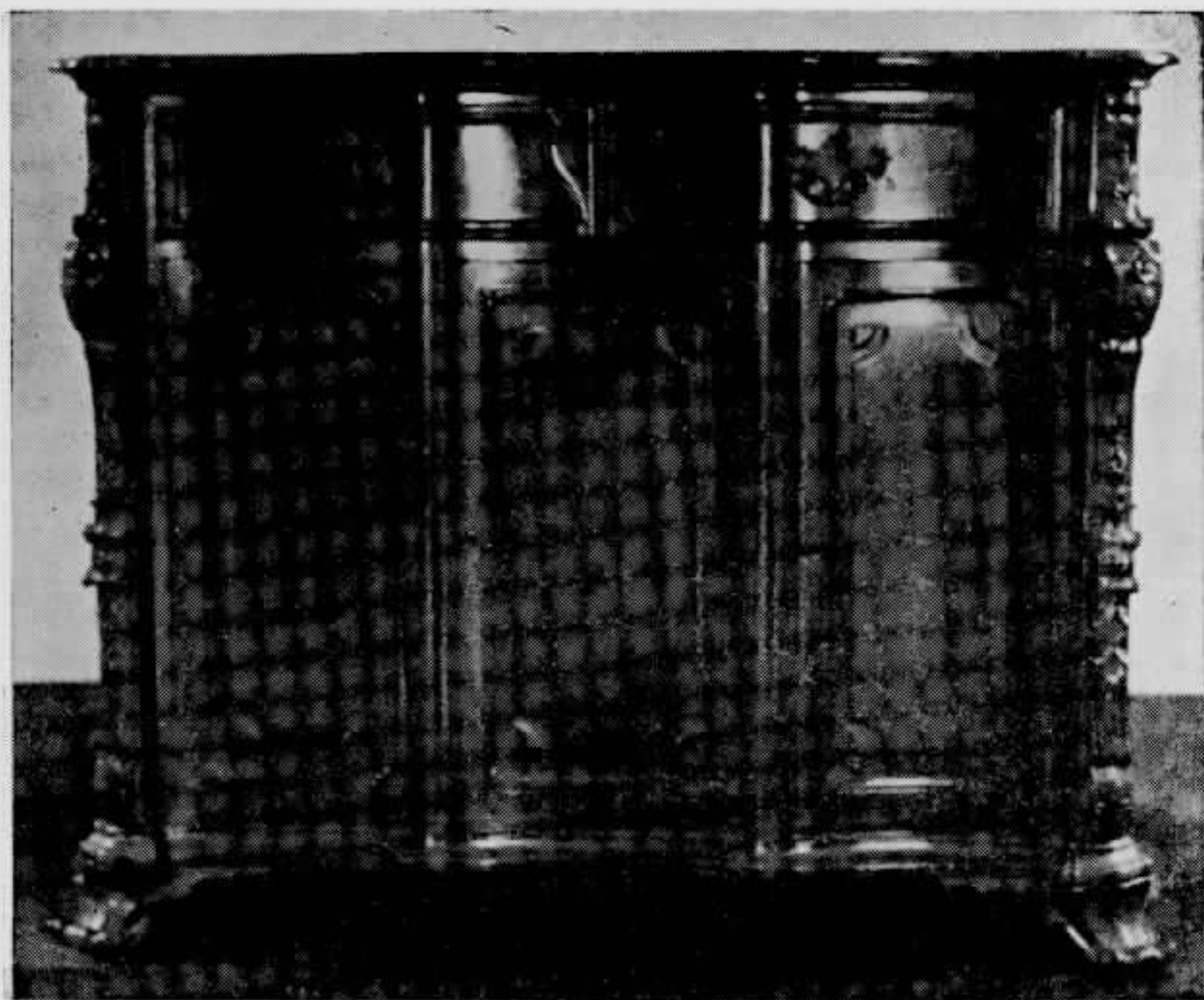
28. *Sofá em jacarandá com assento de palhinha. Século XIX.*

Sofá em jacarandá com assento e encôsto de palhinha. Espaldar curvo com um arremate central em entalhe singelo. Braços tipo “recamier”. Pés em garras. (Veja a peça anterior). Última peça que compõe a mobília que fazia parte da casa de verão de D. João VI em Paquetá. Fabricação fluminense. Época de D. João VI, de influência de vários estilos franceses e ingleses. Trata-se de um tipo de mobiliário que corresponde ao período entre 1800 e 1822, por conseguinte, época do Brasil reino ou, para nós, estilo D. João VI, por corresponder a um período em que, em Portugal, não houve um estilo definido. O mobiliário brasileiro dêsse período, em que se incluem móveis de características diferentes, porém com a mesma linha de sobriedade e singeleza, sendo aqui interpretados os elementos do estilo Luiz XVI, as criações do arquiteto e decorador Adam e as concepções do estilo Império.

O uso da palhinha, trançado feito de finas tiras de casca de junco da Índia, só se tornou usual, em Portugal, na época de D. Maria I. Esse tipo de revestimento já havia sido empregado pelos holandeses e pelos ingleses no sé-

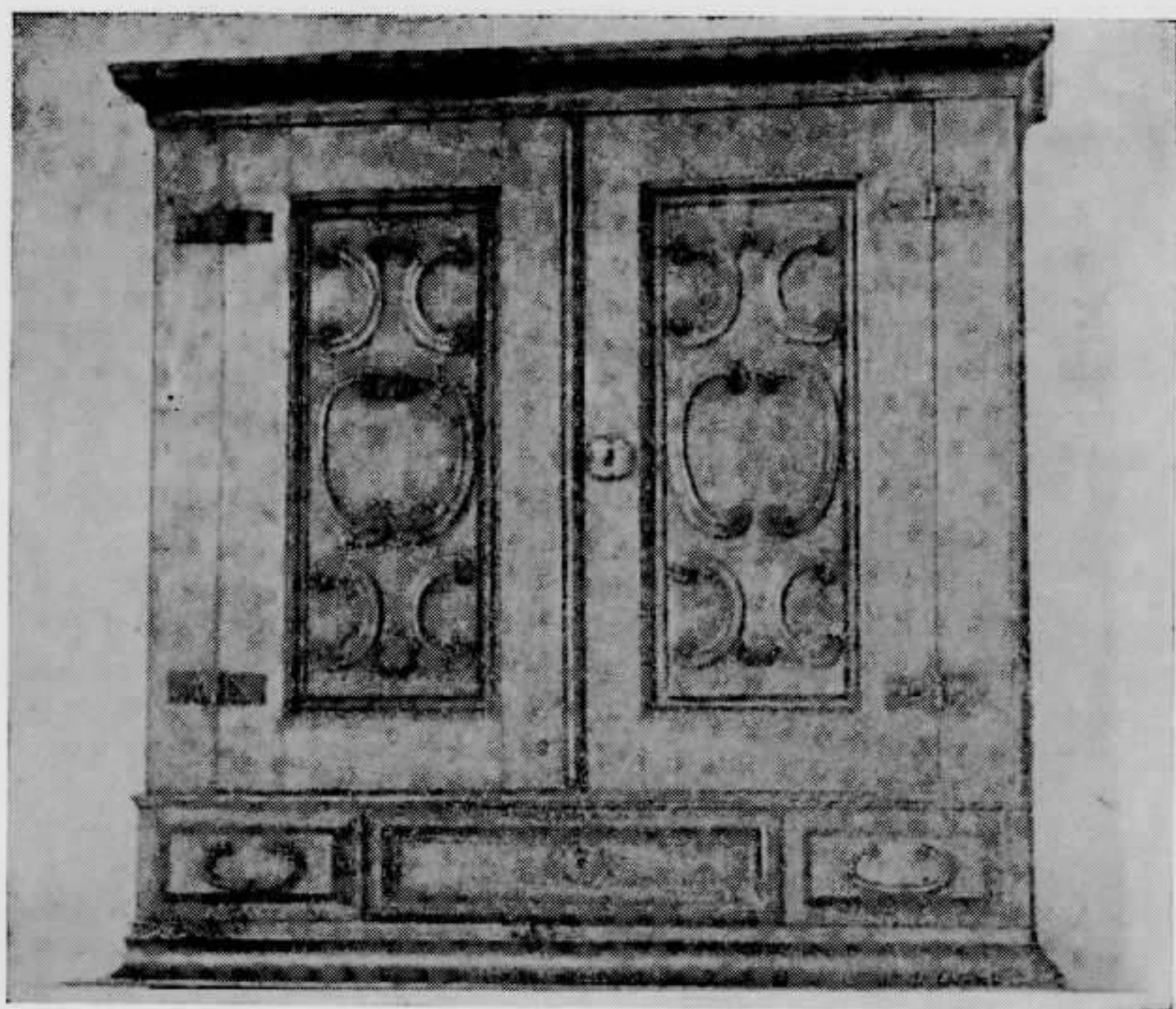


Fot. n.º 17 — Contador filipino em jacarandá. Séc. XVII
(Foto de João de Oliveira Rocha)



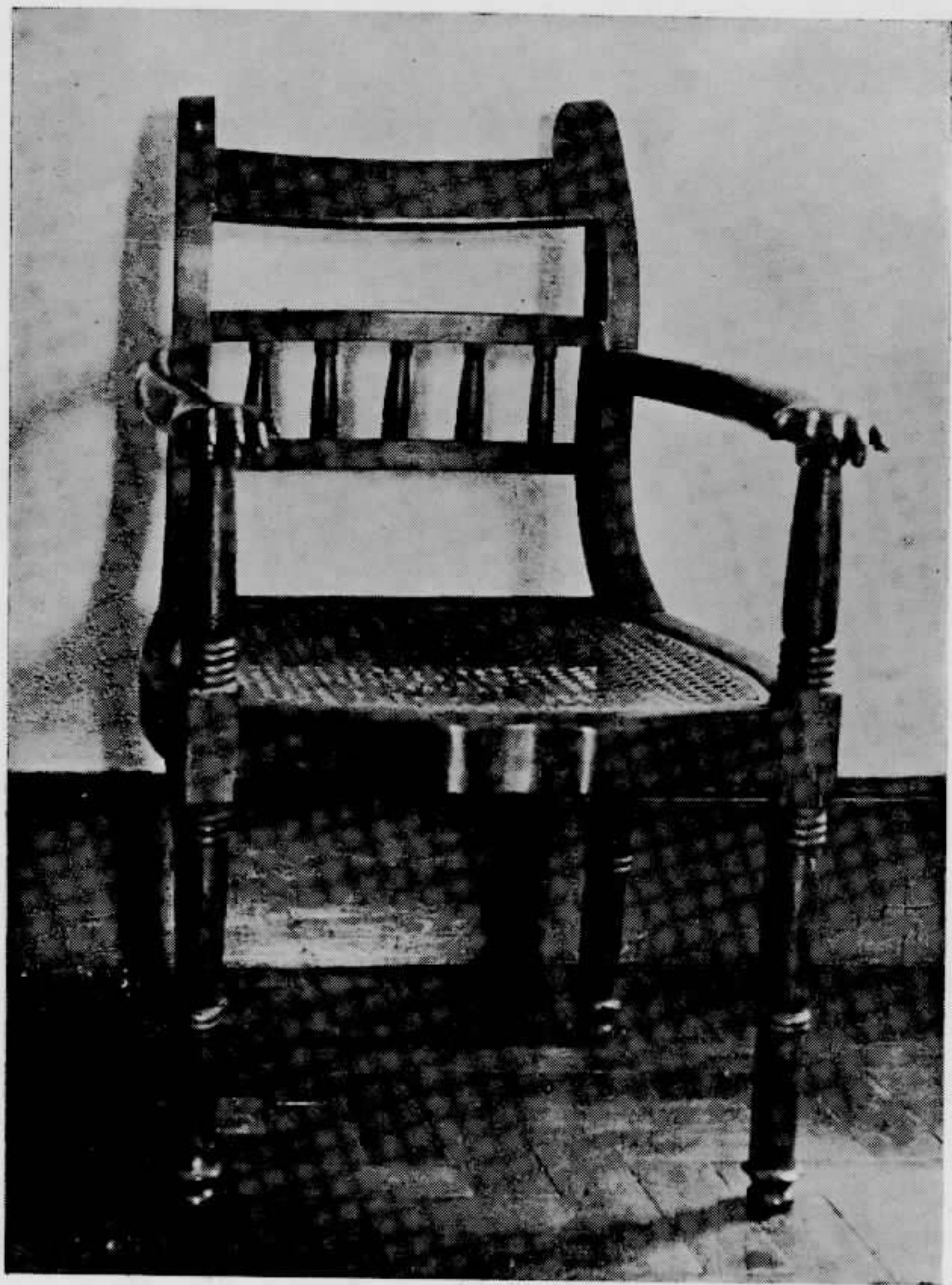
Fot. n.º 18 — Cômada-trinchante. Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)



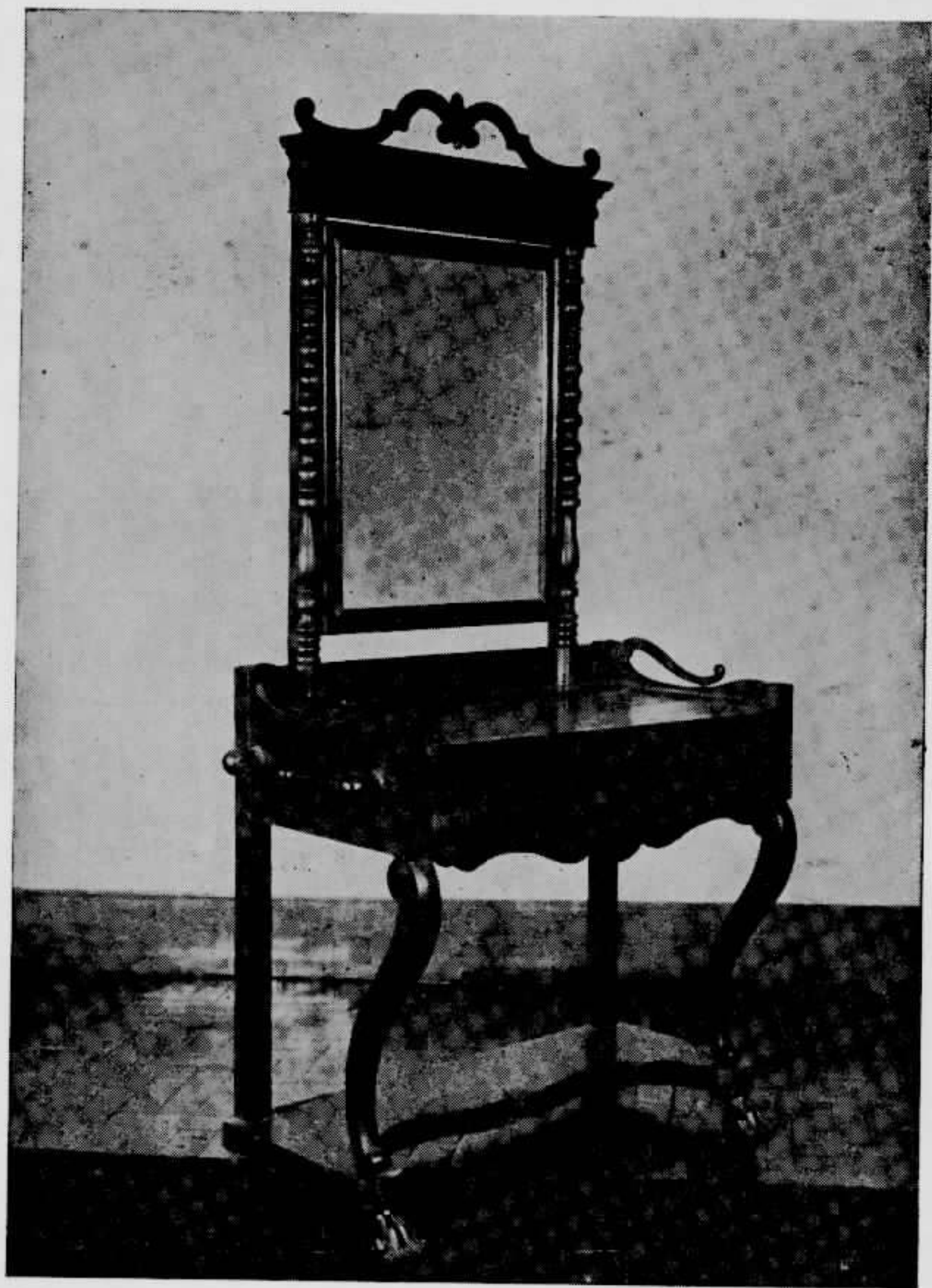
Fot. n.º 19 — Pequeno armário em jacarandá. Séc. XVII

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 20 — Poltrona em jacarandá forrada de palhinha, Séc. XIX

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 21 — Penteadeira em jacarandá. Séc. XIX. Adaptação brasileira do estilo Império. Fabricação fluminense

(Foto de João de Oliveira Rocha)

culo XVII e ainda no princípio do século XVIII. As cadeiras francesas, onde a palhinha era aplicada, chamavam-se “sièges cannées”. Em Portugal, já no final do reinado de D. José I ela começou a ser empregada.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,20m x 1,59m x 0,56m (assento).

29. *Oratório colonial em jacarandá. Século XIX.*

Oratório em jacarandá com crucifixo de marfim, guardanhões e resplendor em prata no seu interior. Formato retilíneo, envidraçado, com uma porta e interior revestido de tecido vermelho. Parte superior em contorno curvo.

O oratório era quase que uma peça indispensável nas residências portuguesas e brasileiras, podendo ser simples ou luxuosos e muitas vezes era colocado sobre cómodas, credências etc.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,13m x 0,60m.

30. *Cômoda marchetada e incrustada de marfim. Século XVIII.*

Cômoda de caráter indo-português, marchetada em desenhos geométricos com madeiras de cores claras e incrustada com delicados motivos (quadrifólios) em marfim. Peça, cuja estilização decorativa, constitui um exemplar distinto entre outras da mesma espécie e finalidade. O conjunto é formado de três grandes gavetas inferiores e três pequenas superiores com puxadores de madeira arredondados. É arrematado com ornatos entalhados de flores miúdas e graciosas ramagens que formam uma pequena saia ou avental na parte inferior do móvel. Pernas e pés curvos terminando em volutas.

Este magnífico exemplar, cujo ensablado de caráter geométrico das faces laterais e frente do móvel e também devido à perícia da aplicação de embutidos de marfim, é colocado entre as peças genericamente designadas de indo-portuguêsas pela contribuição do elemento oriental e pela feitura de inconfundível caráter português. As cómodas e papeleiras vieram a fazer parte do mobiliário de Portugal no início do século XVIII. Na segunda metade deste século é que começam a aparecer em França, Holanda e In-

glatterra. No princípio são muito simples, posteriormente, apresentam as linhas mais bombeadas com arremates entalhados e no passar do século tomam linhas mais retas com ornatos de filetes e flores constituindo uma bela obra de entalhador.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,14m x 1,22m. Foto n.º 13.

31. *Cadeirinha em jacarandá. Século XIX.*

Cadeirinha em jacarandá, para costura, sem braços e com assento de palhinha. Pernas serradas, em linha curva com travessas retas laterais. Encosto formado por duas travessas horizontais recortadas em curva.

É um período que corresponde a uma reação académica, liberal e mais sóbria iniciada no fim do século XVIII, chegando, para nós, principalmente ao início do século XIX. É a volta ao partido retilíneo e à composição mais simples, diferente do modelado plástico e da talha dos períodos anteriores. A linha curva também torna a aparecer, proporcionando elegância a certos móveis, porém de maneira mais sóbria e leve, assim como a talha reaparece, mais graúda e angulosa. São desse período as famosas cadeiras e sofás de palhinha. (Veja a peça n.º 28 — sofá da época de D. João VI).

Estado de conservação: bom.

Dimensões: 0,76m x 0,40m (ass.).

32. *Toucador em jacarandá, com três gavetas, em tamanho reduzido.*

Toucador em jacarandá em tamanho reduzido, com três gavetas e puxadores de botões em metal. Linhas retas.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,34m x 0,47m.

33. *Mesa de encostar. Estilo D. João V. Século XVIII (meados).*

Mesa, em jacarandá, no estilo D. João V (última fase), para encostar, com duas gavetas e espelhos de bronze em bela execução. Forma bombeada apresentando pequena

sáia com ornatos entalhados em concheados nas faces anterior e laterais. Pernas curvas e pés arrematados em volutas. (Veja a peça n.º 4)

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 0,77m x 0,99m. Foto n.º 14.

34. *Cofre em jacarandá.*

Cofre em jacarandá, de forma retangular constituído de quatro faces em almofadas também retangulares com argolas de ferro nas partes laterais. Pés em bolachas.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: 0,32m x 0,40m.

35. *Mesa de encostar. Estilo D. João V. Século XVIII (meados).*

Mesa em jacarandá, para encostar, no estilo D. João V, com sáia e duas gavetas com espelhos e puxadores em bronze trabalhado. Forma bombeada e sáia com ornatos entalhados em concheados nas faces anterior e laterais. Pernas curvas e pés arrematados em volutas.

O estilo D. João V apresenta as mesas de pernas arqueadas, cujo aparecimento se dá no comêço do século XVIII, com as cadeiras “Queen Anne” (veja a peça n.º 9). Os principais elementos ornamentais constantes, além da fôlha de acanto, até o final do século XVIII, são os conchoides e os búzios, flores e folhagens várias, espigas de trigo, fitas, treliças, “ajourées”, escudos e carrancas, volutas, etc., cuja aplicação no mobiliário dessa época obedece, segundo observação, a quatro fases de evolução: a 1.^a fase, de linhas sinuosas sem quase ornamentação; a 2.^a, com o emprêgo de concheados; a 3.^a, com elementos ornamentais em guirlandas de flores miúdas e a última fase, em que os concheados se alternam às guirlandas de margaridas. As duas primeiras fases se manifestam durante o reinado de D. João V e as duas últimas com D. José e D. Maria. Os elementos ornamentais, porém, apresentavam, entre nós, formas mais características e mais próprias, levando-se em conta a imaginação do artista e a aclimação do próprio estilo.

Estado de conservação: bom (restaurado).

Dimensões: alt. 0,78m x 0,92m.

36. *Cadeira em jacarandá e couro lavrado. Século XVIII.*

Cadeira em jacarandá, de braços, com assento e encôsto em formato retilíneo, guarnecidos de couro lavrado e taxeados de cobre; no encôsto, num escudo estilizado, uma figura masculina a $\frac{3}{4}$, segurando um outro escudo com as armas eclesiásticas. Pernas torneadas e uma travessa anterior em linha curva.

Peça de caráter filipino. (Veja a peça n.º 3)

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 0,78m x 0,39m. (ass.).

37. *Cadeira em jacarandá e couro lavrado. Século XVII e princípios do XVIII.*

Cadeira em jacarandá com assento e encôsto guarnecidos de couro lavrado com pregaria em metal. Espaldar curto com a linha superior em curva e arrematado por cruzetas em metal nas extremidades laterais. Encôsto com desenhos de flores, folhagens e arabescos em torno de um vaso estilizado. Assento com decoração em fôlhas e flores. Armação retilínea. Pernas retas com duas travessas em “chapelet” desencontradas duas a duas apresentando a anterior um entalhe formado de volutas em SS entrelaçados. Pés em pincel.

A cadeira se enquadra, pelos seus elementos, no chamado estilo filipino que corresponde ao período da dominação espanhola em Portugal (1580-1640). Desde o findar do século XVI as cadeiras principalmente, se apresentavam com armação retilínea, forradas de couro lavrado, no assento e no espaldar, ambos de forma retangular com taxeados de cobre. A princípio, nos travessões, braços e outras peças, não se observava qualquer obra de entalhador ou de torneiro. Acompanhando a evolução desses móveis, notamos que essas peças de caráter espanhol, feitas em Portugal, passaram a apresentar algumas modificações, como por exemplo, na análise da ornamentação do couro no espaldar, o aparecimento de um vaso estilizado, entre arabescos de flores e folhagens, como um detalhe antecipado dos espaldares que, posteriormente, virão a se constituir em forma real de vaso recortado na própria madeira ou coberto de tecido. Assim também a travessa encontrada na parte anterior passa a apresentar um motivo curvelíneo constituído de SS entrelaçados, dando ao mobiliário um

aspecto mais leve e gracioso, antes tão pesado e rígido. As travessas e pernas passaram a constituir peças torneadas, e daí por diante, outros elementos curvelíneos vieram a fazer parte do mobiliário que constituía uma cópia do que se fizera na Espanha durante o reinado de Filipes, daí o estilo chamado “filipino”.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 1,13m x 0,40m (ass.).

38. *Escrivaninha marchetada em tamanho reduzido.*

Escrivaninha marchetada com desenhos geométricos em madeiras de cores claras. Tamanho reduzido. Cinco gavetas, sendo duas maiores inferiores e três menores superiores. Parte superior em “bureau”.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 0,43m x 0,39m.

39. *Cadeira em jacarandá e couro lavrado. Século XVIII. Estilo D. João V.*

Cadeira em jacarandá. Encosto alto, de contorno sinuoso, com tabela em forma de vaso, à maneira Chippendale (fitas trançadas em desenhos góticos) e a parte superior com ornatos entalhados em concha. Couro lavrado no assento, forma bombeada com entalhes na face anterior. Pernas curvas no estilo inglês com Joelheiras ornamentadas e pés em garras sobre esferas. Travessas curvas laterais ligadas por uma central também em formato curvo.

Peça do estilo D. João V na sua fase final com influências inglesas. (Veja a peça n.º 59) Este tipo de cadeira forma um padrão distinto pela ornamentação que remata o espaldar e que é composta de três grupos de ornatos, um maior no centro e dois menores laterais separados entre si. O do centro é formado por uma cartela rematada por uma concha em barrôco com leve tendência a rocalha. Tabela vazada em modelo Chippendale. Tais características surgem no mobiliário português, já no reinado de D. José I, tornando as cadeiras desse período destacadas pelo apurada execução.

Thomas Chippendale foi um ebanista londrino (1717-1779) ao qual se atribui a criação de um tipo original de cadeira, tipo que adotou o seu nome. A seu pai, ebanista

também, pertence tal invenção. A maior parte das cadeiras conhecidas, construídas em nogueira, por sua composição e por seus detalhes de decoração, do estilo “Queen Anne”, são anteriores à primeira manifestação de Thomas, isto é, à publicação de seu livro “Gentlemen and Cabinet Maker’s director”, em 1754. Foi um artista que soube imprimir um caráter especial a seus móveis associando aos elementos do chinês, do gótico, rococó, etc., os detalhes ornamentais que êle mesmo criou, chegando a formar um estilo próprio, elegante e harmonioso. O mobiliário Chippendale se compõe de várias peças sendo as cadeiras as mais representativas. Analisando o espaldar das mesmas, torna-se marcante uma classificação segundo detalhes de influências chinesas, góticas, holandesas com suas tiras entrelaçadas, francesas inspiradas no rococó de Luiz XV, os espaldares em cilindros encalonados, as conhecidas cadeiras Windsor e também os espaldares recobertos de tecido. Os motivos de adorno são conchas, fôlhas de acanto, máscaras, cabeças e garras de leão, desenhos em C e ornamentos góticos e gregos. São comuns nesse estilo os pés em garras sustendo esferas, as pernas dianteiras em linha curva e as travessas que as une, em quadro ou em H.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,29m x 0,38m (ass.). Foto n.º 15.

40. *Toucador em xarão. Tamando reduzido.*

Toucador em xarão, em tamanho reduzido, com duas gavetas inferiores e duas superiores com predomínio da linha curva. Espelho oval, com moldura arrematada na parte superior por um ornato em forma de camafeu.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 0,82m x 0,42m.

41. *Cadeira em jacarandá. Século XVIII. Estilo D. João V. Obra colonial.*

Cadeira em jacarandá com assento forrado de tecido de seda grená. Encosto com tabela em forma de vaso. Arremate superior com ornato entalhado em concha. Pernas em curva brusca. Travessas cruzadas com contorno curvo. Pés sobre discos.

Esta cadeira possui as pernas anteriores arqueadas no estilo inglês Rainha Ana (1702-1714), ou Georgiano (1714-1727) primitivo, isto é, com arqueamento em partida brusca do aro, formando joelho. Detalhe êste que torna bastante visível a influência inglesa no mobiliário de D. João V. (Veja a peça n.º 5)

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 1,22m x 0,35m.

42. *Cadeiral em jacarandá, formado por três cadeiras. Estilo D. João V. Época de transição.*

Cadeiral em jacarandá, estilo D. João V. Três lugares com assento e encosto forrado de couro liso. Espaldares altos de contorno curvo com tabela estofada apresentando a linha superior ornamentada em entalhes de concheados. Assentos de forma bombeada com a face anterior em ornatos entalhados. Pernas curvas com joelheiras em entalhes leves e graciosos. Pés arrematados em volutas. Travessas em linha curva.

Os assentos podem classificar-se quanto à capacidade, em individuais e coletivos; quanto ao uso, em civis e religiosos. A cadeira, propriamente dita, é a denominação do assento individual nobre, entre tôdas as outras peças de mobiliário. Os assentos coletivos, colocando-se de parte, o canapé e outras peças semelhantes, que apareceram no século XVIII, receberam sempre, em Portugal, a denominação de bancos, cuja importância, na Idade Média, foi superior à da própria cadeira. Os assentos usados pela Igreja, para as cerimônias do culto, são do mesmo tipo dos de uso civil, porém, com a feição peculiar da arte decorativa religiosa. Nos côros e flancos dos altares, um conjunto de assentos (uma bancada) apresenta-se como cadeiras ou poltronas geminadas. Daí o vocábulo *cadeiral* para designar um conjunto de três assentos ou cadeiras. O Canapé inglês, do século XVIII, possuía o respaldo composto por uma série de espaldares de cadeiras adossadas, cujo emprêgo prolongou-se até o século XIX.

Estado de conservação: regular.

Dimensões: alt. 0,76m x 1,48m comp. x 0,47m (ass.).
Foto n.º 16.

43. *Contador filipino em jacarandá. Século XVII.*

Contador em jacarandá de caráter indo-português. Estilo chamado filipino, século XVII. Caixa com tremidos na cimalha e na moldura das gavetas que são em número de nove aparentemente, porém, cinco reais, com espelhos em metal trabalhado. A saia pequena, é um belo rendilhado de curvas e volutas entrelaçadas, com um motivo central que consta de um rosto bem esculpido ladeado por duas asas. Pernas e travessas apresentando bolachas, discos e torneados com partes mais sobrecarregadas na seção superior. Rosetas emolduradas arrematam a junção das travessas às pernas. Pés em bolacha.

Os contadores são móveis de encôsto com numerosas gavetas que serviam para guardar documentos e pequenos objetos. Peça feita sob inspiração oriental, passa para o século XVIII, com uma infinidade de exemplares semelhantes, como modelo característico do mobiliário português deste período. O móvel do chamado estilo “filipino” corresponde ao período do domínio espanhol em Portugal durante cerca de 60 anos. Dizemos “estilo filipino” para caracterizar uma nova feição artística que apresentavam os móveis portugueses pela nítida influência espanhola, influência esta, aliás, que foi a primeira dentro do já tradicional estilo “manuelino” concebido na idéia geral do Renascimento português. Essas peças, que aqui foram copiadas dos exemplares espanhóis pelos nossos marceneiros, naturalmente, adquiriram uma feição técnica quase que puramente nacional, dados os característicos próprios que apresentavam, além da riqueza do material e beleza das formas, podendo-se assinalar, em sua feitura, a ausência do reforço de ferro que caracterizava a execução dos móveis tipicamente espanhóis.

Além das influências produzidas pela missão francesa e a importação de costumes europeus durante o século XIX, as demais influências moura, italiana, espanhola, inglesa e indiana, a nós chegaram através de Portugal. Evidentemente o móvel brasileiro acompanhou a evolução natural do mobiliário dos países europeus e Portugal foi dos que mui lentamente absorveram essas manifestações artísticas.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,42m x 0,74m x 0,44m (prof.). Foto número 17.

44 e 45. *Duas poltronas em jacarandá e couro lavrado.*
Século XVII e fins do XVIII.

Cadeira em jacarandá, de braços, com braço no encosto. Couro lavrado no assento e no encosto com taxeados de cobre. Espaldar alto com um braço esquadrelado sob coroa de visconde. Braços em linha curva terminando em volutas. Pernas torneadas com três travessas em “chapelet”. Travessa anterior com um ornato em concha. Pés em garras grosseiras.

Móveis comuns na Colônia entre 1600 e 1700. Os fabricados no Brasil se caracterizam pela sobriedade da talha. O couro com desenhos a fogo era importado de Lisboa ou de Madrid. Todo o século XVII conservou essas cadeiras singelas que convencionaram classificar como do estilo Luiz XIII. Este estilo foi a consequência de duas influências diversas, isto é, a italiana e a espanhola que se sobrepujaram às tradições francesas da Idade Média. Na Itália, desde o século XVI, fabricavam-se cadeiras guarnecidas de couro e taxeadas de metal, comumente atribuídas a Espanha. Sob Luiz XIII essas cadeiras tiveram uma tal aceitação, que passaram a constituir uma das peças características do mobiliário dessa época.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,39m x 0,52m.

46. *Cômoda-trinchante. Século XVIII.*

Cômoda em jacarandá, estilo D. João V, transformada em trinchante. Forma bombeada com duas gavetas na parte superior, com espelhos e puxadores em bronze trabalhado. Três portas emolduradas com fechaduras simples. Belos arremates entalhados em elementos curvilíneos nos ângulos, completam a decoração do móvel. Pés em sapatas com volutas bem retorcidas.

A peça também pode ser usada como aparador, dando-lhe desta maneira uma função específica. Mesa ou aparador sobre o qual se trincha. O aparador primitivo, no tempo em que se comia na cozinha, limitava-se a uma arca ou ucha em que se guardavam os aprestes da mesa e talvez o pão e as viandas frias. Foi depois substituída por um armário sem forma especial. O verdadeiro aparador só apareceu quando começou o uso de comer fora da co-

zinha, em uma dependência para isso destinada. Este uso, segundo se pode inferir de documentos da época, data do século XIII, mas nesse tempo o aparador era um móvel conventual, não se generalizando o seu uso nos palácios, senão um século depois. Usaram-se então aparadores com braços pintados nas portas e que serviam não só para guardar os aprestes da mesa mas também as baixelas de prata e por isso os seus armários eram providos de ferrolhos e fechaduras de segurança. O aparador pode também ser analisado como credência, ábaco, consolo, dunquerque, etc. Como credência, pode apresentar portas inferiores adotando a forma do armário. A credência medieval era o móvel onde eram colocados os alimentos e bebidas para serem provados antes de servidos, com a finalidade de ver se continham veneno. Na liturgia, são assim designadas as pequenãs mesas existentes em ambos os lados do altar, onde se colocam os utensílios necessários à celebração das cerimônias litúrgicas. Assim como os “dunquerques” eram consolos fechados com ou sem gavetas ao alto, nome que surgiu no mobiliário do século XVIII a XIX originário da cidade de Dunquerque.

Estado de conservação: muito bom.

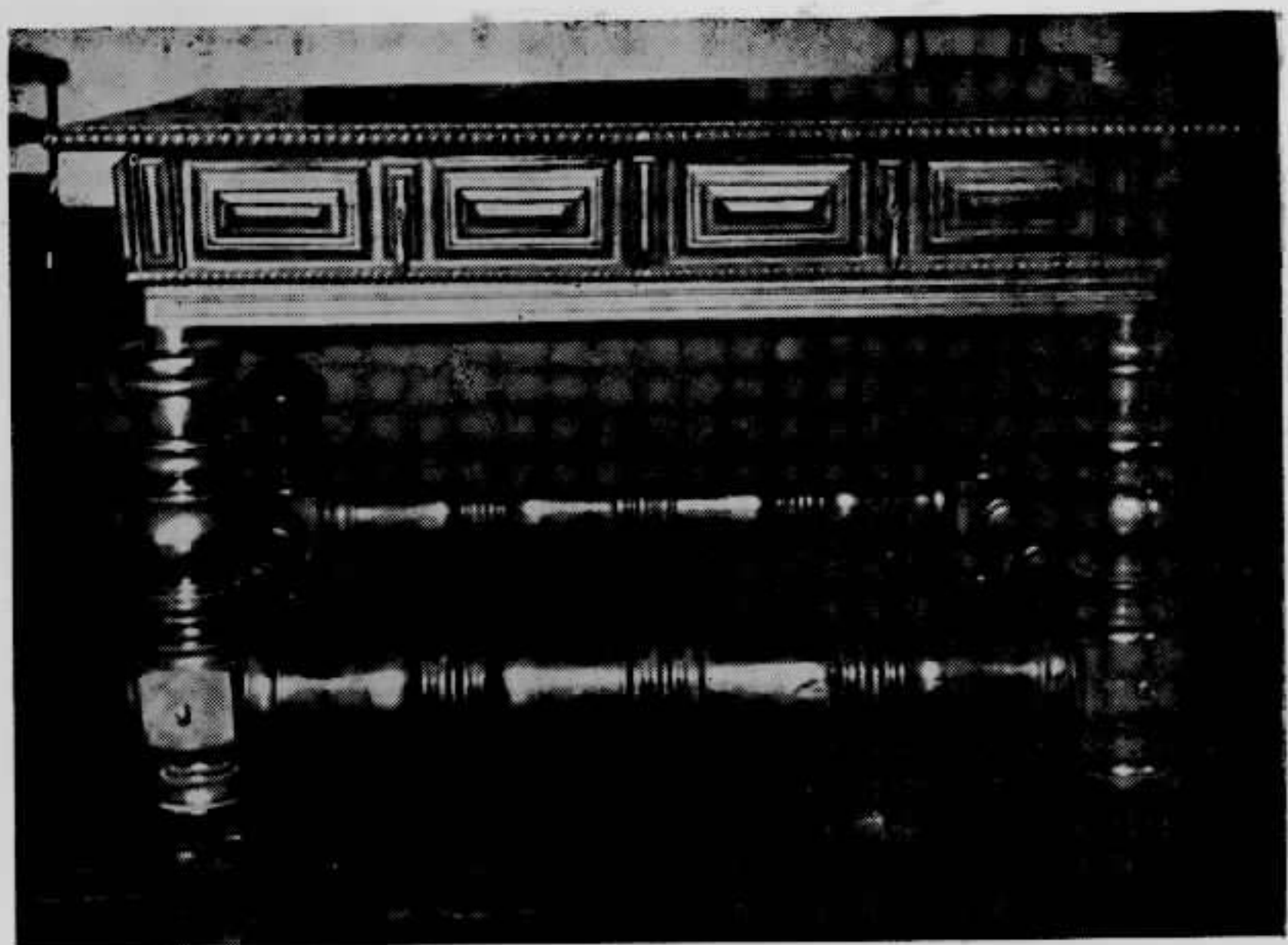
Dimensões: alt. 1,14m x 1,42m. Foto n.º 18.

47. *Pequeno armário em jacarandá. Século XVII.*

Armário de jacarandá. Parte superior com duas portas que se abrem por meio de dobradiças e ornamentação em molduras de contorno curvo; parte inferior com três gavetas sendo duas laterais, de segrêdo, com argolas de ferro e uma central com fechadura. Linhas retas, com frontão e base curvos nos ângulos do móvel.

Peça de influências holandesas. Derivado da arca o armário tinha também a função de guardar, além de objetos, as roupas que melhor podiam se conservar dada a sua estrutura vertical.

A antiguidade não conheceu o armário com a finalidade que lhe é peculiar. Só nos castelos feudais existiam os grandes armários que serviam para a guarda de armas e armaduras, donde lhe veio o nome. Surge no Renascimento, com perfis delineados e superposição de planos e relevos numa concepção puramente arquitetural.



Fot. n.º 22 — Mesa em jacaranã. Séc. XVII. Bela obra de marcenaria e de torneiro

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 23 — Leito em jacarandá. Séc. XVIII (final). Época de D. Maria I

(Foto de João de Oliveira Rocha)

O armário português não apresenta a beleza da talha encontrada nos armários franceses dos séculos XVI e XVII. Quando ornamentados são seus motivos inspirados no barroco. Da época Guilherme e Maria (veja a peça n.º 9) encontram-se alguns armários que apresentam influência holandesa na parte inferior, formada por gavetas móveis com perfis salientes. Este tipo de móvel, não obstante, não apareceu definitivamente até a época da Rainha Ana. Consta de duas partes: a inferior, formada por gavetas e a superior, com repartições para guardar roupas.

No Brasil são raros os armários principalmente os do século XVII sendo que os de tipo flamengo são os mais preciosos.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,04m x 1,05m. Foto n.º 19.

48. *Mesa em jacarandá, para encostar. Século XVIII.*

Mesa em jacarandá, com sáia em ângulo e contorno liso, com um arremate central levemente entalhado. Pernas curvas e pés em volutas. Duas gavetas com espelhos e argolas em bronze trabalhado.

Estilo D. João V. (Veja a peça n.º 9)

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,72m x 1,34m.

49. *Poltrona em jacarandá, forrada de palhinha. Século XIX.*

Cadeira de jacarandá, com elementos sustentantes torneados, figuração de braços e mãos. Assento de palhinha, com formato curvo na face anterior. Encosto vasado, constituído por duas travessas horizontais, uma lisa e outra em forma de grade com varetas cilíndricas ligando as duas traves laterais. Pés em balaustres. Desenho de caráter império.

Essas peças surgidas na segunda metade do século XVIII e começo do seguinte, no seu aspecto geral representam um contraste com a linha barroca ou rococó seguida na Europa. As características são leveza, sobriedade dominando as linhas retas, vasos ou balaustres esguios, finas

varetas, etc. Móveis dêste estilo, entre nós, tomaram grande incremento entre 1790 a 1820.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 0,875m x 0,52m. Foto n.º 20.

50. *Penteadeira em jacarandá. Século XIX.*

Penteadeira ou toucador em jacarandá com uma gaveta na parte superior sob a mesa. Espelho retangular com moldura em torneados e ornato curvo ao alto. Uma prancha de contôrno curvo, na parte inferior, liga as pernas sendo as duas anteriores em linha curva. Suportes para toalhas nas faces laterais. Pés em garras.

Peça também usada como lavatório é uma adaptação brasileira do estilo Império, que deve a sua maior característica a simplicidade de suas formas e de sua decoração. Da época de D. João VI. Fabricação fluminense.

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,75m x 0,83m. Espelho: 0,67m x 0,53m. Foto n.º 21.

51. *Mesa em jacarandá. Século XVII.*

Mesa em jacarandá, tampo emoldurado de tremidos e rodeado de almofadados com duas gavetas também em almofadas numa das faces, com puxadores de metal em pingentes. Pernas em bolachas e travessas formadas de elementos curvos ligados por discos. Arremates em rosetas com espelhos em bronze na junção das travessas às pernas.

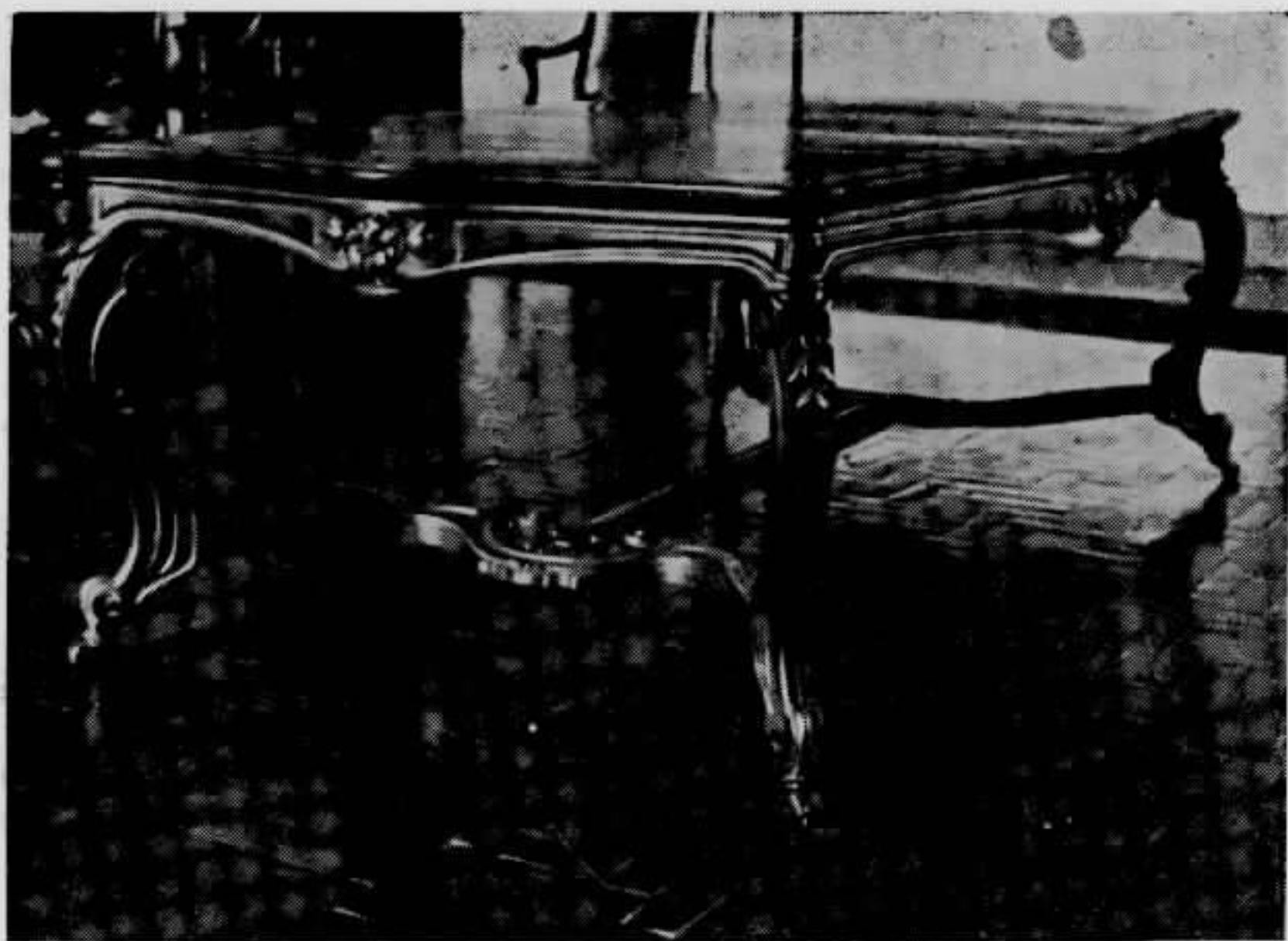
Bela obra de marcenaria e de torneiro. Tôda feita à mão, a peça enquadra-se no estilo que constituiu o fenómeno “manuelino” ou da Renascença portuguesa. (Veja a peça n.º 6)

As influências orientais alinham-se na análise do conjunto estrutural e decorativo do mobiliário português nos séculos XVI e XVII. Representa a arte que os mestres portugueses adquiriram no seu convívio com os mouros. Essa arte muçulmana muito influenciou a Espanha e através desta, Portugal e mais tarde o Brasil, por intermédio dos Filipes. São do período D. João IV os almofadados que ainda hoje existem e que são de influência tipicamente



Fot. n.º 24 — Poltrona em jacarandá. Séc. XIX. Estilo Luiz Felipe.

(Foto de João de Oliveira Rocha)



*Fot. n.º 25 — Mesa para sala de jantar, em jacarandá. Séc. XIX.
Estilo Luiz Felipe*

(Foto de João de Oliveira Rocha)

árabe. São comuns, também, nessa época, o tampo das mesas com guarnições em molduras, cordão ou outro entalhe e os puxadores pendentes nos espelhos de fechaduras. Os trabalhos de torno e tremidos estão sobejamente representados nessas peças. As quatro pernas são formadas de bolachas, toros e torneados em forma de discos horizontalmente justapostos. Os pés são geralmente esferoidais. Como as quatro faces eram iguais, essas peças tanto serviam para centro como para encostar.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 0,83m x 1,36m x 0,95m (prof.). Foto número 22.

52. *Leito em jacarandá. Século XVIII (meados).*

Leito em jacarandá, em estilo D. João V (última fase). Cabeceira alta com frontão entalhado de linha barrôca com volutas, acantos e feixe de plumas. Cartela almofadada em tecido de seda grená em forma trilobada. Lanças torneadas em espiral com partes mais cheias em forma de pêra, se apoiam em pés com volutas. Lastro constituído de régua estreitas sobre traves.

Na antiguidade, a palavra *leito* era usada para designar o conjunto da colchoaria com os tecidos de ornamentação; a armação de madeira ou metal, como móvel, só aparece no século XV. Sòmente no século XVI, com o progresso da marcenaria, é que as armações de madeira, pouco a pouco enriquecidas com trabalhos de ensablamento, talha e tórno, passaram a se constituir em monumentais leitos que, na época renascentista, alcançaram apogeu em Portugal, tendo sido muito usadas as madeiras do Brasil e os elementos ornamentais importados do oriente.

Deixaram os árabes certos hábitos que passaram a se enraizar entre o povo, sendo um dêles, o do estrado que era colocado junto a parede revestida de couro e sobre êle, à noite, eram armadas as camas (colchoaria). Alguns dormiam sobre esteiras ou esteirões dobrados e outros sobre estrados ou escanos, que eram cobertos de tapeçarias denominadas “cocedras”; sobre estas eram colocados os “almadraques”, uma espécie de colchão.

Foi, por conseguinte, no século XV que a cama erguida sobre armações retangulares sobre quatro pernas, passou

a se constituir em um móvel propriamente dito, tendo sido afastada da parede, com o aparecimento do espaldar à cabeceira.

Com o reinado de D. João V, o leito atinge grande esplendor. Quanto à ornamentação, surgem em primeiro lugar aquêles leitos, em cuja cabeceira os elementos entalhados são distribuídos simetricamente em torno de um motivo central. Posteriormente, aparecem as cabeceiras com grande número de motivos assimétricos, obedecendo à influência do estilo Luiz XV.

As madeiras preferidas eram o jacarandá (páu-santo ou páu-prêto). As formas delicadamente tratadas na última fase do estilo D. João V, continuaram a aparecer no reinado de D. José I e ainda no início do de D. Maria I. Nota-se a predominância de linhas sinuosas com sobrecarga de elementos concheados com plumas no coroamento das cabeceiras das camas; mais tarde, sob D. José, há uma grande expressão ornamental com predomínio do elemento floral, quando os concheados são alternados pelos festões de margaridas e flores soltas.

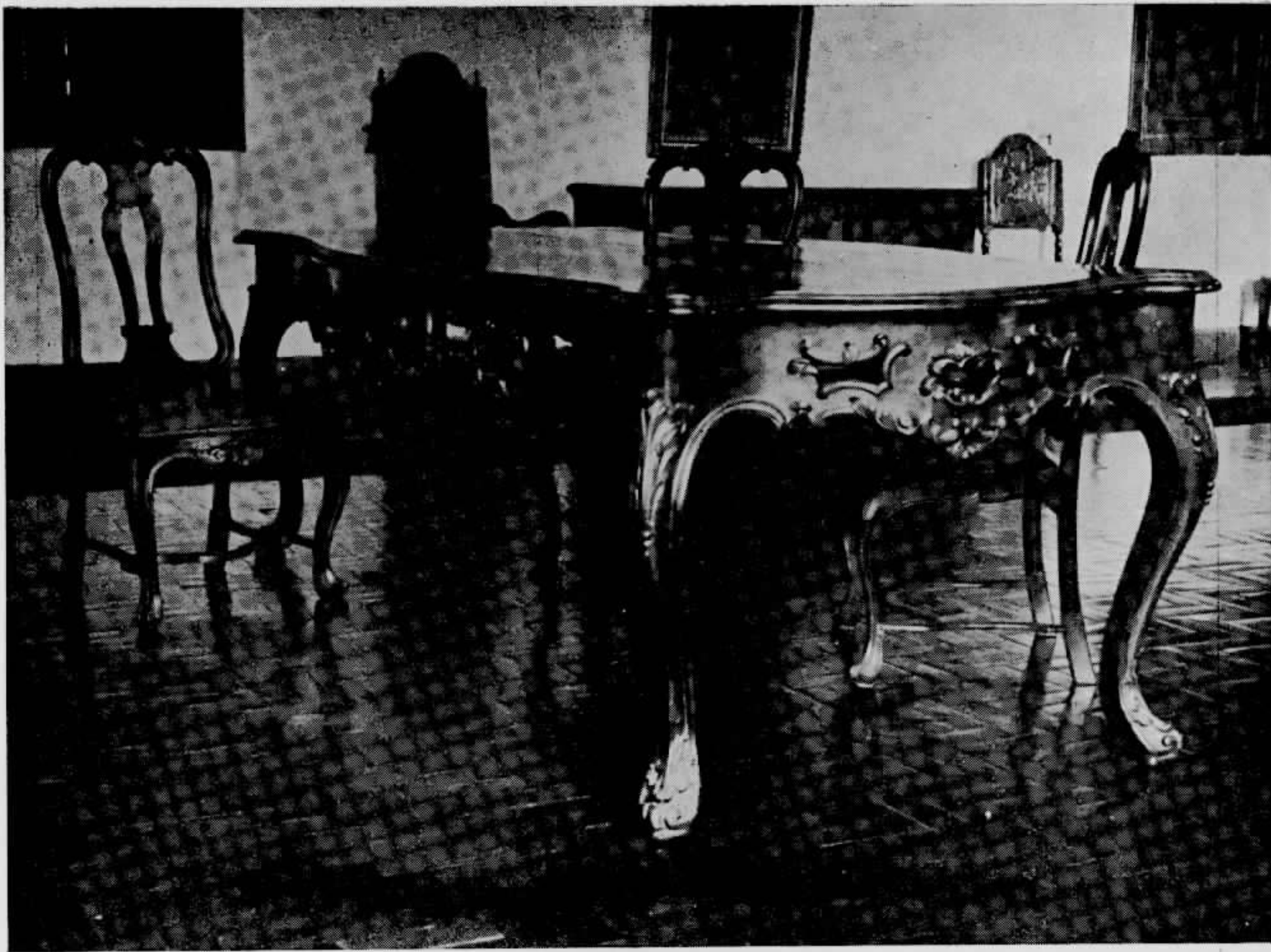
Esta peça pertenceu ao escultor Rodolfo Bernardelli: 1852-1931 — mexicano por nascimento, italiano de origem pelo lado materno, pois seu pai, embora russo era filho de italiano e austríaca, Rodolfo Bernardelli foi brasileiro de coração, deixando-nos obras primorosas e imperecíveis. Do México transferiu-se para o Chile, daí para a Argentina e desta para o Brasil (Rio Grande do Sul). Tempos após fixa residência no Rio. Ingressou na Escola de Belas Artes em 1870, tendo sido seu primeiro mestre, Chaves Pinheiro. Em 1876, com um trabalho tendo como motivo uma cena grega, conquista o prêmio de viagem a Europa e parte para a Itália. Em Roma viveu 9 anos e teve um mestre, Monteverde. São dessa época os trabalhos: “Cristo e a adúltera”; a “Faceira”; “Santo Estevão”; “Fabíola” etc. Regressando de Roma em 1885, Rodolfo passou a ser professor de escultura da Escola Nacional de Belas Artes. No início da República, Benjamin Constant nomeou-o Diretor desta mesma Escola, cargo que ocupou durante 25 anos, conseguindo realizações notáveis, como a remodelação do ensino artístico, a criação de exposições com a instituição de novos prêmios, a fundação do Conselho Superior de Belas Artes etc.

Nas praças e jardins do Rio de Janeiro, erguem-se belas estátuas de sua autoria: Osório, Caxias, José de Alen-



*Fot. n.º 26 — Leito em jacarandá. Séc. XVIII (meados).
Pertenceu ao barão de Capanema*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 27 e 28 — Mesa para sala de jantar e cadeiras. Estilo D. João V

(Foto de João de Oliveira Rocha)

car, Otoni, Teixeira de Freitas, Francisco de Castro, Barão de Mauá, etc. Muito produziu Rodolfo Bernardelli, legando-nos, em forma concreta, tôda a beleza de seu privilegiado espírito de artista. Faleceu em 7 de abril de 1931.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,74m x comp. 2,03m x 1,10m. Lastro ao chão: 0,48m; lanças: 0,88m.

53. *Leito em jacarandá. Século XVIII (final).*

Leito em jacarandá, com cabeceira ornamentada em cartela ou medalhão almofadado em tecido de seda grená com moldura entalhada em laços de fita, torçais e ramagens de flores. Como arremate superior, um girassol com seguimento em guirlandas de margaridas contornam o medalhão. Lanças do dossel torneadas. Lastro de régua simples e pés em volutas. Predominância de elementos ornamentais fitomorfos (em forma de vegetais).

Época do final do século XVIII. Reinado de D. Maria I. O mobiliário do reinado de D. Maria I (1777-1799), cujo estilo realmente é mais feminino e representa o neoclássico português, caracteriza-se pela simplicidade da forma e delicadeza de ornamentações. Representa uma reação contra os excessos das formas irregulares do rococó, reação esta iniciada na França, no final do reinado de Luiz XV, chegando a se concretizar no de Luiz XVI. Na Inglaterra o mesmo movimento de retôrno às formas clássicas se efetuou com os desenhistas e fabricantes de móveis Hepplewhite e Sheraton e em Portugal, tal transformação no estilo do mobiliário se deu no reinado de D. Maria I, passando assim a ser denominado — estilo D. Maria I.

Os espaldares apresentam medalhões de formato oval e são ornamentados por laços de fitas, folhagens isoladas e grinaldas de flores. A ornamentação volta a ser simétrica, sendo usados atributos pagãos do deus Cupido, representados pelo carcaz e o arco, dois corações atravessados por uma seta, duas setas enlaçadas e também um casal de pombos, símbolo da fidelidade no amor. A fôlha de acanto é usada em estilização aproximada da antiguidade clássica. É a época em que a influência inglesa se faz sentir fortemente no mobiliário. As pernas de secção quadrangular, algumas vêzes estriadas ou caneladas, substituem as curvas usadas nos períodos anteriores. O exemplar em questão

ainda apresenta as pernas em linha curva como reminiscência dos elementos empregados em época anterior. As madeiras mais usadas eram o pau-santo e o pau setim.

Cabo Frio — 2.º barão e visconde com grandeza de — Joaquim Thomáz do Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1818 e faleceu nessa cidade em 1907. Filho de Antônio José do Amaral e de sua mulher D. Maria Benedicta Carneiro da Silva Amaral. Entrando para a carreira diplomática, foi Secretário de Legação e Ministro Plenipotenciário em Londres, Paris, Bruxelas, Argentina, Uruguai e Paraguai. Foi, em 1840, Comissário Árbitro da Comissão Mista Brasileira e Inglesa em Serra Leôa; mais do que benemérito diplomata, era o Arquivo animado da Secretaria das Relações Exteriores que regeu por vários anos. Era do Conselho de Sua Majestade, Comendador da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da Legião de Honra, Grã-Cruz da Ordem de Leopoldo da Bélgica, do Duplo-Dragão da China, da Águia Vermelha da Prússia, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, etc. Criação do título: barão por decreto de 2 de maio de 1874; visconde com grandeza por decreto de 2 de maio de 1889.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 1,47m x comp. 1,98m x 0,985m. Lastro ao chão: 0,45m; lanças: 1,49m. Foto n.º 23.

A peça pertenceu ao 2.º Visconde de Cabo Frio.

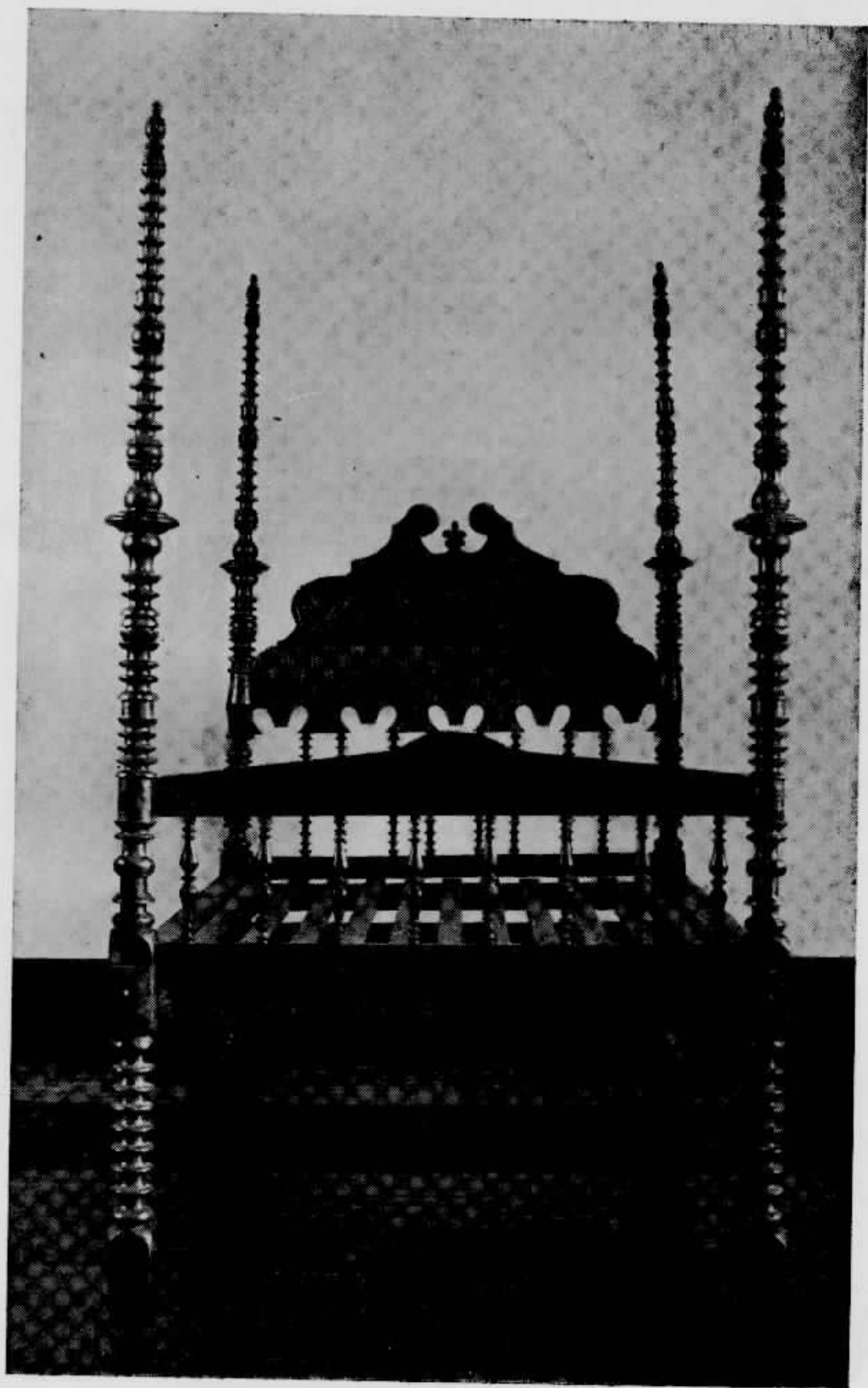
54. *Cadeira de balanço. Século XVIII.*

Cadeira adaptada para balanço, em jacarandá, com assento de palhinha e encôsto pequeno, vasado à maneira Chippendale, com arremate superior em ornatos entalhados. Pés anteriores em volutas e posteriores serrados que se apoiam em duas barras curvas. Pertenceu ao Visconde de Cabo Frio (Joaquim Thomáz do Amaral).

A cadeira de balanço é uma cadeira de braços com duas ripas curvas fixadas aos pés que permitem movimentá-la para frente e para traz. É praticamente peculiar ao tipo de cadeiras americanas posteriores a 1800.

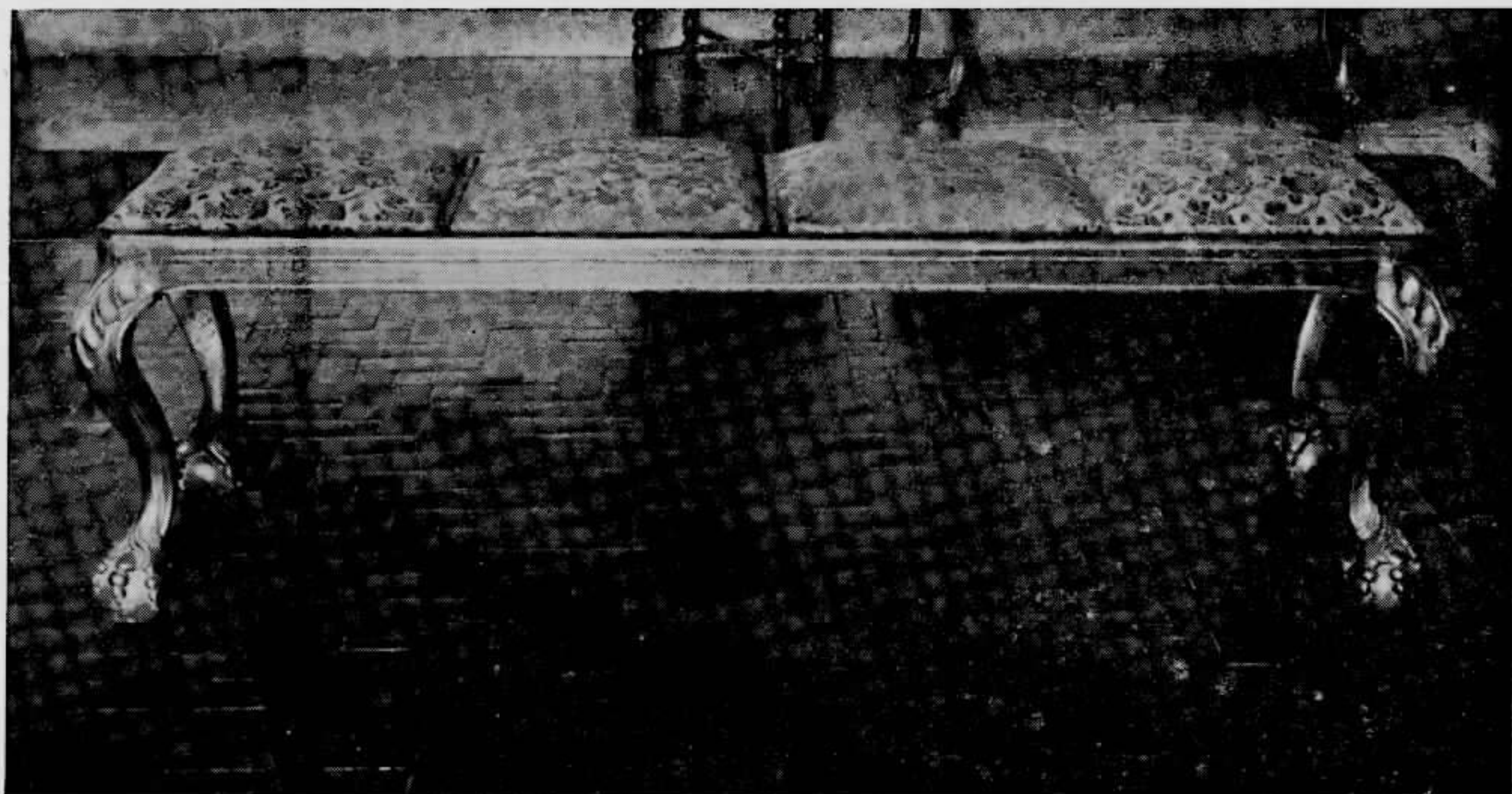
Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,01m x 0,57m.



*Fot. n.º 29 — Leito colonial em jacarandá. Móvel brasileiro.
Séc. XVIII*

(Foto de João de Oliveira Rocha)



Fot. n.º 30 — Banqueta (4 lugares). Séc. XVIII

(Foto de João de Oliveira Rocha)

55. *Poltrona em jacarandá. Século XIX.*

Cadeira de braços, em jacarandá, com assento forrado de tecido de seda grená. Espaldar em curva, arrematado na parte superior com ornatos angulosos entalhados em elementos curvelíneos (flores e fôlhas). Vasado no centro com uma travessa ornamentada. Braços em linha curva terminando em volutas. Pernas em curva com joelheiras ornamentadas.

Do estilo de Luiz Felipe, apresenta o aspecto sóbrio com ornatos tratados de maneira mais pesada. A tábua superior do espaldar, em curva suave, marca o fim dos estilos vigentes no início do século, senão uma repetição dos estilos antigos, principalmente os de França. Veja a peça seguinte)

Estado de conservação: bom.

Dimensões: alt. 1,04m x 0,56m. Foto n.º 24.

56. *Mesa em jacarandá. Século XIX.*

Mesa para sala de jantar, em jacarandá, com tampo em linha curva se alargando na parte central. Pequena sáia nas faces laterais apresentando ornatos esculpidos. Travessas em H com arremates ornamentados e vasados. Pernas em linha curva com joelheiras entalhadas em fôlhas. Pés em volutas apresentam rodízios de metal.

Do estilo de Luiz Felipe. Depois de 1825, as peças de mobiliário prendem-se ao estilo Império, outras lembram a Regência, outras trazem elementos do Sheraton. Com Luiz Felipe, a partir de 1830, surgem cadeiras de pernas arqueadas ou torneadas, com o alto espaldar em tábua curva e recortada, e ornatos tratados de maneira mais pesada. No estilo Luiz Felipe, os móveis são impessoais não se sentindo neles o trabalho do criador e do artista; as formas são pesadas, os contornos indecisos e os detalhes são algumas vezes pueris. Depois de Luiz Felipe, a arte decorativa é incapaz de se fixar; todos os estilos se misturam e o mobiliário fica totalmente privado de personalidade, absorvendo as influências de todos os caprichos e de tôdas as tendências.

Os rodízios são pequenas rodas aplicadas aos pés ou à base de um móvel a fim de lhe dar locomoção. Sua fabricação estava ligada a uma empresa especializada até fins

do século XVII na Inglaterra e constituia um comércio independente. As mais antigas eram feitas em madeira, marfim, depois em couro, metal e atualmente são produzidas em plástico ou materiais sintéticos. Teve seu apogeu nos séculos XVIII e XIX, no mobiliário de retôrno ao classicismo, sobretudo com Sheraton. Nesse período eram consideradas como uma parte definida do desenho e foi-lhes dado um sentido artístico correspondente. Tal prática decaiu até fins do século XIX e hoje são aplicadas simplesmente aos móveis sem ter, na maioria das vêzes, relação alguma com o estilo dos mesmos.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 0,77m x 2,21m (comp.) x 1,32m. Foto número 25.

57. *Leito em jacarandá. Século XVIII* (meados).

Leito em jacarandá, cabeceira alta com frontão entalhado de linha barrôca em ornatos conchoides, com um arremate superior em feixe de plumas. Predomínio de elementos lineares, conchoides e rocalha. Cartela almofadada em forma trilobada, em tecido de seda grená. Lanças do dossel torneadas em suave espiral com parte saliente em forma de pêra, se apoiam em pés com volutas. Lastro constituído de réguas estreitas sôbre traves.

A peça pertenceu ao Barão de Capanema.

Segundo uns, a presença de medalhões no mobiliário, principalmente no período de D. João V, resultou do fato de que as côrtes européias mantinham grande número de desenhistas e gravadores, como requinte. O próprio rei D. João V levou para Portugal abridores de cunho e gravadores franceses, na maioria medalhistas. Outros acham que alguns almofadam e cobrem de seda as cabeceiras em expressivos medalhões, talvez para exteriorização da frivolidade dos possuidores. Êste leito, pôde se enquadrar no estilo D. João V, em transição para o D. José, quando se torna mais visível a inclinação para o rococó, que já há alguns anos vinha se manifestando na ornamentação portuguesa. Evidentemente, o tipo de ornamentação francesa, em suas variádas modalidades, se faz sentir em muitas peças do mobiliário do estilo D. João V, marcando assim, uma época de transição para o estilo D. José. Dá-se, com

isso, uma separação entre os tipos de notada influência inglesa, como nas variantes do Georgiano e Chippendale e naqueles onde a rocalha penetra de maneira marcante, transformando-os em ornatos D. José.

O feixe de plumas, que corôa a cabeceira da cama, é derivado da concha que no Renascimento tomou a forma de uma vieira. Pouco a pouco, os seus elementos foram se abrindo, de maneira a transformar-se numa espécie de feixe de plumas; no tempo de D. José I, quando a simetria é retomada, alonga-se e estiliza-se, adotando a forma de uma expressiva flôr. Tal ornato foi muito usado em Portugal, tanto nas artes decorativas como na arquitetura.

Capanema, Barão de — Guilherme Schüch de Capanema, nasceu na província de Minas Gerais em 27 de janeiro de 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 1908. Filho de Roque Schüch e de sua mulher D. Cecilia Bors, ambos naturais da Áustria. Doutor em matemática e ciências físicas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, era engenheiro pela Escola Politécnica de Viena D'Áustria. Era major honorário do exército. Foi lente jubilado da Escola Politécnica e da Escola de Belas Artes, Diretor e fundador da Repartição Geral dos Telégrafos e Chefe da Comissão de Limites entre a Argentina e o Brasil, etc. Era do Conselho de Sua Majestade, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Comendador da Imperial Ordem da Rosa e da de Cristo. Barão por decreto de 26 de fevereiro de 1881.

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: alt. 2,04m x comp. 1,90m x 1,43m; do lastro ao chão: 0,50m; lanças: 1,31m. Foto n.º 26.

58. *Mesa em jacarandá. Século XVIII.*

Mesa para sala de jantar, em jacarandá, com tampo em forma curva, alargando-se nas faces laterais. Sáia toda entalhada em elementos concheados e vasados, acompanha a parte inferior do tampo. Pernas em linha curva com Joelheiras entalhadas. Pés em volutas.

Estilo D. João V (veja a peça n.º 39).

Estado de conservação: muito bom.

Dimensões: 2,50m x 1,20m. Foto n.º 27.

BIBLIOGRAFIA

- EMILE BAYARD — L'art de reconnaitre les styles.
- HENRI BOUCHOT — L'Empire.
- LÚCIO COSTA — Evolução do mobiliário luso-brasileiro.
- Enciclopédia pela Imagem* — O nosso mobiliário.
- EDGAR DV CERQUEIRA FALCÃO — Relíquias da Bahia.
- ALFREDO GUIMARÃES — Mobiliário artístico português.
- H. HAVERD — Dictionnaire de l'ameublement — Les styles.
- A. JACQUEMART — Histoire du mobilier.
- PAUL LACROIX — Directoire, Consulat et Empire.
- CLADO RIBEIRO LESSA — Mobiliário brasileiro dos tempos coloniais
— *in* Estudos Brasileiros — Ano I n.º 6 — 1939.
- J. ARONSON — Enciclopédia gráfica del mueble y la decoración.
- J. F. BA SILVA NASCIMENTO — Leitos e Camilhas Portugêsas. Subsídios para o seu estudo — Lisboa, 1950.
- ALFREDO GUIMARÃES — Mobiliário do Paço Ducal de Vila Viçosa — Lisboa, 1949.
- AUGUSTO CARDOSO PINTO — Cadeiras portuguesas — Texto e notas descritivas.
- JOÃO BARREIRA — Arte portuguesa.
- JOSÉ CLARET RUBIRA — Muebles de estilo inglés y su influencia en el exterior — Buenos Aires, 1948.
- ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO — Gradjean de Montigny. Evolução da arte brasileira.
- JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS — Mobiliário artístico brasileiro. 3 tomos.
- GUSTAVO BARROSO — Mobiliário luso-brasileiro — Anais do Museu Histórico Nacional — Vol. I — 1940.
- GUSTAVO BARROSO — “Classificação geral de móveis antigos” — Anais do Museu Histórico Nacional — Vol. IV — 1943.
- As artes plásticas no Brasil* — Vol. I — 1952.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* — Lisboa — Rio de Janeiro.
- JOSÉ WASTH RODRIGUES — Mobiliário do Brasil antigo.
- EDOUARD BAJOT — Enciclopedia du meuble du XVe siècle.